

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Édson Correia de Oliveira

O discurso da notícia e a representação da identidade de gênero
feminino nos crimes passionais

Doutorado em Língua Portuguesa

São Paulo

2010

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Édson Correia de Oliveira

O discurso da notícia e a representação da identidade de gênero
feminino nos crimes passionais

Doutorado em Língua Portuguesa

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa, sob orientação da Profa. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias.

São Paulo

2010

Banca Examinadora

Agradecimentos

Uma tese de doutorado é um trabalho árduo e solitário, mas que só existe se dele participarem tantas outras pessoas. Agradeço, pois, a todos aqueles que, à sua maneira, estiveram comigo nessa jornada, sem os quais este trabalho não seria possível e, muito especialmente, também agradeço:

À minha família e amigos, pela compreensão de minhas ausências e pelo interesse por minha pesquisa;

À Prof^a Dr^a Ana Rosa Ferreira Dias, querida orientadora, que me acompanha desde a Especialização e que semeou em mim o interesse pelo discurso da imprensa;

Às professoras Wanda Maria Elias e Vera Lúcia Meira Magalhães, pelas valiosas contribuições na Qualificação desta tese;

À Banca Examinadora, por aceitar o convite para compartilhar comigo suas reflexões sobre esta tese;

Aos professores e jornalistas Anderson Gurgel e Wagner Belmonte, da Universidade de Santo Amaro, pelos esclarecimentos das dúvidas em Jornalismo;

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP, que tanto me ensinaram, da Especialização ao Doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento da pesquisa, sem o qual esta tese não seria possível;

Ao senhor Luiz Carlos Ferreira, do Banco de Dados Folha, pela disposição em colaborar na pesquisa do *corpus*;

A Deus, simplesmente.

*“Uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.
Uma parte de mim
pesa, pondera:
outra parte delira.”*

Ferreira Gullar

Trago comigo, nos genes, no caráter e na alma, a equação exata do que são os meus pais: sou uma parte de um, sou outra parte de outro. Aos meus pais, Jorge Correia de Oliveira e Clarice Chiaradia de Oliveira, que são o espelho de minha alma, dedico esta tese.

Resumo

O objetivo desta tese é apresentar uma análise do discurso da imprensa escrita visando investigar em que medida esse discurso, dentro de um contexto histórico e social, reproduz ou modifica ideologias e valores sociais na perspectiva das relações de gênero, especificamente nas notícias de crimes passionais. Para isso, foram selecionados quatro casos de crimes passionais de grande repercussão na mídia a partir da década de 1970 e as notícias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* nos dois dias subsequentes aos crimes. A tese situa-se no campo da Análise do Discurso e apoia-se principalmente nos estudos de Teun A. Van Dijk, cuja proposta é analisar a estrutura da notícia e seus processos de produção e recepção relacionados às práticas sociais e ideologias de quem as produz, em um determinado contexto social. O discurso da notícia exerce na sociedade uma função manipuladora, porque é produzido por uma organização que detém uma forma específica de comunicação pública que reproduz para a sociedade aquilo que é de seu interesse e assim direciona o leitor para determinada compreensão desse discurso e, assim, se concretiza a manipulação, que provoca a hegemonia ou a mudança social. O jornal *Folha de S. Paulo*, nas coberturas jornalísticas dos crimes passionais analisados, atuou de acordo com os valores que eram socialmente aceitos em cada época, ora promovendo a hegemonia, ora promovendo a mudança.

Palavras-chave: discurso, gênero, notícia, crime passional, ideologia

Abstract

The aim of this thesis is to present a discourse analysis of press media in order to investigate how this discourse within a historical and social context, reproduce or change social values and ideologies from the perspective of gender relations, specifically in the stories of crimes of passion. For this, we selected four cases of crimes of passion of great media coverage from the 1970's and the news published by the newspaper *Folha de S. Paulo* in the two days following the crimes. The thesis is situated in the field of discourse analysis and is based mainly on studies of Teun A. Van Dijk, whose goal is to analyze the structure of the news and its processes of production and reception related to social practices and ideologies of those who produce in a given social context. The news discourse in society has a handler function, because it is produced by an organization that has a specific form of public communication that plays to the society what is in their interest and thus directs the reader to understand this particular speech, and thus manipulation is accomplished, which leads to hegemony or social change. The newspaper *Folha de S. Paulo*, in the news coverage of crimes of passion analyzed, acted in accordance with the values that were socially acceptable in every season, now promoting the hegemony, now promoting change.

Key-words: discourse, gender, news, crimes of passion, ideology

Sumário

Introdução	11
1. Capítulo I : A seleção do <i>corpus</i> e o campo da pesquisa	16
1.1 Seleção do <i>corpus</i>	17
1.2 Caracterização do <i>corpus</i>	24
1.2.1 A <i>Folha de S. Paulo</i> : um breve histórico	24
1.3 Campo da pesquisa	28
2. Capítulo II: O crime passional e a violência de gênero	30
2.1 O crime passional e o direito masculino de matar	30
2.2 A legítima defesa da honra	33
2.3 Quando as mulheres matam	37
2.4 As relações de gênero e a violência	41
3. Capítulo III: O discurso da notícia: referencial teórico	50
3.1 As relações entre discurso da imprensa e ideologia	50
3.2 Os gêneros informativos <i>notícia</i> e <i>reportagem</i>	54
3.3 A notícia como discurso	58
3.3.1 A produção da notícia: os valores-notícia	60
3.3.2 A compreensão da notícia: os <i>scripts</i> e os modelos mentais	66
3.3.3 Estrutura da notícia: os tópicos e as proposições	70
3.3.4 As categorias do esquema da notícia	74
3.3.4.1 A categoria <i>Sumário</i> : manchete e lide	74
3.3.4.2 A categoria <i>Episódio</i> e suas subcategorias	78
3.3.4.3 A categoria <i>Comentários</i>	82
3.3.4.4 A categoria <i>Reações Verbais</i> : discurso direto e indireto	82

3.3.5 O estilo no discurso da notícia	86
3.3.6 A retórica no discurso da notícia	88
4. Capítulo IV: Análise do <i>corpus</i>	92
4.1 O caso Doca Street e Ângela Diniz	93
4.2 O caso Dorinha Duval e Paulo Sérgio Garcia Alcântara	131
4.3 O caso Lindomar Castilho e Eliane de Grammont	160
4.4 O caso Pimenta Neves e Sandra Gomide	193
4.5 Uma síntese do discurso das notícias analisadas	227
5. Considerações Finais	229
6. Referências bibliográficas	238
7. Anexos	247
7.1 Assassinada a tiros Ângela Diniz, a “Pantera de Minas”	248
7.2 Ângela: o final trágico da “pantera mineira”	249
7.3 Dorinha Duval mata companheiro com três tiros	250
7.4 Atriz Dorinha Duval não se apresentou à polícia	251
7.5 Lindomar Castilho mata a ex-mulher	252
7.6 Lindomar tentou matar Eliane em 80	253
7.7 Jornalista é suspeito de matar ex-namorada	254
7.8 Decretada prisão temporária de jornalista	255

A impressão que a gente tem, lendo os jornais (...), é que “lar” é um local destinado principalmente à prática do uxoricídio.

Rubem Braga

Introdução

Quando a feminista Mirian Chrystus declarou, em entrevista a um programa policial da Rede Globo de Televisão, que as narrativas jornalísticas “vitimizam a vítima por uma segunda vez, através do texto”¹ acreditamos que isso poderia ser o ponto de partida para uma pesquisa de análise do discurso da imprensa. Para melhor esclarecer, tratava-se do programa *Linha Direta Justiça*, que teve como tema o crime passionai cometido por Raul Fernando do Amaral Street, o Doca Street, contra Ângela Diniz.

O tema despertou-nos interesse, porque envolve questões relativas à identidade de gênero feminino e também ao discurso da imprensa e, por isso, julgamos que seria uma contribuição importante das ciências da linguagem para as discussões das Ciências Sociais, que têm dedicado bastante atenção àquilo que se convencionou chamar de “condição feminina”, isto é, além dos estudos diversos acerca da identidade de gênero feminino, poderíamos também contribuir com um estudo da representação dessa identidade de gênero por meio do discurso da imprensa dentro de um contexto sociocultural específico, numa perspectiva histórica.

Para isso, fomos pesquisar a respeito de crimes passionais, de modo que pudéssemos constituir um *corpus* de pesquisa significativo para investigar em que medida o discurso da imprensa, dentro de um contexto histórico e social, poderia reproduzir ideologias e valores sociais na perspectiva das relações de gênero, porque, ainda que soubéssemos que toda atividade discursiva é ideológica, interessava-nos investigar como essa ideologia discursiva manifestava-se nas notícias de crimes passionais.

¹ “Eu acho que o movimento feminista foi muito oportuno de pegar esse caso e se debruçar sobre ele para mostrar como que essas narrativas vitimizam a vítima por uma segunda vez, através do texto”, transcrito do DVD *Linha Direta Justiça*, Globo Marcas, 2004.

Na mídia impressa, o que se observa é uma tentativa de alcançar a imparcialidade em um fato noticioso; entretanto, ao observarmos mais atentamente um mesmo fato noticiado por emissores diferentes, poderemos identificar diferenças nas abordagens, visto que “os emissores verbalizam o real de maneiras diferentes e de acordo com o seu ponto de observação”². Isso se dá, também, porque o jornalismo é feito dentro de um contexto histórico e social que pode interferir na linha editorial do veículo, segundo os interesses ideológicos e mercadológicos vigentes na sociedade.

Marcondes Filho (1989:21) afirma que os jornais “em alguns sentidos e em casos muito específicos exercem uma ação verdadeiramente condutora” no processo de formação de opinião. Os leitores, por sua vez, acreditam estar informados e julgam-se, assim, capazes de transformar a realidade, porque não têm total consciência, ou talvez nenhuma, de que é a ideologia presente no jornal que orienta para a seleção da informação que será transformada em notícia. Entretanto, ao elaborar uma notícia, o jornalista reproduz parcialmente a realidade a partir de um ponto que lhe interessa, adotando para isso critérios subjetivos:

Por trás da noção de que é possível uma reportagem objetiva está a ideia de que a informação pode ser apresentada de tal maneira que seus receptores sejam capazes de formar suas próprias opiniões. A reportagem objetiva é entendida como desapaixonante, sem preconceitos, imparcial, isenta de sentimentalismo e conforme a realidade. (KUNCZIK, 2001:227)

A partir dessas reflexões, iniciamos nossa pesquisa pela leitura da obra *A paixão no banco dos réus*, da promotora Luíza Nagib Eluf (2002), e dessa leitura elegemos quatro casos de crimes passionais de grande repercussão na mídia, que julgamos serem representativos para os nossos propósitos, a saber: o assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, em dezembro de 1976, num momento em que o movimento feminista adquiria grande representatividade na sociedade brasileira; o crime cometido pela atriz Dorinha Duval, que assassinou seu companheiro Paulo Sérgio Garcia

² MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *A face oculta do jornal: desvendamento*. Anais de seminários do GEL V. I, 1994.

Alcântara, em 1980, no auge das discussões a respeito da violência contra a mulher; o assassinato de Eliane de Grammont, em 1981, cometido pelo cantor popular Lindomar Castilho, que reacendeu as discussões a respeito da violência contra as mulheres, e o assassinato de Sandra Gomide, em 2000, cometido pelo jornalista Pimenta Neves, que dividiu a opinião da imprensa em função da cobertura do caso.

Depois de selecionados os casos, reunimos diversas notícias publicadas sobre eles em vários jornais do país e optamos por aquelas publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, devido à importância desse jornal no mercado nacional e também devido a maior acessibilidade à fonte, e delimitamos como período de análise os dois primeiros dias subsequentes à data de cada crime, porque observamos que, a partir do terceiro dia, nem todos os crimes foram noticiados ininterruptamente.

Assim, pois, partimos do contexto histórico e social da década de 1970, período de grandes transformações sociais e culturais na realidade brasileira, especialmente no que diz respeito às relações de gênero, por considerarmos que, a partir daquele período, os valores sociais e as ideologias vigentes poderiam estar representados no discurso da imprensa, porque o jornalismo também se faz em função das ideologias presentes em determinados contextos e, dessa forma, as transformações da sociedade também poderiam ser observadas nesse discurso.

Após definirmos o *corpus*, estabelecemos os seguintes objetivos para a pesquisa: identificar as estratégias discursivas presentes nos textos noticiosos produzidos a partir desses crimes passionais e verificar em que medida essas estratégias foram empregadas para manter ou modificar o *status quo* da condição feminina em determinados contextos, numa perspectiva ideológica representada nas relações de poder entre os grupos sociais. Para isso, buscamos uma bibliografia que nos fornecesse os subsídios iniciais para tal análise e encontramos nos estudos de Teun A. Van Dijk (1988) a obra *News as discourse*, cuja proposta é analisar a notícia como discurso, isto é, para o autor, a estrutura da notícia e seus processos de produção e recepção relacionam-se às práticas sociais e ideologias de

quem as produz, em um determinado contexto social. Assim, pois, esta tese situa-se no campo da Análise do Discurso e objetiva apresentar uma análise do discurso da imprensa escrita a partir de notícias de crimes passionais.

Essa tese está organizada em quatro capítulos, assim distribuídos:

Capítulo I: “A seleção do *corpus* e o campo da pesquisa”, no qual caracterizamos o *corpus* selecionado e justificamos nossos critérios de seleção e também apresentamos o campo de pesquisa ao qual pertence a tese;

Capítulo II: “O crime passional e a violência de gênero”, no qual apresentamos um estudo acerca dos crimes passionais, sob as perspectivas histórica e legal, e também apresentamos um breve estudo a respeito da questão da identidade de gênero e da violência doméstica;

Capítulo III: “O discurso da notícia: referencial teórico”, no qual apresentamos o aporte teórico, formado principalmente por estudos de Análise do Discurso, Linguística e Jornalismo, que subsidiará nossas análises e, em especial, a teoria de Teun A. Van Dijk (1988) para a análise da notícia como discurso, segundo a qual a notícia em si é discurso, porque as estratégias discursivas manifestam-se não apenas nos aspectos linguísticos do texto, mas principalmente no processo que envolve a produção da notícia e a sua recepção pelo leitor;

Capítulo IV: “Análise do *corpus*”, no qual aplicamos o referencial teórico ao *corpus* selecionado, conforme as categorias de análise estabelecidas a partir da teoria de Van Dijk (1988), analisando-o segundo o contexto histórico e social de produção e recepção das notícias. Para isso, antes da análise do *corpus*, apresentamos um histórico do crime e das pessoas nele envolvidas, desta forma relacionando os textos noticiosos ao seu contexto histórico e social.

Os textos jornalísticos veiculam, além de informações, as ideologias de quem os produz, sempre tendo em vista seu público leitor. Portanto, um estudo do discurso da imprensa pode contribuir de maneira bastante relevante para a compreensão do papel que a mídia exerce na sociedade em

determinados contextos históricos e sociais, de acordo com a ideologia presente nesses contextos, como também para a compreensão do processo que envolve a produção e a recepção das notícias e, por meio dele, a propagação das ideologias.

No que se refere à questão da identidade de gênero feminino, a tese pode contribuir para a reflexão a respeito das diversas formas de manutenção das desigualdades instituídas pela sociedade ao longo da história das mulheres, mais especificamente quando se trata da violência doméstica que culmina em crimes designados como passionais, os quais muitas vezes ainda encontram respaldo social, porque têm como justificativa o amor, ou a concepção equivocada segundo a qual, nas relações de poder, a mulher ocupa um lugar de menor prestígio na sociedade. Além disso, a tese pode contribuir para uma crítica a respeito do papel que a imprensa escrita desempenha quando trata das questões diversas que permeiam o universo feminino e a veiculação de ideologias por meio de seu discurso.

Portanto, esta tese pretende acrescentar aos diversos estudos a respeito da identidade de gênero feminino, mais frequentes nas Ciências Sociais, uma contribuição das ciências da linguagem para a reflexão acerca do discurso da imprensa na manutenção ou na mudança do comportamento da sociedade no que concerne à condição feminina.

Capítulo I

A seleção do *corpus* e o campo da pesquisa

As páginas policiais da mídia impressa e os diversos programas de rádio e televisão que têm como linha editorial a espetacularização da violência noticiam com frequência crimes que são apresentados à população como crimes passionais. Em outubro de 2008, Lindemberg Fernandes Alves, de 22 anos, assassinou com um tiro na cabeça e outro na virilha sua ex-namorada Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, depois de mantê-la em cárcere privado por mais de 100 horas. O crime de sequestro foi transmitido em tempo real por diversas emissoras de rádio e de televisão e o seu desfecho trouxe novamente à tona a discussão sobre crimes passionais e o que leva uma pessoa a tirar a vida de outra, alegando como motivo o amor.

Para a promotora Luíza Nagib Eluf (2006) crime passional é “o homicídio praticado por ciúme, por possessividade, pela incapacidade de aceitação do fim de um relacionamento amoroso” e mais frequentemente é praticado pelo homem. Independentemente de quem o pratique, o que provoca celeuma nesse tipo de crime é a contradição que parece haver entre o amor e o homicídio que dele resulta.

Ainda a esse respeito, Eluf (2007b) diz que “não existe crime cometido por amor e sim por ódio” e assevera:

Amor e paixão não se confundem, embora os termos sejam, muitas vezes e equivocadamente, usados como sinônimos. Juridicamente, convencionou-se chamar de *passional* todo crime cometido em razão de relacionamento sexual ou amoroso. No entanto, a paixão que move a conduta criminosa não deriva do amor, mas de seu extremo oposto – o ódio. Pode ser que, no início da relação, assassino e vítima tivessem tido uma relação afetiva e sexual próxima do amor, mas, no momento em que o homicídio é cometido, nenhum amor restou, embora tenha persistido a paixão, que se traduziria em obsessão doentia e destrutiva. (Eluf, 2007b)

Não será nosso propósito discutir nesta tese as razões que levam um homicida passional a praticar tal delito, mas investigar de que maneira os crimes passionais e os atores neles envolvidos são representados nas narrativas jornalísticas noticiosas dentro de um contexto histórico e social. Para isso, fomos em busca de uma bibliografia que repercutisse o tema “crimes passionais” e encontramos a obra *A paixão no banco dos réus*, da promotora Luíza Nagib Eluf (2002), na qual a autora apresenta uma pesquisa acerca dos crimes passionais de maior repercussão na sociedade brasileira, muitas vezes amparada por textos jornalísticos.

Em seu trabalho, Eluf apresenta 14 casos célebres. O primeiro ocorreu no ano de 1873 e envolveu o Desembargador José Cândido de Pontes Visgueiro, de 62 anos à época, e Maria da Conceição, uma prostituta de 17 anos. O último caso relatado ocorreu no ano de 2000 e envolveu o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, de 63 anos, e a também jornalista Sandra Florentino Gomide, de 32 anos.

1.1 Seleção do *corpus*

Do período de mais de um século representado na obra de Eluf (2002), julgamos conveniente fazer um recorte temporal, principalmente em função da acessibilidade aos textos jornalísticos produzidos em torno de cada caso, bem como em virtude de sua representatividade dentro de um determinado contexto social. Desta forma, limitamos nosso *corpus* às três últimas décadas do século XX, o qual se constitui de textos jornalísticos produzidos a partir de quatro casos de grande repercussão na mídia.

O primeiro deles, que envolveu Ângela Diniz e Raul Fernando do Amaral Street, ocorreu em 31 de dezembro de 1976, num momento em que o movimento feminista encontrava-se em plena atividade, apesar do conservadorismo da sociedade na década de 1970.

Para Pinto (2003), foi na década de 1970 que a questão da mulher passou a adquirir vulto no Brasil, especialmente a partir de 1975, considerado o “momento inaugural do feminismo brasileiro”. Naqueles anos, a ditadura militar reprimia quaisquer manifestações públicas, porque as considerava formas de luta contra o poder, e as mulheres que lideravam os movimentos feministas lutavam não só pelo reconhecimento dos direitos políticos da mulher, mas também pelas questões de gênero:

as mulheres de classe média, intelectualizadas, que estiveram nos Estados Unidos ou na Europa como exiladas, estudantes ou simples viajantes em busca de novas experiências, voltavam para o Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher, em que o antigo papel de mãe, companheira, esposa não mais servia. Essas mulheres haviam descoberto seus direitos e, mais do que isso talvez a mais desafiadora das descobertas, haviam descoberto os seus corpos, com suas mazelas e seus prazeres. (Pinto, 2003:65)

Isto é significativo, porque Ângela Diniz apresentava um comportamento social que afrontava a moral conservadora, fato amplamente explorado pela mídia naquele contexto e que provocou reações adversas na opinião pública, a ponto de o movimento feminista declarar que a vítima foi julgada pela imprensa e pelos tribunais, em vez do criminoso.

Carmem da Silva (1977)³, em sua coluna “A arte de ser mulher”, da revista *Claudia*, ao escrever sobre o assassinato de Ângela Diniz, afirmou:

O que importa, no caso, é que essa devassa gratuita tenha sido feita e divulgada aos quatro ventos, *como se o principal não fosse o crime em si, mas o comportamento da vítima*. Desloca-se a tônica dos fatos numa insidiosa manobra destinada a instilar-nos na mente a ideia de que, de certo modo, ela *merecia* o assassinato.

³ SILVA, Carmem da. Afinal quem é o réu?. *Claudia*. n. 187, abr. 1977.

As notícias publicadas a respeito do crime praticado por Doca Street contra Ângela Diniz, portanto, são significativas para a realização de nossa pesquisa, visto que o contexto histórico e social em que ocorreu tal crime foi também determinante para a construção dessas notícias.

O segundo caso ocorreu em 05 de outubro de 1980 e trata-se daquele que envolveu a atriz Dorinha Duval e seu companheiro Paulo Sérgio Garcia Alcântara. Naquela ocasião, dada a relativa recência da morte de Ângela Diniz e a grande repercussão daquele crime na sociedade, principalmente por causa dos movimentos feministas que se organizaram para protestar contra a sentença que Doca Street recebeu, o crime de Dorinha Duval de certa forma provocou constrangimento para o movimento das mulheres, porque revelava uma face violenta do comportamento feminino. Luíza Nagib Eluf (2002) diz que “as mulheres, geralmente, não matam” e explica que isso se dá porque as mulheres são menos violentas. Também de acordo com Eluf, “é ainda muito grande o número de mulheres que morrem e muito pequena a quantidade delas que matam”.

Evidentemente, o crime de Dorinha Duval apresentava interesse público, porque a atriz era conhecida publicamente devido à sua profissão, mas a sua fuga logo após socorrer ao hospital o companheiro baleado, sem que a polícia conseguisse explicar, e também o fato de se tratar de um crime cometido por uma mulher contra um homem foram elementos que tornaram o crime mais sensacional, sob o ponto de vista jornalístico.

Uma reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*⁴ em 15 de outubro de 1980, quando Dorinha Duval apresentou-se à polícia, informou:

No grupo de mais de meia centena de jornalistas, os comentários se dividiam entre o tempo em que a atriz vai cumprir de prisão – dependendo em qual Tribunal será julgada –, passando aos rumos do movimento feminista, diante da constatação de que mulher também mata. “Só mata por amor”, berrava uma jornalista.

⁴ DORINHA Duval se apresenta à polícia e confessa o crime. *Jornal do Brasil*, 15 out. 1980.

A discussão a respeito das relações de gênero nos crimes passionais prosseguiu nos anos seguintes e, na ocasião do julgamento de Dorinha Duval, o escritor e jornalista Álvaro Alves de Faria (1983) escreveu:

O que mais me espanta é o seguinte: logo depois do julgamento algumas pessoas amigas comentavam o fato. Falava-se, então, de machismo e feminismo. E alguém ironizou: os homens deveriam sair em passeata levando faixas e cartazes protestando contra as mulheres assassinas. A conversa caminhou até que uma mulher disse, com veemência, que o homem assassinado a tiros por Dorinha Duval merecia mesmo esse destino. (...) E cheguei a uma conclusão terrível: homens e mulheres não se veem mais como seres humanos, mas como uma espécie de classe que compete violentamente na conquista de todos os espaços. Disso tudo, uma constatação: homem que mata é realmente assassino; mulher que mata é simplesmente uma vítima; ou vice-versa, conforme o número de representantes de cada classe que, numa discussão, transformam os assassinos em heróis.⁵

Assim, pois, o crime de Dorinha Duval repercutiu na imprensa naquele contexto histórico e social e as notícias dele derivadas foram consideradas relevantes para nossa pesquisa, porque, além dessa repercussão, apresenta o diferencial de ter sido cometido por uma mulher.

O terceiro caso ocorreu em 30 de março de 1981 e envolveu o cantor popular Lindomar Castilho e sua ex-mulher Eliane Aparecida de Grammont, também cantora e irmã de uma jornalista da Rede Globo de Televisão. Além desses elementos que por si só garantiam o interesse pela notícia, assim como no caso Ângela Diniz, a tese de “defesa da honra” foi aventada, porque Lindomar Castilho alegava que era traído pela mulher, de modo que pudesse obter vantagens jurídicas quando de seu julgamento pelo crime.

De acordo com reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*⁶ em 02 de abril de 1981, para o advogado José Carlos Dias, contratado para a acusação, a tese da “defesa da honra” não seria sustentada, porque o casal já estava separado. Entretanto, isso revela que, naquele contexto, se o casal ainda estivesse casado, talvez tal tese encontrasse respaldo. Isto porque,

⁵ FARIA, Álvaro Alves. De heróis e assassinos. *Folha de S. Paulo*, 11 dez. 1983.

⁶ DEFESA pede relaxamento da prisão de Lindomar. *Folha de S. Paulo*, 02 abr. 1981.

ainda segundo o advogado, ao comparar o crime de Lindomar Castilho ao crime de Doca Street, havia valores na sociedade que deviam e precisavam ser mudados.

As alegações do cantor, somadas ao fato de se tratar de um caso de violência contra a mulher, motivaram atos de protesto organizados pelo movimento feminista. O primeiro deles ocorreu já no dia da missa de sétimo dia de Eliane, sob ameaças de bombas feitas anonimamente por homens contra a entidade feminista SOS-Mulher, e outros protestos também ocorreram. Porém, na ocasião do julgamento de Lindomar Castilho, em agosto de 1984, houve confrontos entre grupos de mulheres e de homens que revelaram o nível de discussão em que se encontrava a sociedade naquela época, a respeito das questões relacionadas aos direitos da mulher na sociedade.

De acordo com reportagem publicada pelo jornal *Folha de Tarde*⁷ de 24 de agosto de 1984, um grupo de aproximadamente cinquenta mulheres fazia em frente ao Palácio da Justiça, em São Paulo, “uma vigília de pressão moral ao longo de todo o julgamento de Lindomar Castilho”, quando um grupo de transeuntes começou a se aglomerar em torno das mulheres e, em pouco tempo, o grupo masculino já contava com cerca de duzentos homens que gritavam palavras como “abaixo o adultério, mulher no cemitério” e no dia seguinte, de acordo com o *Jornal da Tarde*⁸, o confronto foi pior, com homens mais agressivos, em maior número, que gritavam palavrões e defendiam o cantor assassino.

O crime de Lindomar Castilho contra Eliane de Grammont repercutiu, pois, tanto em razão das personalidades nele envolvidas, como também em razão dos desdobramentos do fato dentro do contexto histórico e social brasileiro. Naquele contexto, a sociedade lutava contra os valores sociais estabelecidos e a imprensa desempenhava importante papel para a divulgação dessa luta.

⁷ ADVOGADOS duelam, mulheres brigam, Lindomar chora. *Folha de Tarde*, 24 ago. 1984.

⁸ NA MADRUGADA, a condenação de Lindomar. *Jornal da Tarde*, 25 ago. 1984.

Evidentemente, entre 1981 e 2000, ano em que ocorreu o quarto caso que compõe nosso *corpus*, outros crimes passionais aconteceram, mas não de tanta repercussão, por não envolverem pessoas públicas. Poderíamos citar o caso Daniella Perez, ocorrido em 28 de dezembro de 1992, mas as circunstâncias do crime não nos permitiram classificá-lo como passional, pois se tratou de um casal que assassinou uma terceira pessoa, motivado por um pacto de fidelidade, como foi divulgado pela imprensa. Assim, temos entre o crime de Lindomar Castilho, que já apresentamos, e o crime do jornalista Pimenta Neves, que apresentaremos a seguir, um intervalo de quase duas décadas e, nesse período, a sociedade brasileira modificou substancialmente sua maneira de perceber a questão da violência contra as mulheres, como também a questão do crime passional.

O quarto caso ocorreu em 20 de agosto de 2000 e refere-se, como já antecipamos, ao crime que envolveu o diretor de redação do jornal *O Estado de S. Paulo* Antonio Marcos Pimenta Neves e a jornalista Sandra Florentino Gomide. Naquela ocasião, muito se questionou a respeito do tratamento que a imprensa dispensou ao caso. De acordo com reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*⁹ de 27 de agosto de 2000, para Mino Carta, diretor de redação da revista *Carta Capital*, “a cobertura, no geral, foi corporativista” e, ainda segundo o jornalista, “se o acusado fosse um negro, pobre, (os jornais) teriam afirmado logo que se tratava de um assassino”. Já para Roberto Muller, ex-diretor da *Gazeta Mercantil*, a cobertura foi sensacionalista e “merecia apenas um registro”, pelo fato de os envolvidos não serem pessoas públicas. Augusto Nunes, diretor de redação da revista *Época*, por sua vez, disse que “a imprensa começou mal, mas se recuperou”.

Assim, pois, além do fato de ter sido um crime passional, chama a atenção também a forma como a imprensa escrita tratou o caso, que motivou divergências de pensamento até mesmo entre os representantes da classe jornalística. Some-se a isso, também, a alegação de defesa da honra que a defesa pretendia utilizar em benefício do jornalista.

⁹ JORNALISTAS analisam cobertura. *Folha de S. Paulo*, 27 ago. 2000.

De acordo com o jornal *O Globo*¹⁰, de 25 de agosto de 2000, o advogado do jornalista disse que usaria “a tese de que o crime foi cometido por legítima defesa da honra e que Pimenta Neves estava sob violenta emoção.” Ainda de acordo com o jornal, Pimenta Neves, em depoimento, “atacou a honra da ex-namorada Sandra Gomide, de 32 anos, e procurou desqualificá-la pessoal e profissionalmente”, isto porque o jornalista “disse que Sandra era inculta, insinuou que ela lhe transmitiu doença venérea e disse que se considerava traído”.

Evidentemente, essas declarações provocaram indignação na sociedade e novamente as entidades de defesa da mulher mobilizaram-se para lutar contra a violência de gênero. De acordo com reportagem publicada pelo jornal *O Globo*¹¹, de 27 de agosto de 2000, o crime de Pimenta Neves “reforça a tese de que a sociedade é conivente com a violência, segundo representantes de movimentos feministas e de entidades públicas de defesa da mulher.”

Note-se, pois, que a publicidade deste crime deveu-se a um conjunto de fatores que se inserem em um contexto social bastante significativo para nosso trabalho, visto que se trata de um crime passional que envolveu pessoas que não eram públicas, o que talvez não motivasse o interesse dos leitores, mas o criminoso era um importante representante da classe jornalística, e a opção por não dar destaque ao crime nos noticiários poderia ser entendido como um ato de corporativismo. Desta forma, esse contexto social foi significativo para a construção das notícias.

Definidos, pois, os casos a partir dos quais seria desenvolvida a pesquisa, buscamos constituir um *corpus* que apresentasse uma amostragem significativa para a análise. Desta forma, reunimos diversas notícias publicadas pela mídia impressa a respeito dos crimes passionais já referidos. Entretanto, para definir com maior precisão o objeto de análise,

¹⁰ VALENTE, Rubens e MORAES, Welliton. Jornalista ataca ex-namorada para se defender. *O Globo*, 25 ago. 2000.

¹¹ CASTELO BRANCO, Adriana *et al.* Assassinato de Sandra mobiliza feministas. *O Globo*, 27 ago. 2000.

limitamo-nos às notícias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, conforme trataremos a seguir.

1.2 Caracterização do corpus

O *corpus* desta tese foi reunido a partir de pesquisas junto ao Banco de Dados Folha, que possui um amplo acervo de pastas temáticas com recortes de diversos jornais e revistas do País. De posse dessas pastas de recortes de notícias de crimes passionais, selecionamos aqueles que julgávamos serem importantes para a sua constituição e, depois de analisados, optamos somente pelos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, durante os dois primeiros dias subsequentes à data do crime e, dessas notícias, selecionamos apenas os textos estritamente noticiosos, isto é, desprezamos os artigos, *features*, fotos, gráficos e outras formas de comentário das notícias, porque nosso objetivo é analisar o discurso da notícia apenas em textos que têm a função precípua de noticiar o crime. A opção pelo jornal *Folha de S. Paulo* deveu-se ao fato de este ser um jornal de grande circulação no território nacional e de expressiva vendagem, como também pela acessibilidade à fonte de consulta.

1.2.1 A *Folha de S. Paulo*: um breve histórico

A *Folha de S. Paulo* é um dos jornais mais importantes do País e sua história tem início na fundação do jornal *Folha da Noite*, em 1921, quando “a própria equipe de redação do jornal *O Estado de S. Paulo* propôs-se a fundar um novo órgão de imprensa”¹² e tinha por objetivo atingir um público leitor que não fazia parte dos interesses deste jornal. A empresa *Folha da Noite Ltda.* foi fundada por Olival Costa, Pedro Cunha, Antonio dos Santos Figueiredo, Mariano Costa e Ricardo Figueiredo e, posteriormente, ficou sob os cuidados apenas de Pedro Cunha e Olival Costa.

A *Folha da Noite* era um jornal vespertino e, devido ao seu crescimento, em 1925 foi lançado o jornal *Folha da Manhã* e os dois tinham

¹² TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento*. 1992, p. 38.

uma linha editorial voltada para as questões urbanas locais e “teriam praticamente o mesmo conteúdo, mas a forma de apresentação da mensagem seria distinta, sendo a primeira mais popular, dirigindo-se inclusive aos operários, e a segunda mais sóbria”¹³. Mas o movimento revolucionário de 1930 empastelou os jornais e, em 1931, passaram a ser dirigidos por Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida, que mudaram a razão social para Empresa Folha da Manhã Limitada e também assumiram uma linha editorial diferente da adotada pela administração anterior, mais voltada aos interesses agrários.

Essa administração permaneceu até 1945, quando a empresa mudou sua razão social para Empresa Folha da Manhã S.A. e passou a ser dirigida por José Nabantino Ramos, Alcides Ribeiro Meirelles e Clóvis Medeiros Queiroga, que, segundo Sevcenko (2000:9), “imprimem ao jornal uma identificação com o discurso desenvolvimentista em voga”:

De 1945 a 1962, Nabantino Ramos deu a linha ao jornal. Em 1949, ele fundou a *Folha da Tarde*. Em 1960, fundiu os três diários num só, ao qual deu o nome *Folha de S. Paulo*. As preocupações com os cafeicultores da administração anterior foram substituídas por uma clara posição de defesa dos interesses das classes médias urbanas de São Paulo. (SILVA, 2005:712)

Em 1962, os empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiram o controle acionário da empresa e, até 1967, tiveram como meta reorganizar a empresa economicamente e, assim, a linha editorial adotada por Nabantino Ramos foi pouco alterada. De acordo com Silva (2005:74), de 1968 até 1974, “a preocupação essencial ainda não era a Redação, embora alguns traços da política editorial posterior pudessem começar a ser percebidos”. Assim, esse período caracterizou-se mais pela modernização da empresa, como a impressão em *off-set* em cores e utilização de sistema eletrônico de fotocomposição, do que pela definição de uma linha editorial e padronização de estilo.

¹³ MOTA e CAPELATO *apud* TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento*. 1992, p. 45.

De 1974 a 1984, a empresa passou então a ocupar-se também da definição de um projeto que delinearía a linha editorial da *Folha* tal qual conhecemos hoje. Assim, os rumos políticos do País na década de 1970, principalmente no tocante à questão da abertura política, foram significativos para que o jornal definisse em 1981 um projeto editorial que fixava como metas a informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões, e no ano de 1984 a *Folha* lançou o documento interno “A Folha depois da Campanha das Diretas-Já” e implantou o seu *Manual da Redação*, que propunha “definir o método e os procedimentos práticos que sua direção considera apropriados para atingir os objetivos especificados pelo projeto.”¹⁴

O movimento “Diretas Já”, de 1984, foi muito importante para a consolidação da *Folha* no mercado jornalístico brasileiro, porque, a partir daquela campanha, o jornal passou a ter maior visibilidade e credibilidade e isso levou a sua direção a adotar medidas administrativas mais rígidas, com o objetivo de garantir a manutenção desse prestígio adquirido. O resultado foi a demissão de 27 jornalistas em um mesmo dia e a contratação de outros trazidos de outros jornais, o que gerou um clima de insatisfação e insegurança na redação, mas, apesar desse clima, os números indicavam que as vendas só aumentavam.

Não obstante a isso, a *Folha* encontrava resistência à implantação de seu projeto, também porque o cargo de Diretor de Redação era ocupado por Otávio Frias Filho, herdeiro do jornal e, por isso, tornava-se mais difícil que os demais funcionários assumissem também para si a responsabilidade de implantar com sucesso o projeto, sem que fosse compreendido como um interesse apenas do patrão. Entretanto, a criação de um plano de metas, bem como a implantação de um plano de salários pautado pela meritocracia, reduziu de forma significativa a rejeição e as dificuldades de implantação do projeto editorial. Assim, pois, em 1987 entrou em vigor um projeto editorial que tinha por objetivo a realização de um jornalismo crítico, apartidário,

¹⁴ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: seis mil dias depois*. 2005, p. 148.

pluralista, moderno, didático e de serviço, além de se fixar na obtenção de informações inéditas, exclusivas e de impacto.

Atualmente, a *Folha* intitula-se “o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação”, com distribuição nacional de 345.571 exemplares aos domingos e 289.583 exemplares nos dias úteis¹⁵, publicando diariamente os seguintes cadernos: *Folha Brasil*, que trata de questões políticas e sociais brasileiras; *Folha Ciência*, que aborda pesquisas científicas importantes no Brasil e no mundo; *Folha Cotidiano*, que traz notícias relacionadas à segurança, à educação, ao trânsito e outras questões cotidianas; *Folha Dinheiro*, que trata das questões econômicas em geral; *Folha Esporte*, que traz assuntos do mundo esportivo nas mais diversas modalidades; *Folha Ilustrada*, que se dedica à área de cultura e entretenimento, e *Folha Mundo*, que traz notícias internacionais. Além dessas editoriais diárias, o jornal também publica os seguintes suplementos semanais: *Folha Informática*, *Folha Equilíbrio*, *Folha Turismo*, *Folhinha*, *Folhateen*, *Mais!*, *Folha Veículos*, *Folha Imóveis*, *Folha Construção*, *Folha Negócios*, *Empregos*, *Fovest*, *Vitrine*, *Guia da Folha*, *Revista da Folha* e *Serafina*.

De acordo com reportagem publicada pela própria *Folha* em 11 de novembro de 2007, a partir de pesquisa realizada pelo Datafolha, 68% dos seus leitores têm nível superior, 90% pertencem às classes A e B e a maioria dos leitores são casados, católicos, brancos e se encontram na faixa etária entre 23 e 49 anos.¹⁶

Para Sevcenko (2000), “um dos aspectos mais marcantes da história da *Folha de S. Paulo* é o de que se trata de um jornal em constante reformulação” e é nesse contexto que a *Folha*, com muita frequência, vê-se envolvida em questões polêmicas, ora agradando, ora desagradando seus leitores, provocando inquietações e sempre sendo objeto ou fonte de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento.

¹⁵ Dados extraídos de <http://publicidade.folha.com.br/>, consultado em 16 de abril de 2009, com informações do IVC (Instituto Verificador de Circulação) de fevereiro de 2009.

¹⁶ LEITOR da *Folha* está no topo da pirâmide social brasileira. *Folha de S. Paulo*, 11 nov. 2007.

1.3 Campo da pesquisa

De acordo com Lago e Benetti (2007:17), para as pesquisas em jornalismo “é preciso ter sensibilidade para encontrar o método mais adequado àquela investigação em particular, respeitados os critérios que a ciência estabelece para validar o trabalho acadêmico” e, dentre as diversas metodologias de pesquisa que se apresentam para o Jornalismo em particular, destaca-se a análise do discurso jornalístico.

Segundo Benetti (2007:110), “o jornalismo é um modo de conhecimento: ele tanto produz um conhecimento particular sobre os fatos do mundo, quanto reproduz os conhecimentos gerados por outros atores”. Nesse sentido, entendemos o discurso jornalístico como lugar de produção e reprodução de interesses e ideologias, os quais muitas vezes se escondem por detrás da pretensa busca pela objetividade e pelo ideal de compromisso apenas com a informação isenta de opinião.

De fato, isenção e objetividade são dois princípios que jornais e jornalistas buscam para seus textos e é principalmente em nome deles que as empresas de comunicação disputam entre si o leitor. Entretanto, o leitor muitas vezes ignora que a seleção do que vai ser notícia e também a seleção de quais palavras serão empregadas na redação da notícia já constituem uma forma de manipulação da informação e, conseqüentemente, uma forma de recriação da realidade. É nesse contexto que Abramo (2003:24) afirma que “a maior parte dos indivíduos, portanto, move-se num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal.”

Assim, pois, temos que o texto jornalístico revela-se como importante fonte de pesquisa para o campo da Análise do Discurso, visto que o jornalismo produz e reproduz ideologias, constrói consensos e atribui sentidos à vida cotidiana, sempre vinculado a um contexto histórico e social, obedecendo a uma estrutura textual mais ou menos fixa e orientado por

uma rotina de produção que atende aos interesses da linha editorial do veículo de comunicação.

Benetti (2007:111), acerca do método de análise do discurso do texto jornalístico, afirma:

Importa compreender que existe uma exterioridade que não apenas repercute no texto, mas que de fato o constitui e não pode ser dele apartada. O que fazemos, ao utilizar o método, é um procedimento que depende da iniciativa e vontade do pesquisador. Assim, o primeiro passo é enxergar a existência (apenas operacional e pragmática) de duas camadas: a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica.

Portanto, para a autora, quando se analisa o discurso dos textos jornalísticos, o pesquisador não deve limitar-se à observação do discurso, mas investigar qual é a ideologia presente nesse discurso. A afirmação de Benetti encontra fundamentos nas teorias da disciplina *Análise do Discurso*, sobre a qual trataremos no capítulo III. Antes, porém, apresentaremos um estudo acerca dos crimes passionais e da violência de gênero.

Capítulo II

O crime passionnal e a violência de gênero

Se as discussões a respeito de crimes praticados por motivos passionais, bem como suas repercussões na mídia, atualmente recebem da sociedade em geral um tratamento diferenciado daquele que recebia alguns anos atrás, isso se deve a uma mudança geral de comportamento, motivada principalmente por movimentos sociais liderados pelas classes dominadas, especificamente aqueles que lutam pela igualdade das relações de gênero.

Entretanto, na sociedade androcêntrica, às mulheres sempre foram negados direitos mínimos, dentre os quais o direito à honra, à liberdade de escolha de seus companheiros, à vida, e esses mesmos direitos sempre foram assegurados ao homem, inclusive o de matar em defesa de sua honra. Desta forma, consideramos importante apresentar um histórico dos crimes passionais na realidade sociocultural brasileira e as questões que permeiam as relações de gênero e a violência delas decorrente.

2.1 O crime passionnal e o direito masculino de matar

Quando o noticiário nos informa que determinado crime ocorreu por motivos passionais, a sociedade muitas vezes tende a se posicionar diante do fato de maneira divergente, porque esse tipo de crime possui raízes que estão fincadas em séculos de história e, por isso, parece haver uma compreensão que justifica os motivos que levam alguém a cometer tal delito.

O crime passional costuma ser relacionado ao adultério praticado por um dos cônjuges e sua justificativa pode ser encontrada desde o Antigo Testamento, no livro de *Levítico*, capítulo 20, que trata das leis penais, no versículo 10: “Se um homem cometer um adultério com uma mulher casada, com a mulher de seu próximo, o homem e a mulher adúltera serão punidos de morte”. Também para o Direito Romano, o adultério era crime e a pena imputada para os adúlteros era a morte¹⁷.

Assim, como em nossa sociedade o discurso fundador é muito frequentemente o religioso e como o Direito nacional sofre grande influência do Direito Romano, durante muito tempo o adultério foi considerado crime e apenas recentemente foi excluído do Código Penal, por meio da Lei 11.106, de 28 de março de 2005, que revogou o artigo 240, que versava sobre tal assunto.

Evidentemente, nosso Código Penal, que data de 1940, não imputava aos adúlteros a pena da morte, mas tipificava o adultério como crime. Entretanto, segundo Corrêa (1981:14-5), houve um período de nossa história em que os adúlteros eram punidos com a pena capital:

Durante o período colonial, o Brasil estava sujeito às normas das chamadas Ordenações Filipinas, conjunto das leis em vigor para Portugal e suas colônias. Este conjunto de leis já eliminava a vingança privada, com exceção de duas situações: “a perda da paz”, isto é, os que atentassem contra a ordem pública, inclusive através de mexericos, poderiam ser castigados por qualquer pessoa, e o adultério. O artigo legal referente a este crime explicitava assim a sua punição: “Achando o homem casado com sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela como o adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero Fidalgo, ou nosso Desembargador, ou pessoa de mais qualidade. E não somente poderá o marido matar sua mulher e o adúltero, que achar com ela em adultério, mas ainda os pode lícitamente matar, sendo certo que lhe cometeram adultério.”

Conforme se observa, essa lei visava proteger as classes dominantes, mais especificamente os homens dessas classes, já que a mulher não

¹⁷ DAOUN, Alexandre Jean. Adultério virtual . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 53, jan. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2564>>. Acesso em: 11 maio 2009.

aparece legalmente amparada, e isto nos leva a inferir que o adultério era um crime que atentava contra a honra masculina, o que é bastante significativo para o contexto que motivou o surgimento da designação “crime passionnal”.

O Código Penal brasileiro em vigência é o terceiro de nossa história. O primeiro data de 1830 e imputava a pena de um a três anos de prisão para o cônjuge adúltero, entretanto o marido só seria punido se comprovadamente tivesse “concubina teúda e manteúda”. O segundo Código, de 1890, considerava a possibilidade de isenção de culpa àqueles que “se achavam em estado de completa perturbação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime”¹⁸, abrindo um precedente para aqueles que cometessem um homicídio ao descobrirem o adultério, porque os advogados de defesa passaram a alegar que, em situação como essa, o criminoso não estava em seu pleno juízo no momento do crime, em virtude da violenta emoção provocada pela descoberta do delito do cônjuge, e assim poderia não ser condenado. É neste contexto que surge o que se convencionou chamar de “crime passionnal”, isto é, o crime cometido por um dos pares em um relacionamento amoroso.

O produto dessa lei foi, então, o perdão aos maridos, namorados, companheiros e amantes que assassinaram suas mulheres, e o crime passionnal passou a ser entendido como uma forma de punição à mulher adúltera e isso provocava reações em parte da sociedade que não aceitava a absolvição de assassinos de mulheres, ainda que grande parte da sociedade acreditasse na legitimidade dos crimes dessa natureza.

A absolvição desses homicidas devia-se também ao fato de o Tribunal do Júri ser, à época, uma instituição formada apenas por homens, que repercutiam os padrões da sociedade machista. Segundo Corrêa (1981:28) “a ausência de mulheres entre os julgadores dos crimes passionais na época áurea da sua discussão pode ser em parte responsável pela desinibição dos advogados em pedir a absolvição daqueles criminosos”.

¹⁸ CORREA, Mariza. *Os crimes da paixão*. 1981, p. 21.

Em virtude da repercussão negativa que essas absolvições provocavam na sociedade, que de certa forma autorizavam o uxoricídio, e das mudanças de comportamento da sociedade nas primeiras décadas do século XX, o Código Penal promulgado em 1940, e que permanece em vigor até hoje, incluiu um artigo específico para tratar da emoção e da paixão. Assim, o artigo 28, inciso I, do Código Penal brasileiro diz que “não excluem a imputabilidade penal a emoção e a paixão” e, além de a emoção e a paixão deixarem de ser motivo de inimputabilidade, o artigo 121 desse mesmo Código vai determinar que a pena para os homicídios poderá variar entre 6 e 20 anos de reclusão. Porém, o parágrafo 1º desse artigo diz que “se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço”.

Lins e Silva, citado por Eluf (2002:155-6), diz que essa foi “a solução encontrada na lei para, suprimindo a dirimente da perturbação dos sentidos e da inteligência, também não permitir que se condenasse a uma pena exagerada quem agisse por motivo aceito e compreendido pela sociedade”, isto é, o criminoso não ficaria impune, mas também não corria o risco de ficar por muito tempo encarcerado, como se fosse uma forma de justificativa à sociedade, como também ao criminoso.

2.2 A legítima defesa da honra

Embora não conste no Código Penal a designação “legítima defesa da honra”, o que diz o parágrafo 1º do artigo 121 é juridicamente denominado por “homicídio privilegiado”, isto é, o homicida tem o privilégio de matar por relevante valor social ou moral, ou porque estava sob violenta emoção provocada pela vítima, de modo que parte da culpa recaia sobre a vítima morta, impossibilitada de se defender. Mas isso não era o bastante para os advogados de defesa que, segundo Eluf (2002:163), “não queriam a condenação de seus clientes e procuravam soluções para absolvê-los ou condená-los à pena ainda menor do que a prevista para o homicídio privilegiado”. E assim surge a tese de “legítima defesa da honra e da

dignidade”, amplamente utilizada pela defesa nos júris e conhecida, pelo menos por nome, por boa parte da sociedade civil.

De acordo com o artigo 18 do Código Penal, o crime pode ser doloso, “quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”, isto é, houve a intenção de matar, ou culposos, “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia”, isto é, há a responsabilidade, mas não houve a intenção de matar; o parágrafo 3º do artigo 121 imputa a pena de 1 a 3 anos de reclusão no caso de homicídio culposos. Não há no Código Penal capítulo que trate do conjunto “legítima defesa da honra”, mas isoladamente podemos encontrar a legítima defesa e os crimes contra a honra.

O inciso II do artigo 23 diz que “não há crime quando o agente pratica o fato em legítima defesa” e o artigo 25 diz que “entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”. Quanto à honra, não há definição, mas são crimes contra a honra a calúnia, a difamação e a injúria. O artigo 139 diz que é crime “difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação” e o artigo 140 diz que é crime “injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro”.

A habilidade da defesa de encontrar amparo legal para sua tese, somada à habilidade de oratória comum aos grandes advogados, surtia grande efeito sobre os jurados que, “leigos que são, não iriam decidir com base no texto expresso de lei, mas de acordo com seus valores culturais¹⁹”, e esses valores eram os que a sociedade machista impunha com muita frequência até a década de 1970. O resultado disso era a absolvição do réu.

É importante ressaltar que, ainda que a lei fosse única para todos, de sorte que tanto os homens quanto as mulheres pudessem se valer dela para justificar seus crimes, no caso do adultério e do homicídio motivado por ele havia uma certa leniência quando o homicida era o marido. Isto porque, na

¹⁹ ELUF, Luiza Nagib. *A paixão no banco dos réus*. 2002, p.163.

sociedade patriarcal e androcêntrica, o homem sempre teve a liberdade de exercer sua sexualidade, desde que não pusesse em risco o patrimônio familiar. De acordo com Soihet (2000:363), a mulher, por sua vez, estava sujeita a determinações sociais que a colocavam em posição subalterna ao homem:

A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, *um comportamento que não maculasse a honra*. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois, deveriam restringi-la ao âmbito desse casamento. (grifos nossos)

Por muito tempo, imperou em nossa sociedade a ideia de que a honra poderia ser lavada com sangue. Foi nesse contexto que os crimes passionais encontraram respaldo social, porque o homem, ultrajado em sua dignidade e tomado por forte emoção que o privasse de sentidos, acabava justificando o seu crime.

De acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a palavra “honra” pode apresentar as seguintes acepções, entre outras:

1 princípio ético que leva alguém a ter uma conduta proba, virtuosa, corajosa, e que lhe permite gozar de bom conceito junto à sociedade; **2** o sentimento da própria dignidade **3** consideração devida a uma pessoa que se distingue por seus dotes intelectuais, artísticos, morais; privilégio; **4** dignidade conferida pela observância de certos princípios socialmente estipulados **4.1** virtuosidade, castidade sexual da mulher.

Na visão de Eluf (2002:113), “a palavra ‘honra’ é usada para significar ‘homem que não admite ser traído’”. Por isso, a legítima defesa da honra era uma tese utilizada nos crimes passionais praticados por homens, em virtude de uma possível repercussão social negativa que a traição pudesse ter e, desta forma, o uxoricida teria sua reputação restabelecida:

O assassino passional (...) quer recuperar, por meio da violência, o reconhecimento social e a autoestima que julga ter perdido com o abandono ou o adultério da mulher. Ele tem medo do ridículo e, por isso, equipara-se ao mais vil dos mortais. O marido supostamente traído fala em “honra” quando mata a mulher, porque se imagina alvo de zombarias por parte de outros homens, sente-se ferido em sua masculinidade, não suporta a frustração e busca a vingança.(Eluf, 2002: 117)

Na literatura clássica, encontramos o exemplo que justifica o que afirma a autora. Em *Otelo*, uma das obras-primas de Shakespeare, o ciumento herói assim se justifica pelo assassinato de sua esposa Desdêmona: “Chamai-me de assassino honrado, se quiserdes, pois nada fiz por ódio, mas tudo pela honra.”²⁰ Nesse sentido, pois, pode parecer que a honra seja um valor essencialmente masculino, que atribui ao homem o direito de matar. Entretanto, isso não é totalmente verdade.

As mulheres também têm sua honra, porém no mais das vezes relacionada à sua fidelidade conjugal ou à sua castidade. Desta forma, a tese de legítima defesa da honra feminina era aplicada quando a mulher, sentindo-se ameaçada, praticava algum crime tentando defender-se em sua honra, representada por sua castidade, e não pela infidelidade do marido.

No universo dos crimes contra a vida, há uma incidência maior de crimes cometidos por homens e, nesse bojo, estão também os crimes passionais. De acordo com a Secretaria Nacional de Segurança Pública²¹, no Brasil, no ano de 2005, 91% das vítimas de homicídios dolosos eram homens, e 95% dos agressores de homicídios dolosos também eram homens. Isso significa que as mulheres envolvem-se menos em homicídios e a razão disso talvez sejam as imposições culturais às quais elas sempre estiveram submetidas, isto é, a mulher sempre foi educada para a vida privada e, desta forma, esteve – e está – menos sujeita às agressões que culminam em homicídios, ainda que a violência doméstica seja fator preocupante.

²⁰ SHAKESPEARE, William. *Otelo, o mouro de Veneza*, 2003, p. 139.

²¹ Confira o *Perfil das Vítimas e Agressores das Ocorrências Registradas pelas Polícias Cíveis* disponível em <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMID78EA9AA6C582483FA694D19FA0A90410PTBRNN.htm>

Não há dados específicos acerca dos crimes passionais nessa pesquisa, porque, como dissemos, “crime passional” é uma convenção jurídica relativa aos crimes decorrentes de relacionamento amoroso, mas, segundo Eluf (2002), “ainda é muito grande o número de mulheres que morrem e muito pequena a quantidade delas que matam”. A promotora cita um levantamento feito pela Organização Não-Governamental “União de Mulheres de São Paulo”, segundo o qual cerca de 2.500 mulheres são mortas por ano no país, vítimas de crimes passionais. Embora essa pesquisa seja do ano de 1998, é possível que a realidade não seja muito diferente uma década depois.

2.3 Quando as mulheres matam

De acordo com reportagem publicada pela *Revista da Folha*²² de 17 de novembro de 2002, para cada 1.000 casos de crimes passionais cometidos por homens, há um caso cometido por mulher, sendo que 6% das maritcidas apresentam transtornos mentais, 60% estão sob efeito de álcool ou outra droga no momento do crime e 12% se matam após o crime. Ainda segundo a reportagem, os motivos mais comuns são a reação à opressão, humilhação e espancamento, e o *modus operandi* é o uso de faca, marreta, fogo e veneno, geralmente quando o marido não tem como se defender. Nesse contexto, o julgamento do crime é mais severo, porque há agravantes que evidenciam a classificação do crime como homicídio qualificado.

Conforme o parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal, o homicídio é qualificado se for cometido:

- I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por motivo torpe;
- II – por motivo fútil;
- III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;
- IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;
- V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

²² OLIVEIRA, Roberto de, e SAMPAIO, Paulo. Mulheres fatais. *Revista da Folha*, 17 nov. 2002.

De acordo com o *modus operandi* das mariticidas descrito pela reportagem, pelo menos um qualificador poderá ser utilizado na ocasião do julgamento, e a pena para os homicídios qualificados varia de 12 a 30 anos de reclusão.

Almeida (2001:37) afirma:

As significações instituídas sobre a mulher e seu papel de mãe são tão fortes que não se aceita que ela possa matar, e de forma tão sangrenta. Mas novas significações podem surgir em relação à mulher e sua ação no mundo. O crime também faz parte dessa ação, tornando-se também uma forma de manifestação, de grito em relação a algo que não vai bem.

É também em razão disso que ainda hoje, quando se tem notícia de um crime cometido por mulher, desperta mais atenção o ator do que o próprio ato, porque não é a gravidade do crime que se destaca, mas a incoerência de ser a mulher a criminosa, como se a criminalidade fosse essencialmente inerente ao homem e o crime passional também o fosse. Essa visão, além de resultar da imagem social da mulher constituída historicamente, também foi fortemente difundida por Cesare Lombroso, um influente criminologista italiano que, em suas teorias, dizia que “o tipo puro de criminoso passional seria sempre o masculino, pois nunca a explosão da paixão na mulher poderia ser tão violenta quanto no homem”²³, devido à natureza feminina.

O fato é que a sociedade mudou, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Assim, no mercado de trabalho, na política, nas universidades, entre outros ambientes sociais, a mulher tornou-se mais presente e mais atuante, e também nas relações familiares o papel da mulher passou a ter outro significado, menos submisso e mais participativo. Entretanto, a mulher também passou a praticar mais crimes.

²³SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. 2000, p. 381.

Segundo a Fundação Seade²⁴, em 2002, 5,4% da população carcerária do Estado de São Paulo eram mulheres. Em números exatos, eram 5.745 detentas. Em toda a Federação, segundo reportagem de Lobo (2008)²⁵, naquele mesmo ano havia 10.285 mulheres encarceradas e, no prazo de cinco anos, esse número mais que dobrou: em 2007, havia 25.909 presas. Ainda segundo a matéria jornalística, baseada em dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça, em percentuais majoritários, 33,7% dessas mulheres têm entre 18 e 29 anos, 25,9% têm entre 30 e 45 anos, 27,9% é branca e 38,8% são alfabetizadas ou têm apenas o ensino fundamental incompleto. No que diz respeito aos crimes cometidos, o tráfico internacional de drogas representa 30,2% do total e 13,3% referem-se a roubos e furtos.

De acordo com o advogado criminalista Waldir Troncoso Peres, em entrevista à *Revista da Folha*, “o número de mulheres nas cadeias aumentou por causa do crime organizado” e isso se confirma pelo percentual de mulheres presas em virtude do tráfico internacional de entorpecentes. Esses números, ainda que alarmantes, referem-se a 6% de toda a população carcerária brasileira, que em 2007 era de aproximadamente 420 mil pessoas.

Quando se trata de homicídios, segundo dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública²⁶, em 2005, 5% dos agressores eram mulheres. Almeida (2001:75) explica, baseada em estudos de criminologistas, que fatores biológicos e os valores sociais e morais impostos à mulher contribuem para que exista essa desproporcionalidade entre o número de homicidas de acordo com o sexo, mas não descarta que homens e mulheres têm a mesma disposição para o homicídio. Nesse sentido, podemos afirmar que a criminalidade deve ser analisada também na perspectiva de gênero e não só do sexo. Evidentemente, não pretendemos aqui justificar a violência

²⁴ Confira o quadro estatístico da população carcerária do Estado de São Paulo, disponível em <http://www.seade.gov.br/projetos/acervosp/popcarceraria.php>

²⁵ LOBO, Irene. População carcerária feminina mais do que dobrou nos últimos cinco anos. *Agência Brasil*, 27 jan. 2008.

²⁶ Confira o *Perfil das Vítimas e Agressores das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis* disponível em <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMID78EA9AA6C582483FA694D19FA0A90410PTBRNN.htm>

feminina, tampouco abrandar a brutalidade do ato criminoso, mas destacar que a criminalidade feminina pode ser também produto de desigualdades sociais que vão além das condições socioeconômicas.

As questões que envolvem a identidade de gênero feminino também repercutem nas prisões. Almeida (2001:76) afirma que as mulheres geralmente aceitam o julgamento e cumprem a pena imputada, ainda que muitas se julguem absolvidas por sua própria consciência, porque acreditam ter agido em defesa de sua vida ou de sua honra, ou de um ente querido. Segundo Oliveira e Sampaio (2002:10), nas prisões, o comportamento das mulheres homicidas geralmente é exemplar, pois não se envolvem em brigas, estudam e trabalham. Além disso, as homicidas passionais gozam de certo respeito entre as outras presas, porque são vistas como mulheres de coragem. O mesmo não se aplica quando são acusadas de matar a mãe ou crianças.

O artigo 5º da Constituição brasileira garante que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e, diante disso, não há razão para que homens e mulheres sejam julgados de forma diferenciada pelos crimes de mesma natureza que cometeram. Apoiando-se nesse artigo, Eluf (2002:199) afirma que “a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional”, porque, no mais das vezes, é empregada para a defesa de uxoricidas e, por isso, sua alegação incita à discriminação de gênero. Beraldo Júnior (2004), a partir de análise de alguns julgados²⁷, por sua vez afirma que “a tese da legítima defesa da honra ainda é aceita pela maioria dos tribunais.”

Essa discussão se dá devido às possibilidades de interpretação da lei, tanto pela defesa, quanto pela acusação. Assim, caberá à acusação, de acordo com a forma como foi praticado o crime, combinar as formas de qualificação e tentar condenar o réu por homicídio qualificado, duplamente qualificado, triplamente qualificado, entre outros, e à defesa caberá

²⁷ De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, trata-se de um termo jurídico: “**5** a parte final da sentença, na qual o juiz firma seu veredicto, pondo fim à questão; **6** qualquer decisão proferida por órgão judicial”.

encontrar no Código Penal artigos que, se não absolverem o réu, pelo menos atenuem a pena.

Essas diferentes interpretações da lei vão ocasionar diferentes imputações de penas e, além disso, no decorrer do cumprimento da pena, o réu poderá ser beneficiado por outros recursos que poderão reduzi-la, e isso normalmente desagrada a acusação. Foi nesse contexto que os homicídios qualificados passaram a compor rol dos crimes hediondos.

A Lei 8.072 de 1990, conhecida também por “Lei dos crimes hediondos”, foi criada para regulamentar o que diz o inciso 43 do artigo 5º da Constituição Federal, isto é, determinar quais crimes poderiam ser classificados como hediondos. Inicialmente, o homicídio qualificado não era considerado como tal, mas, depois do movimento liderado pela dramaturga Glória Perez, a partir do assassinato de sua filha, e por meio do qual reuniu mais de um milhão de assinaturas, a partir de 1994 o homicídio qualificado passou a ser considerado crime hediondo e, portanto, sem benefícios ou anistia.

Dura lex, sed lex. De tempos em tempos o clamor público, motivado por crimes de grande repercussão nacional, obriga alterações na legislação que são feitas em curto prazo, criando aquilo que juristas chamam de “legislação do pânico”²⁸, isto é, a lei modifica-se de acordo com a publicidade do crime, e essa publicidade dar-se-á conforme a notoriedade dos envolvidos, de acordo com os valores-notícia atribuídos ao fato pelos meios de comunicação.

2.4 As relações de gênero e a violência

O termo “gênero” muito frequentemente é empregado para designar as diferenças existentes entres os sexos masculino e feminino, e a origem dessa concepção equivocada pode ser explicada por Coulthard (1991:39):

²⁸ MILANI, Aloísio. Lei de Crimes Hediondos mudou após casos de comoção nacional, mostram estudos. *Agência Brasil*, 14 fev. 2007.

A palavra “gênero”, usada primeiramente pelo gramático grego Protágoras, deriva-se de fato de uma palavra que significava “classe” ou “tipo”. Mas porque Protágoras denominou suas subclasses de “masculino”, “feminino” e “neutro”, a palavra “gênero” logo passou a significar “classe relacionada a sexo”. Protágoras, depois de haver classificado os substantivos exclusivamente de acordo com critérios inflexionais, alterou as inflexões de alguns substantivos para que o gênero das palavras concordasse com o sexo do/a referente. Isto foi feito para que as classes se tornassem mais consistentes em relação ao sexo.²⁹

Entretanto, a partir da década de 1970, o termo “gênero” passou a ser empregado pelas feministas americanas para se referir às questões que distinguem as relações sociais entre os sexos masculino e feminino e desta forma o termo “gênero” modernamente diz respeito às relações sociais entre homens e mulheres, e o termo “sexo” é utilizado para se referir às diferenças sexuais existentes entre homens e mulheres.³⁰

Embora o termo “gênero” refira-se às diferenças socioculturais entre os sexos, Samara (1997:25) afirma que ainda há cientistas sociais que definem o feminino “como o reverso da cultura masculina”, e que também “persistem no interesse pelo simbólico e pelas alegorias da ‘condição feminina’ que pertencem ao campo da erudição, das tradições e do literário, alimentando-se uns aos outros num círculo vicioso que não se rompe.” Isto ocorre porque a sociedade, por mais que tenha se modernizado, ainda reproduz valores secularmente estabelecidos, fundados num discurso religioso segundo o qual a mulher deve submeter-se ao poder masculino e, nas relações de poder entre dominantes e dominados, a mulher sempre pertenceu ao segundo grupo.

A esse respeito, Tannen (1990:211) afirma que as mulheres estão em desvantagem social e cultural em quase todas as culturas do mundo e alerta que “considerar as diferenças de gênero como comunicação de culturas diversas é camuflar a dominação real, cobrindo-a com um manto de diferença cultural”.

²⁹ COULTHARD, Malcolm. *Sexo e linguagem*. 1991, p.39

³⁰ SOIHET, Rachel. *Enfoques feministas e a história: desafio e perspectivas*. 1997, p. 63.

Evidentemente, na sociedade moderna a mulher desempenha papéis nos quais concorre em igualdade com os homens, principalmente devido à sua inserção no mercado de trabalho, mais acentuada a partir da década de 1970, período de transformações socioeconômicas no Brasil que propiciaram também uma mudança da forma de atuação da mulher na sociedade. Para Rago (2004:34) “a grande conquista feminina e feminista do chamado ‘século das mulheres’, o XX, foi o *direito à existência*”, isto é, foi nesse século que as mulheres passaram a ocupar lugar de visibilidade social, tornando-se também chefes de família, trabalhadoras, estudantes e provedoras de seus lares.

De acordo com reportagem especial publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*³¹ em 08 de março de 2005, em dados de 2003, as mulheres correspondiam a 42,67% da população economicamente ativa no Brasil, embora elas ganhassem 43% menos que os homens para realizar o mesmo trabalho. Entretanto, ainda que as mulheres tenham assumido importante papel nas relações familiares, para Tannen (1990:288),

... na privacidade, nos lugares pessoais que prezamos como refúgios do mundo lá fora, aparecem as diferenças de gênero. Não apenas não conseguimos escapar de tal discriminação, em nossos relacionamentos mais íntimos, como dificilmente podemos concebê-los separados de alinhamentos baseados em gênero, que são inerentemente assimétricos – implicando diferenças de status. Não podemos dar um passo sem assumir posições que são ditadas pela sociedade e específicas do gênero.

Isto se dá, porque, por mais que a sociedade tenha mudado, os conceitos de masculino e feminino fazem parte de uma formação cultural que concebe o feminino e o masculino como determinismo biológico e desta forma, mesmo que as discussões acerca da questão de gênero tenham obtido visibilidade na sociedade, ainda há que se ampliar essa visibilidade, trazendo-a para o ambiente doméstico, onde com muita frequência impera apenas a diferença entre os sexos, que resgata o conceito de “condição feminina” e os valores sociais que ele carrega, especialmente a noção de poder.

³¹ FOLHA DE S. PAULO. O que elas querem. 08 mar. 2005.

Segundo Bocato (2005)³², uma mulher é espancada no Brasil a cada 15 minutos, e no ano de 2004, só no estado de São Paulo, quase 290 mil mulheres registraram ocorrência em uma das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Foi nesse cenário de violência que em 2006 foi aprovada a Lei Federal nº 11.340, apelidada de “Lei Maria da Penha”, em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Fernandes, vítima de violência doméstica, que durante anos lutou para que seu agressor fosse punido e que crimes deste tipo fossem julgados mais exemplarmente, e não apenas com fornecimento de cestas básicas ou prestação de serviços, como costumavam ser apenados.

Para Genro (2008), a aprovação da Lei Maria da Penha “deu transparência ao fenômeno da violência doméstica e, ainda, provocou um forte debate sobre o tema na sociedade, nas universidades e no próprio meio jurídico”. Entretanto, é importante compreender o conceito de violência doméstica em seu sentido mais amplo.

Safiotti (2004a:44) explica:

A expressão violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e, não raramente, também de violência de gênero. Esta, teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de *patriarcado*, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.

Nesse sentido, pois, não há como dissociar as discussões acerca da violência doméstica das questões de gênero. Ainda que a Lei Maria da Penha tenha sido criada para proteger as mulheres da violência praticada por homens, em outubro de 2008 a Justiça do Mato Grosso pediu aplicação, por analogia, dessa lei à ex-companheira de um engenheiro agrônomo daquele Estado, determinando que a mulher mantivesse, pelo menos, 500 metros de distância do engenheiro.

³² BOCATO, Raquel. Representação aumenta à sombra do machismo. *Folha de S. Paulo*, 08 mar. 2005.

Rondon e Vargas³³, em notícia publicada no jornal *Folha de S. Paulo* de 31 de outubro de 2008, informam:

O juiz Mário Roberto Kono de Oliveira, responsável pela decisão, disse que, em número consideravelmente menor, há homens vítimas de violência praticada por mulheres. Nesses casos, não há previsão legal de punições, o que justifica a aplicação, por analogia, da Lei Maria da Penha.

Evidentemente, não pretendemos aqui minimizar a violência contra a mulher, tampouco forjar que, nas relações de gênero, há igualdades entre o feminino e o masculino, porque, conforme Eluf (2007a), os homens “não são diuturnamente espancados dentro de suas próprias casas e sua superioridade física dispensa a proteção do Estado”³⁴. Porém, pretendemos destacar que a violência independe do gênero de quem a pratica.

Odalia (1985:23), ao se referir à descaracterização da violência, explica:

O ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação. O mais óbvio dos atos violentos, a agressão física, o tirar a vida de outrem, não é tão simples, pois pode envolver tantas sutilezas e tantas mediações que pode vir a ser descaracterizado como violência.

De fato, visto que há uma tendência a conceber a violência doméstica como um ato praticado por homens contra as mulheres, muitas vezes a violência praticada por mulheres contra seus companheiros costuma ser entendida como uma forma de defesa legitimada e, assim, torna-se uma violência socialmente consentida, porque, nas relações de gênero, o que se refere ao feminino ainda é tratado como o pertencente ao “sexo frágil”, em oposição ao “sexo forte” masculino, isto é, não se dissocia gênero de sexo.

Para Spender (1998:96-7), a distinção entre os gêneros não ocorre em função do par binário masculino *versus* feminino, mas em função da relação

³³ RONDON, José Eduardo, e VARGAS, Rodrigo. Juiz usa Lei Maria da Penha para proteger homem. *Folha de S. Paulo*, 31 out. 2008.

³⁴ ELUF, Luíza Nagib. A Lei Maria da Penha. *O Estado de S. Paulo*, 21 abr. 2007.

entre os grupos dominante *versus* dominado. Assim, para o autor, é necessária uma reflexão acerca dos grupos sociais, não necessariamente em função da variável sexo, mas preferencialmente devido ao seu prestígio social.

A esse respeito, Saffioti (2004b:50) afirma:

No campo do gênero, *os homens como categoria social* têm liberdade quase absoluta, desfrutam de *autonomia*, conceito político, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já *as mulheres como categoria social* precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a *ordem patriarcal de gênero* em uma *ordem igualitária de gênero*.

Essa desigualdade que há entre os gêneros também se constitui como uma forma de violência. Isto porque as relações de poder entre dominantes e dominados imprimem sobre estes uma ameaça, muitas vezes velada, feita por aqueles e, segundo Morais (1983:16), “onde estão as ameaças está a violência”.

Odalia (1985:22-3) acrescenta:

Nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possuam uma estrutura facilmente identificável. O contrário, talvez, fosse mais próximo da realidade. Ou seja, o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida.

De fato, na sociedade em que vivemos, tornou-se comum associarmos ao termo violência preferencialmente os atos que envolvem agressões físicas, porque os veículos de comunicação tendem a noticiar como violência os crimes de morte ou outras formas de lesão corporal e, diante disso, a sociedade passa também a acreditar que a violência refere-se apenas a esses tipos de crime.

Entretanto, para a Organização Mundial de Saúde³⁵, a violência é definida como

uso de força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo de uma comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência ou privação.

Assim, pois, segundo a OMS, o uso do poder, quando resulta ou pode resultar em dano psicológico a outrem, é também violência e, nas relações de poder, a discriminação e a opressão são formas de violência. Ocorre, porém, que nas relações de gênero, há ainda uma grande quantidade de mulheres que só se sentem agredidas quando se trata de violência física.

Saffioti (2004b:55), ao analisar os dados da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada em 2001 por iniciativa da Fundação Perseu Abramo em parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores, aponta que, espontaneamente, apenas 19% das entrevistadas declararam ter sofrido algum tipo de violência praticada por um homem e, desse total, 16% referiram-se à violência física, 2% referiram-se à violência psicológica e 1% referiu-se à assédio sexual. Porém, quando as mulheres eram estimuladas pela menção de tipos de violência, esses percentuais modificaram-se substancialmente.

É fato que a realidade brasileira modificou-se consideravelmente nos últimos 40 anos em seus mais diversos aspectos e, dentre eles, no que diz respeito à condição da mulher na sociedade. Se até o final da década de 1960, conforme Rago (2004:31), ser mulher “significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um ‘bom partido’ para um casamento indissolúvel”, nas décadas seguintes essa percepção da condição feminina tomou outros rumos, principalmente por causa dos movimentos de mulheres iniciados no final da década de 1970, que permitiram às mulheres ampliar sua consciência dos seus direitos e da igualdade social.

³⁵ MUSUMECI, Leonarda, *Estatísticas de segurança: para que servem e como usá-las*. 2007, p. 153.

No processo de redemocratização do País, a Constituição de 1988 também assegurou a elas importantes direitos como: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, conforme o inciso I do artigo 5º e, “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”, conforme o parágrafo 5º do artigo 226. Essas e outras garantias constitucionais são importantes porque, por muito tempo, a mulher esteve sob o julgo do homem e este era amparado legalmente. Devido a isso, conforme Pinto (2003:80), “a questão violência contra a mulher foi sempre tratada como um tema tabu, restrito à esfera privada” e, nesse contexto, os crimes passionais eram tolerados socialmente.

Odalia (1985:23) afirma:

Matar em defesa da honra, qualquer que seja essa honra, em muitas sociedades e grupos sociais, deixa de ser um ato de violência para se converter em ato normal – quando não moral – de preservação de valores que são julgados acima do respeito à vida humana.

Porém, também nesse sentido, a realidade brasileira modificou-se e o crime de adultério, conforme previa o artigo 240 do Código Penal, foi revogado pela Lei 11.106, de 28 de março de 2005, e matar em defesa da honra já não é mais concebido como um ato normal, ainda que desde o assassinato de Ângela Diniz, em 30 de dezembro de 1976, a sociedade brasileira já viesse lutando contra tal tipo de alegação.

Mas, se o adultério deixou de ser crime em 2005, apenas em 2006, com a aprovação da Lei Federal nº 11.340, a Lei Maria da Penha, é que a violência contra a mulher passou a ser tratada com mais rigor, mas somente após interferência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que formulou documento a respeito da violência contra mulheres no Brasil. Atualmente, apesar de a Lei ter se popularizado, ainda há muitas mulheres que resistem em utilizá-la, porque temem por suas vidas ou de seus filhos e, assim, costumam retirar as queixas registradas nas delegacias.

Note-se, pois, que as relações de gênero ainda necessitam adquirir igualdade e, para que isso ocorra, é preciso que a sociedade modifique sua concepção acerca das relações de poder dos homens sobre as mulheres. Não podemos negar que a força da lei muito contribuiu para essa mudança, mas é preciso ainda que a sociedade assuma que homens e mulheres são biologicamente diferentes, mas socialmente iguais, ainda que com identidades diferentes.

Capítulo III

O discurso da notícia: referencial teórico

Nesta tese, adotamos a teoria de Teun A. Van Dijk (1988), proposta na obra *News as discourse*, para orientar a análise do discurso da notícia no *corpus* selecionado. Segundo essa teoria, a estrutura da notícia e seus processos de produção e de compreensão podem estar explicitamente relacionados às práticas sociais e ideologias de quem as produz e, indiretamente, aos contextos institucional e macrosociológico da mídia. Entretanto, antes de nos aprofundarmos nessa teoria, trataremos de questões referentes ao discurso e à ideologia, fundamentais para a compreensão da *Análise Discurso*, referida doravante por “AD”, aplicada aos gêneros informativos da imprensa escrita.

3.1 As relações entre discurso da imprensa e ideologia

Quando nos referimos ao termo *discurso*, podemos invocar diversas acepções nas diferentes correntes de estudos acerca da linguagem. Neste trabalho, entretanto, empregamos a proposta de Fairclough (2001:91), que afirma ser o discurso “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” Nesse sentido, o autor assevera que o discurso, como forma de prática social, contribui para a construção das identidades sociais, para construir as relações sociais e para a construção de sistemas de conhecimento e crença, isto é, o discurso representa os sujeitos da enunciação e também representa o mundo desses sujeitos sociais.

Acrescente-se a isso que o discurso contribui também para transformar a sociedade, assim como a sociedade modifica o discurso. Desta forma, discurso e sociedade devem ser vistos numa perspectiva dialética, segundo a qual o discurso não é fonte nem reflexo da estrutura social, mas produto de uma prática socialmente orientada por questões de interesses diversos, dentre os quais o político e o ideológico:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. *O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.* Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. (Fairclough, 2001:94) (grifos nossos)

Portanto, o discurso, sendo uma prática social de caráter ideológico, contribui para reproduzir as estruturas sociais, bem como para transformá-las, assim como as estruturas sociais contribuem para a reprodução ou transformação do discurso dentro de um momento histórico e social.

Chauí (2001:108) define *ideologia* como “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta)” que orienta o pensamento e o comportamento de uma sociedade dividida em classes e que tem a função de explicar as diferenças sociais, políticas e culturais entre essas classes. As ideologias são, pois, um construto das classes dominantes e têm a função de normatizar o comportamento e o pensamento das classes dominadas nas relações de poder.

É por meio da ideologia que as relações de poder que existem nas sociedades são por muito tempo mantidas, porque as classes dominantes, também por meio do discurso, perpetuam as estruturas de poder sobre os dominados. Entretanto, isso não significa que o poder não possa ser rompido, tampouco que as ideologias não possam ser modificadas, e isso

ocorre porque a ideologia também é uma prática social que emerge das relações humanas.

A respeito das relações entre as ideologias e o discurso, Van Dijk (1997:111) afirma:

As ideologias são modelos conceptuais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por seleções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo de autodefinição de um grupo. Para além da função social que desempenham ao defender os interesses dos grupos, as ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimentos) do grupo, orientando assim, indiretamente, as práticas sociais relativas ao grupo e, conseqüentemente, também as produções escritas e orais de seus membros.

O discurso é, portanto, uma forma de prática social orientada por ideologias presentes num dado momento histórico e social e a análise de um discurso deve ser feita considerando os processos de produção, distribuição e consumo de textos dentro de uma realidade social específica, e o conjunto desses processos constitui a *prática discursiva*. Entretanto, de acordo com Fairclough (2001:121), nem todo discurso é ideológico, visto que “as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder”, isto é, a ideologia estará presente em uma prática discursiva se se evidenciar de alguma forma uma relação de poder e dominação em determinado grupo social.

Referimo-nos aqui à *dominação* como “o exercício de poder social pelas elites, instituições ou grupos, que resulta em desigualdade, incluindo política, cultural, de classe, étnica, racial ou de gênero”³⁶ e essas relações poderão ser observadas especialmente na análise do discurso da imprensa escrita, visto que os textos jornalísticos são produzidos dentro de um contexto histórico e social e reproduzem as ideologias vigentes na sociedade.

³⁶ VAN DIJK, Teun A. *Principles of critical discourse analysis*. 1993, p. 249-50. Dominance is defined here as the exercise of social power by elites, institutions or groups, that results in social inequality, including political, cultural, class, ethnic, racial and gender inequality.

Orlandi (2001:16) afirma que a AD reflete “sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” e, portanto, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Entretanto, para que um discurso seja analisado conforme propõe a AD, é importante entender a natureza do poder social e da dominação.

O *poder* envolve o controle de um grupo sobre outros grupos, não somente na limitação da liberdade de ação do grupo dominado, mas também pela influência sobre as mentes dos membros desse grupo, por meio da persuasão, dissimulação ou manipulação, de acordo com os interesses do grupo dominante. A *dominação*, por sua vez, pode ser representada pelo sutil, pela rotina, pelas formas cotidianas de textos que parecem naturais e aceitáveis e, se as mentes do grupo dominado são influenciadas de modo que aceitem a dominação e atuem conforme orienta o grupo dominante, tem-se a *hegemonia*.³⁷

Para uma efetiva análise do discurso da notícia, esses conceitos são muito importantes, porque já faz parte do senso comum a noção de que a mídia pauta a sociedade determinando aquilo que deve ser sabido, discutido ou ignorado pela população, sempre conforme os critérios subjetivos de escolha do que pode ou não ser uma notícia e por quanto tempo um determinado fato deverá figurar no noticiário. Desta forma, temos que a imprensa, por meio de seu discurso, exerce sobre a sociedade uma forma de poder, visto que atende a interesses de grupos dominantes, como, por exemplo, as elites políticas, culturais e econômicas.

O fato é que a sociedade é organizada em classes ou grupos, e entre eles sempre haverá distinção de poder e, por isso, o acesso ao discurso é significativo para a manutenção das desigualdades, isto é, aquele que tiver o maior acesso à informação em todas as suas nuances consequentemente terá maior poder na estrutura social. E porque o discurso da mídia, em todas as suas especificidades, exerce uma forma de controle sobre o que

³⁷ VAN DIJK, Teun A. *Principles of critical discourse analysis*. 1993, p. 254-5. *passim*.

deve ser levado ao conhecimento da sociedade, a AD apresenta-se como importante instrumento de estudo das relações entre discurso e poder.

De acordo com Van Dijk (1993:257), “discurso, comunicação e outras formas de ação e interação são monitorados por cognições sociais”, assim como nosso entendimento sobre eventos sociais ou sobre instituições sociais e relações de poder também o são³⁸. Isto implica que a compreensão que temos de determinados discursos está sujeita aos modelos de situação que temos armazenados em nossas memórias, de modo que somos capazes de inferir e de atribuir significados ao discurso. Adiante, no sub-item 3.3.2 deste capítulo, trataremos da questão desses modelos de situação como forma de interação no discurso da notícia.

Dissemos que esta tese nortear-se-á principalmente pela teoria de Van Dijk (1988), que trata da notícia como discurso, à qual associamos outros estudos acerca da estrutura e do discurso da notícia para a constituição de nosso referencial teórico, conforme prossegue.

3.2 Os gêneros informativos *notícia e reportagem*

A mídia, em geral, exerce grande influência sobre o comportamento da sociedade, determinando padrões de consumo, impondo modismos sociais que devem ser seguidos e também selecionando o que deve ser de conhecimento público ou não e, para isso, utiliza gêneros textuais específicos cujas características contribuem para que os objetivos dos enunciadores sejam alcançados.

Bazerman (2005:38), a respeito dos gêneros textuais, afirma que “essas características estão intimamente relacionadas com as funções principais ou atividades realizadas pelo gênero” e, nesse sentido, é possível afirmar que os textos noticiosos, da forma como são apresentados nos jornais impressos, têm a função de levar o leitor a crer que determinada

³⁸ Discourse, communication and (other) forms of action and interaction are monitored by social cognition. The same is true for our understanding of social events or of social institutions and power relations.

informação seja a expressão da realidade, isto é, a forma de organização e apresentação da informação em uma estrutura que determina, por exemplo, o destaque tipográfico do título e a hierarquização dos fatos que deverão compor o lide induz o leitor a acreditar que tais informações sejam as mais importantes e, portanto, aquelas que devam ser de conhecimento público.

Charaudeau (2006:233-4)³⁹ explica que a forma como se estruturam as notícias nas páginas de um jornal deve-se às exigências de *visibilidade*, *legibilidade*, *inteligibilidade* e *dramatização*, próprias da imprensa. A exigência de visibilidade determina as formas de apresentação e disposição das notícias no espaço informativo do jornal; a exigência de legibilidade, porque se refere principalmente ao entendimento, determina uma forma de redação acessível ao maior número possível de leitores; a exigência de inteligibilidade trata de esclarecer o porquê e o como das notícias, e a exigência da dramatização, porque é implícita, insinua-se nas formas de redação dos textos e de seus títulos, “dependendo da imagem que o jornal procura fazer de si”. Para o autor, essas exigências não se dissociam entre si, mas se complementam e contribuem para a caracterização dos gêneros da imprensa escrita.

Ainda de acordo com Charaudeau (*id.*:206-7), os gêneros da imprensa escrita são “o resultado do cruzamento entre um tipo de *instância enunciativa*, um tipo de *modo discursivo*, um tipo de *conteúdo* e um tipo de *dispositivo*”, isto é, há um enunciador que transforma um fato em notícia, conforme sua noticiabilidade, e o divulga em um meio midiático e, consoante às especificidades desses gêneros, poderá haver outras classificações, como reportagem, editorial, crônica, artigos, entre outros. Entretanto, a classificação dos gêneros da imprensa escrita é variável, conforme a corrente de pensamento.

Melo (2003) apresenta as classificações europeias, norte-americanas, hispano-americanas e brasileiras e propõe, para o jornalismo brasileiro, uma classificação dos gêneros da imprensa escrita a partir da divisão do

³⁹ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2003, p. 233, *passim*.

jornalismo em dois núcleos de interesse: “a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa)”. Assim, pois, o autor refere-se a *jornalismo informativo* e *jornalismo opinativo* e adota como critérios de classificação o agrupamento dos gêneros de acordo com a intencionalidade dos relatos e a identificação dos gêneros de acordo com a natureza estrutural desses relatos. De acordo com o autor, o jornalismo informativo compreende os gêneros *nota*, *notícia*, *reportagem* e *entrevista*, e o jornalismo opinativo compreende os gêneros *editorial*, *comentário*, *artigo*, *resenha*, *coluna*, *crônica*, *caricatura* e *carta*.⁴⁰

O *corpus* desta tese é composto por textos pertencentes aos gêneros notícia e reportagem, relativos, portanto, ao jornalismo informativo, na classificação de Melo (2003:65), para quem a distinção entre esses gêneros “está exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e a acessibilidade de que goza o público.” Entretanto, ainda que tenhamos dois gêneros distintos⁴¹, ambos pertencem à categoria dos gêneros informativos e apresentam semelhanças estruturais entre si, sendo possível, pois, analisá-los de acordo com a teoria de Van Dijk (1988), que exporemos ainda neste capítulo.

É importante ressaltar, porém, que Van Dijk (1988)⁴² não faz distinção entre esses dois gêneros, porque foca seus estudos em textos noticiosos publicados na imprensa escrita, que trazem novas informações sobre eventos políticos, sociais ou culturais recentes, isto é, refere-se à categoria dos gêneros informativos da imprensa escrita em geral e, para isso, emprega o termo “discurso noticioso” para se referir ao discurso em sua totalidade, incluindo o seu formato físico, e adota o conceito de notícia como “um texto ou discurso no rádio, TV ou jornal, no qual uma nova informação é dada sobre eventos recentes”, embora trate apenas da imprensa escrita.

⁴⁰ MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*, 2003, p. 44-66, *passim*.

⁴¹ A *notícia* é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A *reportagem* é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística. *Ibidem*, 65-6.

⁴² VAN DIJK, T. A. *News as discourse*. 1988, p. 3-5, *passim*.

No entanto, ainda que não seja possível fazer a distinção precisa entre os dois gêneros, apoiaremos-nos em Lage (2001:114), para quem a notícia é “mais breve, sumária e pouco durável” e a reportagem é “mais extensa, mais completa, mais rica na trama de relações entre os universos de dados”

É, pois, devido às características desses gêneros que propomos realizar uma análise do discurso da imprensa escrita, porque a AD pode revelar os implícitos e as possíveis intenções que subjazem nesse discurso:

Assim como outros tipos de discurso, as notícias deixam muitas coisas sem serem ditas. (...) Diversas formas de implicações semânticas, pressuposições, sugestões e associações têm sido descritas. Elas podem ser inferidas por meio de itens lexicais que trazem a análise para o campo da estilística lexical ou por meio de proposições ou sequências de proposições.⁴³ (Van Dijk, 1988:69)

Muito do que não é dito nos textos noticiosos da imprensa escrita deve-se a critérios subjetivos dos sujeitos que estão envolvidos no processo de construção da notícia, isto é, as instituições que controlam a veiculação da informação e os jornalistas que escrevem a notícia. Esses critérios referem-se aos “valores-notícia”, sobre os quais trataremos no sub-item 3.3.1 deste capítulo. Entretanto, somado a esses valores, há o perfil do leitor instituído como potencial receptor dessa notícia, o qual, no julgamento dos redatores, deverá ser capaz de fazer inferências e, finalmente, compreender a notícia em sua totalidade, orientado pelas proposições iniciais do texto. Assim, pois, estamos nos referindo a um acordo tácito que há entre redatores e leitores, segundo o qual há uma série de saberes e crenças partilhados que permitem a validação desse discurso, que normalmente é orientado por posturas ideológicas socialmente aceitas.

Nesse quadro, a AD nos fornece os subsídios que permitem identificar quais estratégias discursivas são utilizadas pela imprensa escrita para que suas proposições iniciais sejam decodificadas, interpretadas, compreendidas

⁴³ Much like other discourse types, news leaves many things unsaid. (...) Several types of the unsaid semantic implications, presuppositions, suggestions and associations have been described. These may be inferred from single lexical items, which would bring their analysis into the field of lexical stylistic, or from propositions and proposition sequences.

e por fim reproduzidas por seus leitores, a fim de repercutir as posturas ideológicas presentes no discurso.

3.3 A notícia como discurso

O caráter social da linguagem vem sendo discutido desde Saussure e essa concepção adquiriu fôlego a partir da percepção de que a língua pode ser analisada além de suas estruturas frasais, podendo abarcar também a intencionalidade de cada falante ao produzir seu discurso. Diante disso, a AD firma-se como uma disciplina interdisciplinar, porque envolve conhecimentos da Linguística, da Sociologia e da Psicologia.

Para Van Dijk (1988), a AD pode ser aplicada em todas as instâncias em que há atividade discursiva, porque o discurso é uma forma de interação e, por isso, envolve processos mentais na sua produção e interpretação que ultrapassam os limites do texto e seu contexto:

[Análise do discurso] interessa-se pelas relações sistemáticas entre texto e contexto. Isto é, ela quer saber como os processos cognitivos afetam especificamente a produção e compreensão das estruturas do discurso e como as estruturas do discurso influenciam e são influenciadas pela situação social.⁴⁴ (Van Dijk, 1988:30)

Portanto, não se trata de uma análise do discurso aplicada apenas ao texto para verificar o seu conteúdo semântico. Mais do que isso, nessa perspectiva, a AD propõe que os sujeitos envolvidos em sua produção e recepção (redator e leitor) atuem nesse processo, isto é, as proposições são estabelecidas porque há uma expectativa do redator de que o leitor seja capaz de inferir e atribuir sentidos ao texto e, por outro lado, o leitor também tem expectativas que se manifestam de acordo com o gênero textual com o qual ele estiver em contato, como, por exemplo, a veracidade e a imparcialidade da informação, especialmente nos gêneros informativos da imprensa escrita.

⁴⁴ [discourse analysis] is interested in the systematic relationships between text and context. That is, it wants to know how cognitive processes specifically affect the production and understanding of discourse structures and how discourse structures influence and are influenced by the social situation.

Entretanto, um mesmo texto pode ser lido por leitores de diferentes perfis e, por isso, para cada gênero textual há um leitor-modelo previsto não individualmente, mas em grupos mais ou menos determinados por classe social, grupo étnico, faixa etária, gênero, entre outros.

Assim, pois, a AD deve buscar desenvolver teorias que possam ser aplicadas às especificidades de cada gênero textual, não somente no que se refere ao conjunto de características que permitem reconhecer determinado gênero, mas também no que diz respeito aos papéis assumidos pelo enunciador e pelo enunciatário no processo de construção de sentidos do texto. Isto porque determinados gêneros textuais trazem em seu conteúdo uma série de ideologias que podem contribuir para a manutenção do *status quo*, bem como para modificá-lo.

É nesse sentido que Van Dijk (1988) apresenta uma teoria que enfatiza a importância de uma análise estrutural da notícia escrita, alternativa aos métodos tradicionais de análise do conteúdo da notícia. Isto porque, para o autor, a notícia deve ser estudada como uma forma de discurso público, pois os elementos constitutivos da estrutura da notícia e também os contextos de produção e recepção das notícias podem revelar as ideologias de quem produz essas notícias.

Não é raro ouvirmos dizer que os jornais impressos ou falados têm compromisso apenas com a veracidade dos fatos e que seus textos são isentos de opinião e o que se busca é a objetividade. Entretanto, a subjetividade pode ser observada desde a seleção dos fatos que serão notícias, e esses critérios de escolha são também ideológicos.

O fato é que o discurso da notícia não é neutro e transparente, como muito se assevera. A esse respeito, Van Dijk (1988:11) diz que a mídia “essencialmente ajuda a reproduzir ideologias pré-concebidas”, por meio de uma complexa estrutura linguística e ideológica. É em virtude disso, portanto, que o autor propõe esclarecer como ocorrem os processos

envolvidos na produção, entendimento e usos da notícia no contexto dos meios de comunicação de massa.

É importante salientar que Van Dijk (1988) não propõe apenas uma análise aplicada ao discurso da imprensa. Estritamente, o que propõe é uma teoria que dê conta da notícia como discurso, isto é, para o autor, a estrutura da notícia em todos os seus aspectos apresenta um caráter discursivo, porque “o discurso pode apresentar estruturas que têm uma natureza sistemática e orientada por regras e também pode exibir propriedades com fins muito específicos, individuais e vinculadas ao contexto”⁴⁵.

Diante disso, o estudo da notícia como discurso objetiva produzir uma descrição sistemática das unidades de uso da linguagem em duas importantes dimensões: textual e contextual. A análise do discurso da notícia na dimensão textual aborda as estruturas do discurso nos diversos níveis de descrição e, na dimensão contextual, relaciona as descrições estruturais às várias propriedades do contexto de produção da notícia, tais como processos cognitivos e representações, ou fatores socioculturais.

3.3.1 A produção da notícia: os valores-notícia

De acordo com Van Dijk (1988), o discurso da notícia deve ser caracterizado como parte de um complexo processo comunicativo que envolve a estrutura da notícia e também o processo de construção e de recepção da notícia, porque há entre ambos propriedades mutuamente dependentes. Isto é significativamente importante, porque a produção da notícia se dá por meio de um conjunto de fragmentos da realidade, que serão transformados em realidade e, desta forma, repercutirão valores e ideologias.

Nesse sentido, o discurso da notícia torna-se emblemático, porque reflete o contexto social de um grupo, entretanto, interpretado segundo os

⁴⁵ ...discourse may exhibit structures that have a systematic, rule-governed nature, whereas – again much like sentences – discourse also may display properties that are very much *ad hoc*, individual, and context-bound (*Ibidem*, p. 24)

valores do jornalista. Este, por sua vez, propagará sua interpretação, a qual deverá ser interpretada pelos leitores e, assim, observa-se um processo contínuo de ressignificações de um mesmo evento, realizado em cada etapa de acordo com os modelos mentais que cada ator tem acerca do evento. Em outras palavras, os significados do texto, em cada etapa de seu processo de produção e recepção, vão emergindo conforme as experiências pessoais de cada ator envolvido neste processo.

No processo de seleção da informação para a produção do texto noticioso, os critérios que determinam quais fatos devem ou não fazer parte desse texto são subjetivos e são utilizados como base para o processo de construção do discurso dentro de um esquema de notícia. Esses critérios referem-se aos *valores-notícia*, isto é, os elementos determinantes para que um evento ou as informações a respeito desse evento sejam transformados em notícia. No discurso da notícia, esses valores reproduzem a estrutura social, bem como a ideologia nela presente, privilegiando, porém, os grupos dominantes.

Traquina (2005b:62) afirma que “diversos estudos sobre o jornalismo demonstram que os jornalistas têm uma enorme dificuldade em explicar o que é notícia, de explicitar quais são os seus critérios de noticiabilidade”, mas que há um consenso segundo o qual “as notícias apresentam um ‘padrão’ geral bastante estável e previsível”, porque há um conjunto de valores-notícia que garantem a noticiabilidade.

O interesse pela identificação dos valores-notícia tem motivado diversos estudos de pesquisadores do jornalismo, e esses estudos complementam-se entre si. Porém, Traquina (2005b) ressalta os estudos de Mauro Wolf (1987)⁴⁶, que os classificou entre valores-notícia *de seleção* e *de construção*, porque, segundo Wolf, esses valores-notícia estão presentes no processo de seleção dos acontecimentos e também no processo de construção da notícia.

⁴⁶ WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 1987, apud TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*, 2005b, p. 77-92, *passim*.

Os valores-notícia de seleção dividem-se em dois grupos: os *critérios substantivos*, que se referem objetivamente à importância do acontecimento, e os *critérios contextuais*, que se referem ao contexto de produção da notícia. Assim, pois, são critérios substantivos:

- Notoriedade: a notoriedade do ator principal do acontecimento é fundamental para que tal acontecimento seja transformado em notícia.
- Proximidade: um acontecimento poderá ser transformado em notícia em função da proximidade geográfica ou cultural entre o fato e o local de circulação da notícia.
- Relevância: o acontecimento deve ser considerado relevante para o público, isto é, deve causar impacto na vida das pessoas.
- Novidade: o acontecimento deve ser algo novo, que apresente uma informação desconhecida pelo público.
- Tempo: o acontecimento deve pertencer à atualidade, ou deve estar em consonância com uma data específica.
- Notabilidade: o acontecimento deve apresentar qualidade de ser visível, isto é, deve ser concreto e facilmente observável.
- Inesperado: o acontecimento deve provocar surpresa e romper as expectativas, porque se apresenta como uma ruptura da ordem dos fatos.
- Conflito: o acontecimento deve apresentar violência física ou simbólica, provocando uma ruptura na ordem social.
- Infração: o acontecimento deve apresentar uma violação das regras de conduta social.

Os critérios contextuais, como já dissemos, referem-se especialmente ao contexto de produção das notícias e são os que seguem:

- Disponibilidade: o acontecimento deve ser de fácil acesso ao jornalista, para que ele faça a sua cobertura jornalística.
- Equilíbrio: o acontecimento deve ter cobertura jornalística em quantidade suficiente para o conhecimento público.

- Visualidade: o acontecimento deve apresentar elementos visuais, como fotografias ou vídeos.
- Concorrência: o acontecimento deve caracterizar-se como exclusividade de uma empresa jornalística.
- Dia noticioso: o acontecimento pode ser relevante em uma determinada data, devido à ausência de outras notícias naquela mesma ocasião.

Os valores-notícia de construção referem-se aos critérios de seleção dos eventos pertencentes ao evento principal e que deverão ser incluídos no texto noticioso. Esses valores-notícia são os que seguem:

- Simplificação: a complexidade e a ambiguidade dos acontecimentos devem ser eliminadas para que a notícia seja facilmente compreendida.
- Amplificação: o acontecimento deve ser amplificado para que abarque o maior número possível de interessados e a notícia adquira maior visibilidade.
- Relevância: o acontecimento deve ser transformado pelo jornalista em fato relevante para o leitor, isto é, a notícia deve ter um significado importante.
- Personalização: as pessoas envolvidas no acontecimento devem ser destacadas, a fim de despertar no leitor o interesse pela notícia.
- Dramatização: devem ser reforçados os aspectos mais críticos do acontecimento, de modo que destaque seu apelo emocional.
- Consonância: o acontecimento deve ser inserido num contexto social já conhecido pelo leitor.

Dentre os valores-notícia apresentados, Van Dijk (1988)⁴⁷ destaca aqueles que são de especial interesse para o discurso da notícia, porque atuam sobre os modelos mentais que o leitor possui acerca de determinados

⁴⁷ Cf. *Ibidem* p.121-4, *passim*.

assuntos e permitem o acionamento de *scripts* que os leitores têm acerca de determinadas situações⁴⁸ e, portanto, contribuem para a construção dos sentidos do texto, conforme seguem:

- **Novidade:** a notícia deve acrescentar novas informações ao modelo de situação que o leitor já tem acerca de determinado fato, de modo que esse modelo seja atualizado. Assim, por exemplo, a notícia de um crime passional deve apresentar elementos que não se limitem apenas a questões do relacionamento amoroso, mas que acrescentem outras informações que transformem o acontecimento em um novo modelo de situação.
- **Recência:** a recência está relacionada ao valor-notícia *tempo*, e porque se refere à atualidade, este valor-notícia desperta maior atenção do leitor e, desta forma, também contribui para a atualização dos modelos cognitivos, segundo as intenções de quem produz a notícia. A notícia de um crime passional, por exemplo, deve interessar não somente por pertencer à atualidade, mas também porque poderá recuperar e atualizar os modelos cognitivos de crime passional já existentes.
- **Pressuposição:** há acontecimentos que são transformados em notícia porque apresentam alguma relação com determinado momento sociocultural e, desta forma, há muitos implícitos na notícia e parte deles deve ser entendido como um sinal do que está pressuposto. Entretanto, para compreender sobre o que trata a notícia, é importante recorrer a um modelo de situação. Uma notícia de um crime passional, por exemplo, pode interessar por ser possível extrair dela, mesmo sutilmente, outras informações consideradas relevantes para um contexto sociocultural específico.

⁴⁸ Veja subitem 3.3.2 neste capítulo, à página 66.

- **Consonância:** o acontecimento deve estar em consonância com normas, valores e atitudes socialmente partilhados, para haver a identificação entre os grupos dominante e dominado e assim se dê a hegemonia. Mesmo que a notícia apresente negatividade, essa negatividade deve ser percebida por todos, havendo, assim, a consonância. Uma notícia de crime passional pode, por exemplo, apresentar consonância se for explorada a questão do direito masculino de matar em uma sociedade que concorda com esse direito.
- **Relevância:** a relevância é definida de acordo com os interesses dos jornalistas em atenção aos grandes grupos de leitores, especialmente aos grupos de maior poder, os quais controlam o sistema social e contribuem para a manutenção ou modificação das ideologias. Assim, a veiculação de uma notícia de crime passional poderá ser considerada relevante dependendo de quem são os envolvidos no crime, ou de qual linha editorial segue o jornal.
- **Desvio e negatividade:** muitas notícias são sobre eventos negativos e atuam como uma simulação do que pode modificar nossa vida cotidiana e também como um teste de nossas normas e valores gerais, para confirmar o consenso de normas sociais. Podem estar embutidos nesse valor-notícia o inesperado, o conflito e a infração e, para o discurso da notícia, esses valores são significativos, pois, além de despertar maior interesse do leitor, devido à máxima “notícia boa é notícia ruim”, também auxiliam na manutenção das ideologias dos grupos de poder. Esse valor-notícia pode ser atribuído a um crime passional por meio da exploração da violência, ou da conduta de um dos cônjuges no contexto do crime.
- **Proximidade:** as notícias relacionadas a eventos próximos ao leitor são melhor compreendidas, porque se baseiam em modelos de situação mais completos, isto é, o leitor reconhece os atores, o local e as circunstâncias do evento e, desta forma, há

um interesse maior pela notícia. Uma notícia de crime passional, pois, pode ter maior repercussão em determinados lugares ou grupos sociais do que em outros e, nesse bojo, há um discurso que contribui para a veiculação das ideologias dominantes.

O processo de produção de notícias atende a interesses sociais e econômicos dos grupos de poder e, nesse processo, os valores-notícia atribuídos a determinados acontecimentos devem convergir para que esses interesses sejam atingidos. Os valores-notícia, portanto, são considerados de acordo com as características do grupo social que consumirá as notícias e, desta forma, ideologias e valores sociais poderão ser disseminados.

3.3.2 A compreensão da notícia: os *scripts* e os modelos mentais

O leitor também desempenha importante papel no processo de produção de notícias, pois é a eles que se destinam as notícias e são eles quem deverão atribuir ao texto noticioso os sentidos pretendidos pelo redator. Entretanto, para o discurso da notícia, é fundamental saber como as pessoas processam as informações, porque, como sabemos, a compreensão de um texto implica processos cognitivos e especialmente a compreensão da notícia se dá dentro de um contexto social.

De acordo com o Censo 2000⁴⁹, quase 90% das residências brasileiras possuem rádio e televisão e, em dados de 2007, segundo a página eletrônica da revista *Info*⁵⁰, 39 milhões de brasileiros têm acesso à Internet, em suas residências ou no trabalho. Note-se que, para a sociedade brasileira, o rádio e a televisão são as mais importantes fontes de acesso à informação, especialmente porque o analfabetismo e a falta de estímulo à leitura ainda estão muito presentes em nossa sociedade. Porém, de acordo com Lucena (2008)⁵¹, a venda de jornais no Brasil teve alta de 11,8% no ano de 2007.

⁴⁹ http://www.ibge.gov.br/7a12/voce_sabia/curiosidades/default.php

⁵⁰ <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/122007/04122007-8.shl>

⁵¹ LUCENA, Eleonora de. O futuro dos jornais. *Folha de S. Paulo*, Mais!, 08 jun. 2008.

Esses dados indicam que a informação está cada vez mais acessível, porém é importante ressaltar que ter acesso à informação não garante, necessariamente, a sua compreensão. Especificamente para as notícias da mídia escrita, Van Dijk (1988)⁵² afirma que sua compreensão envolve alguns passos, a saber:

Percepção e atenção: a atenção diz respeito inicialmente ao interesse de ler algo e, posteriormente, mais sobre algo. A percepção envolve a identificação do jornal ou da notícia, em função das formas de apresentação de ambos. No discurso da notícia, a manchete desempenha importante papel, porque sua forma de diagramação configura uma estratégia para a percepção e identificação dos itens da notícia. Também são estratégias de percepção a localização da notícia na página e demais recursos gráficos, como fotografias, boxes, tamanho, cores etc.

Leitura: a leitura refere-se ao ato voluntário de decodificar e interpretar uma notícia. A interpretação da manchete, por exemplo, pode levar o leitor a decidir se prossegue ou não a leitura do texto. Como estratégia, a estrutura hierárquica dos itens da notícia favorece e é favorecida pela leitura.

Entendimento: o entendimento consiste em decodificar e interpretar os diversos elementos da estrutura da notícia, iniciando pela manchete, seguida pelo lide e depois a estrutura superficial, como a sintaxe e a semântica da frase. Este processo pressupõe a ativação de *scripts*, ou *frames*, e de modelos prévios e novas opiniões serão formadas.

Representação: a representação refere-se ao processo de estabelecer um modelo de situação na memória episódica, isto é, durante o entendimento da notícia, recuperamos modelos prévios, aos quais adicionamos novas informações e assim constituímos um novo modelo de situação. São essas novas informações que trazem as opiniões e, conseqüentemente, repercutem a ideologia presente no discurso.

⁵² Cf. Van Dijk, 1988, p. 141-8, *passim*.

Como se sabe, não se faz jornalismo dissociado de um contexto histórico, tampouco se excluem do texto jornalístico as ideologias presentes na sociedade. Nesse sentido, é mister que as cognições sociais sejam compreendidas também como parte do processo de produção e recepção das notícias, atuando conforme o contexto histórico e social desse processo e contribuindo para a repercussão ou modificação das ideologias vigentes.

Desta forma, as notícias devem ser analisadas como produto de interações sociais, pois os jornalistas são também seres sociais e não apenas representantes de instituições, e suas experiências, crenças e objetivos interferirão na produção da notícia, isto é, cada redator armazena em sua memória os conhecimentos que tem de certos episódios da vida social e, durante o processo de redação, os aciona e os emprega. Esses episódios armazenados na memória são os *frames* ou *scripts*:

Eles representam o conhecimento consensual e estereotipado que as pessoas têm a respeito de ações, eventos e episódios na vida social, como ir ao cinema ou uma festa de aniversário. Muito das informações em textos acerca de cada episódio normalmente fica implícito porque o falante assume que o ouvinte a conhece. Também se assume que durante a compreensão o leitor ou ouvinte ative, aplique e talvez adapte ou modifique cada informação do script. (...) Eles explicam como leitores podem construir uma representação significativa mesmo quando o próprio texto é apenas fragmentário⁵³ (Van Dijk, 1988:102)

Segundo Van Dijk (2000:78), os *scripts* ou *frames* não são arbitrários, mas “unidades de conhecimento, organizadas em torno de um certo conceito” típico de uma cultura; portanto, são socialmente partilhados e mais gerais.

Mais específicos, no entanto, são os *modelos* armazenados na memória de cada indivíduo, isto é, as “representações mentais de experiências

⁵³ They represent the stereotypical and consensual knowledge people have about actions, events and episodes in social life, such as going to the movies or having a birthday party. Much of the information in texts about such episodes usually remains implicit because the speaker assumes that the listener knows it. It is also assumed that during understanding the reader or listener activates, applies, and perhaps adapts or changes such script information. (...) They explain how readers can construct a meaningful representation even when the text itself is only fragmentary.

peçoais relativas a ações, acontecimentos ou situações particulares”⁵⁴, aos quais o usuário da língua recorre durante a leitura de textos e, por meio deles, atribui sentidos ao texto. O mesmo ocorre durante a produção do texto, pois o redator também possui seus modelos e, em razão deles, seleciona os eventos noticiosos que serão narrados, bem como o léxico que será utilizado para a narração e, desta forma, opina e orienta o discurso.

Evidentemente, o leitor poderá não recorrer a esses modelos durante a leitura, porque são modelos pessoais e, portanto, dependem de cada leitor. Porém, é preciso considerar que as mídias impressas preveem um leitor definido de acordo com posturas políticas e ideológicas similares e, portanto, muito frequentemente esses leitores partilham dos mesmos valores, crenças e opiniões. Assim, como há um acordo tácito entre redator e leitores, o texto deixa implícitos, porque o redator supõe que o leitor, durante a leitura, acionará os *scripts* necessários para fazer a construção dos sentidos do texto, a partir de seus modelos individuais:

Os modelos não representam apenas o conhecimento que temos de ações, de outros acontecimentos e dos participantes nesses acontecimentos, mas também as *opiniões* específicas, pessoais, que acerca deles formamos. Daqui se conclui que os modelos são pessoais e avaliativos, subjetivos e únicos: cada pessoa possuirá um modelo específico (plano, interpretação) de cada texto em cada situação. Uma leitura posterior do mesmo texto pode dar origem a um modelo diferente, atualizado ou modificado. (Van Dijk, 1997:117)

Van Dijk (1997) explica que os modelos podem ser *de situação, de acontecimentos antigos e generalizados*. Entretanto, para o autor, há um modelo específico designado *modelo contextual*, o qual desempenha importante papel no discurso da notícia, porque, além de fazer representações de acontecimentos, incide na “orientação e interpretação de variações de estilo, uma vez que as escolhas lexicais e a ordem de palavras podem depender do contexto comunicativo”⁵⁵, e também define o ponto de

⁵⁴ VAN DIJK, Teun A. Semântica do discurso e ideologia, 1997, p. 116.

⁵⁵ *Ibidem*, p.118-9, *passim*.

vista e a perspectiva segundo os quais os acontecimentos são descritos e, desta forma, orienta as ideologias.

De acordo com Van Dijk (2000:80) o *contexto* é, “ao mesmo tempo, uma abstração teórica e cognitiva derivada da verdadeira situação físico-biológica”, isto é, o contexto reúne informações específicas de uma situação real, as quais devem ser importantes para a interpretação correta de cada proposição do discurso. Assim, pois, por meio dos modelos contextuais, redatores e leitores interagem no discurso: aqueles, quando orientam o discurso em decorrência da seleção lexical, e estes, quando interpretam tais escolhas.

Conforme podemos observar, Van Dijk (1988) propõe também que a análise da notícia como discurso seja feita sob um ponto de vista que vá além da análise dos aspectos semânticos do discurso, enfatizando os processos cognitivos dentro de um contexto social, o que se revela significativo para os estudos do discurso da imprensa escrita, visto que os jornais, mais do que apenas notícias, veiculam ideologias dentro de um contexto histórico e social para a manutenção ou mudança de valores e crenças sociais.

É sob essa perspectiva que, nesta tese, além dos elementos constitutivos da estrutura da notícia, os quais apresentaremos a seguir, analisaremos também os elementos contextuais que podem estar envolvidos na produção e na compreensão da notícia, com o objetivo de identificar de que maneira esses elementos contribuem para a propagação das ideologias presentes no contexto histórico e social de veiculação das notícias dos crimes passionais que compõem nosso *corpus*.

3.3.3 Estrutura da notícia: os tópicos e as proposições

Lage (2000:16) define a notícia, do ponto de vista de sua estrutura, como “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” e, seguindo essa definição, afirma que os fatos não são

exatamente narrados, mas expostos numa sequência que não representa a ordem original dos acontecimentos, mas que atende aos interesses de quem os conta.

Nessa perspectiva, o autor ainda explica que o processo de produção de uma notícia contempla três fases: a seleção dos eventos, a ordenação dos eventos e a nomeação, isto é, na produção de um texto noticioso, nem todos os eventos relacionados ao evento principal devem fazer parte da notícia, daí selecioná-los e, depois de selecionados, devem ser ordenados a partir do mais importante ou interessante e os demais aparecerão motivados pelo principal, como se fossem explicações. Por fim, devem ser feitas escolhas lexicais adequadas para a nomeação dos seres que fazem parte da notícia, para a melhor obtenção dos efeitos de sentidos pretendidos no texto.

Nota-se, pois, que um fato é transformado em notícia por meio de um processo que consiste inicialmente em selecionar eventos segundo critérios de noticiabilidade. Para Lage, (2008:114) notícia é um “acontecimento que contém elementos de ineditismo, intensidade, atualidade, proximidade e identificação que o tornem relevantes”, e esses elementos são considerados em adequação ao tipo de publicação, editoriais, público leitor, entre outros.

Portanto, o processo de seleção e ordenação dos eventos que comporão o texto noticioso desenvolve-se em torno de um *tópico*, ou *tema*, o qual pertence ao nível global da descrição do discurso. De acordo com Van Dijk (1988), os tópicos atuam como uma instância maior de controle da interpretação do resto do texto e podem estar expressos nas manchetes, que aparentemente têm a função de apresentar um sumário da notícia, e também podem ser extraídos por meio da eliminação de informações consideradas menos relevantes para a compreensão do texto. Assim, quando o tópico já é conhecido, torna-se fácil compreender o texto.⁵⁶

⁵⁶ VAN DIJK, T.A. *News as discourse*. 1998, p. 31-6, *passim*.

Os tópicos são, pois, aquilo sobre o que as notícias versam num sentido global, e não o sentido individual de palavras ou frases do texto, e pertencem à macroestrutura semântica do discurso da notícia.

No nível local, a macroestrutura da notícia compõe-se de *proposições*, isto é, de unidades semânticas menores usadas para denotar fatos e tipicamente são expressas por sentenças simples, com significados independentes na totalidade do discurso, isto é, não é preciso haver relação entre as proposições de um discurso, porque as proposições são uma parte de uma macroproposição, e estas representam cada tópico do discurso. Em linhas gerais, a macroestrutura do discurso contém macroproposições, que são constituídas de proposições.

Para melhor exemplificar, podemos dizer que as notícias trazem um conjunto de informações que vão sendo apresentadas de acordo com um critério de relevância. Assim, cada informação mais relevante é uma macroproposição, que se desdobra em proposições menores. Portanto, temos que o título deve expressar uma macroproposição e cada informação do conjunto do discurso é uma proposição, que também pode desdobrar-se em outras proposições menores. Para Van Dijk (1988), por meio dessa estrutura temática da notícia, é possível extrair do discurso as informações mais relevantes para a construção dos seus sentidos.

Na estrutura da notícia, as informações consideradas mais importantes são apresentadas em primeiro lugar. Porém, no conjunto de informações, é possível que o leitor se desvie do tópico e não faça as inferências necessárias para a compreensão do discurso em sua totalidade.

Silveira (1998:146) explica que “a noção de inferência está relacionada à de implicatura (o que não é explicitado na superfície do texto base)” e afirma que “o que está representado linguisticamente no texto tem uma focalização intencional de atributos, realizada por parte do escritor e manifestada por frases enunciadas, em forma de julgamento(s) de fatos e de valores.”

Em sentido aproximado, dissemos anteriormente, citando Van Dijk (1988:69), que “as notícias deixam muitas coisas sem serem ditas”, porém os elementos que constituem a estrutura da notícia são organizados de maneira intencional, segundo uma postura ideológica de quem a produz, num dado contexto social e, desta forma, muito do que não é dito pode se evidenciar também por meio da estrutura das frases e pelo emprego de determinadas palavras no interior da notícia. Nesse sentido, pois, a análise do discurso da notícia deve ser realizada a partir das proposições presentes no discurso, as quais se constroem por meio de uma relação sistemática entre a sintaxe e a semântica do texto.

É importante ressaltar que a noção de semântica não diz respeito apenas a significados, mas também à referência, e nesse sentido Van Dijk explica que “os fatos são os referentes das proposições”. Isso significa, portanto, que para a construção dos sentidos do discurso da notícia devem-se considerar as proposições e o contexto de reprodução do evento noticioso, porque a relação entre ambos estabelecerá o que Van Dijk chama de *coerência local*⁵⁷, que se divide em *funcional*, porque estabelece uma relação de adição, contraste ou alternativa entre as proposições, e *condicional*, que se baseia nas relações entre os fatos e a condicionalidade que há entre eles, isto é, suas relações de causa e consequência. Essa coerência local, entretanto, é estabelecida apenas se o leitor construir esses sentidos por meio de seus conhecimentos e crenças, que devem fazer parte de um saber socialmente partilhado.

Desta forma, o que se afirma é que o discurso explicita apenas uma porção da informação; outras porções, que são os implícitos, deverão ser explicitadas pelo leitor no ato da leitura, porque o redator faz pressuposições, as quais considera que o leitor tenha condições de interpretá-las por meio de inferências:

⁵⁷ *Ibidem*, p. 61, *passim*.

Em termos cognitivos, a definição de pressuposição – o conjunto de proposições que o falante considera serem conhecidas pelo ouvinte – é mais fácil, mas mais geral: pode incluir todo conhecimento relevante (*scripts*, etc) necessário para entender um texto, mas também, muito especificamente, as poucas proposições necessárias para interpretar uma frase ou para estabelecer uma relação de coerência.⁵⁸(Cf. Van Dijk, 1988:63)

Para o discurso da notícia, essas definições são especialmente importantes, pois a fragmentação da realidade na notícia permite que o redator reordene os fatos segundo critérios subjetivos, atribuindo relevância a determinado aspecto em detrimento de outro. Portanto, a identificação dos tópicos e das proposições no discurso da notícia é significativa para a interpretação dos sentidos do texto, e isso poderá revelar a ideologia do discurso.

3.3.4 As categorias do esquema da notícia

Ainda no que se refere à recepção e à compreensão da notícia, Van Dijk (1988)⁵⁹ explica que o discurso organiza-se também em torno de superestruturas, que podem ser mais ou menos fixas em determinados gêneros textuais. No discurso da notícia, essas superestruturas podem ser analisadas por meio de categorias, as quais constituem o esquema da notícia, conforme segue:

3.3.4.1 Categoria *Sumário*: manchete e lide

A categoria *Sumário* engloba a manchete e o lide, que têm a função de apresentar um sumário do texto noticioso. Ainda que constituam o esquema convencional do texto, esses elementos, na perspectiva discursiva, permitem que o leitor faça as inferências necessárias para a sua compreensão:

⁵⁸ In cognitive terms, the definition of presupposition – the set of propositions assumed by the speaker to be known to the listener – is easier but more general – this may include all relevant knowledge (*scripts*, etc) necessary to understand a text, but also, more specifically, the few propositions necessary to interpret one sentence, or to establish one coherence relation.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 52-56, *passim*.

Assim que ouvimos a primeira frase, nós já podemos tentar adivinhar qual é o tópico inicial ou geral de um texto. Isso é vitalmente importante porque o tópico atua como uma instância maior de controle sobre as demais interpretações do resto do texto. Quando já conhecemos o tópico, é mais fácil compreender as respectivas sentenças do texto.⁶⁰(Van Dijk, 1988:34)

De acordo com o *Manual escolar de redação da Folha de S. Paulo* (1994:109), *manchete* é o título principal de uma edição ou de uma página, isto é, para o jornal, são manchetes apenas os títulos das principais notícias de uma edição, e também o *Manual de redação e estilo do Estado de S. Paulo* (1990:201) orienta que o termo *manchete* seja empregado “apenas para indicar título que ocupe toda a extensão da página”. Neste trabalho, ainda que empreguemos o termo *manchete*, conforme trata Van Dijk, estaremos nos referindo aos títulos dos textos noticiosos, independentemente de seu destaque na edição.

O *Manual escolar de redação da Folha de S. Paulo* (1994:167) diz:

Os títulos têm muita importância em um jornal, porque ou é tudo o que os leitores leem (a maioria dos leitores limita sua leitura a eles), ou são o fator que motiva ou não os leitores a enfrentar o texto.

Por isso, este *Manual* orienta que os títulos sejam redigidos destacando o aspecto mais específico do assunto e que apresentem verbo preferencialmente na voz ativa e no presente.

O *Manual de redação e estilo do Estado de S. Paulo* (1990)⁶¹ acrescenta que o título deve sintetizar com precisão e clareza a informação mais importante de um fato. Além disso, esse manual apresenta uma série de instruções acerca da construção do título, dentre as quais destacamos: empregar o verbo no presente do indicativo, objetivar a clareza e a concisão, não empregar o futuro do pretérito, privilegiar a ordem direta e evitar orações intercaladas, evitar o exagero na expressão, evitar o emprego de

⁶⁰ As soon as we have heard a first sentence, we may already try to guess what the overall or initial topic of a text or talk fragment may be. This is vitally important because the topic acts as a major control instance on the further interpretation of the rest of the text. When we already know the topic, it is easier to understand the respective sentences of the text.

⁶¹ *Ibidem*, p. 75-82, *passim*.

palavras estranhas ao universo do leitor e evitar o emprego de advérbios ou expressões de negação.

Ainda que essas orientações sejam d'O *Estado de S. Paulo*, elas são aplicadas à maioria dos jornais considerados de elite em circulação no País e, certamente, não visam apenas à padronização das redações, mas à criação de efeitos de sentidos durante a recepção do texto pelo leitor. Desta forma, a estrutura dos títulos dos textos noticiosos, mais do que sintetizar a informação mais importante da notícia, revela uma intencionalidade discursiva.

Para Van Dijk (1988), a manchete no discurso da notícia é uma forma vazia, na qual podemos inserir diferentes significados, já que apenas apresenta um tópico de todo o texto, por meio do qual o leitor presume sobre o que o texto versa. Geralmente, trata-se da informação mais importante da notícia; entretanto, há circunstâncias em que a manchete privilegia o princípio da recência, como, por exemplo, em situações em que há desdobramentos sucessivos de um mesmo fato. Nesse caso, a manchete referir-se-á à informação mais recente do fato em andamento.

Ainda no que se refere às manchetes, Van Dijk (1988:53) diz que elas podem ser constituídas de várias partes, como os antetítulos e os subtítulos, por exemplo. Subtítulo, ou linha-fina, é a frase “que aparece abaixo do título e serve para completar seu sentido ou dar outras informações”⁶². De acordo com a diagramação do texto noticioso no espaço do jornal, ou do projeto gráfico do jornal, essa frase poderá ser apresentada acima do título do texto e receberá o nome de antetítulo. O que distingue essa frase é a sua impressão “em tipo contrastante e frequentemente menor”.⁶³

Em nosso *corpus*, este elemento passou a ser observado nos textos noticiosos que tratam do crime praticado pelo jornalista Pimenta Neves e, na diagramação desses textos, apresenta-se sobre o título, caracterizando-se, pois, como antetítulo. Entretanto, no atual projeto gráfico da *Folha de S.*

⁶² *Manual de Redação Escolar da Folha de S. Paulo*. 1994, p. 105.

⁶³ LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 2001, p. 67.

Paulo, em vigor desde maio de 2006, tal elemento é apresentado sob o título, sendo, portanto, um subtítulo.

A manchete antecede o lide e, ambos, juntos, conforme já dissemos, sintetizam os tópicos mais relevantes da notícia, os quais atuam como um sumário de todo o texto:

O lead (ou lide) nada mais é do que o relato sintético do acontecimento logo no começo do texto, respondendo às perguntas básicas do leitor: o quê, quem, como, onde, quando e por quê. (Pena, 2006:42)⁶⁴

Ainda conforme Pena, o lide tem a função de resumir o acontecimento, apresentando os lugares e pessoas de importância para a história, bem como o seu contexto, sem perder a articulação, para que o leitor não desista de ler o restante do texto.

O “lide clássico” deve apresentar as informações que atendem às seis perguntas já referidas, podendo ser acrescentadas as perguntas “a quem” e “para quê”, e a informação mais importante, segundo o julgamento do redator e da instituição, deverá ser apresentada em primeiro lugar, obedecendo a uma ordem hierárquica. Essa hierarquização na estrutura da notícia deve-se à estratégia de emprego da “pirâmide invertida”⁶⁵, que consiste em apresentar um relato a partir dos elementos mais importantes, de modo que os menos importantes, por terem menor apelo, possam eventualmente ser excluídos da matéria, sem que lhe prejudique a compreensão. A interpretação do lide contribui para a construção da macroestrutura do texto em sua totalidade, isto é, por meio dele, o leitor sabe o que será tratado em todo o texto:

⁶⁴ Nesta tese, empregaremos o estrangeirismo *lead* apenas quando houver seu emprego em citação original.

⁶⁵ O nome “pirâmide” foi usado por associação com as pirâmides egípcias, monumentos funerários destinados às autoridades supremas, especialmente os faraós. Na base eram sepultados os restos mortais dessas autoridades e suas riquezas pessoais (...). A pirâmide é “invertida” porque no jornalismo a base não fica no sopé, mas no topo; e o que seria apenas um arremate nas pirâmides originais, no relato jornalístico apresenta dados que complementam os essenciais, os clássicos “detalhes” que compõem a matéria. Tudo em ordem decrescente, a ponto de o último parágrafo poder ser eliminado, sem prejuízo do entendimento da matéria, por alguma decisão ligada à diagramação da página. (Pena, 2006:48)

As manchetes e o lead podem, assim, ser usados como sinais adequados para fazer previsões eficazes sobre a informação mais importante do texto. Note-se, porém, que expressam antes a macroestrutura do escritor do que a do leitor: o leitor pode inserir uma estrutura temática diferente, dependendo de suas próprias crenças e atitudes. E quando uma manchete ou lead não é uma sumarização adequada de todo o sentido global de um texto, podemos, formalmente ou subjetivamente, dizer que são distorcidos. (Van Dijk, 2000:133)

Cognitivamente, o conjunto das informações expressas na manchete e no lide ativa no leitor *scripts* e modelos de memória que o levarão a decidir pela continuidade ou interrupção da leitura do texto, isto é, o leitor pode se interessar por saber mais sobre o assunto e, portanto, continuar a leitura, ou pode julgar que o sumário da notícia apresenta informações suficientes para os seus propósitos e, assim, interromper a leitura naquele ponto.

Nesta tese, portanto, a análise da categoria *Sumário* objetivará identificar a macroproposição do discurso da notícia e verificar em que medida a articulação entre o lide e a manchete sumariza o texto noticioso e permite que o leitor acione modelos contextuais a fim de promover a manutenção ou a modificação de ideologias vigentes no contexto social da notícia.

3.3.4.2 Categoria *Episódio* e suas subcategorias

Conforme já referimos, uma informação pura só é transformada em notícia se apresentar os critérios de noticiabilidade e que não há como estabelecer um conceito fixo de notícia, mas é possível verificar a capacidade que determinado fato tem ou não de ser transformado em notícia, dependendo dos valores-notícia presentes no evento noticioso.

Independentemente de quais sejam esses valores-notícia, as notícias são produzidas de acordo com interesses ideológicos que permeiam grupos sociais, atuando como moeda de troca, isto é, os jornais as produzem em virtude de um pretense interesse dos leitores, e os leitores leem determinados jornais por acreditar que as notícias neles publicadas atendem aos seus interesses de consumidor.

Na produção de textos noticiosos, não somente a categoria Sumário desempenha papel importante para o discurso da notícia, mas também a categoria *Episódio* e as demais subcategorias que eventualmente podem constituir um episódio.

Objetivamente, “um episódio é uma sequência de proposições que podem ser subsumidas por uma macroproposição”⁶⁶, isto é, no discurso, um conjunto de proposições que constituem uma macroproposição é um episódio e, portanto, um episódio pode ser o próprio discurso em sua totalidade, quando se desenvolve em torno de uma unidade temática, e também pode ser cada tópico de um discurso, porque constitui uma unidade semântica formada por uma sequência de proposições específicas e que apresenta começo, meio e fim, podendo ser distinto de outros episódios. Para a análise do discurso da notícia, a noção de episódio que se emprega é a que o considera unidades semânticas do discurso.

De acordo com Van Dijk (2000:105), há no discurso marcadores que indicam o início de cada episódio e, obviamente, o fim, visto que o início de um episódio determina o fim do anterior, conforme segue:

1. pausas e fenômenos de hesitação (preenchedores, repetição no discurso oral);
2. sinalização de parágrafo no discurso escrito;
3. marcadores de mudança temporal: *nesse meio-tempo, no dia seguinte*, etc. e mudanças de tema;
4. marcadores de mudança de lugar: *em Amsterdã, na outra sala*;
5. marcadores de mudança de “elenco”: introdução de novos referentes (frequentemente com artigos indefinidos) ou reintrodução de referentes “velhos” (com frases nominais completas em lugar de pronomes);
6. predicados de introdução ou mudança de mundos possíveis (*contar, crer, sonhar*, etc.);
7. introdução de predicados que não possam ser subsumidos debaixo do mesmo (macro) predicado e/ou que não combinem com o mesmo *script* ou *frame*;
8. marcadores de mudança de perspectiva, por meio de diferentes participantes “observadores” ou diferenças na morfologia temporal/aspectual do verbo, estilo (livre) (in-)direto.

⁶⁶ VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. 2000, p. 104.

Cognitivamente, o episódio atua de forma bastante significativa na representação e na memorização do discurso. Em virtude disso, a análise de cada episódio que compõe a notícia importa tanto por suas propriedades linguísticas, quanto pelas cognitivas. Nesse sentido, na análise dos episódios, objetivaremos identificar a sua função no discurso da notícia e extrair as proposições que os caracterizam, a fim de verificar em que medida essas proposições atuam como estratégia discursiva no processo de recepção da notícia e contribuem para a mudança ou manutenção das ideologias vigentes no contexto histórico do evento noticioso. Convém, para isso, apresentar aqui as subcategorias que podem constituir a macrocategoria Episódio, principalmente porque, em nossas análises, apresentaremos os episódios por meio dessas subcategorias.

Conforme o esquema do discurso da notícia proposto por Van Dijk (1988), o Episódio pode ser uma macrocategoria que encampa subcategorias como Evento Principal, *Background*, Contexto, Eventos Prévios e Consequências, isto é, cada componente da notícia pode ser um episódio e cada episódio pode estar representado por uma dessas subcategorias. Nesta tese, consideramos as especificidades que caracterizam cada subcategoria e, por isso, cada episódio será analisado conforme essas especificidades.

A subcategoria *Evento Principal* compreende os eventos motivadores da notícia, isto é, os fatos considerados relevantes para determinado episódio, que pode conter um ou vários eventos principais, dos quais podem advir outras subcategorias. Van Dijk (1988:53) explica que “a informação dada na categoria Eventos Principais pode estar embutida na categoria Contexto.”⁶⁷

A subcategoria *Contexto*, pois, relaciona-se ao evento principal que motivou a notícia e caracteriza-se por ser frequentemente assinalada por expressões que indicam simultaneidade. As informações contidas nessa subcategoria devem expressar a situação atual, isto é, o contexto deve oferecer outras informações relativas ao evento principal, na perspectiva da

⁶⁷ The information given in the Main Events category may be embedded in what we earlier called Context. (Cf. Van Dijk, 1988:53)

atualidade. Assim, pois, quando nos referirmos ao Contexto como categoria do esquema da notícia, estaremos nos referindo àquelas informações que situam o evento principal na atualidade.

Embora exista uma proximidade entre as subcategorias Contexto e *Background*, o que as distingue é o fato de o *Background* apresentar uma dimensão histórica da notícia, isto é, as circunstâncias sociais ou históricas que permitiram a produção da notícia sob um determinado enfoque. É em virtude dessa proximidade que, algumas vezes, pode tornar-se difícil distingui-las. Portanto, a subcategoria *Background* deve apresentar um componente histórico do evento noticioso e a subcategoria Contexto deve apresentar um componente atual desse evento.

A subcategoria *Eventos Prévios* encampa aquelas informações que têm a função de relembrar o leitor sobre o que aconteceu antes, no caso de notícias de grande repercussão, que apresentam desdobramentos sucessivos. Diferentemente das subcategorias Contexto e *Background*, a subcategoria *Eventos Prévios* permite ao leitor “ativar seus modelos de situação relevantes”, sem que isso signifique uma atualização da notícia na perspectiva histórica, mas uma recuperação de eventos diretamente ligados ao evento principal.

O interesse público pela notícia envolve não somente o fato em si, mas também os desdobramentos desse fato e suas consequências no contexto social. Em função disso, a subcategoria *Consequências* algumas vezes desempenha papel tão importante quanto a categoria Evento Principal no esquema da notícia, porque podem tornar-se relevantes e, assim, figurar no título, num eventual desdobramento da notícia. Assim, a subcategoria *Consequências* envolve aqueles eventos considerados resultado do evento principal.

Vimos, pois, que a categoria *Episódio* pode conter outras subcategorias de análise, consoante ao momento histórico e social de produção da notícia. Desta forma, a análise dessas subcategorias que podem constituir o episódio

objetivará verificar de que forma essas categorias exercem papel de estratégia discursiva no processo de recepção da notícia e revelam as ideologias presentes no contexto histórico do evento noticioso, para mantê-las ou modificá-las.

3.3.4.3 Categoria *Comentários*

De acordo com o esquema de notícia proposto por Van Dijk, há ainda a categoria *Comentários*, que não pertence à macrocategoria Episódios, e que diz respeito às conclusões, especulações e outras informações a respeito do evento noticioso. Ainda que redatores busquem a isenção da notícia, o autor afirma que frequentemente os textos noticiosos apresentam comentários, muitas vezes indiretamente e, independentemente de como sejam apresentados, esses comentários não podem estar diluídos na notícia, porque indicam, de fato, a opinião do jornalista ou suas avaliações sobre eventos futuros que podem decorrer do evento principal.

Desta forma, a análise da categoria *Comentários* objetivará verificar em que medida a opinião dos redatores reflete as ideologias presentes no contexto histórico e social de produção da notícia.

3.3.4.4 Categoria *Reações Verbais*: discurso direto e indireto

Compõe também o esquema de notícia proposto por Van Dijk (1988) a categoria *Reações Verbais*, que se refere à presença do discurso citado nos textos noticiosos. A introdução do discurso citado é elemento de fundamental importância na estrutura da notícia, porque, além de atribuir-lhe veracidade, revela também o posicionamento do redator no texto, porque se trata de uma seleção de declarações que devem convergir para a validação das proposições do episódio.

Para a produção do texto noticioso, uma das técnicas mais comuns utilizadas para obter a informação é a entrevista. Por meio dela, é possível extrair do entrevistado declarações que poderão atribuir veracidade ao fato,

de modo que o leitor entenda a notícia como realidade, e não como recriação da realidade.

Para Charaudeau (2006:163),

...o discurso relatado mostra que se trata realmente de um dito tirado de um outro ato de enunciação, distinguindo o dito relatado do dito de origem e operando uma reificação deste último, que serve para provar a autenticidade do discurso do relator. Assim, o discurso relatado funciona estrategicamente como um *discurso de prova*, tanto em relação ao outro quanto a si mesmo.

Nesse sentido, a apresentação de declarações de entrevistados no texto noticioso proporciona um efeito de sentidos que vai além da simples referência à fala do entrevistado, isto é, atribui autenticidade à notícia, de modo que o leitor, ao informar-se, reconhece que o redator não narrou o fato segundo seus critérios particulares, mas que se pautou pelo que lhe disseram as pessoas envolvidas direta ou indiretamente no fato.

A esse respeito, Kunczik (2001:271) afirma que os jornalistas “se escondem” por trás das citações e que estas atuam como evidência de apoio ao discurso daqueles. Entretanto, é importante considerar que as declarações são obtidas por meio de interpelações realizadas pelo entrevistador que, no ato da entrevista, formula suas perguntas segundo critérios subjetivos de observação do fato em notícia.

Charaudeau (2006) também acrescenta que a utilização de citações no interior do texto noticioso como estratégia discursiva produz diferentes tipos de prova, e os relaciona como prova de “*autenticidade* do dito de origem”; “*de responsabilidade* daquele que disse”; e de “*verdade* do que foi dito”, que sustenta e justifica os propósitos do redator da notícia.⁶⁸

Para Van Dijk (1988:54-5), que se refere às citações no discurso da notícia como *Reações Verbais*, as citações “permitem aos jornalistas formular opiniões que não são necessariamente deles” e acrescenta que “a seleção de

⁶⁸ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*, 2006, p. 163, *passim*.

falantes e de aspas não necessita ser objetiva”⁶⁹, isto é, a seleção das citações, assim como a seleção dos elementos que comporão o texto noticioso, passa por critérios muitas vezes subjetivos, que atendem aos interesses do redator, como, por exemplo, a notoriedade do declarante ou a importância do declarante para o contexto da notícia.

Para o discurso da notícia, as formas de citação podem produzir diferentes efeitos de sentidos. Na visão de Charaudeau (2006:172), a citação direta, ou discurso direto, tende a produzir o efeito de objetivação da informação, de modo que o leitor entenda que tais informações foram realmente proferidas pelo declarante e, além disso, provoca um distanciamento entre o redator e o declarante, e o leitor entende que há ali duas vozes que se imbricam, mas não se misturam.

Maingueneau (2001:141) acrescenta que o discurso direto, por mais que seja uma representação fiel de um ato de fala, “é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal”.

O discurso direto, além das formas convencionais de representação no texto, como por meio do emprego das aspas, do itálico e dos verbos essencialmente de enunciação, pode ser representado também por outros verbos que não necessariamente designam um ato de fala. A respeito desses verbos, como *suspirar*, *cochichar* etc, Vilas Boas (1996:19) afirma que “podem dar muito bem o clima de conflito de ideias entre as declarações”, além de “transmitirem informações interessantes sobre a personagem.”

Já a citação integrada, conforme Charaudeau (2006:172), ou discurso indireto, tende a produzir um efeito de desidentificação do declarante, visto que nesse tipo de citação o que se observa é uma representação daquilo que foi declarado e, ainda que seja uma representação da verdade, não produz o efeito de total autenticidade do que foi dito.

⁶⁹ It allows journalists to formulate opinions that are not necessarily their own, but which nevertheless are objective because they have actually been stated. Of course, the selection of speakers and of quotations need not be objective.

Para Maingueneau (2001:149), no discurso indireto, “o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o *conteúdo do pensamento*”, isto é, o redator tem maior liberdade de parafrasear ou editar a declaração, sem que necessariamente se perca a noção de discurso citado. Entretanto, em termos de efeito de sentidos, perde-se em autenticidade.

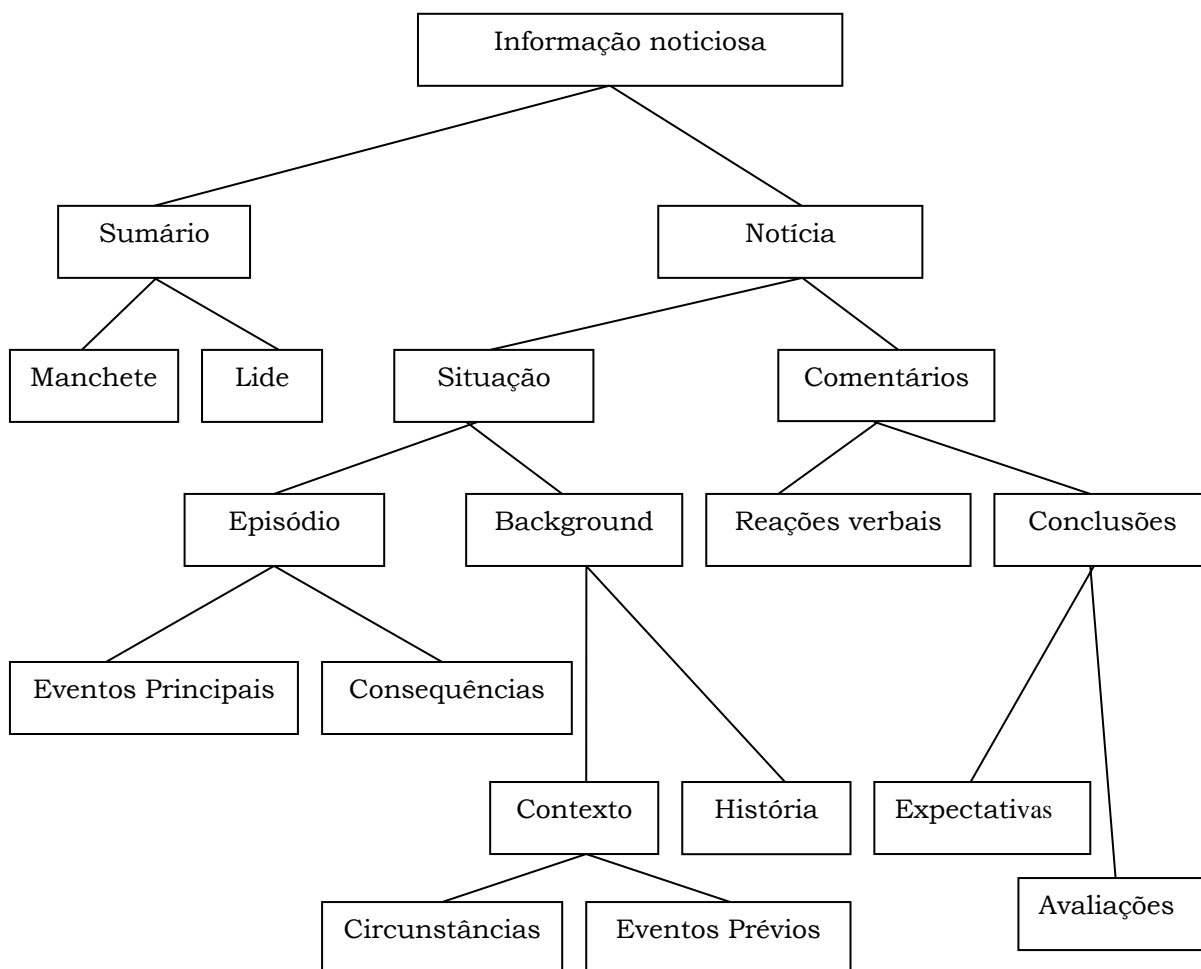
Outra forma de representação do discurso indireto se dá por meio da “modalização em discurso segundo”⁷⁰, que se caracteriza pelo emprego de expressões do tipo *segundo, de acordo com, conforme* etc. Os modalizadores, além de indicarem que a declaração pertence a outrem, revelam também o posicionamento do enunciador diante do discurso do outro.

Assim, pois, não só a seleção da declaração, mas também a forma de representar essa declaração no texto constituirão elementos importantes para a análise da notícia como discurso, visto que revelarão uma tomada de posição do redator diante de suas fontes de informação, como também diante do leitor. A análise das reações verbais objetivará, portanto, verificar em que medida a introdução do discurso citado atua como estratégia discursiva no processo de recepção da notícia.

Ainda que nem todas essas categorias descritas possam ser observadas em um mesmo texto noticioso, Van Dijk (1988) apresenta uma estrutura hipotética representativa de um esquema, segundo o qual se torna possível proceder a análise do discurso da notícia, que pode ser visualizado conforme segue⁷¹:

⁷⁰AUTHIER-REVUZ, J. apud MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2001, p. 139.

⁷¹ Confira o original em inglês em Van Dijk, *News as discourse*; 1988, p. 55.



3.3.5 O estilo no discurso da notícia

Concorre também para a análise do discurso da notícia a questão do *estilo*, neste contexto tratado não como a disciplina *Estilística* na perspectiva da estética do texto, mas como “uma indicação ou marca das propriedades sociais dos falantes e da situação sociocultural do evento de fala”⁷² Assim, para o discurso da notícia, o estilo refere-se, em primeira instância, à seleção e às escolhas lexicais do redator, feitas em função do contexto sociocultural do evento noticioso, bem como dos atores da notícia e da relação redator-leitor. Num nível mais amplo, o estilo referir-se-á também à seleção dos tópicos que comporão o discurso da notícia.

⁷² Here, style was defined as an indication or marker of social properties of speakers and of the sociocultural situation of the speech event. (*Ibidem*, p. 72)

Conforme se observa, para o discurso da notícia, o estilo é tratado nas dimensões textual e contextual. Isso ocorre em função das especificidades do texto noticioso: é produzido para um grupo de leitores definido em virtude de suas posições políticas e ideológicas e reproduz o discurso de uma instituição. Apesar disso, há um acordo tácito entre o redator/instituição e o leitor, que permite que o estilo se evidencie:

Claramente, as crenças e atitudes subjacentes não são tão facilmente suprimidas, e elas podem aparecer indiretamente no texto de diversas formas: seleção dos tópicos, elaboração dos tópicos, relevância hierárquica, uso de categorias esquemáticas e, finalmente, no estilo, como as palavras escolhidas para descrever os fatos.⁷³ (Van Dijk, 1988:75)

Evidentemente, há uma padronização da estrutura do texto noticioso, conforme já dissemos, muito em função da busca pela objetividade, como também em função dinâmica das redações, o que minimiza a expressão do estilo. Apesar disso, as diferentes formas de relatar um mesmo fato passa por um critério subjetivo de escolha que indica “o tipo de discurso para uma situação específica ou os pressupostos ideológicos do *background*”.⁷⁴

Em linhas gerais, o estilo é o conjunto de características do discurso que atuam como indicadores do contexto social e pessoal do redator ou da instituição, empregados em função da intencionalidade discursiva e do contexto social da notícia. Portanto, quando nos referimos ao estilo no discurso da notícia, estamos tratando das possibilidades que o redator tem de dizer o mesmo de diferentes formas.

A objetividade é um dos conceitos que muito se discute em jornalismo e, no mais das vezes, ela é entendida como a ausência ou negação da subjetividade, isto é, acredita-se que um texto jornalístico objetivo é aquele no qual não se observam julgamentos de valor ou parcialidade em favor de

⁷³ Clearly, underlying beliefs and attitudes are not so easily suppressed, and they may appear indirectly in the text in many ways: selection of topics, elaboration of topics, relevance hierarchies, use of schematic categories; and, finally, in style, such as the words chosen to describe the facts.

⁷⁴ Stylistic choices indicate the kind of discourse for a particular situation or the presupposed ideological backgrounds (*Ibidem*, p. 82)

um ou outro ator do fato noticioso. Entretanto, sabemos que a opção por um ou outro termo para designar uma mesma realidade já passa pelo crivo da subjetividade de quem produz a notícia, bem como da linha editorial do veículo no qual se publica a notícia.

Van Dijk (1991:115) explica que estilo é “o resultado textual das escolhas entre formas alternativas de dizer mais ou menos a mesma coisa usando diferentes palavras ou diferentes estruturas sintáticas”, e esse processo de escolhas denota uma tomada de posição do veículo ou do redator em um dado contexto.

Para Villas Boas (1996), o estilo revela o *tom* do texto, isto é, a linguagem empregada no texto indica se o fato é tratado como trágico, dramático, tenso etc, porém, mais do que isso, os critérios de seleção e combinação de palavras para representar uma realidade constituem um posicionamento ideológico dentro de um contexto comunicativo e social, porque para cada contexto há uma seleção lexical adequada que indica também as opiniões do autor a respeito do fato noticioso ou das personagens envolvidas neste fato.

Em síntese, o estilo, para o discurso da notícia, é um traço que revela o contexto sociocultural de produção do texto noticioso, segundo os objetivos do redator em função da angulação que se pretende para a notícia. Na análise do estilo no discurso da notícia, objetivaremos investigar em que medida as escolhas lexicais contribuem para a constituição de um modelo contextual e revelam a ideologia presente no contexto sociocultural em que ocorreram os crimes passionais.

3.3.6 A retórica no discurso da notícia

Somam-se ao estilo as estruturas retóricas da notícia, cuja intenção é persuadir o leitor a fim de levá-lo a crer naquilo que é noticiado, bem como na forma como aquilo é noticiado, de modo que se reproduza a ideologia das classes dominantes:

A dimensão perlocucionária ou persuasiva que sustenta cada intenção na prática, então, é a formulação de significados de modo que elas não sejam apenas entendidas, mas também aceitas como verdade ou pelo menos uma possível verdade. (Van Dijk, 1988:83)⁷⁵

Em outras palavras, o leitor não necessita mudar sua opinião acerca de determinado fato, mas deve acreditar que o fato, tal como é relatado na notícia, é a representação da verdade. Para isso, o discurso da notícia apresenta em seu bojo argumentos explícitos ou implícitos que influenciarão significativamente para a cognição das proposições no texto e, conseqüentemente, para a propagação da opinião dos grupos dominantes.

A retórica do discurso da notícia, pois, caracteriza-se principalmente por enfatizar ou evidenciar o conteúdo mais importante da informação, segundo o critério de relevância instituído pela redação. Para isso, utiliza estratégias de persuasão, conforme Van Dijk (*Ibidem*:84-5):

- A. Enfatiza a natureza factual dos eventos, como, por exemplo:
 - 1. Descrições diretas do acontecimento em andamento.
 - 2. Usando evidências de testemunhas.
 - 3. Usando evidências de outras fontes confiáveis (autoridades, pessoas respeitáveis, profissionais).
 - 4. Sinais que indicam precisão e exatidão como número de pessoas, horário, casos etc.
 - 5. Usando citações diretas como fonte, especialmente quando opiniões estão envolvidas.
- B. Constrói uma forte estrutura relacional para os fatos, como, por exemplo:
 - 1. Mencionando eventos prévios como condições ou causas e descrevendo ou prevendo eventos futuros como possíveis ou reais conseqüências.
 - 2. Inserindo fatos em um modelo situacional conhecido que o tornam relativamente familiar, mesmo que seja novo.
 - 3. Usando *scripts* conhecidos e conceitos que pertencem àquele *script*.
 - 4. Tentando organizar melhor os fatos numa estrutura específica conhecida, como narrativas.

⁷⁵ The perlocutionary or persuasive dimension that sustains such intentions in practice, then, is the formulation of meanings in such a way that they are not merely understood but also accepted as the truth or at least as a possible truth.

- C. Fornecer informações que também têm as dimensões emocional e atitudinal:
1. Fatos são melhor representados e memorizados se envolvem ou despertam grandes emoções (se envolve emoções muito fortes, entretanto, podem haver menosprezo, supressão e por isso a descrença dos fatos)
 2. A veracidade dos eventos é realçada quando opiniões de diferentes *backgrounds* ou ideologias são citadas a respeito de cada evento, mas em geral àqueles que são ideologicamente mais próximos será dada maior atenção como possível fonte de opinião.

Em suma, a análise da retórica do discurso da notícia deve contemplar, além dos aspectos semânticos e ideológicos do texto, também as estratégias de persuasão descritas acima.

Para Van Dijk (1991:82) “o uso de estruturas retóricas na notícia depende dos objetivos e efeitos pretendidos na comunicação.” Assim, no discurso da notícia, o emprego de metáforas, comparações, ironias, e também a escolha de um léxico específico, entre outros, é opcional e tem o objetivo de deixar uma mensagem implícita no texto e, mais do que isso, que tenha um efeito persuasivo sobre o leitor.

Koch (2002:154) afirma:

A seleção lexical é outro recurso retórico de grande importância. É através dela que se estabelecem as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico etc. Há palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos.

Nesse sentido, pois, ao analisarmos a retórica da notícia, objetivaremos investigar, por meio das estratégias de persuasão citadas por Van Dijk e também por meio do processo de seleção e combinação lexical, como se dá a tomada de posição do redator diante do evento noticioso e em que medida esse procedimento constitui uma estratégia retórica para a veiculação de ideologias.

Neste capítulo, apresentamos o referencial teórico que utilizaremos para a análise do *corpus* constituído para esta tese, orientando-nos, principalmente, pela teoria proposta por Van Dijk (1988), à qual acrescentamos outros estudos. Segundo essa teoria, a notícia em si é discurso, porque as estratégias discursivas manifestam-se não apenas nos aspectos linguísticos do texto, mas principalmente no processo que envolve toda a produção da notícia, desde a seleção da informação, passando pela estrutura do texto, até sua recepção pelo leitor.

Van Dijk descreve a estrutura, o processo de produção e o processo de compreensão das notícias numa perspectiva sociocognitiva, a fim de indicar que a notícia como discurso é um importante instrumento de veiculação de ideologias que podem atuar como mantenedoras das desigualdades sociais. Isto porque a notícia é produzida segundo interesses de grupos de elite ou de instituições que normalmente detêm o poder na estrutura da sociedade.

Seguindo, pois, esse referencial teórico, nessa tese analisaremos os textos noticiosos nas dimensões textual e contextual, isto é, os elementos que constituem a estrutura da notícia e também o processo de produção de compreensão da notícia. Para isso, os textos noticiosos serão apresentados dentro do contexto histórico e social em que ocorreram os crimes passionais, a fim de identificar em que medida as ideologias vigentes em cada contexto manifestaram-se no discurso da notícia, conforme trataremos no capítulo a seguir, a análise do *corpus*.

Capítulo IV

Análise do *corpus*

Nas páginas que seguem, apresentaremos as análises das notícias que constituem o *corpus* reunido para esta tese. Nessas análises, aplicaremos a teoria proposta por Van Dijk (1988), conforme apresentamos no capítulo anterior, de acordo com as especificidades de cada notícia no contexto sociocultural de cada crime passional.

Na dimensão textual, analisaremos as categorias Sumário, Episódio, Reações Verbais e Comentários, que compõem o esquema da notícia, e delas extrairemos as proposições, a fim de identificar os tópicos do discurso. Especificamente na categoria Episódio, faremos a distinção das subcategorias, pois consideramos cada episódio como unidades semânticas do discurso; portanto, nessa categoria, poderão ser analisadas as subcategorias Evento Principal, Contexto, *Background*, Evento Prévio ou Consequências, conforme as características de cada notícia. Na dimensão contextual, no processo de produção e recepção da notícia, analisaremos os valores-notícia e os modelos contextuais que poderão ser acionados devido aos recursos retóricos e de estilo empregados no texto noticioso.

Por meio dessas análises, objetivaremos verificar de que maneira o discurso da notícia contribuiu para a repercussão das ideologias vigentes na sociedade à época em que ocorreram os crimes passionais objetos de nosso estudo, especialmente no que diz respeito à questão da representação da identidade de gênero feminino nos crimes passionais.

4.1. O caso Doca Street e Ângela Diniz⁷⁶

A breve história de amor de Ângela Diniz e Doca Street terminou com quatro tiros na noite de 30 de dezembro de 1976, na Praia dos Ossos, em Armação dos Búzios, no Estado do Rio de Janeiro, apenas quatro meses depois de seu início.

Ângela Maria Fernandes Diniz tinha 32 anos à época de sua morte e figurava nas colunas sociais de jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Filha de um cirurgião-dentista e de uma dona-de-casa, Ângela Diniz sempre despertou algum tipo de interesse por onde passasse. Ainda menina, era copiada em seus vestidos pelas mães de outras meninas que a viam nas missas da Igreja de Lourdes, em Belo Horizonte. Já moça, despertou o interesse de Milton Villas Boas, que era considerado “um dos melhores partidos da época”, com quem se casou aos 18 anos e com quem teve seus três filhos.

De acordo com a colunista mineira Anna Marina⁷⁷, em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* de 07 de janeiro de 1977, Ângela Diniz “não foi a devoradora de homens que Minas sempre sonhou que fosse”. Isto porque, segundo a colunista, as atenções que a imprensa dispensava a ela despertavam na sociedade mineira um sentimento de rancor e inveja.

No início da década de 1970, Milton e Ângela desquitaram-se e já em 1973 ela passou a figurar também nas páginas policiais dos jornais, quando se envolveu no assassinato de um vigia da mansão onde morava. Na ocasião, Ângela assumiu a autoria do crime, alegando legítima defesa, mas pouco tempo depois foi esclarecido que o autor do crime era, na verdade, o milionário Tuca Mendes, que era casado e com quem Ângela Diniz mantinha um relacionamento amoroso. À época, houve rumores de que o crime deveu-

⁷⁶ A história de Ângela Diniz e Doca Street baseia-se em arquivos do jornal *Folha de S. Paulo*, da revista *Época*, da revista *Veja* e nos livros *A paixão no banco dos réus*, de Luíza Nagib Eluf, e *Mea culpa*, de Doca Street.

⁷⁷ MARINA, Anna. A moça da missa das 10. *Folha de S. Paulo*, 07 jan. 1977.

se ao fato de Tuca Mendes ter surpreendido o vigia saindo do quarto de Ângela.

Devido à repercussão do fato em Minas Gerais, Ângela Diniz optou por morar na cidade do Rio de Janeiro, onde também teve uma vida bastante agitada e não menos polêmica. Sem a guarda dos filhos, foi acusada pelo ex-marido de sequestro da própria filha e condenada a seis meses de prisão, não cumpridos, porque ainda aguardava julgamento quando foi assassinada. Também foi presa depois que a polícia encontrou em seu apartamento caixas de psicotrópicos e mais de cem gramas de maconha e, para responder o processo em liberdade, alegou dependência à droga.

Ângela Diniz foi uma mulher que esteve adiante de seu tempo. Para os padrões de moral da sociedade brasileira da década de 1970, ela não só quebrava os paradigmas, como também os afrontava. Por essa razão, Ângela esteve sempre em evidência no noticiário, das colunas sociais às policiais, sendo julgada por seus atos.

Para o colunista social Ibrahim Sued⁷⁸, em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* de 06 de janeiro de 1977, Ângela Diniz foi “uma mulher marcada pelo destino e perseguida pelo noticiário sensacionalista.” Foi nesse cenário que ela ganhou o título de “Pantera de Minas”, atribuído pelo próprio colunista, ainda quando da ocasião do crime em Belo Horizonte, e que a eternizou após a sua morte.

Raul Fernando do Amaral Street durante anos viveu nos Estados Unidos trabalhando como salva-vidas e, ao retornar ao Brasil, trabalhou no mercado de capitais. Tinha boa aparência, porte atlético e frequentava a alta sociedade paulistana. Conheceu a milionária Adelita Scarpa, com quem se casou e teve um filho. Foi por intermédio da esposa que Raul Street conheceu Ângela Diniz e, poucos meses depois de se conhecerem, separou-se de Adelita e passou a viver com Ângela. Na ocasião da separação, a mulher permitiu que ele apenas levasse suas roupas, que tiveram que ser

⁷⁸ SUED, Ibrahim. Ângela Diniz segundo Ibrahim Sued. *Folha de S. Paulo*, 06 jan. 1977.

amarradas em lençóis, porque não pôde utilizar as malas da casa. Assim, passou a ser mantido por Ângela Diniz e logo anunciaram o casamento.

Conhecido pelo apelido de “Doca”, Raul Street era visto pelos amigos mais íntimos do casal como uma pessoa ciumenta e possessiva. Tinha 42 anos à época do crime e sua boa aparência, o fato de ter abandonado tudo para viver com Ângela Diniz e também o seu apelido contribuíram para a criação da imagem estereotipada de *playboy* e explorador de mulheres ricas.

Segundo notícia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*⁷⁹ de 07 de janeiro de 1977, o advogado de Raul Street, Paulo José da Costa Jr, disse:

Dizem que ele é milionário, banqueiro e outras coisas, mas posso assegurar que seus pais e irmãos é que possuem alguns bens. Ele mesmo não tem quase nada. E parem de chamá-lo de Doca. Ele tem nome, Raul Fernandes Street. (*sic*) Assim parece que, todo mundo lendo Doca, ele é um marginal.

O *Jornal da Tarde* de 04 de janeiro de 1977 informou que Raul Street viveu muitos anos nos Estados Unidos, onde foi salva-vidas nas praias de Miami por seis meses. Ainda de acordo com o jornal, Street “gostava das turistas estrangeiras que chegavam a Miami tanto quanto elas gostavam de seu porte atlético”⁸⁰.

A união desses dois perfis resultou num dos crimes passionais de maior repercussão nos últimos tempos, que dividiu a opinião pública, mobilizou movimentos sociais de luta pelos direitos das mulheres e contribuiu substancialmente para a mudança da percepção da sociedade acerca da legítima defesa da honra.

Em 19 de janeiro de 1977, Doca Street foi preso e confessou o crime. Em julho do mesmo ano, foi libertado por meio de *habeas corpus* e aguardou em liberdade o julgamento, que ocorreu em outubro de 1979. Foi condenado a dois anos de prisão com direito a *sursis*, isto é, não precisaria ficar na prisão.

⁷⁹ REAL é mais fantástico. *Folha de S. Paulo*, 07 jan. 1977.

⁸⁰ DOCA: corretor, salva-vidas e banqueiro. Banqueiro? *Jornal da Tarde*, 04 jan. 1977.

A imputação dessa pena, baseada no argumento da legítima defesa da honra, provocou reações de parte da sociedade e, naquele contexto, a pressão dos movimentos feministas mobilizou a opinião pública, e a justiça levou o assassino a um segundo julgamento, desta vez em novembro de 1981, no qual foi condenado a 15 anos de prisão, dos quais cumpriu três anos e seis meses em reclusão, dois anos e seis meses em regime semi-aberto e nove anos em liberdade condicional.

De acordo com Pinto (2003:80), o assassinato de Ângela Diniz faz parte da cronologia do movimento feminista no Brasil, porque a primeira sentença “provocou uma das primeiras grandes campanhas públicas das feministas no Brasil e com certeza foi grandemente responsável pela condenação do assassino em um segundo julgamento.” Ainda de acordo com a autora, a atuação dos movimentos feministas naquela ocasião inaugurou “uma nova fase na história da violência contra a mulher no país”.

Depois de cumpridas suas obrigações com a justiça, Raul Fernando do Amaral Street voltou a ter uma vida pacata, aposentou-se por idade e em 2006 lançou o livro *Mea culpa*, no qual relata a sua versão sobre o crime que o tornou conhecido e foi um divisor de águas na história dos crimes passionais no Brasil.

Em 31 de dezembro de 1976, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou, à página 22 da seção Necrologia, a seguinte notícia sobre o crime⁸¹:

Assassinada a tiros Ângela Diniz, a “Pantera de Minas”

(1) Ângela Diniz, conhecida nos círculos da sociedade como a “Pantera de Minas”, foi assassinada a tiros ontem à noite na casa do industrial paulista Raul Fernando Street, na praia dos Búzios, perto de Cabo Frio, no litoral Fluminense.

(2) O crime teria sido praticado às 21h30, mas só chegou ao conhecimento da delegacia policial de Cabo Frio no final da noite. Consta, ali, que o principal suspeito é Raul Fernando Street, cujo paradeiro se ignora. Consta ainda que Ângela vivia com ele há cerca de quatro meses.

⁸¹ Confira à página 248 a fotocópia da notícia, ou a íntegra da página do jornal na mídia digital.

(3) Assim que recebeu comunicado da subdelegacia de Búzios, o delegado Newton Wattz, de Cabo Frio, mandou para lá uma equipe de policiais, que até esta madrugada não havia retornado à delegacia (Búzios fica a cerca de uma hora de carro de Cabo Frio) nem feito comunicação alguma.

(4) Ângela Maria Fernandes Diniz (seu nome completo) já havia figurado no noticiário policial em junho de 1973, envolvida no rumoroso caso do assassinato do ex-vigia José Avelino dos Santos, o Zé Pretinho. Este foi morto a tiros pelo jovem empresário Artur Vale Mendes, o Tuca Mendes, quando rondava a casa de Ângela, à noite.

A primeira notícia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* a respeito do assassinato de Ângela Diniz trouxe poucas informações, visto que o horário de sua informação à polícia, o acesso ao local do crime e a precariedade dos meios de comunicação àquela época impossibilitaram uma apuração maior do caso até o fechamento daquela edição. Entretanto, nota-se que, para o jornal, o acontecimento foi transformado em notícia por apresentar os valores-notícia recência, novidade, desvio e negatividade e pressuposição, isto é, tratava-se de uma má notícia a respeito de um novo acontecimento relacionado à vida de Ângela Diniz que, conforme dissemos, costumava figurar no noticiário daquela época, nas colunas sociais e policiais, por suas atitudes polêmicas.

A notícia, considerando a exiguidade de informações disponíveis no momento de sua produção, pode ser sumarizada pela macroproposição “Ângela Diniz, a ‘Pantera de Minas’, foi assassinada a tiros”, sendo, pois, este o tópico, conforme se observa por meio da categoria Sumário, que abarca o título e o lide do texto:

Assassinada a tiros Ângela Diniz, a “Pantera de Minas”

(1) Ângela Diniz, conhecida nos círculos da sociedade como a “Pantera de Minas”, foi assassinada a tiros ontem à noite na casa do industrial paulista Raul Fernando Street, na praia dos Búzios, perto de Cabo Frio, no litoral Fluminense.

Ainda que para Van Dijk (1988) os títulos sejam, para o discurso da notícia, uma forma vazia, porque é possível inserir neles diferentes significados, o título dessa notícia destaca-se por privilegiar na informação,

nesta ordem, o “quê”, o “como” e o “quem”, de modo que se destaca o crime e, em seguida, a vítima, isto é, nessa notícia a informação mais importante é a forma como a vítima foi assassinada. Isto porque, conforme dissemos, Ângela Diniz já figurava no noticiário devido ao seu envolvimento em situações polêmicas. Portanto, tratava-se de mais um acontecimento relacionado à sua vida tumultuada.

Acrescente-se a isso o emprego da expressão “a Pantera de Minas” já no título, criada pelo colunista social Ibrahim Sued devido ao fato de Ângela Diniz ter “um tipo de beleza, além de um charme terrível”⁸², mas que era frequentemente empregada nas notícias que a envolviam. Assim, o emprego da expressão no título tem a função de tematizar a notícia como sendo mais uma referente à “Pantera de Minas”.

Estilisticamente, o termo “Pantera de Minas” é uma antonomásia e, de acordo com Garcia (2000:121), o emprego do nome comum para substituir o próprio “expressa um atributo inconfundível e notório da pessoa (...) ou um acontecimento a que esteja diretamente ligada”. Desta forma, temos que “Pantera de Minas” é uma forma de motivar o leitor a assimilar que a notícia versa sobre a pessoa que é mais conhecida por “Pantera de Minas” do que por Ângela Diniz e, nesse contexto, associem-se essas informações às outras que já haviam sido publicadas a seu respeito, isto é, cognitivamente, o leitor é orientado a acionar um modelo contextual que representa as ações polêmicas que envolviam Ângela Diniz devido a um *script* que, para os padrões morais daquela época, recriminava determinados comportamentos femininos.

Van Dijk (1988) diz que a retórica do discurso da notícia caracteriza-se, entre outros, pelo uso de “*scripts* conhecidos e conceitos que pertencem àquele *script*”. Nesse sentido, a opção pelo emprego da antonomásia no título da notícia é também uma estratégia de persuasão, cujo objetivo é motivar o leitor a situar a notícia no *script* já conhecido, que diz respeito ao comportamento social de Ângela Diniz e, assim, a notícia pode ser

⁸² SUED, Ibrahim. Ângela Diniz segundo Ibrahim Sued. *Folha de S. Paulo*, 06 jan. 1977.

compreendida como uma consequência ou desfecho de um enredo que já era de conhecimento público.

Em síntese, é lícito afirmar que o que se pretende é relacionar o crime às demais notícias sensacionalistas que envolveram seu nome e, desta forma, o valor-notícia pressuposição revela-se, pois o jornal pode pressupor que “pantera de Minas” seja um atributo importante que permite ao leitor atribuir sentidos à informação.

Fosse o interesse do jornal apenas noticiar o crime, o título do texto poderia ter sido “Ângela Diniz é assassinada a tiros” e, no lide, não haveria novamente a referência à expressão “Pantera de Minas”, como se observa na frase “conhecida nos círculos da sociedade como a ‘Pantera de Minas’”.

O fato segue narrado em três outros parágrafos, que lhe inserem episódios diversos, que contribuem para a compreensão do discurso em sua totalidade. Assim, o parágrafo subsequente ao lide traz as seguintes informações:

(2) O crime teria sido praticado às 21h30, mas só chegou ao conhecimento da delegacia policial de Cabo Frio no final da noite. Consta, ali, que o principal suspeito é Raul Fernando Street, cujo paradeiro se ignora. Consta ainda que Ângela vivia com ele há cerca de quatro meses.

O episódio acima se refere ao Evento Principal, o crime, e pode ser subsumido pela proposição “A polícia tem como suspeito Raul Street”. No entanto, observa-se também a subcategoria Contexto, que se refere à informação a respeito do tempo de convivência do casal, e que pode ser subsumida pela proposição “Ângela vivia com ele há cerca de quatro meses”.

É significativa a presença da categoria Contexto no parágrafo imediatamente após o lide. Isto porque, conforme dissemos, o jornal não dispunha de muitas informações para compor o texto noticioso, devido à precariedade de condições naquela circunstância. Porém, considerou relevante informar que “Ângela vivia com ele há cerca de quatro meses” e, nos idos da década de 1970, o verbo “viver”, empregado no sentido de

manter convivência marital, apresentava uma carga semântica negativa, pois revelava uma relação conjugal socialmente reprovada, numa época em que o divórcio ainda não existia no Brasil e o desquite, segundo a lei, não permitia a constituição de nova família e, segundo a sociedade, era uma mácula principalmente sobre as mulheres desquitadas. Assim, pois, esse dado situa o Evento Principal na atualidade e apresenta as condições de convivência do casal e contribui para que o leitor contextualize melhor o crime, de modo que se construam os sentidos do texto, isto é, Ângela Diniz mantinha um relacionamento amoroso recente com o seu assassino.

Ainda nesse episódio, o jornal opta pelo emprego do verbo “constar”, quando se refere às informações a respeito da suspeição da autoria do crime e também a respeito do tempo de convivência do casal. Evidentemente, é fato relevante a informação sobre o suspeito, porém é menos relevante a informação a respeito do tempo de convivência do casal. Assim, das informações que poderiam ter sido obtidas naquela delegacia, o jornal selecionou e repercutiu aquelas que julgou importantes para o leitor, isto é, o suspeito vivia com a vítima havia quatro meses, o que orienta o leitor a acionar o modelo contextual de crime passional por meio de um *script* que reúne condições para isso.

Desta forma, por meio do emprego do verbo “constar”, o jornal provoca um efeito de distanciamento que denota a imparcialidade da notícia, porque indica que tais informações são relevantes para a polícia, uma vez que estão lá registradas, mas atribui a responsabilidade pelo acionamento do modelo contextual ao leitor e, assim, o jornal provoca também um efeito de isenção de opinião.

O parágrafo seguinte apresenta um novo episódio, cujo objetivo é informar a respeito das providências policiais a partir da comunicação do fato:

(3) Assim que recebeu comunicado da subdelegacia de Búzios, o delegado Newton Wattz, de Cabo Frio, mandou para lá uma equipe de policiais, que até esta madrugada não havia retornado à delegacia (Búzios fica a cerca de uma hora de carro de Cabo Frio) nem feito comunicação alguma.

De acordo Van Dijk (1988), podem ser indicadores de um novo episódio os marcadores de mudança temporal e os marcadores de mudança de perspectiva, conforme se observa por meio do emprego da locução conjuntiva “assim que” e também por meio da introdução do delegado como participante do fato. Esse episódio, que contempla a subcategoria Contexto, porque oferece outras informações sobre o evento principal na perspectiva da atualidade, pode ser subsumido pela proposição “não há mais informações sobre o crime”:

O último parágrafo do texto noticioso é um episódio que se refere à vida pregressa de Ângela Diniz, cujo objetivo é apresentar ao leitor o *Background* da notícia e pode ser subsumido pela proposição “Ângela Diniz já esteve envolvida em outro crime”:

(4) Ângela Maria Fernandes Diniz (seu nome completo) já havia figurado no noticiário policial em junho de 1973, envolvida no rumoroso caso do assassinato do ex-vigia José Avelino dos Santos, o Zé Pretinho. Este foi morto a tiros pelo jovem empresário Artur Vale Mendes, o Tuca Mendes, quando rondava a casa de Ângela, à noite.

Esse *Background* tem o propósito de situar o assassinato de Ângela no campo das notícias policiais. Para isso, o jornal retoma informação de um crime ocorrido aproximadamente quatro anos antes de seu assassinato que, segundo o jornal, foi rumoroso, isto é, repercutiu no noticiário e motivou a migração do nome de Ângela Diniz das colunas sociais para as páginas policiais. Embora o *background* não recupere na totalidade as informações daquele crime, é significativo para a reconstituição da imagem da “Pantera de Minas”, porque foi a partir daquele crime que Ângela decidiu mudar-se para a cidade do Rio de Janeiro e, a partir daí, tornou-se mais conhecida publicamente. Desta forma, esse *background* contribui também para a retórica do discurso da notícia, porque permite ao leitor atribuir sentidos ao

texto de acordo com os seus modelos contextuais, motivados pelo acionamento de *scripts*.

Em síntese, conforme o esquema proposto por Van Dijk para o discurso da notícia, desta notícia extraímos as seguintes categorias e suas respectivas proposições:

Sumário: “Ângela Diniz, a ‘Pantera de Minas’, foi assassinada a tiros”;

Evento Principal: “A polícia tem como suspeito Raul Street”;

Contexto: “Ângela vivia com ele há cerca de quatro meses”;

Contexto: “Não há mais informações sobre o crime”;

Background: “Ângela Diniz já esteve envolvida em outro crime”.

Considerando, pois, as proposições do discurso da notícia, é possível observar que o foco recai sobre a vítima, ainda que o Evento Principal mencione Raul Street como suspeito pelo crime, e é significativo que o Contexto refira-se ao tempo de convivência do casal e permita o acionamento de um *script* de crime passional.

Entretanto, a vida pregressa da vítima, conforme foi apresentado no *background*, a apresenta como pessoa já conhecida no noticiário policial, relacionando-a a outro crime e a outros homens, o que lhe atribui uma imagem social negativa. Some-se a isso, também, o destaque que se deu à expressão “Pantera de Minas”, no título e no lide da notícia, que, conforme já explicamos, reforça essa imagem negativa da vítima naquele contexto social e, desta forma, fica permitido que se acione o modelo contextual de mulher com comportamento em desacordo com os padrões vigentes na sociedade da época.

Desta forma, é possível observar que a primeira notícia veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo* a respeito do crime que vitimou Ângela Diniz, mais do que dar publicidade à questão da violência de gênero, deu publicidade ao crime, mas como produto de um comportamento feminino considerado inadequado para os padrões da época, como se isso fosse uma justificativa para a barbárie.

O texto noticioso repercute, pois, a ideologia vigente à época do crime, segundo a qual, nas relações de gênero, a mulher devia apresentar um comportamento ilibado, para não sofrer sanções morais e sociais. Naquele período, em que a defesa da honra era argumento amplamente utilizado para a defesa de uxoricidas, o comportamento social de Ângela Diniz era uma forte justificativa para a brutalidade do crime.

No dia 01 de janeiro de 1977, segundo dia após o crime, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma chamada⁸³, sem entretanto indicar a página na qual poderia ser encontrada a notícia. As chamadas têm a função de destacar, na capa do jornal, as notícias mais importantes de uma edição e, nesse sentido, naquela data, o fato e seus desdobramentos foram considerados importantes pelo jornal para o conhecimento do leitor, isto é, houve a intenção de motivar o interesse pela leitura do texto noticioso.

Embora não seja nosso propósito analisar as chamadas das notícias, apresentaremos a seguir a chamada daquela edição a respeito do crime que vitimou Ângela Diniz:

Polícia à caça do assassino de Ângela Diniz

Toda a polícia da região dos lagos do Estado do Rio está mobilizada desde a madrugada de ontem para a captura do industrial paulista Raul Fernando do Amaral Street, acusado de assassinar Ângela Diniz, a “pantera de Minas”, numa residência de veraneio na praia de Búzios.

O cadáver de Ângela foi trasladado para Belo Horizonte, num jatinho fretado pela família. O enterro foi ontem à tarde; cerca de duzentas pessoas estiveram presentes. Não compareceram os cronistas sociais da capital mineira, responsáveis pela intensa promoção feita, no passado, em torno da moça.

O texto noticioso foi publicado na editoria “Ilustrada”, que deveria tratar de cultura e entretenimento, à página 23, em meia página e dividindo espaço com a programação de cinemas e teatros da cidade, sob o título

⁸³ Confira a íntegra da capa do jornal na mídia digital.

“Ângela: O final trágico da ‘pantera mineira’”.⁸⁴ Desta forma, o assassinato de Ângela Diniz deixou de ser tratado apenas como um caso policial e passou a ser tratado também como um evento social, narrado àquela página em um texto cuja estrutura mescla aspectos da narrativa jornalística e da narrativa literária.

Dissemos no capítulo anterior, citando Melo (2003) e Lage (2001), que a distinção entre os gêneros *notícia* e *reportagem* pode ser observada pelos níveis de aprofundamento e progressão do acontecimento, isto é, a reportagem apresenta mais riqueza de detalhes, e também dissemos que Van Dijk (1988) não faz distinção entre os dois gêneros, considerando-os *notícia*, porque neles se apresenta o *discurso noticioso*, sendo, portanto, possível aplicar a sua teoria em textos noticiosos que apresentem características de um gênero ou outro.

Considerando, pois, os conceitos de Melo (2003) e Lage (2001), o texto noticioso publicado em 01 de janeiro de 1977 pelo jornal *Folha de S. Paulo* apresenta características do gênero reportagem e é dividido em três partes, a saber: a primeira parte refere-se aos aspectos policiais do crime e foi redigida na cidade do Rio de Janeiro; a segunda refere-se à cerimônia de sepultamento do corpo de Ângela Diniz e foi redigida em Belo Horizonte, e a terceira refere-se à vida privada de Ângela Diniz, desde sua infância até a maturidade, e não apresenta o local de sua redação, conforme transcrevemos a seguir:

Ângela: O final trágico da “pantera mineira”

(1) O delegado Newton Watzl, de Cabo Frio, pediu à Polinter – seção de São Paulo – a prisão de Raul Fernandes Alves Street, o Doca, matador de Ângela Diniz, a "Pantera de Minas". No pedido, o delegado informa sobre a "periculosidade do assassino" e dá outras informações sobre ele: 42 anos, casado, ex-salva-vidas de Miami (EUA), residência na rua Joaquim Floriano, 157 - Jardim Paulista.

⁸⁴ Confira à página 249 a fotocópia da notícia, ou a íntegra da página do jornal na mídia digital.

(2) Até a manhã de ontem, ele não tinha a menor pista do paradeiro de Doca além da de que ele abandonou o local do crime num carro Maverick de cor café-com-leite, placa 0161, de São Paulo.

(3) Todas as barreiras de três estados estão sendo vigiadas pela polícia e o efetivo da delegacia de Cabo Frio mobilizado na cidade e praias vizinhas uma vez que existe a possibilidade de Doca estar ainda na região para se entregar mais tarde acompanhado de advogados ou mesmo voltar incógnito a Cabo Frio, que recebe nesta época do ano cerca de 200 mil visitantes.

(4) O assassinato ocorreu às 20:10 horas de quinta-feira no banheiro da casa depois de uma violenta discussão entre o casal, presenciada pelas empregadas Ivanira Gonçalves e Marizete Quintanilha Porto.

(5) Os quatro empregados da mansão da praia dos Ossos (Armação dos Búzios) onde houve o crime, ouvidos ontem à tarde na delegacia de Cabo Frio, informaram que os ciúmes que Raul nutria por Ângela foram os motivos do crime.

(6) O delegado Watzl acha, no entanto, que o homicídio teve outros motivos, possivelmente ligados ao tráfico ou uso de tóxicos. Duas testemunhas que o delegado considera “muito importantes”, e por isso mantêm seus nomes em sigilo, vão ser ouvidas por ele hoje ou segunda-feira. Elas teriam assistido à última briga entre Raul e Ângela.

(7) O legista Geraldo Tavares, da polícia de Cabo Frio, atestou que Ângela recebeu quatro tiros de pistola “beretta” calibre 7,65. Os disparos a atingiram na face, lado esquerdo, e apenas um foi feito a certa distância, possivelmente com a vítima ainda em pé. Os outros três tiros foram desfechados à queima-roupa e um deles transpassou o crânio, causando a morte quase imediata de Ângela

(8) O corpo foi liberado pelo legista por volta das 10 horas e, às 11h50min foi trasladado para Belo Horizonte num táxi aéreo. Newton Vianna Diniz Filho, irmão de Ângela, foi quem providenciou o funeral – ele esteve em Cabo Frio com um casal de amigos de Ângela.

(9) Embora brigassem muito desde que passaram a viver juntos, segundo o depoimento de vizinhos em Búzios, Raul e Ângela já tinham acertado o casamento. Como eram desquitados, havia uma possibilidade, praticamente acertada, dos dois casarem na Embaixada da Áustria. Esta versão era contada aos amigos e confirmada pelo irmão de Ângela na manhã de ontem na delegacia de Cabo Frio.

(10) Nos primeiros depoimentos colhidos pelo delegado de Cabo Frio junto aos empregados da casa soube-se que o casal chegara a Búzios há três dias para as festas de fim de ano em companhia de milionários paulistas. Ângela e Doca viviam juntos há pouco mais de três meses, sendo que Doca, com 42 anos de idade, havia se separado de sua primeira mulher. (Rio)

(11) O corpo de Ângela Diniz chegou a Belo Horizonte às 14 horas e trinta minutos, transportado em um jatinho da Líder fretado pela família. E às 16 horas e 15 minutos, depois de ser feita a recomendação do corpo na capela do Cemitério e das preces à beira da sepultura, o corpo foi enterrado num jazigo do cemitério Parque da Colina. Pouco mais de duzentas pessoas assistiram à cerimônia, e além dos familiares, compareceram apenas os amigos mais chegados da família.

(12) Do aeroporto da Pampulha, onde o táxi aéreo aterrisou trazendo o corpo de Ângela, o seu irmão Newton e o cunhado, Alair Couto Filho – casado com a irmã de Ângela, Fátima – o corpo foi transportado diretamente para o cemitério, no carro funerário da Santa Casa. Ao dar entrada no cemitério, uma coroa de flores foi colocada sobre o carro funerário.

(13) Pequena discussão entre Fátima e uma amiga da família antecedeu as preces de recomendação do corpo, feita pelo Padre Djalma, Capelão do cemitério. A irmã de Ângela não queria permitir a abertura do caixão: “Ela está inteiramente deformada. Não quero que mamãe guarde essa imagem dela”. Diante da insistência da amiga, ficou resolvido que seriam colocadas flores dentro do caixão, mas a portas fechadas, apenas com a presença dos funcionários do cemitério.

(14) O sepultamento foi feito sob forte comoção da família. Sua mãe desmaiou no momento em que o corpo chegou ao local e antes de se iniciarem as preces finais. Revoltados com a presença de grande número de fotógrafos e repórteres, chegaram a cercar o caixão para impedir as fotografias. Antes, os amigos da família já haviam pedido para que se evitasse fotos dos familiares. Seus filhos – Newton, Cristina e Luiz, estavam acompanhados do pai Milton Villas Boas, que se casou com Ângela quando ela tinha apenas 18 anos.

(15) O cinegrafista de uma emissora de televisão local foi agredido com uma pedrada pelo filho mais velho de Ângela, de 14 anos de idade, no momento em que o corpo baixava à sepultura e familiares afastavam o garoto do caixão, transtornado pela morte da mãe e sob forte crise de choro.

(16) O advogado Maurício Brandt Aleixo, filho do falecido homem público, Pedro Aleixo, seu defensor no caso da morte do zelador de sua casa envolvendo também o empresário Artur Vale Mendes – o Tuca – esteve presente desde o momento em que o corpo chegou ao aeroporto. O advogado e sucessor de seu pai na direção do Partido Democrático Republicano – PDR – é casado com uma tia de Ângela e, em rápida declaração à imprensa, contou que passou o Natal junto a ela e Raul Street, em Belo Horizonte, na casa de Alair Couto filho e Fátima Diniz.

(17) – A própria Ângela disse naquela festa que foi o melhor Natal de sua vida. O seu companheiro, Raul Fernandes Street, foi muito bem recebido, e entendeu-se perfeitamente com toda a família. A mãe de Ângela, Maria do Espírito Santo Fernandes Diniz, quando recebeu a notícia, não queria acreditar. Não conseguiu entender como Raul Street teve coragem de cometer o crime.

(18) Zilda Couto e Alair Couto, os nomes mais conhecidos da Alta Sociedade mineira, também estiveram presentes. Seu filho é casado com a irmã de Ângela, e junto a eles a “Pantera de Minas”, como mais tarde seria conhecida, viveu seus momentos de maior destaque em Belo Horizonte. Os colunistas sociais da Capital mineira, responsáveis pela sua promoção nos jornais de Belo Horizonte, não compareceram ao sepultamento. (Belo Horizonte)

(19) Ângela Maria Fernandes Diniz, nascida, como se diz, em berço de ouro, teve tudo na vida para ser uma mulher feliz igual a muitas. Filha do cirurgião-dentista Newton Viana Diniz – há alguns meses falecido – e Maria do Espírito Santo Fernandes Diniz, Ângela, desde cedo, era a jovem mais assediada pelos rapazes do então pacato bairro de Lourdes em Belo Horizonte, que dividiam suas investidas nos “footings” das praças Raul Soares (às quintas-feiras) e da Liberdade (aos domingos). E no “cine grátis”, às terças-feiras, perto de sua residência, numa confluência denominada pela rapaziada alegre da região de “Praça Bodão”.

(20) Aos 18 anos, após muitos namoricos, conheceu, de fato, seu príncipe encantado. Era ele o rico e bem lançado engenheiro Milton Villas Boas. Forte empreiteiro, filho de um ministro do Supremo Tribunal Federal, que com ela se casou, uma diferença de 15 anos (Milton tinha 32 anos), incompatibilidades que foram surgindo no dia a dia conjugal, fizeram com que eles se separassem. A concretização do desquite veio quando menos se esperava. Justamente quando Ângela e o marido eram figuras obrigatórias nos “potins” do chamado “café-society”, citados pelos principais colunistas sociais de Belo Horizonte como Wilson Frade, Mário Fontana, José Maurício e Antero de Alencar, e de outros Estados, como Tavares de Miranda, Ibrahim Sued e Jacinto de Thormes.

(21) Logo após desquitada, Ângela Diniz, mais tarde cognominada a “pantera de Minas”, se viu envolvida em rumoroso caso policial, que culminou com a morte do ex-rondante de sua casa José Avelino. Ângela, em gesto nobre, procurou assumir a responsabilidade do crime, isentando de qualquer participação seu companheiro naquela noite, o conhecido empreiteiro Tuca Mendes, que era casado. Mas, as contradições em seu depoimento levaram a polícia a apontá-lo como o verdadeiro autor do crime, pelo qual ele vai responder sozinho em maio próximo.

(22) A “via-crucis” de Ângela não parou aí. Desgostosa com o processo criminal a que se viu envolvida, transferiu residência para o Rio. Queria a paz que, em Minas, não foi possível de conquistar. Num Natal, visitando Belo Horizonte com a finalidade de rever seus familiares, não resistiu à tentação e fugiu com uma filha, que estava sob a custódia do pai. A polícia abriu inquérito, a pedido de Milton Vilas Boas, e Ângela foi condenada pela justiça.

O texto noticioso, publicado em uma editoria de cultura e entretenimento, recebeu um título que não apresenta a estrutura clássica dos títulos de notícias, isto é, não apresenta verbo, emprega o artigo definido e, no conjunto, remete preferencialmente às narrativas literárias.

Vilas Boas (1996:95), a respeito dos cadernos de cultura dos jornais, diz que estes “são mais ensaísticos e opinativos” e que não há uma padronização a ser seguida. Medina (1988:120), por sua vez, afirma que, nos textos que apresentam angulação opinativa, os títulos algumas vezes “sofrem influências das formas típicas de consumo”, isto é, recebem um tratamento literário, com forte apelo e artifícios linguísticos e, a propósito dos aspectos gráfico-visuais das palavras do título, também afirma que “sua presença física é articulada aos demais elementos visuais, numa diagramação que corta toda a frieza e imparcialidade do título”. Na diagramação do texto noticioso publicado àquela data, no título, o nome “Ângela” é grafado em destaque, acompanhado da frase “o final trágico da ‘pantera mineira’”:

Ângela: O final trágico da “pantera mineira”

Note-se que a antonomásia é novamente empregada na referência à Ângela Diniz, porém, embora o nome e a antonomásia não se dissociem, de acordo com o título, o final trágico foi da “pantera mineira”, como se se referisse a uma personagem e não à pessoa e, ainda de acordo com esse título, o emprego do adjetivo “trágico” para qualificar a morte exprime um julgamento de valor do jornal, pois o adjetivo empregado, além de indicar a presença de subjetividade na notícia, também indica uma avaliação pessoal disfórica, conforme Neves (2000:199). Assim, é possível afirmar que, segundo a retórica do discurso da notícia, o final da “pantera mineira” poderia ser melhor.

O lide versa sobre as providências tomadas pelo delegado que preside o inquérito, e o foco recai sobre o assassino, que é referido como o “matador de Ângela Diniz, a ‘Pantera de Minas’”. Desta forma, ao optar pelo

substantivo “matador” em vez de “assassino”, o homicídio é tratado como uma espécie de caça ou abate, em que um animal, no caso a pantera, é morto por seu caçador, que não será seu assassino, mas seu “matador”:

(1) O delegado Newton Watzl, de Cabo Frio, pediu à Polinter – seção de São Paulo – a prisão de Raul Fernandes Alves Street, o Doca, matador de Ângela Diniz, a "Pantera de Minas". No pedido, o delegado informa sobre a "periculosidade do assassino" e dá outras informações sobre ele: 42 anos, casado, ex-salva-vidas de Miami (EUA), residência na rua Joaquim Floriano, 157 - Jardim Paulista.

O lide, conforme se observa, também faz referências à qualificação civil de Doca Street e acrescenta que “o delegado informa sobre a ‘periculosidade do assassino’”. Ocorre que, de acordo com o jornal, tal periculosidade, por ser apresentada modalizada pelas aspas, permite duas diferentes leituras: a) que se trata de um fragmento de citação em discurso direto atribuída ao delegado, cujo objetivo é atribuir a ele a responsabilidade pelo dito; b) que se trata de uma periculosidade questionável, porque a qualificação civil do criminoso apresenta pontos positivos, como profissão, residência em endereço nobre na cidade de São Paulo e como sendo casado.

Maingueneau (2001:163), a respeito do uso das aspas, afirma:

Para que as aspas sejam decifradas adequadamente, é necessário uma *convivência* mínima entre o enunciador e o leitor. Cada interpretação bem sucedida reforçará esse sentimento de convivência. O enunciador que faz uso das aspas, conscientemente ou não, deve construir para si uma determinada representação de seus leitores, para antecipar sua capacidade de interpretação: ele colocará aspas onde presume que é isso o que se espera dele (ou então, onde não se espera, para surpreender, para provocar um choque). Por outro lado, o leitor deve construir uma determinada representação do universo ideológico do enunciador para conseguir ter sucesso na interpretação pretendida.⁸⁵

Desta forma, considerando as informações que compõem o lide, embora se trate de uma reprodução de discurso citado, trata-se também de um recurso retórico, cujo objetivo é questionar tal periculosidade.

⁸⁵ MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2001, p. 163.

Conforme dissemos, a primeira notícia a respeito do crime apresentava poucas informações, devido às condições precárias de apuração do fato. Ainda assim, mereceu destaque no noticiário devido aos valores-notícia atribuídos ao fato naquela circunstância. Em virtude da repercussão do crime naquele contexto social e seus consequentes desdobramentos, foram considerados, nesta notícia, os mesmos valores-notícia da data anterior, isto é, novidade, recência, desvio e negatividade, porém o valor-notícia pressuposição pode ter sido considerado em virtude do criminoso e sua fuga, isto é, Doca Street é casado, tem profissão e residência fixa em endereço nobre na cidade de São Paulo, mas fugiu, o que contribui para a modificação do modelo contextual de crime passional provavelmente acionado na notícia anterior, porque, no *script* desse tipo de crime, o assassino mata porque ama, não porque é perigoso. Assim, o leitor pode pressupor que o crime que vitimou Ângela Diniz teve outras motivações, e não o amor.

Essas pressuposições são lícitas, porque, naquele contexto social, Ângela Diniz costumava figurar no noticiário tanto devido à sua vida social quanto em virtude de outros acontecimentos que a colocavam no noticiário policial, como o sequestro de sua filha, a prisão pelo porte de drogas e sua declaração de dependência química, conforme relatamos anteriormente. Desta forma, para os padrões sociais da época, Ângela, além da beleza e um “charme terrível” descritos por Ibrahim Sued, era também uma mulher de certa forma “perigosa”, como uma pantera.

Embora o título do texto apresente as especificidades sobre as quais já tratamos e o lide verse exclusivamente sobre as providências do delegado em relação ao inquérito, o que poderia indicar um problema de coerência local, isto é, o título e o lide não convergem, consideramos que o texto noticioso pode ser sumarizado pela macroproposição “Ângela Diniz teve um final trágico, porque se envolveu com um homem perigoso”. Isto porque o caráter mais documental do gênero reportagem e a abrangência do título em função do tema, a morte de Ângela Diniz, permitem que se extraia tal macroproposição.

Convém reiterar que a primeira parte do texto refere-se aos aspectos policiais do crime, sendo, portanto, estritamente informativa. A segunda parte, que se refere ao sepultamento do corpo de Ângela Diniz, e a terceira parte, que se refere à vida privada de Ângela Diniz, têm um aspecto mais literário, isto é, além de informar, também apresentam “palavras, frases, passagens que às vezes extrapolam o sentido literal atribuído pelos dicionários”⁸⁶ e seguem o caminho da subjetividade, oposto à objetividade informativa. Entretanto, independentemente de qual seja o tratamento dado à informação em cada parte do texto, todas as partes pertencem a um mesmo tema.

O parágrafo seguinte acrescenta um novo episódio, que se refere ao desconhecimento do paradeiro de Doca Street pela polícia. Na perspectiva do esquema da notícia proposto por Van Dijk, esse episódio caracteriza-se como Evento Principal, a fuga de Doca, e o crime é considerado Evento Prévio, porque o que se destaca é a fuga do criminoso:

(2) Até a manhã de ontem, ele não tinha a menor pista do paradeiro de Doca além da de que ele abandonou o local do crime num carro Maverick de cor café-com-leite, placa 0161, de São Paulo.

Desse episódio, pode ser subsumida a proposição “Doca está desaparecido”, que retoma a informação dada na notícia do dia anterior, segundo a qual seu paradeiro era ignorado, entretanto tem a finalidade de melhor informar o leitor sobre o evento prévio, já que no dia anterior as informações eram superficiais. Porém o jornal emprega o verbo “abandonar” para se referir à evasão de Doca do local do crime, de modo que ele não seja explicitamente entendido como fugitivo da polícia. Por outro lado, para o jornal, o delegado que investiga o caso “não tinha menor pista do paradeiro de Doca”, o que atribui ao fato certo grau de sensacionalismo.

De acordo com Neves (2000:201), a anteposição do adjetivo “dá grande efeito de sentido, especialmente o efeito de maior subjetividade”. Nesse sentido, o emprego do adjetivo de avaliação “menor” anteposto pode

⁸⁶ VILAS BOAS, Sérgio. *O estilo magazine: o texto em revista*. 1996, p. 103.

contribuir para que o leitor se desvie ainda mais do modelo contextual de crime passional, porque o foco é desviado por meio da espetacularização da fuga.

O desvio do foco pode se confirmar pela introdução de novo episódio, que encampa a subcategoria Consequência, cuja proposição pode ser subsumida por “a polícia montou operação policial para encontrar Doca”. Para Van Dijk (1988), essa subcategoria pode desempenhar papel tão importante quanto a categoria Evento Principal, porque pode ser entendida como um desdobramento desse evento e, desta forma, a fuga de Doca Street e a ação da polícia sobrepõem-se à brutalidade do crime.

Note-se, também, que há uma generalização quando se informa que “todas as barreiras de três estados estão sendo vigiadas pela polícia” e que “o efetivo da delegacia de Cabo Frio mobilizado” e, desta forma, um caso de crime passional ganha elementos que minimizam a violência em si e maximizam a ação do criminoso e da polícia.

(3) Todas as barreiras de três estados estão sendo vigiadas pela polícia e o efetivo da delegacia de Cabo Frio mobilizado na cidade e praias vizinhas uma vez que existe a possibilidade de Doca estar ainda na região para se entregar mais tarde acompanhado de advogados ou mesmo voltar incógnito a Cabo Frio, que recebe nesta época do ano cerca de 200 mil visitantes.

Entretanto, para a manutenção da coerência local, o episódio seguinte retoma o Evento Prévio, isto é, o assassinato de Ângela Diniz, acrescentando-lhe informações mais precisas, com indicação exata da hora e do local do crime, como também apresenta os nomes das testemunhas.

De acordo com Van Dijk (1988), um episódio pode conter um ou vários Eventos Principais e, além disso, a categoria Contexto pode embutir a informação apresentada na categoria Eventos Principais. Nesse sentido, entendemos que pode ocorrer um imbricamento entre essas categorias e, por isso, consideramos que o episódio que segue atua como Contexto do Evento Principal “a fuga de Doca Street” e também atua como outro Evento

Principal, “o assassinato de Ângela Diniz”, como se se tratasse de um fato novo. Isto porque, conforme dissemos, no dia anterior, havia poucas informações a respeito do crime.

Independentemente de considerá-lo pertencente à subcategoria “Contexto”, ou à subcategoria “Evento Principal”, o episódio pode ser subsumido pela proposição “Doca Street matou Ângela Diniz depois de uma discussão entre eles”:

(4) O assassinato ocorreu às 20:10 horas de quinta-feira no banheiro da casa depois de uma violenta discussão entre o casal, presenciada pelas empregadas Ivanira Gonçalves e Marizete Quintanilha Porto.

Para validar a qualificação da discussão como “violenta”, feita pelo jornal, um novo episódio é introduzido, que se destaca pela mudança de perspectiva, isto é, trata-se da visão do crime sob a ótica dos empregados da casa. Este episódio também pertence à subcategoria Contexto e pode ser subsumido pela proposição “os empregados afirmaram que o motivo do crime foi o ciúme”.

É significativo, entretanto, que as reações verbais nesse episódio sejam apresentadas por meio de citação em discurso indireto. Ainda que, para Marcuschi (2007:163), o verbo “informar” tenha a função de indicar uma posição oficial, a sua utilização no discurso indireto minimiza sua força ilocucional e assim, embora os empregados atribuam a motivação do crime ao ciúme que Doca Street sentia de Ângela Diniz, o que possibilitaria a reativação do modelo contextual de crime passional, o que se nota é um distanciamento desse modelo:

(5) Os quatro empregados da mansão da praia dos Ossos (Armação dos Búzios) onde houve o crime, ouvidos ontem à tarde na delegacia de Cabo Frio, informaram que os ciúmes que Raul nutria por Ângela foram os motivos do crime.

O distanciamento do modelo contextual de crime passional se confirma, porque o jornal apresenta nova informação sobre o crime, oriunda do delegado que preside o inquérito. Tal informação, de acordo com o

esquema proposto por Van Dijk (1988), pertence à categoria Comentários, que não pode ser encampada pela macrocategoria Episódio, ainda que reúna elementos para isso.

Segundo Van Dijk, são Comentários as conclusões, especulações e outras informações a respeito do acontecimento, que indicam, muitas vezes indiretamente, a opinião do jornalista sobre eventos futuros que poderão decorrer do evento principal:

(6) O delegado Watzl acha, no entanto, que o homicídio teve outros motivos, possivelmente ligados ao tráfico ou uso de tóxicos. Duas testemunhas que o delegado considera “muito importantes”, e por isso mantém seus nomes em sigilo, vão ser ouvidas por ele hoje ou segunda-feira. Elas teriam assistido à última briga entre Raul e Ângela.

Note-se que o jornal utiliza informação de fonte de credibilidade e, para que se instaure um novo modelo contextual, emprega o operador argumentativo “no entanto”, cuja finalidade é orientar para uma conclusão contrária⁸⁷, isto é, opor-se às declarações dos empregados. Desta forma, mesmo que tenha sido empregado o verbo “achar” como verbo de elocução, o qual, segundo Marcuschi (2007:164), indica a “provisoriedade do argumento”, trata-se de uma informação relevante, porque se origina de autoridade policial e, nas relações sociais de poder, as declarações dos empregados de Ângela Diniz tornam-se menos importantes. Assim, este Comentário pode ser subsumido pela proposição “para a polícia, o crime está ligado ao tráfico de drogas”:

Some-se ainda a informação presente no Comentário, segundo a qual o delegado tem outras testemunhas consideradas “muito importantes”. Tal informação, modalizada pelas aspas, pode significar que se trata de uma qualificação feita pela autoridade policial, por meio de citação em discurso direto, fragmentado na redação do texto noticioso, embora também possa significar que se trate, para o jornal, de uma informação questionável, já que

⁸⁷ KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 1998, p. 35.

há situações em que o emprego das aspas exige interpretação do leitor, conforme já tratamos.

Entretanto, as informações, por sua quantidade e por serem pautadas em declarações de autoridade policial, permitem que o leitor atribua maior autenticidade à tese de crime motivado pelo uso de drogas do que à tese de crime passional, cujo modelo contextual poderia ter sido acionado por meio do episódio anterior. Desta forma, a questão da violência doméstica é minimizada, porque o crime passa a ser visto como um produto do universo das drogas e, nesse modelo contextual, as relações de gênero são menos importantes, porque o crime é apenas uma consequência de um comportamento socialmente repreensível.

O texto noticioso prossegue e retoma o evento principal, o assassinato, apresentando um episódio que pertence à subcategoria Consequências. Esse episódio é marcado pela introdução de novo personagem e modifica a perspectiva da narrativa, porque se refere à descrição objetiva e legal do crime a partir de atestado oficial:

(7) O legista Geraldo Tavares, da polícia de Cabo Frio, atestou que Ângela recebeu quatro tiros de pistola “beretta” calibre 7,65. Os disparos a atingiram na face, lado esquerdo, e apenas um foi feito a certa distância, possivelmente com a vítima ainda em pé. Os outros três tiros foram desfechados à queima-roupa e um deles transpassou o crânio, causando a morte quase imediata de Ângela

A descrição objetiva do crime, que revela o seu alto grau de violência, contribui para o afastamento do modelo contextual de crime passional, porque são abandonadas as referências ao universo da paixão, e o crime é tratado sob a perspectiva da razão, por sua descrição objetiva, à luz da ciência criminal. A proposição deste episódio pode ser subsumida por “Ângela Diniz teve morte trágica” e revela que, por sua conduta, Ângela teve um final trágico, conforme a macroproposição estabelecida inicialmente.

No parágrafo que segue, observa-se novo episódio, que tem por finalidade encerrar a narrativa jornalística sob o aspecto policial. Dentre os

diversos marcadores que indicam o início de um novo episódio, Van Dijk (1988) refere-se aos indicadores de mudança de lugar. Nesse sentido, o episódio que se inicia, que pode ser subsumido pela proposição “o corpo de Ângela foi liberado em Cabo Frio e trasladado para Belo Horizonte”, indica, concomitantemente, a finalização da notícia sob a perspectiva policial em Cabo Frio e o início sob a perspectiva do sepultamento de Ângela Diniz em Belo Horizonte.

No esquema proposto por Van Dijk (1988), tal episódio pertence à subcategoria Consequências, porque se trata de um desdobramento do evento principal, neste caso o crime, e pode, portanto, tornar-se um novo Evento Principal:

(8) O corpo foi liberado pelo legista por volta das 10 horas e, às 11h50min foi trasladado para Belo Horizonte num táxi aéreo. Newton Vianna Diniz Filho, irmão de Ângela, foi quem providenciou o funeral – ele esteve em Cabo Frio com um casal de amigos de Ângela.

O próximo parágrafo do texto pertence à categoria Comentários, cuja finalidade é apresentar outras informações a respeito do evento noticioso, e pode ser subsumido pela proposição “Raul e Ângela iriam se casar”:

(9) Embora brigassem muito desde que passaram a viver juntos, segundo o depoimento de vizinhos em Búzios, Raul e Ângela já tinham acertado o casamento. Como eram desquitados, havia uma possibilidade, praticamente acertada, dos dois casarem na Embaixada da Áustria. Esta versão era contada aos amigos e confirmada pelo irmão de Ângela na manhã de ontem na delegacia de Cabo Frio.

Note-se que o parágrafo é iniciado pelo operador argumentativo “embora”, cuja finalidade é orientar para uma conclusão contrária e, segundo Koch (1998:37), quando se emprega o operador *embora*, o locutor antecipa que o argumento introduzido pelo operador será anulado. Para o jornal, portanto, as brigas entre o casal não poderiam ser um impedimento para o casamento e, para validar essa crença, o jornal atribui as informações sobre as brigas do casal a vizinhos em Búzios, em citação indireta e modalizada em “discurso segundo” que, para Maingueneau (2001), em efeito

de sentidos, perde-se em autenticidade, isto é, os depoimentos dos vizinhos podem não ser verdadeiros.

Por outro lado, o jornal acrescenta citação em discurso indireto, atribuída ao irmão de Ângela Diniz, para quem o casamento, de fato, ocorreria. Assim, ainda que a citação em discurso indireto perca em autenticidade, a sua atribuição ao irmão, modalizada pelo verbo “confirmar” que, segundo Marcuschi (2007:163), indica posição oficial e afirmação positiva, atribui autenticidade ao dito de origem.

Esse Comentário, em um cenário que revela planos para a oficialização do casamento, ainda que o casal brigasse constantemente, contribui para o afastamento do modelo contextual de crime passional, porque, pelo menos idealmente, se havia planos, havia felicidade e, para os paradigmas sociais em vigência até hoje na sociedade, as drogas contribuem significativamente para a desestruturação familiar e a destruição da felicidade.

O último parágrafo dessa primeira parte do texto noticioso caracteriza-se como um episódio cuja finalidade é apresentar ao leitor o círculo socioeconômico em que se deu o crime, nos dizeres Carmem da Silva⁸⁸, “um círculo social de costumes ultraliberais”, dentre os quais o consumo de drogas e, pertence, portanto, à subcategoria Contexto, e pode ser subsumido pela proposição “Ângela e Doca viviam juntos há pouco tempo e foram a Búzios para as festas de fim de ano”.

(10) Nos primeiros depoimentos colhidos pelo delegado de Cabo Frio junto aos empregados da casa soube-se que o casal chegara a Búzios há três dias para as festas de fim de ano em companhia de milionários paulistas. Ângela e Doca viviam juntos há pouco mais de três meses, sendo que Doca, com 42 anos de idade, havia se separado de sua primeira mulher.

Na segunda parte do texto noticioso, observa-se um tratamento diferenciado do fato. Essa parte do texto caracteriza-se como um episódio marcado pela mudança de lugar, a cidade de Belo Horizonte, pertence à

⁸⁸ SILVA, Carmen da. Afinal, quem é o réu?. *Cláudia*, n. 187, abr. 1977.

subcategoria Evento Principal e trata do sepultamento de Ângela Diniz. Conforme dissemos, para Van Dijk (1988), um episódio pode conter um ou vários Eventos Principais e, nesse sentido, a mudança de lugar orienta também para a modificação do foco da notícia e ressalta o novo evento.

Em relação a esse Evento Principal, observam-se no texto: a brevidade dos rituais religiosos, que não duraram mais que uma hora e quarenta e cinco minutos, constatado por meio das referências temporais; um aspecto tradicional da família de Ângela, por seus valores religiosos e discrição social, diferentemente da imagem social que o noticiário apresentava de Ângela; o estado de consternação de sua família diante da tragédia, representado por atitudes de familiares de Ângela, e o círculo social ao qual Ângela pertencia em Belo Horizonte. O Evento Principal pode ser subsumido pela proposição “Ângela foi sepultada em Belo Horizonte”:

(11) O corpo de Ângela Diniz chegou a Belo Horizonte às 14 horas e trinta minutos, transportado em um jatinho da Líder fretado pela família. E às 16 horas e 15 minutos, depois de ser feita a recomendação do corpo na capela do Cemitério e das preces à beira da sepultura, o corpo foi enterrado num jazigo do cemitério Parque da Colina. Pouco mais de duzentas pessoas assistiram à cerimônia, e além dos familiares, compareceram apenas os amigos mais chegados da família.

À medida que o episódio do sepultamento vai sendo narrado, paulatinamente vão sendo apresentadas novas personagens que permitem construir a estrutura familiar e o círculo social de Ângela em Belo Horizonte. Assim, os demais parágrafos que compõem o Evento Principal em destaque nessa parte do texto noticioso pertencem à subcategoria Contexto, porque oferecem outras informações relativas ao Evento Principal, na perspectiva da atualidade, isto é, porque o Evento Principal é o sepultamento de Ângela Diniz, as demais informações referem-se especificamente a esse evento. Essas informações que compõem a subcategoria Contexto podem ser subsumidas pela proposição “a cerimônia de sepultamento foi discreta e em clima de comoção”.

No entanto, a apresentação dessas informações atua como estratégia retórica para que o leitor, ao confrontar-se com um aspecto diferente daquele que conhecia a respeito da vida de Ângela, constitua uma nova imagem social e, assim, atribua novos sentidos ao texto. Van Dijk (1988) explica que fatos que envolvem ou despertam grandes emoções, organizados em estruturas narrativas, atuam como estratégia de persuasão no discurso da notícia. Portanto, o relato dos fatos em uma narrativa que não obedece aos critérios de ordenação a partir de seu aspecto mais importante, diferentemente da narrativa jornalística, contribui para a construção de sentidos que o jornal pretende para o texto.

Assim, pois, os parágrafos que seguem relatam os acontecimentos que o jornal considerou relevantes naquele evento, em ordem cronológica, a partir da chegada do corpo à Belo Horizonte até o seu sepultamento:

(12) Do aeroporto da Pampulha, onde o táxi aéreo aterrisou trazendo o corpo de Ângela, o seu irmão Newton e o cunhado, Alair Couto Filho – casado com a irmã de Ângela, Fátima – o corpo foi transportado diretamente para o cemitério, no carro funerário da Santa Casa. Ao dar entrada no cemitério, uma coroa de flores foi colocada sobre o carro funerário.

(13) Pequena discussão entre Fátima e uma amiga da família antecedeu as preces de recomendação do corpo, feita pelo Padre Djalma, Capelão do cemitério. A irmã de Ângela não queria permitir a abertura do caixão: “Ela está inteiramente deformada. Não quero que mamãe guarde essa imagem dela”. Diante da insistência da amiga, ficou resolvido que seriam colocadas flores dentro do caixão, mas a portas fechadas, apenas com a presença dos funcionários do cemitério.

(14) O sepultamento foi feito sob forte comoção da família. Sua mãe desmaiou no momento em que o corpo chegou ao local e antes de se iniciarem as preces finais. Revoltados com a presença de grande número de fotógrafos e repórteres, chegaram a cercar o caixão para impedir as fotografias. Antes, os amigos da família já haviam pedido para que se evitasse fotos dos familiares. Seus filhos – Newton, Cristina e Luiz, estavam acompanhados do pai Milton Villas Boas, que se casou com Ângela quando ela tinha apenas 18 anos.

(15) O cinegrafista de uma emissora de televisão local foi agredido com uma pedrada pelo filho mais velho de Ângela, de 14 anos de idade, no momento em que o corpo baixava à sepultura e familiares afastavam o garoto do caixão, transtornado pela morte da mãe e sob forte crise de choro.

As informações fornecidas nesses parágrafos, além de situar o leitor na cena do sepultamento, permitem que ele, paulatinamente, conheça a família de Ângela Diniz: ela é irmã de Newton e Fátima, foi casada com Milton Villas Boas e teve três filhos, Newton, Cristina e Luiz. Também por meio dessas informações, o leitor reconhece o sofrimento que o crime provocou na família de Ângela, especialmente em sua mãe e em seu filho mais velho e, desta forma, pode acionar um modelo contextual que remete para a dor e sofrimento que determinadas atitudes podem provocar em outras pessoas, isto é, para os padrões sociais da época, Ângela tinha uma família ideal em Belo Horizonte, que abandonou para viver no Rio de Janeiro, e suas atitudes deixaram marcas em sua família.

Note-se, ainda, que não foi feita menção à idade de Ângela Diniz quando foi assassinada, mas foi mencionada a idade de Raul Street quando ele praticou o crime. De acordo com Silva (2005:160), a obrigatoriedade da exposição das idades das personagens das notícias foi uma das questões mais polêmicas do *Manual Geral de Redação da Folha*, quando instituído em 1984, e provocou discussões até entre os leitores. Na ocasião da morte de Ângela Diniz, é possível que a omissão desta informação tenha se dado devido ao fato de se considerar indelicado revelar a idade de mulheres. Entretanto, nota-se que o texto informa que Ângela tinha 18 anos quando se casou com Milton Vilas Boas e que seu filho mais velho tinha 14 anos à época do crime e, portanto, Ângela tinha aproximadamente 32 anos à época do crime, e tal informação é bastante significativa para a construção da imagem social de Ângela pelo leitor, porque permite que ele, por meio de deduções, acrescente novas informações ao modelo contextual acionado.

O objetivo geral dessa parte do texto noticioso era relatar a cerimônia de sepultamento de Ângela Diniz, entretanto o objetivo específico parece ter sido apresentar ao leitor a estrutura familiar e o círculo social de Ângela em Belo Horizonte. Evidentemente, o fato que apresenta valor-notícia é o sepultamento, tendo em vista a recência do evento, e não a estrutura familiar ou o círculo social de Ângela, porque são aparentemente irrelevantes. Ocorre, porém, que tais informações permitem que o leitor

construa outro perfil de Ângela Diniz, que de certa forma contrapunha-se à imagem da “pantera de Minas”, tão explorada pela imprensa naquela época.

Portanto, do conjunto de informações, o leitor pode extrair que Ângela Diniz era uma mulher de presumíveis 32 anos, mãe de três filhos, pertencia a uma família tradicional, a qual abandonou para viver uma vida libertina no Rio de Janeiro, e suas escolhas resultaram em sua morte e, por consequência, provocaram sofrimento na família.

“A pureza das mulheres é inconciliável com os deveres e as liberdades mundanas”⁸⁹, disse Balzac no século XIX, mas nos idos da década de 1970 esse pensamento ainda ecoava e fazia parte da imagem social instituída para o gênero feminino e pesava principalmente sobre as casadas e mães de família e, como não cabe ao jornal emitir explicitamente juízo de valores nas notícias em qualquer época, outras estratégias retóricas são empregadas e, assim, revelam-se os implícitos do discurso da notícia. Para o jornal, portanto, Ângela Diniz foi uma mulher que não agiu conforme deveria agir uma mulher na casa dos 30 anos, segundo as normas sociais da época e, porque transgrediu essas normas, foi assassinada.

Maingueneau (2001:20) afirma que “a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido” e, embora essa interpretação possa não coincidir em sua totalidade com o que pretendeu o enunciador, é bastante provável que o leitor seja capaz de desvelar os implícitos. Isto ocorre porque, conforme Van Dijk (1988), a pressuposição, como valor-notícia, necessita de que o leitor recorra a um modelo prévio de situação, e esse modelo é socialmente partilhado entre o jornal e seu leitor-modelo.

Esta segunda parte da reportagem prossegue ainda em mais três parágrafos que apresentam personagens públicas e da alta sociedade mineira, de modo que se identifique, por meio deles, o círculo social ao qual pertenceu Ângela Diniz:

⁸⁹ BALZAC, Honoré de. *A mulher de trinta anos*. 1984, p.90.

(16) O advogado Maurício Brandt Aleixo, filho do falecido homem público, Pedro Aleixo, seu defensor no caso da morte do zelador de sua casa envolvendo também o empresário Artur Vale Mendes – o Tuca – esteve presente desde o momento em que o corpo chegou ao aeroporto. O advogado e sucessor de seu pai na direção do Partido Democrático Republicano – PDR – é casado com uma tia de Ângela e, em rápida declaração à imprensa, contou que passou o Natal junto a ela e Raul Street, em Belo Horizonte, na casa de Alair Couto filho e Fátima Diniz.

(17) – A própria Ângela disse naquela festa que foi o melhor Natal de sua vida. O seu companheiro, Raul Fernandes Street, foi muito bem recebido, e entendeu-se perfeitamente com toda a família. A mãe de Ângela, Maria do Espírito Santo Fernandes Diniz, quando recebeu a notícia, não queria acreditar. Não conseguiu entender como Raul Street teve coragem de cometer o crime.

(18) Zilda Couto e Alair Couto, os nomes mais conhecidos da Alta Sociedade mineira, também estiveram presentes. Seu filho é casado com a irmã de Ângela, e junto a eles a “Pantera de Minas”, como mais tarde seria conhecida, viveu seus momentos de maior destaque em Belo Horizonte. Os colunistas sociais da Capital mineira, responsáveis pela sua promoção nos jornais de Belo Horizonte, não compareceram ao sepultamento.

Observa-se que esses parágrafos pretenderam destacar as relações sociais de Ângela Diniz em Belo Horizonte, mostrando que sua família tinha laços de parentesco com as pessoas “mais conhecidas da Alta Sociedade mineira”, e isso é significativo para a construção da imagem social de Ângela, pois a situa num círculo social de prestígio que, aparentemente, não justifica sua opção por abandoná-lo para viver na cidade do Rio de Janeiro e envolver-se nos escândalos nos quais se envolveu e, por isso, não interessava mais aos colunistas sociais da capital mineira.

Também é significativa a referência ao advogado Maurício Aleixo, não por sua declaração à imprensa, mas porque traz à tona um caso de homicídio no qual Ângela Diniz esteve envolvida e, desta forma, contribui para o acionamento de um *script* de pessoa criminosa, que permite ao leitor validar o modelo contextual de mulher em desacordo com as normas sociais. Assim, pois, é possível que o leitor infira que Ângela Diniz, se tivesse seguido as normas de conduta socialmente estabelecidas, não teria tido o final trágico que teve e tal inferência é autorizada, principalmente, em função da

imagem social negativa que a própria imprensa projetou a respeito de Ângela Diniz.

A propósito dessa imagem de Ângela Diniz, podemos mencionar uma declaração de Cristiana Vilas Boas, filha de Ângela, ao jornal *Folha de S. Paulo*⁹⁰. Segundo matéria publicada em 06 de setembro de 2006, ela disse que “cansou de ser apontada nas ruas de Belo Horizonte como a filha ‘daquela drogada’, ‘daquela prostituta’”, porque era essa a imagem que havia sido construída para Ângela e que era propagada pela imprensa, ainda que por outros termos.

Também nesse sentido, porém ainda à época do crime, segundo o jornal *Folha de S. Paulo* de 06 de janeiro de 1977⁹¹, o padre José Lemos, que oficiou a missa de sétimo dia de Ângela Diniz no Rio de Janeiro, ao referir-se ao papel da imprensa na vida de Ângela, afirmou que “se ela não tivesse sido assassinada, teria se suicidado em consequência da campanha mórbida e injusta movida por toda a imprensa que a apontava como má esposa, péssima mãe e adepta de vícios”.

Essas declarações, ditas em momentos distintos e por pessoas que fizeram parte do círculo social e familiar de Ângela, confirmam que a imprensa desempenhou importante papel na construção de uma imagem social negativa da vítima, apresentando-a como uma mulher em desacordo com os padrões sociais vigentes à época do crime.

Portanto, o jornal, ao optar por relatar os acontecimentos do episódio do sepultamento de Ângela e, por meio desse relato, apresentar uma face diferente daquela já conhecida, considerou como valores-notícia a pressuposição, já referida anteriormente, como também o desvio e negatividade, porque, conforme Van Dijk (1988), notícias sobre eventos negativos podem confirmar as normas sociais.

⁹⁰ CAPRIGLIONE, Laura. “Doca Street usa livro para lucrar à custa de minha mãe”. *Folha de S. Paulo*, 06 set. 2006.

⁹¹ RIO: padre e Justino têm a mesma opinião. *Folha de S. Paulo*, 06 jan. 1977.

A terceira parte do texto, assim como a anterior, não se caracteriza como um texto noticioso convencional. Isto porque apresenta uma narrativa que aborda a história de Ângela Diniz desde o seu nascimento, destacando pontos polêmicos de sua trajetória. No esquema de notícia proposto por Van Dijk (1988), essas informações que seguem pertencem à subcategoria *Background*, porque apresentam uma dimensão histórica da notícia:

(19) Ângela Maria Fernandes Diniz, nascida, como se diz, em berço de ouro, teve tudo na vida para ser uma mulher feliz igual a muitas. Filha do cirurgião-dentista Newton Viana Diniz – há alguns meses falecido – e Maria do Espírito Santo Fernandes Diniz, Ângela, desde cedo, era a jovem mais assediada pelos rapazes do então pacato bairro de Lourdes em Belo Horizonte, que dividiam suas investidas nos “footings” das praças Raul Soares (às quintas-feiras) e da Liberdade (aos domingos). E no “cine grátis”, às terças-feiras, perto de sua residência, numa confluência denominada pela rapaziada alegre da região de “Praça Bodão”.

De acordo com o parágrafo acima, Ângela Diniz “teve tudo na vida para ser uma mulher feliz igual a muitas”, porque nasceu “como se diz, em berço de ouro”. Como, segundo o título do texto, Ângela teve um final trágico, pode-se afirmar que, para o jornal, ela teve uma vida infeliz, ainda que reunisse condições para ser o contrário. Entretanto, o ideal de felicidade proposto pelo jornal tem referências no modelo de felicidade feminina estabelecido pela sociedade, pois se ancora na metáfora “nascer em berço de ouro” e, ao fazer tal ancoragem, o texto recorre à citação do discurso de outrem, sem que se explicita o enunciador. Isto porque essa metáfora já desgastada pelo uso é dita pela sociedade em geral. Assim, o jornal não assume que “nascer em berço de ouro” permite que a pessoa seja feliz, mas concorda que, nos referenciais da sociedade, tal proposição é verdadeira.

Também compõe o ideal de felicidade proposto pelo jornal o fato de Ângela ter sido uma moça bonita e muito assediada, além de ter gozado os prazeres da juventude naquele cenário das décadas de 1950-60 em uma sociedade ainda provinciana, conforme se observa pela descrição dos costumes da “rapaziada alegre da região”.

O parágrafo seguinte narra a história de Ângela a partir de seu casamento e também sob a perspectiva do modelo ideal de felicidade feminina socialmente estabelecido. Isto porque, segundo o jornal, Ângela Diniz encontrara “seu príncipe encantado”, o marido ideal, “rico e bem lançado engenheiro”, “forte empreiteiro” e “filho de um ministro do Supremo Tribunal Federal”, que a introduziu nos círculos da alta sociedade mineira:

(20) Aos 18 anos, após muitos namoricos, conheceu, de fato, seu príncipe encantado. Era ele o rico e bem lançado engenheiro Milton Villas Boas. Forte empreiteiro, filho de um ministro do Supremo Tribunal Federal, que com ela se casou, uma diferença de 15 anos (Milton tinha 32 anos), incompatibilidades que foram surgindo no dia a dia conjugal, fizeram com que eles se separassem. A concretização do desquite veio quando menos se esperava. Justamente quando Ângela e o marido eram figuras obrigatórias nos “potins” do chamado “café-society”, citados pelos principais colunistas sociais de Belo Horizonte como Wilson Frade, Mário Fontana, José Maurício e Antero de Alencar, e de outros Estados, como Tavares de Miranda, Ibrahim Sued e Jacinto de Thormes.

De acordo com o parágrafo, a separação do casal deu-se em um momento que a sociedade não esperava e, sob essa perspectiva, temos que, para o jornal, prevaleceu o público sobre o privado, isto é, os modelos socialmente instituídos sobrepõem-se aos interesses individuais e, quando ocorre o contrário, há um efeito de estranhamento, daí a separação ter sido inesperada.

Foi a partir de sua separação, segundo o jornal, que Ângela Diniz começou a mudar o seu destino, conforme se observa no parágrafo que segue:

(21) Logo após desquitada, Ângela Diniz, mais tarde cognominada a “pantera de Minas”, se viu envolvida em rumoroso caso policial, que culminou com a morte do ex-rondante de sua casa José Avelino. Ângela, em gesto nobre, procurou assumir a responsabilidade do crime, isentando de qualquer participação seu companheiro naquela noite, o conhecido empreiteiro Tuca Mendes, que era casado. Mas, as contradições em seu depoimento levaram a polícia a apontá-lo como o verdadeiro autor do crime, pelo qual ele vai responder sozinho em maio próximo.

Segundo o jornal, a transformação de Ângela Diniz deu-se em curto espaço de tempo. Isto porque, “logo após desquitada”, viu-se “envolvida em um rumoroso caso policial”. Note-se que o parágrafo inicia com o marcador de mudança temporal “logo após desquitada”, que torna a expressão do tempo imprecisa, porém imediata e, neste sentido, permite que se infira a infidelidade conjugal de Ângela.

Além disso, o caso policial foi rumoroso, porque envolveu homicídio, adultério e contradições. Para melhor esclarecer, o empreiteiro Tuca Mendes assassinou o ex-vigia da casa de Ângela Diniz, alegando legítima defesa, porque o vigia era suspeito de cometer furtos e tentar invadir a casa de Ângela. Ela inicialmente assumiu a autoria do crime para preservar o empreiteiro, que era casado; entretanto, contradições de ambos levaram-no a assumir a autoria do crime e, ainda assim, de acordo com o colunista Ibrahim Sued, “houve até quem noticiasse que ela teria tido um caso com o ex-vigia”⁹². O parágrafo ainda informa que Ângela “em gesto nobre” tomou a responsabilidade do crime para si. Evidentemente, para os padrões morais da época, a nobreza do gesto deveu-se ao fato de ela preservar a imagem do homem casado, mesmo que a sociedade fosse tolerante com o homem adúltero. Foi a partir desse fato que ela passou a figurar também no noticiário policial.

No último parágrafo do texto, o jornal refere-se às atribulações da vida de Ângela Diniz como “*via-crucis*”, de modo que se remeta à ideia de muito sofrimento, assim como o Salvador, como se esse sofrimento fizesse parte de seu destino inexorável, que desejou modificar, mas não conseguiu:

(22) A “*via-crucis*” de Ângela não parou aí. Desgostosa com o processo criminal a que se viu envolvida, transferiu residência para o Rio. Queria a paz que, em Minas, não foi possível de conquistar. Num Natal, visitando Belo Horizonte com a finalidade de rever seus familiares, não resistiu à tentação e fugiu com uma filha, que estava sob a custódia do pai. A polícia abriu inquérito, a pedido de Milton Vilas Boas, e Ângela foi condenada pela justiça.

⁹² SUED, Ibrahim. Ângela Diniz segundo Ibrahim Sued. *Folha de S. Paulo*, 06 jan. 1977.

Desta forma, temos que o *background* da notícia pode ser subsumido pela macroproposição “Ângela Diniz nasceu para ser feliz, mas não foi”, que também se justifica pelo título do texto noticioso, segundo o qual Ângela teve um final trágico, mas que poderia ter sido outro, conforme já dissemos.

Considerando o texto em sua totalidade, é possível inferir que o assassinato de Ângela Diniz interessou mais por sua natureza do que pelo crime em si. Tornou-se notícia, porque reunia condições para que o fato adquirisse valor de troca, isto é, foi um crime brutal envolvendo pessoas da alta sociedade, motivado provavelmente pelo uso de drogas. Somou-se a isso o histórico da vítima dentro de um contexto social machista, segundo o qual o modelo ideal de felicidade feminina consistia em pertencer a uma família de valores tradicionais e também realizar um casamento que pudesse oferecer conforto e propagar esses mesmos valores, mas Ângela negou-se a isso.

Para Cristiana Vilas Boas⁹³, filha de Ângela, a mãe foi uma mulher de vanguarda, que fazia o que bem entendia, e esse comportamento foi determinante para que Ângela, ao separar-se, migrasse das colunas sociais para as páginas policiais e, por fim, tivesse um final trágico, conforme foi qualificado no texto noticioso.

O jornal, ao selecionar e ordenar os episódios para a construção da notícia, contribui para que o leitor partilhe do referencial da sociedade dominante, que determina o lugar que deve ser ocupado por cada um, principalmente nas relações de gênero, mantendo assim a hegemonia. Como o comportamento de Ângela Diniz afrontava a sociedade dominante, o texto tem uma angulação que destaca os atos da vítima e dá menos visibilidade ao criminoso e à brutalidade do crime.

Evidentemente, a Ângela Diniz tinha mais notoriedade que seu Doca Street e, por esse motivo, o foco da notícia recaiu sobre ela, porém, conforme

⁹³ CAPRIGLIONE, Laura. “Doca Street usa livro para lucrar à custa de minha mãe”. *Folha de S. Paulo*, 06 set. 2006.

Medina (1988:75), “a preocupação em corresponder ‘a um gosto médio’ ou, em outros termos, embalar a informação com ingredientes certos de consumo” aparenta ter sido o requisito predominante para que o jornal optasse, na angulação do texto, por enfatizar as transgressões sociais e morais de Ângela, segundo aqueles padrões sociais.

Desta forma, o modelo contextual acionado pelo leitor, para os padrões da sociedade da época, pode apontar para aqueles que se referem à mulher de comportamento em desacordo com a sociedade e, assim, Ângela Diniz foi ré do mesmo crime do qual foi vítima, isto é, morreu porque não seguiu os padrões da sociedade e essa sentença pode ser confirmada pelo conjunto das proposições do texto, segundo o esquema do discurso da notícia proposto por Van Dijk, conforme segue:

Sumário: “Ângela Diniz teve um final trágico porque se envolveu com um homem perigoso”;

Evento Principal: “Doca está desaparecido”;

Consequências: “A polícia montou operação policial para encontrar Doca”;

Contexto e/ou Evento Principal: “Doca Street matou Ângela Diniz depois de uma discussão entre eles”;

Contexto: “Os empregados informaram que o motivo do crime foi o ciúme”;

Comentário: “Para a polícia, o crime está ligado ao tráfico de drogas”;

Consequências: “Ângela Diniz teve morte violenta”;

Consequências: “O corpo foi liberado em Cabo Frio e trasladado para Belo Horizonte”;

Comentário: “Doca e Ângela iriam se casar”;

Contexto: “Ângela e Doca viviam juntos há pouco tempo e foram a Búzios para as festas de fim de ano”.

Evento Principal: “Ângela foi sepultada em Belo Horizonte”;

Contexto: “A cerimônia de sepultamento foi discreta e em clima de comoção”;

Background: “Ângela Diniz nasceu para ser feliz mas não foi”.

O conjunto dessas proposições permite que o leitor pressuponha que Ângela Diniz foi brutalmente assassinada porque se envolveu com um homem perigoso e, num cenário onde havia consumo de drogas, sua morte poderia ter sido evitada, se suas escolhas tivessem sido outras. Desta forma, no texto noticioso, a morte de Ângela Diniz, no que se refere à questão de gênero feminino, não foi tratada como um caso de violência contra a mulher, tampouco como um crime passional, mas como uma consequência de um comportamento feminino socialmente reprovável.

Van Dijk (1988) afirma que, em geral, dar-se-á maior atenção como fonte de opinião àqueles que são ideologicamente mais próximos, e a opinião da autoridade policial, conforme a categoria Comentários identificada no esquema da notícia, é mais aceita que a informação dada pelos empregados da vítima, quando se buscam as justificativas do crime. Assim, o jornal pressupõe que o leitor partilhe desse modelo de situação e acione um modelo contextual segundo o qual as drogas e a conduta moral em desacordo com a sociedade são propícias para desfechos trágicos como o que se deu.

Note-se também que o *Background* da notícia apresenta Ângela como uma mulher predestinada ao sofrimento, desde que se separou de seu primeiro marido, sendo isto, portanto, o início de seu infortúnio, pois, a partir daí, passou a envolver-se em escândalos e o mais extremado levou-a à morte, isto é, se não tivesse se separado, poderia estar viva.

A “pantera de Minas”, conforme dissemos, era reconhecida por figurar no noticiário devido à sua beleza, seus relacionamentos amorosos e também por seus problemas com a polícia, pois foi presa por porte de entorpecentes, esteve envolvida em um homicídio e sequestrou sua própria filha, sendo processada pelo ex-marido. Era, pois, “uma mulher perigosa” e, por este motivo, seu assassinato foi relacionado ao tráfico de drogas, e o crime foi justificado pelo modelo contextual que se estabeleceu, isto é, o uso de drogas, como um mal para a sociedade, provoca desfechos trágicos como o da história de Ângela Diniz, daí os valores-notícia predominantes nessa parte do texto noticioso serem recência e desvio e negatividade, visto que, embora

se trate de um evento negativo, atua “como um teste de nossas normas e valores gerais, para confirmar o consenso de normas sociais”⁹⁴.

Assim, pois, as notícias veiculadas nos dois dias subsequentes ao crime que vitimou Ângela Diniz, publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, revelam que a “pantera de Minas” foi “abatida” e o crime é justificável porque foi apenas um reflexo de um comportamento social inadequado para uma mulher dentro de um contexto social machista e com valores morais que determinam o lugar de cada gênero na sociedade, conforme determinavam os padrões sociais da década de 1970, repercutidos também pela imprensa, visto que os valores-notícia predominantes nessas notícias foram a recência, a pressuposição e o desvio e negatividade.

Isto posto, entendemos que o jornal *Folha de S. Paulo* contribuiu, naquela ocasião, para a manutenção da hegemonia, porque repercutiu a ideologia vigente na sociedade, segundo a qual, nas relações de gênero, à mulher cabia o papel de ser boa mãe, boa esposa e boa dona de casa, visto que esses papéis representavam o modelo ideal de felicidade para uma mulher de 30 anos, e todo desvio era considerado uma afronta à sociedade.

⁹⁴ Confira à página 65 desta tese.

4.2. O caso Dorinha Duval e Paulo Sérgio Garcia Alcântara⁹⁵

No dia 05 de outubro de 1980, a atriz Dorinha Duval disparou três tiros contra o seu companheiro, o publicitário Paulo Sérgio Garcia Alcântara, na casa do casal, na cidade do Rio de Janeiro.

Dorinha havia sido uma importante atriz de teatro de revista na década de 1950. Nos anos seguintes, fez parte do elenco da extinta TV Excelsior e também da Rede Globo de Televisão, onde se tornou conhecida do público ao participar de novelas, com destaque para a personagem Dulcineia Cajazeira, da novela *O bem amado*.

Teve uma vida conturbada: foi estuprada aos 15 anos, engravidou aos 18 anos de um trapezista de circo que a abandonou, prostituiu-se para ter dinheiro para poder submeter-se ao aborto e depois se tornou artista de sucesso. Casou-se com o diretor de televisão Daniel Filho, com quem teve uma filha, atirou contra ele, tentou suicídio e foi abandonada pelo marido.

Anos depois, conheceu Paulo Sérgio, 16 anos mais novo, com quem viveu durante seis anos, até o dia do crime. Dora Teixeira, seu verdadeiro nome, tinha 51 anos à época do crime, e o companheiro, 35.

Paulo Sérgio e Dorinha conheceram-se quando trabalhavam numa corretora de imóveis, numa época em que ela já não aparecia tanto na programação televisiva. Passaram a viver juntos e ela, por bastante tempo, manteve as despesas do casal, como também saldava as dívidas do companheiro, contraídas em jogos de azar, segundo reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*⁹⁶ em 15 de dezembro de 1980. Foi também por intervenção dela que Paulo Sérgio conseguiu colocação profissional, no último ano em que viveram juntos.

⁹⁵ A história de Dorinha Duval e Paulo Sérgio Garcia Alcântara é baseada em arquivos dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e no livro *A paixão no banco dos réus*, de Luíza Nagib Eluf.

⁹⁶ MEINEL, Valério. Juiz interroga Dorinha no 1º Tribunal do Júri. *Folha de S. Paulo*, 15 dez. 1980.

Nos últimos meses de convivência, a relação do casal deteriorou-se. Dorinha era muito ciumenta e Paulo Sérgio pensava em separação. Pesava sobre ela a diferença de idade e, na noite do crime, durante uma discussão, ele teria dito que ela estava velha e que havia várias meninas interessadas por ele. A discussão progrediu para outras agressões verbais e, a partir daí, Dorinha Duval disparou quatro tiros contra o companheiro, com a arma dele, dos quais três o acertaram, e em seguida telefonou para um amigo em comum, para que viesse socorrê-los, pois havia acontecido um acidente. Paulo Sérgio foi socorrido ao hospital, acompanhado da própria companheira e do amigo, mas não resistiu e morreu. Alegando precisar buscar roupas para Paulo Sérgio, Dorinha fugiu e só se apresentou à polícia nove dias após o crime.

Dorinha Duval pôde aguardar o julgamento em liberdade e, em novembro de 1983, foi condenada a 18 meses de prisão, com direito a *sursis*, isto é, não ficaria encarcerada. A acusação recorreu e, num segundo julgamento, a atriz foi condenada a seis anos de prisão, em regime semi-aberto, os quais cumpriu e hoje leva uma vida longe do assédio da imprensa.

Quando Dorinha Duval assassinou Paulo Sérgio, haviam se passado quase quatro anos do assassinato de Ângela Diniz e apenas um ano do primeiro julgamento de Doca Street, que o condenara a dois anos de reclusão. Nesse ínterim, já haviam ocorrido muitas discussões a respeito dos crimes passionais e, especialmente, deste tipo de crime contra as mulheres. Também nesses quatro anos entre um crime e outro, a imprensa mudou sua forma de atuar e a sociedade, ainda que modestamente, caminhava para um processo de modernização de comportamentos.

Foi no início da década de 1980 que, segundo Pinto (2003:80), foram criadas no Brasil diversas organizações de apoio à mulher vítima de violência e, ao longo da década, os movimentos de mulheres ganharam vulto, especialmente no que se refere às discussões a respeito da violência contra a mulher e à saúde feminina. Entretanto, nesse contexto, o crime cometido por

Dorinha Duval apresentava-se como uma contradição, já que, desta vez, a vítima era um homem.

Evidentemente, o crime de Dorinha Duval teve destaque no noticiário não por ter sido praticado por uma mulher, mas por ter sido praticado por uma pessoa conhecida do público e, ainda que se tratasse de um caso esporádico, porque, no universo dos crimes passionais, são menos frequentes os casos de mulheres que matam seus maridos, houve quem a comparasse a Doca Street, não somente pelo crime, mas também por sua fuga e pela tese de legítima defesa, violenta emoção e privação dos sentidos, que seu advogado formulou para defendê-la.

Uma reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*⁹⁷ no 15 de outubro de 1980, quando Dorinha Duval apresentou-se à polícia e confessou o seu crime, informou:

No grupo de mais de meia centena de jornalistas, os comentários se dividiam entre o tempo em que a atriz vai cumprir de prisão – dependendo em qual Tribunal será julgada – passando aos rumos do movimento feminista, diante da constatação de que mulher também mata. “Só mata por amor”, berrava uma jornalista.

Álvaro Alves de Faria, escritor e jornalista, em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*⁹⁸ de 11 de dezembro de 1983, após o primeiro julgamento de Dorinha, escreveu:

O que mais me espanta é o seguinte: logo depois do julgamento algumas pessoas amigas comentavam o fato. Falava-se, então, de machismo e feminismo. E alguém ironizou: os homens deviam sair em passeata levando faixas e cartazes protestando contra as mulheres assassinas. A conversa caminhou até que uma senhora disse, com veemência, que o homem assassinado a tiros por Dorinha merecia esse destino. (...) E cheguei a uma conclusão incrível: homens e mulheres não se veem mais como seres humanos, mas como uma espécie de classe que compete violentamente na conquista de todos os espaços.

⁹⁷ DORINHA Duval se apresenta à polícia e confessa o crime. *Jornal do Brasil*, 15 out. 1980.

⁹⁸ FARIA, Álvaro Alves de. De heróis e assassinos. *Folha de S. Paulo*, 11 dez. 1983.

Nas diversas notícias publicadas por diferentes jornais que reunimos para a composição da história de Dorinha Duval e Paulo Sérgio Garcia Alcântara, não encontramos referências ao posicionamento dos movimentos feministas diante do fato, salvo a menção feita em reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, em 21 de outubro de 1980. Segundo o jornal, Dorinha Duval ficou hospedada na casa de um amigo no bairro Marechal Hermes, zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, onde deu sua primeira entrevista coletiva após o crime. O bloco carnavalesco do bairro compôs um samba para o Carnaval do ano seguinte, em homenagem a Dorinha Duval, e o jornal *O Globo* publicou o que segue:

O “samba das crianças” termina com uma crítica aos movimentos feministas que, segundo os autores, nada fizeram para defender Dorinha Duval: **“Movimentos femininos/ onde estão para ajudar?/Eis uma mulher aflita/ esperando apoio ganhar”**.⁹⁹ (os grifos são originais)

Este era o cenário ao qual o crime de Dorinha Duval pertenceu. Se, de um lado, o movimento feminista avançava nas questões referentes à violência contra a mulher, de outro lado havia mulheres que defendiam o direito feminino de matar, como se a violência pudesse ser justificada, consoante ao gênero de quem a praticasse e, nesse cenário, um crime passional de grande repercussão praticado por uma mulher era uma mácula sobre os movimentos feministas. Foi neste contexto que as primeiras notícias sobre o crime foram publicadas.

Por sua repercussão, a edição do dia 06 de outubro de 1980 do jornal *Folha de S. Paulo* trouxe a seguinte chamada sobre o crime¹⁰⁰:

Atriz mata o marido com 3 tiros e foge

A atriz Dorinha Duval matou ontem de madrugada, com três tiros de revólver, em sua casa, no Rio de Janeiro, o publicitário Paulo Sérgio Garcia de Alcântara, com quem vivia há cinco anos.

⁹⁹ DORINHA dá entrevista mas não explica o crime. *O Globo*, 21 out. 1980.

¹⁰⁰ Confira a íntegra da capa do jornal na mídia digital.

Os motivos ainda são desconhecidos, porque a atriz desapareceu depois de ter acompanhado, no carro de um amigo, a ambulância que conduziu Paulo Sérgio ao Hospital Miguel Couto, onde ele morreu. A um amigo, ainda no hospital, Dorinha Duval disse que “houve um acidente”.

A polícia descarta essa hipótese. A perícia realizada na arma do crime, um Taurus 32, apreendido no quarto do casal, revelou que o gatilho foi acionado uma quarta vez, mas falhou

A notícia foi publicada na seção Necrologia/Local/Polícia/Agenda, à página 8 do jornal, conforme segue¹⁰¹:

Dorinha Duval mata companheiro com três tiros

(1) A atriz Dorinha Duval, cujo nome verdadeiro é Dora Teixeira, de 51 anos, matou com três tiros o homem com quem vivia há cinco anos, o publicitário e produtor de filmes Paulo Sérgio Garcia de Alcântara, de 35 anos. O crime ocorreu na madrugada de ontem, na casa da atriz, na rua Senador Simonsen, 113, no Jardim Botânico.

(2) Dorinha, que acompanhou a ambulância que levou Paulo Alcântara ao Hospital Miguel Couto, desapareceu pouco depois, mas policiais da 15ª Delegacia disseram que ela se apresentará hoje, com um advogado. Ainda no hospital, a atriz, muito nervosa, disse que “houve um acidente”, mas a polícia descarta essa hipótese.

(3) Paulo Sérgio Alcântara morreu com três tiros, um no tórax e dois no abdômen. A perícia realizada na arma, um revólver Taurus calibre 32, apreendido pela polícia em cima da cômoda do quarto do casal, revela que o gatilho foi acionado uma quarta vez, mas falhou.

DEPOIS DA FESTA

(4) O casal tinha estado à noite no apartamento de um amigo, no Leblon, José Francisco Scaglioni, também publicitário, retirando-se por volta da meia-noite e meia, em companhia de uma filha de Dorinha, Carla de 15 anos, que participara de uma festa de aniversário.

(5) Segundo Scaglioni, meia hora depois Dorinha telefonou-lhe "muito aflita dizendo que atirara por acidente em Paulo, que precisava de socorro". O publicitário foi para o local, onde encontrou o colega lúcido, caído ao lado da cama. Ele ainda o ajudou a levantar-se e a descer as escadas da casa, até a ambulância do hospital, pedida por Dorinha.

¹⁰¹ Confira à página 250 a fotocópia da notícia, ou a íntegra da página do jornal na mídia digital.

(6) Dorinha acompanhou no carro de Scaglioni a ambulância até o hospital, mas se retirou sem ser notada e ainda passou em casa antes de fugir. O caseiro da residência, Romildo da Silva, disse que nada ouviu durante a noite.

(7) A atriz tinha viagem marcada na manhã de ontem para Belo Horizonte, onde faria um show. Paulo faria uma filmagem hoje, no Shopping Center Rio Sul. Ambos eram desquitados. Dorinha Duval foi casada com o diretor de TV Daniel Filho, com quem formou uma dupla de show que fez muito sucesso há 15 anos, na antiga TV Excelsior. Atualmente, a atriz fazia o papel de Cuca no programa "Sítio do Picapau Amarelo"

DEPOIMENTO

(8) "Que brincadeira é essa, eu não quero morrer", disse Paulo Sérgio Garcia de Alcântara, logo depois de ser baleado. A frase foi pronunciada na presença do amigo José Francisco Scaglioni, chamado pela atriz para socorrer o ferido.

(9) Ao prestar depoimento na madrugada de ontem, na 15ª DP, Scaglioni ainda acreditava que Paulo Sérgio havia sido morto por apenas um disparo acidental.

(10) Policiais da 15ª DP não sabem explicar como o detetive Josué da Silva, da 14ª DP, responsável pelo plantão hospitalar na madrugada de ontem, deixou Dorinha Duval escapar. As primeiras informações são de que ela disse que iria rapidamente em casa apanhar alguma roupa para o companheiro, que estava só de cueca. Pegou um táxi e desapareceu.

(11) Trazer roupa de casa, de imediato, era uma providência absolutamente dispensável, pois o hospital tem roupas próprias para os casos de emergência.

(12) Carla, a filha da atriz, foi deixada pelo casal na casa de seu pai, o diretor Daniel Filho, e, portanto, não estava no local na hora do crime. Paulo Sérgio Garcia de Alcântara será enterrado às 16 horas de hoje, no cemitério São João Batista.

CIÚMES

(13) Aparentando tranqüilidade, d. Jaci Garcia de Alcântara disse ontem à "Folha", por telefone, que ainda não tinha uma interpretação para a morte do filho. Sobre o relacionamento do casal, explicou que nada podia informar porque "eles viviam a vida deles e eu a minha".

(14) No Instituto Médico Legal, uma amiga de Paulo Sérgio revelou, sem querer se identificar, que há alguns meses Dorinha Duval passou a demonstrar ciúmes doentio do companheiro, com agressões físicas de ambas as partes. A atriz era 16 anos mais velha que o publicitário.

Podemos observar que o título e o lide da notícia destacam a autora do crime devido à sua notoriedade pública. Portanto, além da recência, a relevância foi também um valor-notícia considerado pelo jornal, pois as

notícias sobre pessoas públicas, por seu apelo social, são consideradas relevantes. Além disso, emprega-se no título e no lide o verbo “matar”, o qual, ainda que revele a ação praticada e apresente carga semântica negativa, tem valor semântico menor que o verbo “assassinar”. Assim, a opção do jornal por um verbo no lugar de outro parece indicar que, apesar da brutalidade do crime, a atriz não será explicitamente tratada como assassina na notícia.

O lide também informa, antes de apresentar o nome da vítima, que era “o homem com quem vivia há cinco anos, o publicitário e produtor de filmes Paulo Sérgio Garcia de Alcântara”, de modo que se nota não somente a intenção de noticiar o crime, mas também a de destacar as condições da relação do casal, isto é, eles não eram legalmente casados. Além disso, o local do crime é referido como “casa da atriz”, e não “do casal” e desta forma o jornal vai constituindo a imagem social do casal, segundo a qual um homem vivia com uma mulher 16 anos mais velha na casa dela:

Dorinha Duval mata companheiro com três tiros

(1) A atriz Dorinha Duval, cujo nome verdadeiro é Dora Teixeira, de 51 anos, matou com três tiros o homem com quem vivia há cinco anos, o publicitário e produtor de filmes Paulo Sérgio Garcia de Alcântara, de 35 anos. O crime ocorreu na madrugada de ontem, na casa da atriz, na rua Senador Simonsen, 113, no Jardim Botânico.

De acordo com o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2007:43), “deve-se informar sempre a idade de personagens ativos ou preponderantes da notícia”. Porém, segundo Silva (2005:155), o *Manual Geral da Redação*, que deu origem ao atual *Manual*, foi criado em 1984 e entrou em vigor em 1985, portanto, após o crime de Dorinha Duval.

Isto posto, podemos supor que a opção pela referência às idades dos envolvidos no crime deveu-se à intenção do jornal de destacar a diferença de idade entre o casal, como estratégia retórica para que o leitor pudesse acionar um modelo contextual segundo o qual as relações amorosas entre

casais com grande diferença de idade, principalmente quando o homem é mais jovem, podem ser movidas por interesses socioeconômicos.

Um estudo do IBGE¹⁰² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado com base nas Pnads (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) de 1996 e 2006 revelou que, naquele período, houve um crescimento do número das uniões entre mulheres com mais idade e homens mais jovens e, além disso, o estudo revelou que, nessas uniões, quanto mais idade tem a mulher, menos rendimento salarial tem o homem.

Embora esse tipo de união seja cada vez mais comum nos tempos atuais, a diferença de idade entre casais ainda costuma provocar algum tipo de estranhamento em nossa sociedade, a ponto de serem realizadas pesquisas oficiais que visem mapear esses dados. Nos idos da década de 1980, quando Dorinha Duval cometeu seu crime, entretanto, o preconceito contra esse tipo de união era ainda maior e a justificativa que a sociedade encontrava para tais uniões era o interesse socioeconômico, isto é, nas relações de gênero, era negado às mulheres o direito de poder se relacionar amorosamente com um homem mais jovem. A notícia, pois, pode ser sumarizada pela macroproposição “Dorinha Duval matou com três tiros seu companheiro 16 anos mais jovem”.

O parágrafo que segue introduz novo episódio, marcado pela mudança temporal, e pertence à subcategoria Consequências, pois a fuga da atriz foi uma consequência de seu crime. Porém, segundo Van Dijk (1988), a subcategoria Consequências algumas vezes desempenha papel tão importante quanto a subcategoria Evento Principal no esquema da notícia e, por isso, os episódios que se caracterizam como Consequências podem se tornar também um Evento Principal, conforme se observa nessa notícia, pois, além do crime, foi enfatizada também a fuga de Dorinha Duval. Esse episódio pode ser subsumido pela proposição “Dorinha desapareceu após socorrer o companheiro ao hospital”:

¹⁰² IBGE. Estudo especial sobre a mulher – PNAD. http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1098 . Acessado em 01 ago. 2009.

(2) Dorinha, que acompanhou a ambulância que levou Paulo Alcântara ao Hospital Miguel Couto, desapareceu pouco depois, mas policiais da 15ª Delegacia disseram que ela se apresentará hoje, com um advogado. Ainda no hospital, a atriz, muito nervosa, disse que “houve um acidente”, mas a polícia descarta essa hipótese.

Note-se, entretanto, que o episódio é descrito numa sequência de fatos que provoca estranhamento, pois a atriz antes socorreu a vítima, quando já poderia ter desaparecido. Van Dijk (1988) afirma que a construção de uma forte estrutura relacional para os fatos por meio da menção de eventos prévios, como condições ou causas para eventos futuros, é uma estratégia de persuasão e pode evidenciar o conteúdo mais importante da informação. Assim, pois, segundo o episódio, Dorinha socorreu a vítima, desapareceu em seguida, mas antes de desaparecer teve contato com a polícia. Portanto, a sequência narrativa apresentada atua como estratégia retórica, porque ativa o *script* de facilitação de fuga, para que o leitor possa acionar um modelo contextual de criminoso que é beneficiado por ser pessoa pública.

Esse modelo contextual pode ser acionado também em função das demais informações apresentadas no episódio, segundo as quais Dorinha estava nervosa e disse que houve um acidente, mas a polícia descarta tal hipótese. É sintomático que o texto não informe a quem a atriz informou ter sido um acidente, mas informa que ela se apresentará à polícia, de acordo com os policiais. Desta forma, supõe-se que o interlocutor de Dorinha tenha sido um policial.

Ainda a esse respeito, também é sintomático o emprego das aspas em “houve um acidente”, visto que as aspas são, segundo Maingueneau (2002:160), “um sinal a ser interpretado” e, no discurso desta notícia, a informação entre aspas pode ser uma reprodução do que disse a atriz, ou indicar que o jornal não crê em tal informação.

Além disso, a citação em discurso indireto “disseram que ela se apresentará hoje”, atribuída de maneira genérica aos policiais, confere aos enunciadores a responsabilidade pelo que foi dito e, desta forma, o jornal apenas reproduz o dito de origem, sem que tome tais declarações como

representação da verdade. Charaudeau (2006:149), a respeito da identificação das fontes, diz que “se a identificação se faz de maneira vaga, anônima ou indireta” haverá um “efeito de suspeita” e, conforme se observa, falta precisão na informação a respeito de quem, dentro da polícia, informou que a atriz se apresentará.

Podemos observar, pois, que o segundo parágrafo da notícia reúne informações substanciais e diversificadas a respeito do crime de Dorinha Duval e que parecem questionar a versão da atriz e as informações da polícia, e tais informações contribuem para que o leitor, por meio de seus modelos contextuais acionados durante a leitura, possa também gradativamente atribuir ao texto os sentidos que o jornal pode ter pretendido.

O parágrafo que segue pertence à subcategoria Consequência, pois apresenta as consequências do ato de Dorinha, isto é, a vítima morreu, além de acrescentar que “a perícia realizada na arma (...) revela que o gatilho foi acionado uma quarta vez, mas falhou”, e essa informação é substancial para que o leitor concorde que não houve um acidente, porque tal informação é uma forma de citação em discurso indireto que, embora haja imprecisão a respeito da fonte, atribui verdade ao dito de origem, pois o termo “perícia” pertence a um universo semântico que denota credibilidade. Além disso, o verbo “revelar” pode ser incluído na classe dos “verbos indicadores de força do argumento”, conforme Marcuschi (2007:163), pois se revela somente o que estava escondido. Tal episódio, que pertence à categoria Consequências, pode ser subsumido pela proposição “Paulo Sérgio morreu com três tiros”:

(3) Paulo Sérgio Alcântara morreu com três tiros, um no tórax e dois no abdômen. A perícia realizada na arma, um revólver Taurus calibre 32, apreendido pela polícia em cima da cômoda do quarto do casal, revela que o gatilho foi acionado uma quarta vez, mas falhou.

No jornalismo impresso, é comum a presença de intertítulos, ou entretítulos. De acordo com o *Manual Escolar de Redação da Folha de S.*

Paulo (1994:96), intertítulo é um “pequeno título que aparece no interior de textos muito longos”, cuja função é “tornar o texto mais atraente, menos cansativo e mais fácil de ler.” O intertítulo também é usado para introduzir outros episódios relacionados ao Evento Principal.

Nesta notícia, são apresentados alguns intertítulos e o primeiro deles é “depois da festa”, cujo conteúdo indica que, antes do crime, o casal havia participado de uma festa. O episódio relatado nesse intertítulo, marcado pela mudança temporal, de perspectiva e de lugar, pertence à subcategoria Contexto e fornece informações anteriores ao evento principal, na perspectiva da atualidade:

DEPOIS DA FESTA

(4) O casal tinha estado à noite no apartamento de um amigo, no Leblon, José Francisco Scaglioni, também publicitário, retirando-se por volta da meia-noite e meia, em companhia de uma filha de Dorinha, Carla de 15 anos, que participara de uma festa de aniversário.

(5) Segundo Scaglioni, meia hora depois Dorinha telefonou-lhe "muito aflita dizendo que atirara por acidente em Paulo, que precisava de socorro". O publicitário foi para o local, onde encontrou o colega lúcido, caído ao lado da cama. Ele ainda o ajudou a levantar-se e a descer as escadas da casa, até a ambulância do hospital, pedida por Dorinha.

Note-se que o episódio apresenta outras informações a respeito do evento principal a partir de relatos da testemunha Francisco Scaglioni. Por isso, apresenta citação de discurso modalizada pela preposição “segundo”, no parágrafo 5, para garantir a isenção do jornal na notícia e atribuir a responsabilidade pelo dito a quem o disse. Isto porque Scaglioni foi a primeira pessoa a comparecer à cena do crime para socorrer a vítima, chamado por Dorinha, de quem era amigo e, por isso, tais informações poderiam ter pouca credibilidade.

Portanto, o jornal parece sugerir que o contexto do crime, narrado sob a perspectiva daquela testemunha, pode ser pouco verossímil, haja vista o tempo decorrido entre a saída do casal da festa e o pedido de socorro, somado ao fato de que a filha de Dorinha também estava na festa. O

conjunto dessas informações pode orientar o leitor a inferir que a versão da testemunha é questionável, por acreditar que fosse necessário um tempo maior para a realização de todos os eventos.

Dissemos que a subcategoria Consequências desempenha papel tão importante quanto a categoria Evento Principal e também dissemos que, nesta notícia, a fuga de Dorinha Duval tornou-se Evento Principal. Por isso, o parágrafo que segue, ainda pertencente à categoria Contexto, reúne duas diferentes informações, conforme apresentaremos:

(6) Dorinha acompanhou no carro de Scaglioni a ambulância até o hospital, mas se retirou sem ser notada e ainda passou em casa antes de fugir. O caseiro da residência, Romildo da Silva, disse que nada ouviu durante a noite.

Podemos observar que o parágrafo ainda apresenta o contexto do crime sob a perspectiva do relato de Scaglione, assim como os dois parágrafos anteriores, mas também apresenta o contexto da fuga acrescentando que ela “ainda passou em casa antes de fugir”. Observamos também que o verbo “passar” é modalizado pelo operador argumentativo “ainda”, que, segundo Koch (1998:32), “soma argumentos a favor de uma mesma conclusão”, isto é, de acordo com o jornal, Dorinha pode ter tido tempo para fugir do hospital e passar em casa, sem que ninguém a detivesse.

Além disso, o texto apresenta, por meio de citação em discurso indireto, o caseiro da residência, que disse nada ter ouvido durante a noite. Por se tratar de uma nova informação que não pertence ao grupo das informações anteriores, ou seja, não se refere aos relatos de Scaglione, e também por não se tratar de um novo episódio, já que a fuga de Dorinha já havia sido relatada, para a retórica do discurso da notícia, a apresentação do caseiro e sua reação verbal, imediatamente após a informação da fuga da atriz, caracteriza-se como uma informação pertencente à categoria Comentários e parece questionar a veracidade da informação, como se fosse pouco provável que um caseiro, cuja função é também zelar pela segurança da propriedade, não ouvisse três tiros disparados na casa de sua patroa.

Van Dijk (1988) afirma que os Comentários não podem estar diluídos na notícia, porque indicam de fato a opinião do jornalista. Entretanto, sabemos que, no discurso da imprensa, a realidade é fragmentada e reordenada, a fim de induzir o leitor “a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja”¹⁰³. Desta forma, ainda que tal comentário esteja aparentemente diluído na notícia, nota-se que se trata de uma informação acrescentada ao final de um episódio marcado no texto noticioso pela utilização de um intertítulo cuja finalidade é apresentar o contexto de um evento principal, como também um novo evento principal. Assim, trata-se de um comentário que se refere especificamente à fuga da atriz, tratado nesta notícia também como um Evento Principal.

Portanto, a categoria Contexto presente neste episódio pode ser subsumida pelas proposições “Dorinha pediu socorro a um amigo do casal”, quando se trata do contexto do crime, e “Dorinha fugiu após socorrer o companheiro”, quando se refere ao contexto da fuga. No que se refere à avaliação do jornal, a categoria Comentários pode ser subsumida pela proposição “o caseiro disse que não ouviu os tiros” e o conjunto dessas informações permite que o leitor infira que há informações contraditórias nas versões dos fatos e que o que se diz pode não ser a verdade.

O último parágrafo desse intertítulo pertence também à categoria Comentários, mas tem a principal finalidade de apresentar outras informações a respeito do casal, especialmente da atriz:

(7) A atriz tinha viagem marcada na manhã de ontem para Belo Horizonte, onde faria um show. Paulo faria uma filmagem hoje, no Shopping Center Rio Sul. Ambos eram desquitados. Dorinha Duval foi casada com o diretor de TV Daniel Filho, com quem formou uma dupla de show que fez muito sucesso há 15 anos, na antiga TV Excelsior. Atualmente, a atriz fazia o papel de Cuca no programa "Sítio do Picapau Amarelo”

Podemos observar que o parágrafo versa preferencialmente sobre a carreira da atriz e seu relativo prestígio. De acordo com o jornal, a atriz fez

¹⁰³ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. 2003, p. 33.

muito sucesso anteriormente e, na ocasião do crime, ela interpretava uma personagem de um programa infantil e aparecia na televisão sob uma fantasia que a cobria totalmente, portanto, não tinha muita visibilidade. No entanto, Dorinha Duval tinha mais prestígio social que o seu companheiro. Assim, esse Comentário pode ser subsumido pela proposição “Dorinha ainda é uma atriz conhecida”.

Vimos que a notícia versa sobre o crime e a fuga de Dorinha Duval, especialmente porque o valor-notícia predominante é a relevância, pois se trata de um crime cometido por uma pessoa pública. Porém, é importante considerar também que se trata de um crime praticado por uma mulher e, conforme dissemos, quando uma mulher comete um crime dessa natureza, desperta mais atenção o ator do que seu próprio ato. Nesse sentido, podemos considerar também o valor-notícia desvio e negatividade, porque a violência feminina é uma forma de infração das normas sociais, principalmente em uma sociedade em que, nas relações de gênero, os papéis são bem definidos.

Mas, porque o crime foi cometido por uma mulher, que também era famosa, nota-se que há um questionamento acerca dos fatos, como se indicasse que Dorinha Duval tinha privilégios por ser famosa. Sob outro enfoque, no entanto, também é possível considerar que há, de certa forma uma compreensão social, pois são destacadas as ações de Dorinha após o crime, como a prestação de socorro e, depois disso, sua fuga. Tais atos não reduzem a brutalidade do crime, mas humanizam a criminosa, porque permitem que o leitor acione um modelo contextual segundo o qual há uma fragilidade feminina até nos atos de violência.

A notícia prossegue em outro intertítulo, designado “depoimento”, cuja finalidade precípua é retomar os Eventos Principais, o crime e a fuga da atriz, para apresentar novas avaliações do jornal a respeito desses eventos.

DEPOIMENTO

(8) "Que brincadeira é essa, eu não quero morrer", disse Paulo Sérgio Garcia de Alcântara, logo depois de ser baleado. A frase foi pronunciada na presença do amigo José Francisco Scaglioni, chamado pela atriz para socorrer o ferido.

(9) Ao prestar depoimento na madrugada de ontem, na 15ª DP, Scaglioni ainda acreditava que Paulo Sérgio havia sido morto por apenas um disparo acidental.

A reação verbal no parágrafo 8 pertence à testemunha, mas se refere a uma citação em discurso direto atribuída à vítima. Embora seja uma citação que pertence a outrem, o seu emprego confere ao discurso maior dramaticidade e, para Charaudeau (2006), a dramatização é também uma exigência da imprensa e insinua-se nas formas de redação dos textos. Porque a reação verbal em discurso direto caracteriza-se como as últimas palavras da vítima, o seu emprego é um importante recurso retórico, pois sua dramaticidade provoca emoção no leitor e permite ativar um *script* de desespero diante da morte, que intensifica o ato de violência, afastando a hipótese de homicídio culposo.

O afastamento da hipótese de homicídio culposo pode ser confirmado por meio da informação introduzida no parágrafo 9, que se revela como um Comentário do jornal acerca da culpabilidade de Dorinha, isto é, para o jornal, ela teve a intenção de matar. Observamos que o parágrafo informa que "Scaglione ainda acreditava que Paulo Sérgio havia sido morto por apenas um disparo acidental" e, conforme Marcuschi (2007:164), o verbo "acreditar" indica a provisoriedade de argumento, isto é, a crença da testemunha deve ser modificada. Acrescente-se a isso a modalização desse verbo pelo operador argumentativo "ainda", que orienta para a soma de argumentos a favor de uma mesma conclusão, segundo Koch (1998:32), isto é, para o jornal, a crença da testemunha deverá ser modificada.

Assim, pois, mesmo que se trate de um depoimento de importante testemunha para o esclarecimento do caso, o jornal antecipa-se às investigações policiais e indica que Dorinha teve a intenção de matar seu companheiro. Desta forma, temos que o Comentário que se apresenta refere-

se ao crime e pode ser subsumido pela proposição “Dorinha teve a intenção de matar seu companheiro”, e tal comentário atua como uma forma de avaliação do papel da polícia na condução das investigações e, assim, o jornal se apresenta ao leitor como instância de poder, pois parece apresentar aspectos investigativos que se contrapõem às informações da polícia.

Os próximos parágrafos referem-se à fuga da atriz e, assim como os outros dois anteriores, têm a função de retomar o Evento Principal por meio de informações que pertencem à categoria Comentários, conforme segue:

(10) Policiais da 15^a DP não sabem explicar como o detetive Josué da Silva, da 14^a DP, responsável pelo plantão hospitalar na madrugada de ontem, deixou Dorinha Duval escapar. As primeiras informações são de que ela disse que iria rapidamente em casa apanhar alguma roupa para o companheiro, que estava só de cueca. Pegou um táxi e desapareceu.

(11) Trazer roupa de casa, de imediato, era uma providência absolutamente dispensável, pois o hospital tem roupas próprias para os casos de emergência.

Note-se que o parágrafo 10 não trata do tema “depoimento”, conforme foi proposto pelo intertítulo, mas trata da fuga da atriz, sob a perspectiva do julgamento da ação da polícia. Entretanto, essa mudança de tema não se caracteriza como um novo episódio, visto que a fuga da atriz já havia sido mencionada anteriormente na notícia. Portanto, o parágrafo tem a finalidade de retomar o evento principal, a fuga da atriz, para que seja garantida a coerência local do discurso, isto é, para que o leitor permaneça no modelo contextual inicial, segundo o qual Dorinha teve a intenção de matar e também teve sua fuga facilitada pelo policial de plantão no hospital.

Para isso, o jornal faz uso de *marcadores de pressuposição*, que atuam no discurso como estratégia retórica. Assim, ao informar que os policiais “não sabem explicar” a atitude de um detetive em relação à fuga de Dorinha, o jornal pressupõe que era dever desses policiais saberem explicar tal atitude, pois, conforme Koch (2002:144), “todo enunciado negativo pressupõe um enunciado afirmativo”. Além disso, ao informar que o detetive “deixou Dorinha Duval escapar”, há a afirmação que a fuga foi facilitada.

Para justificar tal asserção e a fim de evitar que o leitor desvie o foco do modelo contextual, o jornal explicita o comentário, isolado no parágrafo 11, isto é, o jornal apresenta uma explicação que se contrapõe à justificativa da polícia para a fuga e a desqualifica, principalmente pelo uso do advérbio modalizador “absolutamente”. Essa informação pode ser subsumida pela proposição “a polícia facilitou a fuga de Dorinha”

O último parágrafo desse intertítulo, que também pertence à categoria Comentários, retoma a informação dada anteriormente a respeito da filha da atriz, que acompanhava o casal em uma festa, e explica que ela não presenciou o crime, visando esclarecer ao leitor a atuação da moça no fato, de modo que não restem dúvidas acerca da participação de cada personagem no contexto do crime. Por fim, informa a hora e o local do sepultamento, indicando o desfecho do fato sob a perspectiva da vítima. O comentário pode ser subsumido pela proposição “a filha da atriz não presenciou o crime”:

(12) Carla, a filha da atriz, foi deixada pelo casal na casa de seu pai, o diretor Daniel Filho, e, portanto, não estava no local na hora do crime. Paulo Sérgio Garcia de Alcântara será enterrado às 16 horas de hoje, no cemitério São João Batista.

As informações apresentadas neste intertítulo, as quais pertencem à categoria Comentários, permitem ao leitor inferir que, para o jornal, a polícia facilitou a fuga da atriz e que Dorinha teve a intenção de matar, ainda que a principal testemunha do crime, um amigo do casal, acredite no contrário.

A notícia prossegue em um novo intertítulo, designado por “ciúmes”, o que revela que o foco da informação é a vida afetiva do casal e caracteriza-se como *Background* da notícia, no esquema de Van Dijk (1988):

CIÚMES

(13) Aparentando tranqüilidade, d. Jaci Garcia de Alcântara disse ontem à "Folha", por telefone, que ainda não tinha uma interpretação para a morte do filho. Sobre o relacionamento do casal, explicou que nada podia informar porque “eles viviam a vida deles e eu a minha”.

(14) No Instituto Médico Legal, uma amiga de Paulo Sérgio revelou, sem querer se identificar, que há alguns meses Dorinha Duval passou a demonstrar

ciúmes doentio do companheiro, com agressões físicas de ambas as partes. A atriz era 16 anos mais velha que o publicitário.

Note-se que, para o jornal, o crime foi motivado pelo ciúme que a atriz sentia de seu companheiro. É significativo que o conteúdo desse intertítulo seja apresentado inicialmente por meio de reações verbais em discurso indireto e direto, atribuídos à mãe da vítima, conforme o parágrafo 13.

Para o jornal, a mãe concedeu entrevista “aparentando tranquilidade” e tal informação revela que o jornal tinha como referencial um *script* de “mãe emocionalmente transtornada pela morte do filho”, mas houve uma ruptura e o que se revelou foi uma mulher emocionalmente equilibrada e isso se comprova pelo emprego do verbo “explicar” que, para Marcuschi (2007:164), tem a função de organizar “um momento argumentativo no conjunto do discurso”, isto é, o verbo indica discernimento do falante. Num outro viés, entretanto, no parágrafo 14, o jornal apresenta citação em discurso indireto atribuída a uma amiga da vítima, segundo a qual Dorinha Duval demonstrava ciúme doentio pelo companheiro e ambos agrediam-se, e isto revela uma mulher emocionalmente desequilibrada.

Ainda que as reações verbais atribuídas à mãe de Paulo Sérgio, no parágrafo 13, tenham sido feitas por meio de discurso direto e indireto, com identificação precisa da fonte, o que cria um efeito de autenticidade ao dito, a citação atribuída à fonte mantida em sigilo, no parágrafo 14, mesmo que apresentada em discurso indireto, provoca um efeito de verdade. Embora Charaudeau (2006:149) afirme que este tipo de identificação da fonte provoque efeito de suspeita, nesta notícia a preservação do sigilo da fonte não compromete sua validade, pois se trata de um crime que envolveu pessoas de reconhecimento público e que teve ampla repercussão na mídia. Portanto, a modalização da citação pelo emprego do verbo “revelar”, cuja força semântica indica que se trata de segredo, indica também que se tratava de informação privilegiada e de caráter confidencial, tendo em vista a manutenção do sigilo da fonte.

É significativa também para o discurso da notícia a informação final: “a atriz era 16 anos mais velha que o publicitário”. Na notícia, tal informação sintetiza o *Background*, que pode ser subsumido pela proposição “Dorinha tinha ciúmes de seu companheiro 16 anos mais jovem”, e aponta a diferença de idade entre o casal como a causa do ciúme que motivou o crime.

De acordo com o esquema do discurso da notícia proposto por Van Dijk, entendemos que a primeira notícia a respeito do crime de Dorinha Duval publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* organiza-se da seguinte forma:

Sumário: Dorinha Duval matou com três tiros seu companheiro 16 anos mais jovem”;

Evento Principal / Consequências: “Dorinha desapareceu após socorrer o companheiro ao hospital”;

Consequências: “Paulo Sérgio morreu com três tiros”;

Contexto: “Dorinha pediu socorro a um amigo do casal”;

Contexto: “Dorinha fugiu após socorrer o companheiro”;

Comentário: “O caseiro disse que não ouviu os tiros”;

Comentário: “Dorinha ainda é uma atriz conhecida”;

Comentário: “Dorinha teve a intenção de matar seu companheiro”;

Comentário: “A polícia facilitou a fuga de Dorinha”;

Comentário: “A filha da atriz não presenciou o crime”;

Background: “Dorinha tinha ciúmes de seu companheiro 16 anos mais jovem”.

Conforme as proposições extraídas do discurso da notícia, podemos observar que o jornal, mais do que noticiar, parece ter tido a intenção de apresentar ao leitor as razões do crime. Isto porque o fato reuniu dois importantes aspectos, o crime em si e a fuga da atriz, e ambos apresentaram elementos para que se tornassem notícia. Porém, os Comentários podem induzir o leitor a crer que o jornal dispõe de informações que a polícia sonega e, desta forma, o jornal posiciona-se como instância de poder e, diante disso, o leitor, durante a leitura, pode acionar seus modelos contextuais, de modo que, ao final, seja validada a real intenção do discurso

da notícia, isto é, o leitor deve concluir que Dorinha Duval matou seu companheiro 16 anos mais jovem por ciúme e teve sua fuga facilitada pela polícia. Para isso, o jornal contextualiza o crime e apresenta o *background* da notícia que revela uma mulher emocionalmente desequilibrada, e o leitor, diante dessas informações, pode acionar o modelo contextual socialmente instituído que recrimina o envolvimento amoroso de mulheres com homens mais jovens e, desta forma, o jornal contribui para a manutenção da hegemonia, no que se refere às questões de gênero.

Dorinha Duval, ainda que não estivesse em evidência na mídia, era pessoa reconhecida publicamente, o que permite também recorrer ao modelo contextual da figura pública que tem mais privilégios que as pessoas comuns, daí a atriz ter possivelmente tido sua fuga facilitada pela polícia. E o jornal, por sua vez, indica, antes mesmo que as investigações sejam concluídas, que a atriz cometeu um homicídio doloso.

Na edição do dia 07 de outubro de 1980, segundo dia subsequente à data do crime de Dorinha Duval, a *Folha de S. Paulo* trouxe a chamada que segue¹⁰⁴ e, conforme se observa, o foco é a fuga da atriz e a diferença de idade entre o casal:

Dorinha Duval não comparece para depoimento

A atriz Dorinha Duval, que anteontem, no Rio, matou o publicitário Paulo Sérgio Garcia de Alcântara, com quem vivia há alguns anos, não se apresentou ontem à tarde à polícia, conforme prometera seu advogado, Efraim Maluf.

O advogado comunicou à 15ª Delegacia que a atriz está internada em uma casa de repouso, sem condições de depor.

Amigos do casal disseram ontem que Dorinha e Paulo Sérgio brigavam constantemente, pois a atriz, 16 anos mais velha que o companheiro, era muito ciumenta. Nessas ocasiões, Paulo Sérgio saía de casa e às vezes ficava uma semana sem aparecer.

¹⁰⁴ Confira a íntegra da capa do jornal na mídia digital.

A notícia do crime foi publicada naquela data à página 11 da seção Local/Polícia¹⁰⁵:

Atriz Dorinha Duval não se apresentou à polícia

(1) O delegado Borges Fortes, da 15ª Delegacia Policial, pouco descobriu, ontem, sobre o assassinato do publicitário Paulo Sérgio Garcia de Alcântara por sua companheira, a atriz Dorinha Duval. Ela não foi localizada ontem e não se apresentou à polícia, como seu advogado prometera.

(2) O hospital Miguel Couto, onde Paulo Sérgio chegou a ser socorrido, não encaminhou o boletim médico; o Instituto de Criminalística não enviou o laudo técnico sobre o caso; e nem o Instituto Médico Legal mandou a necropsia. Sem estes três documentos, a polícia não tem por onde começar a apurar o crime, que pode evoluir de assassinato para simples acidente, ou vice-versa.

(3) As duas versões reuniam, ontem, pistas suficientes para se tornarem concretas e só hoje, depois de analisados os três documentos, é que o delegado Borges Fortes poderá dar um parecer mais conclusivo sobre o caso.

(4) Durante todo o dia, ontem, os policiais da 15ª DP, na Gávea, ouviram vizinhos e amigos do casal. Quem mora perto da casa número 113 da rua Senador Simonsen, no Jardim Botânico, não ouviu nada. Foi lá que o crime aconteceu. Do depoimento de José Francisco Scaglione, um publicitário que auxiliou Dorinha Duval no transporte de Paulo Sérgio para o hospital, a polícia também não tirou nenhuma conclusão.

CRIME PASSIONAL

(5) Segundo amigos e pessoas ligadas ao casal, Dorinha e Paulo Sérgio brigavam muito e discutiam em voz alta e, “de vez em quando, ele saía de casa e ficava até uma semana sem aparecer”. Nesses desaparecimentos, Paulo Sérgio “estaria mantendo contato com outras mulheres, já que era bonito, e isso ia aumentando as dificuldades entre o casal, pois Dorinha é tida como ciumenta”. Por não suportar mais ser traída pelo marido, ela teria “cometido o crime”.

VERSÕES VAGAS

(6) Para justificar a hipótese de acidente, a polícia tem uma explicação. Há dois meses, conforme ficou apurado ontem, Dorinha e Paulo Sérgio discutiram e além dos gritos, os vizinhos teriam escutado barulho de dois tiros. Esses dois tiros, somados a um terceiro – que teria causado a morte de Paulo Sérgio – podem corresponder às três cápsulas deflagradas encontradas no tambor do Taurus 32, apreendido no local do crime.

¹⁰⁵ Confira à página 251 a fotocópia da notícia, ou a íntegra da página do jornal na mídia digital.

(7) Nesse caso, o terceiro disparo pode ser considerado acidental e não os três tiros de uma vez, conforme versão inicial. Isso só será esclarecido com os três documentos.

(8) Entre os depoimentos colhidos ontem, estão o de José Francisco Scaglione (amigo do casal); de Romildo da Silva e Josefa de Jesus (empregados do casal) e de Edvaldo da Silva (ex-empregado).

CASA INTERDITADA

(9) Os três documentos que podem esclarecer se foi acidente ou crime só chegarão hoje às mãos do delegado Borges Fortes. Se nem assim for possível uma conclusão, só o depoimento de Dorinha irá esclarecer o caso.

(10) Ontem, ninguém conseguiu encontrá-la no Rio. Por volta das 16h30, seu advogado, Efrain Maluf, telefonou para a delegacia dizendo que ela “está em profunda depressão e crise nervosa, internada em uma clínica de repouso da cidade”, o que foi confirmado por amigos do casal. Sua casa permanecerá interditada pela polícia e é possível que nos próximos dias o crime seja reconstituído.

O ENTERRO

(11) Paulo Sérgio Alcântara foi sepultado ontem, quando faltavam dez minutos para as 15 horas. Seu enterro estava marcado para as 17 horas e a antecipação foi uma tentativa de despistar curiosos e a imprensa.

(12) Nenhum jornalista conseguiu entrar na capela do cemitério São João Batista, onde o corpo foi velado. Quem tentasse era barrado por quatro guardas de segurança. Quando Bernardo, de 7 anos, filho do casal, chegou à capela, os cinegrafistas e fotógrafos foram ameaçados de agressão por Carlos Manga, proprietário da firma Art Rio, onde a vítima trabalhava. Cerca de 150 pessoas acompanharam o sepultamento.

A notícia pode ser sumarizada pela macroproposição “Dorinha Duval está desaparecida”, conforme se verifica por meio das informações constantes no título e no lide da notícia. Entretanto, o jornal acrescenta ainda no lide o não cumprimento da promessa do advogado de que a criminosa se apresentaria, o que denota um grave rompimento de acordo, tendo em vista a carga semântica do verbo “prometer” que, conforme Marcuschi (2007:164), atua como “verbo interpretativo do caráter ilocutivo do discurso referido”, isto é, havia entre as partes um acordo que não poderia ser rompido, e tais informações imprimem maior sensacionalismo à notícia e contribuem para a constituição de uma imagem negativa da criminosa pelo leitor:

Atriz Dorinha Duval não se apresentou à polícia

(1) O delegado Borges Fortes, da 15^a Delegacia Policial, pouco descobriu, ontem, sobre o assassinato do publicitário Paulo Sérgio Garcia de Alcântara por sua companheira, a atriz Dorinha Duval. Ela não foi localizada ontem e não se apresentou à polícia, como seu advogado prometera.

Os parágrafos subsequentes pertencem à subcategoria Consequências, segundo o esquema de notícia proposto por Van Dijk (1988), e têm a finalidade de destacar que, devido ao não cumprimento do acordo, há um prejuízo para as investigações oficiais:

(2) O hospital Miguel Couto, onde Paulo Sérgio chegou a ser socorrido, não encaminhou o boletim médico; o Instituto de Criminalística não enviou o laudo técnico sobre o caso; e nem o Instituto Médico Legal mandou a necropsia. Sem estes três documentos, a polícia não tem por onde começar a apurar o crime, que pode evoluir de assassinato para simples acidente, ou vice-versa.

(3) As duas versões reuniam, ontem, pistas suficientes para se tornarem concretas e só hoje, depois de analisados os três documentos, é que o delegado Borges Fortes poderá dar um parecer mais conclusivo sobre o caso.

(4) Durante todo o dia, ontem, os policiais da 15^a DP, na Gávea, ouviram vizinhos e amigos do casal. Quem mora perto da casa número 113 da rua Senador Simonsen, no Jardim Botânico, não ouviu nada. Foi lá que o crime aconteceu. Do depoimento de José Francisco Scaglione, um publicitário que auxiliou Dorinha Duval no transporte de Paulo Sérgio para o hospital, a polícia também não tirou nenhuma conclusão.

Conforme se observa, para o jornal, o rompimento do acordo pode impedir que o crime seja oficialmente investigado como assassinato e passe a ser investigado como acidente, conforme alegou a atriz, porque faltam informações oficiais suficientes para o esclarecimento do caso, embora as informações oficiosas já o tenham esclarecido. Assim, pois, as informações contidas na subcategoria Consequências referem-se ao novo evento principal, que é o não comparecimento da atriz à delegacia de polícia, e esse episódio pode ser subsumido pela proposição “faltam informações oficiais para o esclarecimento do caso”.

Esse evento, no entanto, deve ser compreendido pelo leitor, que deve acionar seus conhecimentos prévios para que seja mantida a coerência local do texto. Portanto, é possível que o jornal tenha previsto que o seu leitor estivesse acompanhando a cobertura do caso desde o dia anterior.

No entanto, a notícia apresenta quatro intertítulos, por meio dos quais outras informações são acrescentadas. O primeiro deles é “crime passionnal” e, assim, o jornal pela primeira vez se posiciona declaradamente acerca da motivação do crime, haja vista a escolha do título do intertítulo. Devido a isso, também, o jornal parece descartar a tese de acidente, alegada pela criminosa:

CRIME PASSIONAL

(5) Segundo amigos e pessoas ligadas ao casal, Dorinha e Paulo Sérgio brigavam muito e discutiam em voz alta e, “de vez em quando, ele saía de casa e ficava até uma semana sem aparecer”. Nesses desaparecimentos, Paulo Sérgio “estaria mantendo contato com outras mulheres, já que era bonito, e isso ia aumentando as dificuldades entre o casal, pois Dorinha é tida como ciumenta”. Por não suportar mais ser traída pelo marido, ela teria “cometido o crime”.

Esse intertítulo, que contém apenas um parágrafo, reúne informações que são apresentadas por meio de declarações em discurso direto e indireto, mas com preservação das fontes, e que apontam para a tese de crime passionnal. Embora a falta de identificação das fontes comprometa a veracidade das informações, porque provoca efeito de suspeita, conforme Charaudeau (2006), é significativo que as declarações tenham sido atribuídas a “amigos e pessoas ligadas ao casal”, pois provocam efeito de verdade, já que, pela notoriedade da criminosa, é possível que os declarantes sejam também pessoas de público reconhecimento. Assim, pois, o jornal vale-se dessas reações verbais para apresentar as razões para o crime e, desta forma, orienta o leitor a acionar o modelo contextual de crime passionnal.

Essas informações, que podem ser consideradas como pertencentes à subcategoria Contexto no esquema da notícia proposto por Van Dijk,

referem-se, entretanto, ao Evento Prévio, isto é, o crime noticiado no dia anterior, e não ao Evento Principal desta notícia.

O jornal, pois, sugere que o motivo do crime foi a infidelidade conjugal, mas toma o cuidado de se preservar por meio da modalização pelas aspas na expressão “cometido o crime”, que no texto pode significar uma declaração de alguma fonte, introduzida no texto como forma de discurso indireto livre, por meio do qual o declarante não assevera que Dorinha seja realmente a assassina, mesmo que o conjunto das informações no texto orientem para a conclusão que a atriz tenha assassinado o companheiro por motivação passional. Esse episódio, que pode ser subsumido pela proposição “o crime pode ter tido motivação passional”, contribui para que o leitor possa acionar o modelo contextual de crime passional.

O intertítulo seguinte é “versões vagas”. Por estar no plural, entende-se que tanto a versão de acidente quanto a versão de homicídio são vagas. Entretanto, o texto aborda apenas a hipótese de acidente, o que exclui a de homicídio. Nesse sentido, o que se infere é que a versão de acidente é uma versão vaga:

VERSÕES VAGAS

(6) Para justificar a hipótese de acidente, a polícia tem uma explicação. Há dois meses, conforme ficou apurado ontem, Dorinha e Paulo Sérgio discutiram e além dos gritos, os vizinhos teriam escutado barulho de dois tiros. Esses dois tiros, somados a um terceiro – que teria causado a morte de Paulo Sérgio – podem corresponder às três cápsulas deflagradas encontradas no tambor do Taurus 32, apreendido no local do crime.

(7) Nesse caso, o terceiro disparo pode ser considerado acidental e não os três tiros de uma vez, conforme versão inicial. Isso só será esclarecido com os três documentos.

(8) Entre os depoimentos colhidos ontem, estão o de José Francisco Scaglione (amigo do casal); de Romildo da Silva e Josefa de Jesus (empregados do casal) e de Edvaldo da Silva (ex-empregado).

As informações apresentadas nesse intertítulo pertencem à categoria Comentários, pois apresentam especulações a respeito do Evento Prévio, o

crime, e podem motivar o leitor a ratificar o modelo contextual de crime passional, porque a polícia justifica apenas a versão de acidente; porém, os argumentos utilizados pela polícia revelam que o casal vivia num estado de violência que desqualifica a tese de acidente, ao passo que o jornal reúne informações que justificam a tese de crime passional.

Assim, para o jornal, a polícia baseia-se em versões contadas pelos depoentes, as quais considera vagas. É significativo, entretanto, que os depoentes sejam qualificados entre parênteses, conforme o parágrafo 8, e todos tenham ligações com a criminosa ou com o casal, mas nenhum tenha ligação apenas com a vítima, daí o jornal considerar que a versão seja vaga, porque faltam depoimentos de fontes contraditórias. Trata-se, pois, de um comentário do jornal, cujo objetivo parece ser o de apontar que a polícia construiu uma tese baseada em versões vagas de depoentes que podem ser tendenciosos e tal comentário pode ser subsumido pela proposição “a versão de acidente é vaga”.

O próximo intertítulo é “casa interdita” e o seu conteúdo tem a finalidade de apresentar o contexto do Evento Principal, isto é, Dorinha não se apresentou à polícia porque está internada em uma clínica de repouso. Assim, pois, as informações apresentadas nesse intertítulo pertencem à subcategoria Contexto e podem ser subsumidas pela proposição “Dorinha Duval está internada numa clínica de repouso”.

Mas o texto inicia tratando novamente dos documentos oficiais que não foram encaminhados à polícia e que são importantes para o esclarecimento do crime, independentemente da presença de Dorinha Duval, e acrescenta que, na eventualidade de uma inconclusão, o depoimento da atriz será fundamental. Assim, o jornal reitera a proposição inicial “faltam informações oficiais para o esclarecimento do caso”:

CASA INTERDITADA

(9) Os três documentos que podem esclarecer se foi acidente ou crime só chegarão hoje às mãos do delegado Borges Fortes. Se nem assim for possível uma conclusão, só o depoimento de Dorinha irá esclarecer o caso.

(10) Ontem, ninguém conseguiu encontrá-la no Rio. Por volta das 16h30, seu advogado, Efrain Maluf, telefonou para a delegacia dizendo que ela “está em profunda depressão e crise nervosa, internada em uma clínica de repouso da cidade”, o que foi confirmado por amigos do casal. Sua casa permanecerá interditada pela polícia e é possível que nos próximos dias o crime seja reconstituído.

O jornal esclarece que Dorinha está internada em uma clínica de repouso, segundo informações de seu advogado, mas que foram confirmadas por amigos, isto é, o jornal considerou importante checar a informação, porque, conforme se observou anteriormente, a polícia reunia apenas informações consideradas tendenciosas pelo jornal e, por isso, questionava as investigações. Como o jornal aparentava seguir uma linha de investigação diferente da seguida pela polícia, a checagem da informação caracteriza-se como uma estratégia retórica para a manutenção de sua credibilidade junto ao leitor. Desta forma, ainda que o intertítulo refira-se à interdição da casa, o seu conteúdo privilegia a informação a respeito do paradeiro da atriz.

O último intertítulo da notícia é “o enterro” e apresenta ao leitor o desfecho do crime no que se refere à vítima, isto é, houve o crime e a vítima é sepultada. A partir daí, os possíveis desdobramentos da notícia devem ter como foco os fatos que envolvem a criminosa. Essas informações pertencem à categoria Comentários, porque apresentam outras informações a respeito do Evento Prévio, mas que se encerram em si, porque não apresentam desdobramentos. Esses Comentários podem ser subsumidos pela proposição “a imprensa foi hostilizada no sepultamento de Paulo Sérgio”:

O ENTERRO

(11) Paulo Sérgio Alcântara foi sepultado ontem, quando faltavam dez minutos para as 15 horas. Seu enterro estava marcado para as 17 horas e a antecipação foi uma tentativa de despistar curiosos e a imprensa.

(12) Nenhum jornalista conseguiu entrar na capela do cemitério São João Batista, onde o corpo foi velado. Quem tentasse era barrado por quatro guardas de segurança. Quando Bernardo, de 7 anos, filho do casal, chegou à capela, os cinegrafistas e fotógrafos foram ameaçados de agressão por Carlos Manga, proprietário da firma Art Rio, onde a vítima trabalhava. Cerca de 150 pessoas acompanharam o sepultamento.

De acordo com o esquema para o discurso da notícia proposto por Van Dijk, a notícia publicada no segundo dia subsequente ao crime organiza-se conforme segue:

Sumário: “Dorinha Duval está desaparecida”;

Consequências: “Faltam informações oficiais para o esclarecimento do caso”;

Contexto do Evento Prévio: “O crime pode ter tido motivação passional”;

Comentários: “A versão de acidente é vaga”;

Contexto do Evento Principal: “Dorinha Duval está internada numa clínica de repouso”;

Comentários: “A imprensa foi hostilizada no sepultamento de Paulo Sérgio”.

Das proposições extraídas do discurso da notícia, podemos inferir que, para o jornal parece não haver dúvidas sobre a motivação do crime, tampouco de que realmente houve um crime, e não um acidente. Para que o leitor possa acionar o modelo contextual de crime passional e partilhe dessa mesma crença, são apresentados comentários que apontam para a fragilidade dos argumentos que sustentariam a hipótese de acidente considerada pela polícia.

O jornal, portanto, propunha apresentar os desdobramentos do evento principal, antecipando-se às investigações da polícia e apresentando aos leitores a sua tese para o crime, segundo a qual Dorinha Duval assassinou a tiros seu companheiro 16 anos mais novo, porque vinha sendo traída, o que caracteriza o crime como passional.

O conjunto das notícias veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* nos dois dias subsequentes ao crime cometido pela atriz Dorinha Duval, no qual ela assassinou seu companheiro Paulo Sérgio Garcia de Alcântara em 05 de outubro de 1980, permite que o leitor, orientado pela sumarização dos títulos e lide, pela apresentação de novos episódios, bem como pela

apresentação de comentários acrescentados à notícia, possa acionar modelos contextuais para favorecer o pensamento do jornal.

Nesse sentido, o jornal informa que a atriz matou seu companheiro e antecipa, mesmo sem dados oficiais, que o crime foi motivado pelo ciúme da atriz, porque seu companheiro era mais jovem, tratando-se, pois, de um crime passional. Diante disso, o leitor pode acionar o modelo contextual socialmente instituído que recrimina o envolvimento amoroso de mulheres com homens mais jovens e, desta forma, o jornal ratifica tal modelo e contribui para a propagação de uma ideologia presente na sociedade, que recrimina relacionamentos entre mulheres com homens mais jovens e assim mantém a hegemonia.

4.3. O caso Lindomar Castilho e Eliane de Grammont¹⁰⁶

Eliane de Grammont cantava num bar na madrugada de 30 de março de 1981 quando foi assassinada a tiros pelo ex-marido, o cantor Lindomar Castilho, que também feriu com um tiro no abdome o violonista Carlos Roberto da Silva, que a acompanhava na apresentação musical.

Na década de 1970, Lindomar Castilho, cujo nome verdadeiro é Lindomar Cabral, era um cantor popular de muito sucesso. Tido como “o rei do bolero”, Lindomar atingiu a marca de 500 mil cópias vendidas de um mesmo LP, um número bastante expressivo para o mercado fonográfico na época.

Conheceu Eliane Aparecida de Grammont em 1977 na gravadora RCA, com ela se casou em 1979 e no ano seguinte se desquitaram. Nesse curto período de convivência matrimonial, Lindomar agrediu fisicamente a esposa por diversas vezes e em certa ocasião tentou estrangulá-la. Apesar da convivência difícil, o casal teve tentativas de reconciliação, mas o comportamento agressivo, o uso abusivo de bebidas alcoólicas e o ciúme do marido tornavam a relação insustentável.

Na ocasião do crime, o casal já estava separado havia quase um ano e Eliane vinha, aos poucos, reconstruindo a carreira de cantora, interrompida durante o casamento, também em função do nascimento da filha do casal. Mas Lindomar ainda não havia superado a separação e não aceitava que Eliane se relacionasse com outros homens, especialmente com Carlos Roberto da Silva.

Carlos Roberto da Silva, conhecido nos meios musicais como Carlos Randal, era primo de Lindomar Castilho e fora trazido pelo cantor para São Paulo em 1974, para que tivesse uma oportunidade no meio artístico. Durante o período em que esteve casado, Lindomar desconfiava que havia

¹⁰⁶ A história de Lindomar Castilho e Eliane de Grammont é baseada em arquivos dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, revista *Veja* e no livro *A paixão no banco dos réus*, de Luíza Nagib Eluf.

algum envolvimento amoroso entre o primo e Eliane e chegou a relatar fatos que sugeriam tal envolvimento. O fim do casamento de Randal agravou o ciúme de Lindomar, levando-o às últimas consequências.

Na madrugada do crime, Eliane de Grammont, aos 26 anos, cantava no café “Belle Époque”, na cidade de São Paulo, acompanhada ao violão por Carlos Randal, quando Lindomar Castilho, à época com 42 anos, surgiu e disparou cinco tiros contra o casal. Um tiro certeiro atingiu o peito de Eliane, levando-a à morte ainda no local; outro tiro atingiu Randal no abdome, outros dois atingiram a parede e a quinta bala não foi encontrada.

Lindomar tentou fugir, mas foi contido pelo dono e por frequentadores do bar, que o espancaram e o imobilizaram, deixando-o amarrado e caído na calçada, à espera da polícia. Enquanto era autuado, soube da morte da ex-esposa e passou mal. Lindomar Castilho foi preso em flagrante, mas pôde aguardar o julgamento em liberdade, porque era réu primário e não oferecia perigo à sociedade, e em agosto de 1984 foi julgado pelo crime que cometeu.

A defesa tentou explorar a imagem de uma mulher que não cumpria seu papel de mãe e esposa, que era infiel, que tinha comportamento repreensível, daí levar o réu a praticar o crime, privilegiado pela violenta emoção. A acusação procurou explorar a premeditação do crime, visto que Lindomar comprou arma e bastante munição dias antes do crime, além de explorar os laudos psiquiátricos que diagnosticaram o criminoso como pessoa agressiva e de personalidade desestruturada.

Do lado de fora do Tribunal, homens e mulheres se confrontavam. Elas, membros de movimentos feministas ou apenas mulheres comuns, gritavam palavras de ordem, empunhavam faixas e cartazes e cantavam pelo fim da violência contra mulheres. Eles foram chegando aos poucos e passaram a fazer provocações, rebatendo as palavras de ordem, dizendo palavrões, exaltando o machismo e o direito masculino de matar em defesa da honra.

O julgamento terminou com a sentença de 12 anos de reclusão pelo crime de homicídio qualificado sem direito à defesa da vítima e mais dois meses pela lesão corporal culposa contra Carlos Randal. Lindomar cumpriu a pena preso até 1986, quando passou para o regime semi-aberto, e em 1988 obteve o direito de liberdade condicional por bom comportamento. Durante esse período, gravou novos discos, tentou retomar a carreira artística, mas não teve sucesso. Gravou seu último disco no ano de 2000.

Quando Lindomar Castilho assassinou Eliane de Grammont, a história do assassinato de Ângela Diniz ainda pertencia a um passado recente na memória da sociedade. Isto porque menos de dois anos antes Doca Street havia sido condenado, em primeiro julgamento, a dois anos de prisão com direito a *sursis*, isto é, não precisaria ficar na prisão, o que para a sociedade havia sido apenas uma absolvição do réu e uma validação do direito masculino de matar. Por outro lado, o crime de Lindomar Castilho ocorreu menos de seis meses depois de Dorinha Duval ter assassinado seu companheiro a tiros e, nesse contexto de relativa recência desses crimes, a morte de Eliane de Grammont serviu como um estopim para reacender as discussões acerca do tema “crime passionai”, desta vez de forma mais acalorada, principalmente porque, além de muito popular, pesava também sobre Lindomar a fama de “machão”.

No dia 31 de março de 1981, ao jornal *Folha de S. Paulo*, devido à repercussão do crime, publicou a seguinte chamada¹⁰⁷:

Cantor mata a sua ex-mulher e fere músico

O cantor Lindomar Castilho assassinou com um tiro, na madrugada de ontem, sua ex-mulher Eliane Aparecida de Grammont e feriu, sem gravidade, o músico Carlos Roberto da Silva (primo do cantor). O crime ocorreu no café “Belle Époque”, na alameda Santos, onde Eliane cantava, acompanhada ao violão por Carlos Roberto.

Lindomar Castilho foi agarrado e desarmado pelos frequentadores do café, que o espancaram e deixaram caído na calçada, com pés e mãos amarrados, à espera da polícia.

¹⁰⁷ Confira a íntegra da capa do jornal na mídia digital.

O casal, que tinha uma filha de quase dois anos, estava separado há seis meses.

A reportagem foi publicada naquela data à página 15 da seção “Polícia/Local”, conforme segue¹⁰⁸:

Lindomar Castilho mata a ex-mulher

(1) O cantor Lindomar Castilho, de 42 anos, matou na madrugada de ontem, com tiro, sua ex-esposa Eliane Aparecida de Grammont, de 26 anos, e feriu sem gravidade o músico Carlos Roberto da Silva.

(2) O crime aconteceu no café “Belle Époque”, na alameda Santos, 1.091, Jardim América, onde Eliane – irmã da jornalista Helena de Grammont, da TV Globo – cantava, acompanhada ao violão por Carlos Roberto da Silva, que adotara o nome artístico de Carlos Randal.

(3) O criminoso foi agarrado e espancado pelos frequentadores, que quase o lincharam. Quando a polícia chegou, Lindomar Castilho estava com as mãos e pés amarrados, caído na calçada. Levado ao Hospital das Clínicas e, depois ao 4º Distrito (Consolação), o cantor foi autuado em flagrante e recolhido à Casa de Detenção. O corpo de Eliane foi sepultado à tarde, no cemitério do Araçá.

O CRIME

(4) Pouco antes de uma hora de ontem, Lindomar, armado com dois revólveres, chegou ao café, aproximou-se de Eliane, que cantava sentada perto de Carlos Roberto, e disparou cinco tiros. Eliane foi atingida no peito, próximo ao coração; Carlos, que é primo de Lindomar, foi baleado no abdômen; dois tiros atingiram a parede e a bala do quinto disparo não foi encontrada.

(5) O dono do café, Willians Schmidt, agarrou o cantor para desarmá-lo, e foi ajudado por várias pessoas. Lindomar Castilho tentou fugir, mas foi agarrado na calçada, amarrado e espancado.

(6) Levada ao Pronto-Socorro Brigadeiro, Eliane morreu antes de ser atendida. Ela deixa uma filha, de quase dois anos, do casamento com Lindomar Castilho, cujo verdadeiro nome é Lindomar Cabral. Carlos Roberto também foi levado ao PS Brigadeiro, sendo removido para o Hospital das Clínicas, mas já recebeu alta.

¹⁰⁸ Confira à página 252 a fotocópia da notícia, ou a íntegra da página do jornal na mídia digital.

CASAMENTO

(7) Eliane de Grammont era filha da compositora Elena de Grammont, cujos filhos são, em sua maioria, jornalistas e radialistas.

(8) Eliane conheceu Lindomar na gravadora RCA à qual o cantor está ligado e onde ela chegou a gravar um disco. Casaram-se e tiveram uma filha, mas a vida conjugal deteriorou-se. Lindomar, segundo a família de Eliane, tem gênio violento, bebe demais e costumava espancar a esposa. Certa ocasião – garantem os familiares – Lindomar chegou a tentar estrangular Eliane.

(9) Após a separação, há seis meses, Eliane retomou seu trabalho de cantora. Há vinte dias, o desquite do casal foi formalizado.

ACUSAÇÃO

(10) Ontem, no 4º DP, Lindomar Castilho negou que tivesse a intenção de matar a ex-esposa, embora confirmasse que andava armado desde que recebera porte de arma, há dez dias. Disse que foi ao “Belle Époque” conversar com Eliane sobre o desquite e a guarda da filha, mas sua versão foi recebida com reservas pela polícia, que acha que ele premeditou o crime, pois o local e a hora não eram adequados para discutir um assunto dessa importância.

(11) O cantor acusou a ex-mulher de trai-lo com Carlos Roberto e disse que certa vez, ao interrogá-los, “eles não negaram que tinham um caso amoroso e até confessaram o romance.”

Mãe de Eliane nega a acusação de traição

(12) “Matou por posse, mas ninguém é dono de ninguém. Matou por ódio, pois quem ama não destrói. Matou brutalmente. Ele é um bruto.”

(13) Deitada em um sofá, olhar perdido, dona Elena de Grammont – mãe de Eliane, assassinada pelo ex-marido, Lindomar Castilho – fica repetindo as palavras. Está desesperada e só fala de Eliane. De Lindomar Castilho, considerado o cantor mais popular da América Latina em 1978 pela revista norte-americana “Record World”, dona Elena, compreensivelmente, guarda profunda mágoa.

(14) “Não houve trio amoroso, nem traição, nem desrespeito”, repete. “Foi cansaço”, diz dona Elena. “A Eliane cansou-se das brutalidades de Lindomar e foi-se embora, livre como qualquer ser humano tem direito de ser.”

(15) Quando Eliane conheceu Lindomar e resolveu casar-se, dona Elena e o resto da família foram contra. Eliane foi quem fez a exigência de casar-se com separação de bens. Lindomar tinha muito dinheiro e Eliane não queria que ele pensasse ser este o motivo que a atraía. Lindomar também fez exigências ou ‘proibições’, segundo dona Elena. Não queria que Eliane cantasse mais.

VIOLENTO

(16) O casal viveu apenas um ano junto. Segundo dona Elena e irmãos de Eliane, Lindomar sempre bebeu muito e nestas ocasiões era muito violento com a esposa.

(17) Quando já estavam separados, Eliane descobriu que tinha uma enfermidade cardíaca, miocardiopatia crônica, a mesma doença que matou seu pai e dois de seus irmãos. Lindomar, segundo dona Elena, procurou o médico para confirmar o diagnóstico e foi avisado de que Eliane não poderia sofrer emoções fortes. Isto tudo, no entanto, de acordo com dona Elena, não impediu que Lindomar telefonasse a Eliane nas madrugadas “vociferando palavrões e ameaças”.

EXIGÊNCIAS

(18) Dona Elena diz que seis meses após a separação Eliane ainda tentou a reconciliação, mas Lindomar lhe fez dez exigências por escrito, que ela deveria assinar e se comprometer a cumprir. Entre as exigências, ela deveria pedir perdão à empregada que trabalha para o cantor há anos e que foi um dos motivos de desentendimento do casal.

(19) O namoro de Eliane com Carlos Roberto da Silva, o Carlinhos, começou há aproximadamente seis meses e quase acidentalmente, explica dona Elena. Eliane decidira cantar novamente e Carlinhos, que é contratado pelo café “Belle Époque”, achou que ela deveria exhibir-se em público para se desembaraçar depois do longo período de afastamento.

Grupo feminista se reúne para protestar

(20) O grupo feminista “SOS-Mulher” deverá promover hoje às 19h30, à rua Artur Azevedo, em Pinheiros, uma reunião para discutir a violência de que a mulher é vítima e organizar um protesto durante a missa de sétimo dia de Eliane de Grammont.

(21) Para Raquel Moreno, integrante do grupo, o assassinato de Eliane “tem tudo para se transformar num novo caso Doca Street, pois o assassino já está alegando legítima defesa da honra e que estava sendo ameaçado”. Segundo Raquel, estes argumentos são “uma farsa”, pois o motivo de crimes como este é a idéia de que “a mulher é propriedade do homem e tem que estar à sua disposição, estando casada ou separada”.

SOLIDARIEDADE

(22) Já o grupo Pró-Mulher e Frente de Mulheres Feministas divulgou uma nota à imprensa solidarizando-se “com amigos e parentes da companheira Eliane de Grammont”, além de lamentar o seu “desaparecimento”. Segundo a nota, Eliane “como tantas outras, foi vítima do bárbaro costume machista que persiste em

considerar a mulher como propriedade do homem, que pode dispor de sua vida e morte, certo da impunidade”.

(23) Para as entidades, a mulher em nosso País, se deseja assumir-se como ser humano inteiro, optando pela vida como exercício pleno de liberdade, seja amorosa ou profissional, esbarra sempre, fatidicamente, naquele que se considera seu amo e senhor”. Sabemos, continua a nota das entidades, que esses dolorosos fatos só se repetem graças à impunidade que consagra o costume: todos sabemos os inúmeros casos semelhantes, nos quais o costume de assassinar mulher, por pretextos fúteis, substitui a ação política conseqüente.” Para os órgãos feministas, num país onde prevalece a repressão e, portanto, a alienação política, faz-se do crime contra a vida de mulheres mero exercício de frustração covarde sobre os mais indefesos”.

A notícia pode ser sumarizada pela macroproposição “Lindomar Castilho matou sua ex-esposa Eliane de Grammont”, conforme se observa a seguir, pelo conjunto das informações presentes no título e no lide do texto noticioso:

Lindomar Castilho mata a ex-mulher

(1) O cantor Lindomar Castilho, de 42 anos, matou na madrugada de ontem, com tiro, sua ex-esposa Eliane Aparecida de Grammont, de 26 anos, e feriu sem gravidade o músico Carlos Roberto da Silva.

O fato mereceu destaque no noticiário porque reuniu diversas condições para que fosse transformado em notícia, isto é, apresentava os valores-notícia relevância, proximidade, desvio e negatividade e recência. Isto porque o criminoso era um cantor de grande apelo popular que cantava o amor e suas mazelas e, por isso, envolver-se em um crime passional parecia ser uma contradição àquele modelo de situação.

O parágrafo que segue refere-se ao Evento Principal da notícia, o crime, e esse episódio também destaca que a vítima era irmã de uma conhecida jornalista da Rede Globo e tal fato atribui maior apelo ao crime, porque nele estão envolvidas personalidades de público reconhecimento tanto no lado do criminoso quanto no da vítima. No que diz respeito à segunda vítima de Lindomar Castilho, o que se nota é uma menção que aparenta ser apenas uma necessidade da informação, já que Carlos Randal

também foi ferido na ocasião. Portanto, o Evento Principal pode ser subsumido pela proposição “Eliane era irmã de Helena de Grammont e foi morta quando cantava”.

(2) O crime aconteceu no café “Belle Époque”, na alameda Santos, 1.091, Jardim América, onde Eliane – irmã da jornalista Helena de Grammont, da TV Globo – cantava, acompanhada ao violão por Carlos Roberto da Silva, que adotara o nome artístico de Carlos Randal.

No parágrafo seguinte, o texto descreve os acontecimentos após o crime, numa espécie de síntese que apresenta as informações essenciais para o conhecimento do evento noticioso. Essas informações pertencem à subcategoria Consequências e podem ser subsumidas pela proposição “Lindomar foi preso e Eliane foi sepultada”:

(3) O criminoso foi agarrado e espancado pelos frequentadores, que quase o lincharam. Quando a polícia chegou, Lindomar Castilho estava com as mãos e pés amarrados, caído na calçada. Levado ao Hospital das Clínicas e, depois ao 4º Distrito (Consolação), o cantor foi autuado em flagrante e recolhido à Casa de Detenção. O corpo de Eliane foi sepultado à tarde, no cemitério do Araçá.

Podemos observar, portanto, que as informações essenciais a respeito do fato já foram apresentadas ao leitor, isto é, o leitor sabe que Lindomar matou sua ex-esposa, que era irmã de uma reconhecida jornalista, quando ela cantava em um café e depois foi preso. Assim, entendemos que se trata de uma informação isenta de subjetivismos, pois se detém aos fatos e, principalmente, não apresenta comentários.

Ocorre, entretanto, que houve a omissão do motivo do crime e, como a notícia é sumarizada pela macroproposição “Lindomar Castilho matou sua ex-esposa”, o leitor pode acionar o modelo contextual de crime passional e, nesse modelo, as motivações têm relevada importância, pois os motivos podem atribuir ao crime maior sensacionalismo. Na definição de Costa (2002:136), o sensacionalismo na notícia caracteriza-se também pela curiosidade que desperta imediatamente o interesse dos leitores. Desta

forma, não só o crime de Lindomar deve despertar interesse, mas também o que pode tê-lo motivado.

Em razão disso, também nesta notícia é utilizado o recurso do intertítulo. O intertítulo, conforme já referimos, tem a finalidade de, entre outras, inserir novas informações relacionadas ao evento principal, como também novos episódios. Nessa notícia, são empregados alguns intertítulos, conforme apresentaremos a seguir.

O primeiro dos intertítulos é “o crime” e aparenta ser uma repetição das mesmas informações já dadas anteriormente, na primeira parte da notícia, mas são acrescentados detalhes que têm a finalidade de explicar melhor o crime e, desta forma, imprimir à notícia maior apelo emocional. Assim, pois, os três parágrafos que compõem esse intertítulo podem ser considerados como pertencentes à categoria Contexto e revelam a brutalidade do crime e a frieza do criminoso e atuam também como recurso retórico, para que o leitor assimile melhor as informações que o jornal julgou serem relevantes para o seu conhecimento. Esse episódio pode ser subsumido pela proposição “Lindomar matou Eliane fria e brutalmente e feriu Carlos Randal”:

O CRIME

(4) Pouco antes de uma hora de ontem, Lindomar, armado com dois revólveres, chegou ao café, aproximou-se de Eliane, que cantava sentada perto de Carlos Roberto, e disparou cinco tiros. Eliane foi atingida no peito, próximo ao coração; Carlos, que é primo de Lindomar, foi baleado no abdômen; dois tiros atingiram a parede e a bala do quinto disparo não foi encontrada.

(5) O dono do café, Willians Schmidt, agarrou o cantor para desarmá-lo, e foi ajudado por várias pessoas. Lindomar Castilho tentou fugir, mas foi agarrado na calçada, amarrado e espancado.

(6) Levada ao Pronto-Socorro Brigadeiro, Eliane morreu antes de ser atendida. Ela deixa uma filha, de quase dois anos, do casamento com Lindomar Castilho, cujo verdadeiro nome é Lindomar Cabral. Carlos Roberto também foi levado ao PS Brigadeiro, sendo removido para o Hospital das Clínicas, mas já recebeu alta.

O próximo intertítulo, designado por “casamento”, reúne as informações que compõem o *Background* da notícia, isto é, apresenta as circunstâncias sociais do crime, como o casamento e a separação de Lindomar e Eliane:

CASAMENTO

(7) Eliane de Grammont era filha da compositora Elena de Grammont, cujos filhos são, em sua maioria, jornalistas e radialistas.

(8) Eliane conheceu Lindomar na gravadora RCA à qual o cantor está ligado e onde ela chegou a gravar um disco. Casaram-se e tiveram uma filha, mas a vida conjugal deteriorou-se. Lindomar, segundo a família de Eliane, tem gênio violento, bebe demais e costumava espancar a esposa. Certa ocasião – garantem os familiares – Lindomar chegou a tentar estrangular Eliane.

(9) Após a separação, há seis meses, Eliane retomou seu trabalho de cantora. Há vinte dias, o desquite do casal foi formalizado.

Observa-se que parece haver, no parágrafo 7, a intenção de situar a vítima em um *script* de família de prestígio social, de modo que o leitor possa acionar um modelo contextual segundo o qual os membros da família são pessoas de credibilidade e notoriedade. A partir desse *script*, o jornal acrescenta, no parágrafo 8, informação que revela a agressividade do assassino, modalizada em discurso segundo, de modo que se atribua a responsabilidade pela declaração à família da vítima, embora, conforme dissemos, sua credibilidade já havia sido destacada.

Também nesse mesmo sentido, o parágrafo 8 do texto ainda apresenta outra citação em discurso indireto atribuída à família de Eliane e modalizada pelo verbo *dicendi* “garantir” que, conforme Marcuschi (2007:163), provoca efeito de força de argumento, destacado no texto pelo emprego dos travessões no lugar das vírgulas, de modo que o leitor identifique que não se trata de uma convicção do jornal, mas de uma reprodução do discurso, uma vez que o cantor gozava de bastante prestígio da população. Desta forma, o jornal busca preservar-se diante do público.

Assim, pois, o texto que compõe o intertítulo “casamento” apresenta o *background* da notícia, para que o leitor compreenda as circunstâncias que

antecederam o crime e, assim, vá atribuindo sentidos ao texto noticioso por meio de um modelo contextual de violência doméstica motivada pelo uso de bebidas alcoólicas, e as informações presentes no *Background* podem ser subsumidas pela proposição “o casal separou-se porque Lindomar era violento”.

O próximo intertítulo da notícia foi designado por “acusação” e reúne informações extraídas de depoimento do cantor dadas à polícia. Tratam-se, pois, de outras informações a respeito do crime e se caracterizam pela mudança de perspectiva, isto é, trata-se do ponto de vista do assassino:

ACUSAÇÃO

(10) Ontem, no 4º DP, Lindomar Castilho negou que tivesse a intenção de matar a ex-esposa, embora confirmasse que andava armado desde que recebera porte de arma, há dez dias. Disse que foi ao “Belle Époque” conversar com Eliane sobre o desquite e a guarda da filha, mas sua versão foi recebida com reservas pela polícia, que acha que ele premeditou o crime, pois o local e a hora não eram adequados para discutir um assunto dessa importância.

(11) O cantor acusou a ex-mulher de trai-lo com Carlos Roberto e disse que certa vez, ao interrogá-los, “eles não negaram que tinham um caso amoroso e até confessaram o romance.”

Conforme se observa, as reações verbais apresentadas em discurso indireto atribuídas ao cantor no parágrafo 10 têm a função de conferir autenticidade ao dito de origem, porque são extraídas de depoimento à polícia. No entanto, o emprego do verbo “achar” na citação do discurso indireto atribuída à polícia indica, segundo Marcuschi (2007:164), provisoriedade de argumento, isto é, a versão de Lindomar pode não ser verdadeira e, por isso, o jornal apresenta as duas versões, de modo que se preserve diante do leitor. Entretanto, o emprego dessas declarações pode revelar que há algum nível de crença do jornal diante dos fatos.

É significativo também o emprego dos verbos “negar” e “confirmar” nas citações atribuídas a Lindomar Castilho ainda no parágrafo 10. Esses verbos são classificados por Marcuschi (2007:163-4) como indicadores de aspectos conflituosos e de posições oficiais, respectivamente. Assim, Lindomar

confirma que andava armado e nega a intenção de matar e, desta forma, o emprego desses verbos revela que, para o jornal, há uma contradição, que se reforça pelo emprego do operador argumentativo “embora” entre eles, isto é, para o jornal, o uso da arma tinha como única finalidade matar alguém.

O parágrafo 11 revela a informação que, até então, estava implícita e que explica a motivação do crime – a traição – que justifica também o título do intertítulo (acusação). É significativo que o jornal apresente a motivação do crime por meio do emprego de citação em discurso direto atribuída ao criminoso, visto que imprime maior autenticidade ao que foi dito e também atribui responsabilidade a quem disse, e assim o jornal também se preserva diante da informação, embora não refute sua veracidade.

Note-se, também, que o jornal emprega os verbos “acusar” e “interrogar” como pertencentes à declaração do cantor a respeito do possível envolvimento amoroso entre Eliane e Carlos Randal, e o verbo “confessar” como pertencente aos acusados por Lindomar, que no conjunto imprimem também às vítimas um *status* de criminosos, pois são verbos comuns ao universo criminal. Desse episódio, que entendemos pertencer à subcategoria Contexto, porém sob a perspectiva de Lindomar, pois é pautado em reações verbais do criminoso, é possível extrair a proposição “Lindomar acreditava que Eliane o traía com Carlos Randal”.

O fato e seus desdobramentos continuam noticiados pelo jornal, porém por meio de subtítulos, conforme trataremos adiante, e esta primeira parte do texto noticioso, segundo o esquema do discurso da notícia proposto por Van Dijk, apresenta as seguintes proposições:

Sumário: “Lindomar Castilho matou sua ex-esposa Eliane de Grammont”;

Evento Principal: “Eliane era irmã de Helena de Grammont e foi morta quando cantava”;

Consequências: “Lindomar foi preso e Eliane foi sepultada”;

Contexto: “Lindomar matou Eliane fria e brutalmente e feriu Carlos Randal”;

Background: “O casal separou-se porque Lindomar era violento”;

Contexto: “Lindomar acreditava que Eliane o traía com Carlos Randal”.

Nesta primeira parte da matéria jornalística, observa-se que o jornal considerou como valores-notícia a relevância e a proximidade, em função da notoriedade dos envolvidos e de o fato referir-se a uma pessoa de grande apelo popular que comete um crime brutal, e também o valor-notícia desvio e negatividade, porque, ainda que o criminoso fosse pessoa célebre, agiu como pessoa comum.

Considerando esses valores-notícia, o jornal selecionou e organizou as informações de modo que o leitor pudesse atribuir sentidos ao texto, por meio de modelos contextuais como o de violência doméstica motivada pelo consumo de bebidas alcoólicas e de traição como motivação para crimes passionais.

Entretanto, tendo em vista a notoriedade do assassino e seu forte apelo popular, o jornal mais sugere do que explicita e, para isso, vale-se de recursos retóricos, os quais acredita que o leitor seja capaz de compreender, de modo que os reais sentidos do texto explicitem-se através da interpretação do leitor. Assim, há uma seleção de informações que são ordenadas e apresentadas gradativamente e, por fim, apresenta o Contexto do crime, sob a perspectiva do criminoso. Haja vista a repercussão do caso em um momento histórico de grandes transformações sociais e culturais da sociedade brasileira, o jornal preserva-se diante de seu público e da opinião pública e, por isso, as informações que poderiam ser caracterizadas como Comentários da notícia são sutis.

Evidentemente, face à repercussão e brutalidade do crime, o jornal não pretende justificar o ato, mas situar o leitor em um modelo contextual que explica determinadas ações humanas, cabendo ao leitor chegar às suas próprias conclusões. Assim, constrói-se um perfil violento do criminoso

traçado pelos familiares da vítima, que culmina com a morte de Eliane devido a uma possível traição, segundo Lindomar, e assim fica permitido ao leitor concluir que ali se tem o real motivo do crime.

Conforme já referimos, o crime cometido por Lindomar Castilho teve grande repercussão à época em razão de um conjunto de fatores que concorriam para a sua espetacularização, como, por exemplo, ser o assassino pessoa de reconhecimento público em todas as camadas sociais, ser a vítima irmã de conhecida jornalista da Rede Globo e também por causa da relativa recência do julgamento de Doca Street pelo assassinato de Ângela Diniz, que provocou muita discussão. Diante desse quadro, a notícia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no dia subsequente ao crime de Lindomar Castilho apresentou ampla cobertura do fato, visando contemplar os diversos ângulos da mesma história. Em função disso, o jornal apresentou também, além dos intertítulos, “subtítulos”, isto é, desdobramentos da notícia dentro da mesma matéria. O primeiro desdobramento recebeu o seguinte subtítulo:

Mãe de Eliane nega a acusação de traição

Note-se que o subtítulo remete imediatamente à última informação do texto anterior, mas pertence a um novo episódio, porque apresenta uma mudança de perspectiva, dessa vez a da mãe da vítima, e esse episódio, que pertence à subcategoria Contexto, pode ser subsumido pela proposição “mãe de Eliane nega a acusação de traição”, tal qual o subtítulo, e revela, por meio do emprego do verbo “negar”, que há um conflito entre o que disse Lindomar Castilho e a realidade segundo a família da vítima, e esse conflito deve ser esclarecido.

O subtítulo, por ter como foco a declaração da mãe, naquela circunstância adquiria um apelo emocional significativo e deveria ser legitimado pelo leitor. Para a legitimação desse apelo emocional, o texto inicia com citação em discurso direto em seu primeiro parágrafo, sem que se explicita a autoria, formado por frases curtas que revelam um pensamento

entrecortado e que dão o tom de dramaticidade do momento. O emprego dessas citações em discurso direto, como recurso retórico, tem também a finalidade de atribuir verdade ao que foi dito:

(12) “Matou por posse, mas ninguém é dono de ninguém. Matou por ódio, pois quem ama não destrói. Matou brutalmente. Ele é um bruto.”

Em seguida, o texto descreve a cena da entrevista da qual foram extraídas as declarações, revelando um cenário de tristeza e indignação, cuja personagem principal é a mãe da vítima, de modo que o leitor possa acionar o modelo contextual de sofrimento materno em função da perda de um filho e assim, de certa forma, identifique-se nele:

(13) Deitada em um sofá, olhar perdido, dona Elena de Grammont – mãe de Eliane, assassinada pelo ex-marido, Lindomar Castilho – fica repetindo as palavras. Está desesperada e só fala de Eliane. De Lindomar Castilho, considerado o cantor mais popular da América Latina em 1978 pela revista norte-americana “Record World”, dona Elena, compreensivelmente, guarda profunda mágoa.

Note-se, pois, que há no parágrafo um percurso descritivo cuja finalidade parece ser despertar emoções no leitor, visto que revela um estado de prostração da mãe diante da tragédia que abateu sua família. Essa descrição, de forte apelo emocional, apresenta-se como importante recurso retórico que visa induzir o leitor a reconhecer-se naquele modelo contextual e, assim, também compreender o sofrimento materno, para tornar a popularidade do cantor menos importante que a dor da mãe.

Ainda para a manutenção desse modelo contextual, o texto acrescenta outra declaração da mãe em discurso direto, modalizado pelo verbo *dicendi* “repetir”, cuja finalidade aparenta ser a de intensificar que há a necessidade de contradizer o que foi afirmado pelo cantor. É sintomático, entretanto, que o jornal tenha selecionado daquele momento declarações da mãe que tratam da negação da traição e do direito à separação em função da violência. Isto porque, naquela época, a sociedade ainda atribuía aos homens poderes sobre suas mulheres e também tolerava o uxoricídio no caso de adultério:

(14) “Não houve trio amoroso, nem traição, nem desrespeito”, repete. “Foi cansaço”, diz dona Elena. “A Eliane cansou-se das brutalidades de Lindomar e foi-se embora, livre como qualquer ser humano tem direito de ser.”

Na sequência, o texto apresenta outras informações que revelam a face negativa de Lindomar Castilho, sempre se baseando em declarações atribuídas à mãe da vítima, modalizadas pela preposição “segundo”. Essas declarações têm a função de apresentar um *Background* do evento principal, para a preservação da face positiva da vítima em oposição à face negativa¹⁰⁹ do assassino em sua vida privada, especialmente o machismo:

(15) Quando Eliane conheceu Lindomar e resolveu casar-se, dona Elena e o resto da família foram contra. Eliane foi quem fez a exigência de casar-se com separação de bens. Lindomar tinha muito dinheiro e Eliane não queria que ele pensasse ser este o motivo que a atraía. Lindomar também fez exigências ou ‘proibições’, segundo dona Elena. Não queria que Eliane cantasse mais.

Em seguida, o texto apresenta o intertítulo “violento”, de modo que se confirme, por meio dos relatos da mãe de Eliane, que Lindomar Castilho tinha comportamento violento na vida privada e, desta forma, tal comportamento seja de conhecimento público. Assim, o texto segue traçando o perfil do assassino, porém sempre enfatizando que se tratam de relatos segundo a mãe da vítima, para que a responsabilidade pelo que foi dito seja atribuída à declarante, preservando assim a face do jornal, ainda que reflita sua crença:

VIOLENTO

(16) O casal viveu apenas um ano junto. Segundo dona Elena e irmãos de Eliane, Lindomar sempre bebeu muito e nestas ocasiões era muito violento com a esposa.

(17) Quando já estavam separados, Eliane descobriu que tinha uma enfermidade cardíaca, miocardiopatia crônica, a mesma doença que matou seu pai e

¹⁰⁹ O termo *face* pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si, segundo o parâmetro que os outros presumem que ela tenha adotado durante um contato específico. Face é uma imagem de si mesmo delineada em termos de atributos sociais aprovados, embora seja uma imagem que outros possam partilhar, como quando uma pessoa faz uma boa apresentação de sua profissão ou religião por meio da boa apresentação de si mesmo. (livre tradução) (Cf. GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual*. 1967, p.5)

dois de seus irmãos. Lindomar, segundo dona Elena, procurou o médico para confirmar o diagnóstico e foi avisado de que Eliane não poderia sofrer emoções fortes. Isto tudo, no entanto, de acordo com dona Elena, não impediu que Lindomar telefonasse a Eliane nas madrugadas “vociferando palavrões e ameaças”.

Note-se, pois, que o texto do intertítulo também atua como *Background* do Evento Principal e também que parece haver um interesse do jornal em exortar ainda mais a face positiva de Eliane devido à sua enfermidade, que poderia levá-la à morte. Por outro lado, sua fragilidade, contraposta à insensibilidade de Lindomar, torna o cantor ainda mais violento, e isso se nota, por exemplo, por meio do emprego dos advérbios “sempre” e “muito”, que intensificam o verbo “beber”, e “muito”, que intensifica o adjetivo “violento”, ambos no parágrafo 16, e atuam como índices de avaliação ou valoração dos fatos, conforme Koch (1998:50).

O intertítulo a seguir foi designado por “exigências”, para se referir às exigências que o cantor fazia à esposa, conforme foi relatado pela mãe de Eliane anteriormente. Assim, o primeiro parágrafo, que ainda pertence à subcategoria *Background*, revela um comportamento autoritário de Lindomar e, principalmente, que ele também humilhava a esposa, conforme se observa:

EXIGÊNCIAS

(18) Dona Elena diz que seis meses após a separação Eliane ainda tentou a reconciliação, mas Lindomar lhe fez dez exigências por escrito, que ela deveria assinar e se comprometer a cumprir. Entre as exigências, ela deveria pedir perdão à empregada que trabalha para o cantor há anos e que foi um dos motivos de desentendimento do casal.

Como podemos observar, as informações que compõem o *Background* da notícia são distribuídas em três intertítulos diferentes e podem ser subsumidas pela proposição “Lindomar era autoritário e violento quando bebia”.

Já mencionamos reiteradas vezes que o jornal baseou-se nas declarações da mãe de Eliane para estabelecer um perfil de Lindomar

Castilho diferente daquele que o público conhecia. Assim, Lindomar era possessivo, violento, autoritário e humilhava a ex-esposa e, sendo este perfil descrito pela mãe num momento de tristeza e dor, pode ser tomado pelo leitor como verdadeiro, porque, conforme dissemos, estratégias retóricas foram utilizadas para que houvesse uma identificação entre o leitor e a mãe da vítima e, segundo Van Dijk (1988), fatos são melhor representados e memorizados se envolvem ou despertam grandes emoções.

Porém, nesse contexto de verdade que se instalou, o jornal acrescentou nova informação que não se relacionava ao intertítulo “exigências”, tampouco ao perfil violento de Lindomar, mas que foi igualmente relatado pela mãe e, portanto, é também verdadeiro. Trata-se da confirmação do relacionamento entre Eliane e Carlos Roberto:

(19) O namoro de Eliane com Carlos Roberto da Silva, o Carlinhos, começou há aproximadamente seis meses e quase acidentalmente, explica dona Elena. Eliane decidira cantar novamente e Carlinhos, que é contratado pelo café “Belle Époque”, achou que ela deveria exhibir-se em público para se desembaraçar depois do longo período de afastamento.

Assim, essa nova informação pode ser caracterizada como pertencente à categoria Comentários e pode ser subsumida pela proposição “mãe de Eliane confirma o relacionamento entre a filha e o músico”.

Observa-se que o texto destaca que a declaração da mãe de Eliane é uma explicação sobre o namoro, isto é, ela não nega, mas explica que não houve a traição alegada por Lindomar. Entretanto, naquela ocasião negava-se que houvesse um relacionamento amoroso entre Eliane e Carlos Roberto. Desta forma, o leitor é levado a inferir que a contradição entre as informações pode indicar também um possível adultério, visto que não havia porque negar o relacionamento, se não havia mais casamento, conforme as proposições extraídas:

Contexto: “Mãe de Eliane nega a acusação de traição”;

Background: “Lindomar era autoritário e violento quando bebia”;

Comentários: “Mãe de Eliane confirma o relacionamento entre a filha o músico”.

O conjunto das informações apresentadas nesse subtítulo permite ao leitor acionar, conforme já dissemos, o modelo contextual da mãe que sofre a perda de um filho e, nesse modelo, o leitor identifica-se e solidariza-se com ela, tomando para si as suas dores e, neste ato, compartilha também as mesmas crenças. Assim, o leitor passa a enxergar Lindomar Castilho tal qual fora relatado pela mãe de Eliane de Grammont. No que diz respeito ao relacionamento entre Eliane e Carlos Roberto, entretanto, o leitor pode acionar outro modelo contextual, porque seu acréscimo exatamente ao final do texto provoca no leitor uma ruptura com o modelo anterior, visto que, em tese, havia uma mentira, porque o relacionamento era negado publicamente. Naquele contexto social do início da década de 1980, esse fato era demasiadamente significativo, porque validava o direito de defender a honra, argumento que ainda era muito empregado pela sociedade machista.

Assim, pois, o jornal, ao mesmo tempo em que contribuía para a representação da imagem do homem violento e que denunciava a violência contra a mulher, contribuía também para a manutenção do *status quo* da sociedade machista, ainda que o foco da notícia recaísse preferencialmente sobre a brutalidade do crime e, por extensão, do criminoso.

Ainda nesta mesma matéria, o jornal apresentou outro subtítulo, que se caracteriza também como novo episódio, marcado pela mudança de perspectiva, dessa vez a dos movimentos feministas, e pertencente à subcategoria Consequências:

Grupo feminista se reúne para protestar

De acordo com esse subtítulo, o texto propõe destacar a repercussão do crime cometido por Lindomar Castilho, por se tratar de um caso de violência contra a mulher que culmina em morte e tem o respaldo da defesa da honra, valor social amplamente utilizado naquela época na justificativa para os crimes passionais praticados por homens.

(20) O grupo feminista “SOS-Mulher” deverá promover hoje às 19h30, à rua Artur Azevedo, em Pinheiros, uma reunião para discutir a violência de que a mulher é vítima e organizar um protesto durante a missa de sétimo dia de Eliane de Grammont.

(21) Para Raquel Moreno, integrante do grupo, o assassinato de Eliane “tem tudo para se transformar num novo caso Doca Street, pois o assassino já está alegando legítima defesa da honra e que estava sendo ameaçado”. Segundo Raquel, estes argumentos são “uma farsa”, pois o motivo de crimes como este é a idéia de que “a mulher é propriedade do homem e tem que estar à sua disposição, estando casada ou separada”.

Conforme se observa, o segundo parágrafo desse subtítulo é todo construído a partir de declarações em discurso direto e indireto, de modo que se revele a opção do jornal por dar voz aos movimentos feministas e, desta forma, posicionar-se diante da realidade e também contribuir para a transformação do modelo contextual já estabelecido na sociedade.

O texto prossegue com o intertítulo “solidariedade”, para também destacar este valor social na sociedade. Assim, essa parte do texto também se pauta em declarações de outros grupos feministas e reproduz em seu espaço fragmentos de textos publicados por essas entidades, de modo que se revela um comportamento panfletário do jornal em concordância com os grupos feministas e aproveita esse discurso para se posicionar também diante das questões políticas que permeavam a sociedade brasileira ainda no início da década de 1980. É curioso também o emprego das aspas no parágrafo 23, que por sua imprecisão funde os discursos das entidades feministas e o do jornal e, assim, ficam desconhecidos os limites entre um e outro:

SOLIDARIEDADE

(22) Já o grupo Pró-Mulher e Frente de Mulheres Feministas divulgou uma nota à imprensa solidarizando-se “com amigos e parentes da companheira Eliane de Grammont”, além de lamentar o seu “desaparecimento”. Segundo a nota, Eliane “como tantas outras, foi vítima do bárbaro costume machista que persiste em considerar a mulher como propriedade do homem, que pode dispor de sua vida e morte, certo da impunidade”.

(23) Para as entidades, a mulher em nosso País, se deseja assumir-se como ser humano inteiro, optando pela vida como exercício pleno de liberdade, seja amorosa ou profissional, esbarra sempre, fatidicamente, naquele que se considera seu amo e senhor”. Sabemos, continua a nota das entidades, que esses dolorosos fatos só se repetem graças à impunidade que consagra o costume: todos sabemos os inúmeros casos semelhantes, nos quais o costume de assassinar mulher, por pretextos fúteis, substitui a ação política conseqüente.” Para os órgãos feministas, num país onde prevalece a repressão e, portanto, a alienação política, faz-se do crime contra a vida de mulheres mero exercício de frustração covarde sobre os mais indefesos”.

Assim, pois, observa-se que o texto do subtítulo “Grupo feminista se reúne para protestar”, por ser predominantemente pautado em declarações de lideranças feministas, parece ter no espaço da notícia o papel de propagar à sociedade um novo modelo contextual que objetiva a mudança de comportamento dentro de um modelo já socialmente aceito, e pode ser subsumido pela proposição “feministas protestam contra a violência contra a mulher”.

Em sua totalidade, a matéria intitulada “Lindomar Castilho mata ex-mulher”, segundo o esquema do discurso da notícia proposto por Van Dijk, apresenta as seguintes categorias e suas respectivas proposições:

Sumário: “Lindomar Castilho matou sua ex-esposa Eliane de Grammont”;

Evento Principal: “Eliane era irmã de Helena de Grammont e foi morta quando cantava”;

Consequências: “Lindomar foi preso e Eliane foi sepultada”;

Contexto: “Lindomar matou Eliane fria e brutalmente e feriu Carlos Randal”;

Background: “O casal separou-se porque Lindomar era violento”;

Contexto: “Lindomar acreditava que Eliane o traía com Carlos Randal”;

Contexto: “Mãe de Eliane nega a acusação de traição”;

Background: “Lindomar era autoritário e violento quando bebia”;

Comentários: “Mãe de Eliane confirma o relacionamento entre a filha o músico”;

Consequências: “Feministas protestam contra a violência contra a mulher”.

Por meio dessas proposições, podemos entender que, segundo o jornal, Lindomar matou Eliane porque era um homem violento e acreditava ter sido traído pela mulher. No entanto, para a mãe de Eliane, ainda que houvesse um relacionamento entre a filha e o músico Carlos Randal, não houve traição.

No que se refere à recepção da notícia, à medida que as informações vão sendo apresentadas, são ativados *scripts* para que o leitor possa acionar diferentes modelos contextuais, como o de violência doméstica motivada pelo consumo de bebidas alcoólicas, o de traição como motivação para crimes passionais, o de sofrimento materno pela perda de um filho, e esses modelos podem ser acionados consoante as estratégias retóricas empregadas pelo jornal, como a seleção lexical e seleção e organização dos fatos na notícia.

Entretanto, no contexto histórico e social da notícia, ainda que a seleção e ordenação das informações orientem para a constituição de um perfil machista e violento do criminoso e também oriente para a construção de um novo modelo contextual a respeito das relações de gênero na sociedade, há uma precaução do jornal em atribuir à família da vítima a responsabilidade pela constituição desse perfil, de modo que, devido ao apelo popular do cantor, o jornal se preserve diante de seu público leitor, isto é, o jornal não investiga outras fontes que possam divergir das fontes apresentadas e explicita que as informações fornecidas são de responsabilidade da família de Eliane.

Portanto, o jornal revela-se tímido diante da questão da violência contra a mulher na sociedade brasileira nos idos do início da década de 1980, mas aponta os caminhos os quais devem nortear o novo modelo contextual naquela sociedade em transformação.

No dia 01 de abril de 1981, segundo dia subsequente à data do crime, a *Folha de S. Paulo* publicou a notícia que segue à página 12, na seção

“Necrologia/Local”. Naquela data, não houve chamada da notícia na capa da publicação¹¹⁰, embora o fato ainda estivesse em destaque:

Lindomar tentou matar Eliane em 80

(1) O delegado titular do 4º Distrito Policial, Geraldo Branco de Camargo, deverá ouvir amanhã familiares da cantora Eliane de Grammont, assassinada na madrugada de segunda-feira com um tiro no peito, no café “Belle Époque” pelo cantor Lindomar Castilho, seu ex-marido.

(2) O delegado disse que uma irmã da vítima, a jornalista Helena de Grammont, deverá apresentar-lhe cópia do boletim de ocorrência lavrado em março do ano passado, quando Lindomar tentou estrangular Eliane. O boletim, teoricamente, seria o primeiro impedimento legal para que o cantor venha a se beneficiar da “Lei Fleuri” e aguarde o julgamento em liberdade. Até ontem o delegado dizia não dispor de nenhuma incriminação contra o cantor, capaz de qualificá-lo como portador de maus antecedentes policiais.

O BOLETIM

(3) Para os familiares de Eliane, entretanto, isto só está acontecendo porque “das vezes anteriores em que se envolveu em casos policiais, o cantor conseguiu, através de subornos, impedir que as queixas registradas tivessem trânsito normal junto à Justiça”. No caso de tentativa de estrangulamento (registrada no boletim de ocorrência nº 2.471/80, do dia 3 de março do ano passado no 3º DP), a própria Eliane, depois de submeter-se a cuidados médicos no Pronto Socorro da Barra Funda e obter laudos comprovando a violência, acabou concordando em sustar a ação judiciária.

(4) Anteriormente, segundo familiares de Eliane, o cantor havia disparado contra uma pessoa, arrancando-lhe um pedaço da orelha. O caso foi registrado na polícia e divulgado pelos jornais, mas Lindomar conseguiu que o registro “desaparecesse”, subornando alguns policiais e pagando uma indenização ao ferido para que não insistisse no assunto.

MUNIÇÃO

(5) O delegado, segundo revelou, até agora apurou apenas que além das dezenove balas que o cantor levava (cinco em cada um dos dois revólveres que portava e mais nove numa bolsa-capanga) tinha outras treze guardadas em sua casa. “Evidentemente”, disse o delegado, “um revólver 38 como o que Lindomar empunhou não é uma arma de caça e serve no mínimo para demonstrar que ele a possuía para uma utilização diferente”.

¹¹⁰ Confira à página 253 a fotocópia da notícia, ou a íntegra da página do jornal na mídia digital.

(6) Ainda de acordo com o delegado, quando o cantor foi transferido do 4º DP para a Casa de Detenção, na segunda-feira, estava abatido psicologicamente. Por isto, o delegado resolveu acelerar as investigações preliminares e cuidar logo da transferência do detido, “pois a Casa de Detenção dispõe de instalações mais apropriadas, inclusive médicos e enfermarias”.

ADVOGADO

(7) A família de Eliane teve uma reunião ontem com o advogado José Carlos Dias, da Comissão Justiça e Paz, para que ele assuma o caso. O advogado, que confirmou o pedido da família, disse que ainda se inteirava da situação, mas estava convencido de que “a culpa do réu está muito clara” e por isto se dizia “motivado” a trabalhar como advogado de acusação.

(8) O convite ao advogado José Carlos Dias havia sido feito também por várias organizações feministas, que estão preparando manifestações para a missa de sétimo dia da morte de Eliane e prometem estar presentes durante o julgamento para “tentar impedir que aconteçam resultados como o de Doca Street e outros maridos assassinos que acabaram absolvidos”.

Senadora vai receber lista

(9) Entidades e grupos feministas entregarão à senadora Eunice Michiles, ainda esta semana, uma denúncia contendo uma lista com 30 nomes de mulheres assassinadas por seus maridos em 1980 e 81. A última da relação será Eliane de Grammont, assassinada por seu ex-marido o cantor Lindomar Castilho segunda-feira, em São Paulo.

(10) A denúncia terá o apoio de grupos feministas de 13 Estados brasileiros e, além dela, as mulheres pretendem, dentro de mais um mês, levar à senadora amazonense novos documentos. Eunice Michiles foi escolhida pelas feministas por ser a mulher brasileira em mais alto e influente cargo no sistema político do País.

De acordo com o título da notícia, a informação mais importante refere-se a uma tentativa anterior de homicídio, o que leva o leitor a inferir que o criminoso já possuía antecedentes criminais e confirma a versão da família de Eliane de que Lindomar era um homem violento:

Lindomar tentou matar Eliane em 80

O lide, no entanto, informa que a polícia ouvirá familiares de Eliane e retoma as informações essenciais do evento prévio, o crime já de conhecimento público, mas não explica por que motivo:

(1) O delegado titular do 4º Distrito Policial, Geraldo Branco de Camargo, deverá ouvir amanhã familiares da cantora Eliane de Grammont, assassinada na madrugada de segunda-feira com um tiro no peito, no café “Belle Époque” pelo cantor Lindomar Castilho, seu ex-marido.

Podemos observar que o título e o lide, em conjunto, versam sobre tópicos diferentes, isto é, o título trata de um evento anterior e o lide trata do evento atual e, nesse sentido, é importante que o leitor construa os sentidos do texto, para que seja mantida a coerência local, isto é, o leitor deve pressupor que a polícia ouvirá familiares de Eliane a respeito da tentativa anterior de homicídio.

No entanto, o título afirma que houve uma tentativa de homicídio, e o lide informa que os familiares ainda serão ouvidos e, desta forma, é possível pressupor que o jornal paute-se por informações extraoficiais e que tem informações que a polícia não tem. Assim, a notícia pode ser sumarizada pela proposição “Lindomar tentou matar Eliane antes, mas a polícia não tem essa informação oficialmente”.

O segundo parágrafo introduz o Evento Principal da notícia, que é a informação da existência do boletim de ocorrência que comprova a denúncia da tentativa de homicídio contra Eliane de Grammont:

(2) O delegado disse que uma irmã da vítima, a jornalista Helena de Grammont, deverá apresentar-lhe cópia do boletim de ocorrência lavrado em março do ano passado, quando Lindomar tentou estrangular Eliane. O boletim, teoricamente, seria o primeiro impedimento legal para que o cantor venha a se beneficiar da “Lei Fleuri” e aguarde o julgamento em liberdade. Até ontem o delegado dizia não dispor de nenhuma incriminação contra o cantor, capaz de qualificá-lo como portador de maus antecedentes policiais.

Observamos que o parágrafo é pautado por reações verbais atribuídas ao delegado responsável pelas investigações e essas citações são apresentadas em discurso indireto. Por serem atribuídas à autoridade policial, as citações, ainda que em discurso indireto, têm a finalidade de atribuir verdade ao fato. Entretanto, nota-se que o jornal estabelece uma

relação de contradição entre as declarações, visto que inicialmente o delegado dizia não ter provas incriminatórias contra Lindomar e posteriormente disse que iria recebê-las. Some-se a isso o fato de o jornal destacar que quem apresentará a prova é a jornalista Helena de Grammont que, por seu reconhecimento público, atribui credibilidade à informação.

É significativo também que o jornal informe que a irmã da vítima deverá apresentar a prova, e o emprego do verbo no futuro do presente indica que, até aquele momento, a autoridade policial não dispunha de informação importante para as investigações. Além disso, o jornal emprega o modalizador discursivo “teoricamente”, cuja finalidade no texto é indicar que a existência de tal documento deveria modificar os procedimentos legais. Isto porque, segundo o jornal, o delegado dizia não ter conhecimento de um documento emitido pela própria polícia

A apresentação dessas informações podem permitir que o leitor, além de reativar o modelo contextual de homem violento, também ative um novo modelo contextual, segundo o qual a polícia é leniente com o criminoso que tem prestígio social devido ao seu reconhecimento público. O episódio apresentado pode ser subsumido pela proposição “família tem provas de que Lindomar já havia tentado matar Eliane”.

A título de comparação, é sintomático que também neste caso o jornal apresente informações que questionem os procedimentos da polícia em seu trabalho de investigação, assim como questionou os procedimentos da polícia no caso que envolveu a atriz Dorinha Duval. Desta forma, o jornal ratifica a imagem da imprensa como o “quarto poder”, isto é, conforme Traquina (2005a:46), como controladora dos poderes executivo, legislativo e judicial, a imprensa atua como porta-voz da opinião pública, “dando expressão a diferentes vozes no interior da sociedade” e também como “vigilante do poder político que protege os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes.”

O texto, em sua sequência, apresenta o intertítulo “o boletim” e, conforme já dissemos, os textos dos intertítulos têm a função de, entre outras, tornar o texto mais fácil de ler ou apresentar outras informações relacionadas à notícia. Nesta notícia, observamos que o emprego do intertítulo “o boletim” ocasionou um problema estrutural na coesão do texto, visto que provoca um rompimento na sequência narrativa anterior, mas não inicia nova sequência, conforme segue:

O BOLETIM

(3) Para os familiares de Eliane, entretanto, isto só está acontecendo porque “das vezes anteriores em que se envolveu em casos policiais, o cantor conseguiu, através de subornos, impedir que as queixas registradas tivessem trânsito normal junto à Justiça”. No caso de tentativa de estrangulamento (registrada no boletim de ocorrência nº 2.471/80, do dia 3 de março do ano passado no 3º DP), a própria Eliane, depois de submeter-se a cuidados médicos no Pronto Socorro da Barra Funda e obter laudos comprovando a violência, acabou concordando em sustar a ação judiciária.

(4) Anteriormente, segundo familiares de Eliane, o cantor havia disparado contra uma pessoa, arrancando-lhe um pedaço da orelha. O caso foi registrado na polícia e divulgado pelos jornais, mas Lindomar conseguiu que o registro “desaparecesse”, subornando alguns policiais e pagando uma indenização ao ferido para que não insistisse no assunto.

Note-se que o texto desse intertítulo inicia com uma referência por anáfora ao parágrafo anterior, identificada pelo emprego do demonstrativo “isto”, que substitui a informação anterior “não havia nenhuma incriminação que indicasse seus maus antecedentes criminais”.

Não obstante esta questão, o parágrafo atua como *Background* da notícia, segundo o esquema proposto por Van Dijk (1988), pois apresenta o histórico do evento em notícia, isto é, o jornal apresenta os antecedentes criminais de Lindomar e também a atitude de Eliane de Grammont ao sustar a ação judiciária que movera contra o então marido. É importante ressaltar que o jornal apresenta dados completos a respeito do boletim de ocorrência, como estratégia retórica para destacar a importância da informação e desta

forma também se evidencia o questionamento a respeito da atuação da polícia.

No parágrafo 4, apoiado em declarações de familiares de Eliane, citadas com modalização em discurso segundo para atribuir aos declarantes a responsabilidade pelo dito, o jornal apresenta exemplo que ilustra a denúncia feita anteriormente, a respeito da corrupção de policiais por Lindomar Castilho, e que também revela a face negativa do cantor, mostrando-o como homem violento e inescrupuloso.

Assim, pois, nota-se que o texto do intertítulo “o boletim” objetiva apresentar o *background* do evento principal, que permite ao leitor ratificar os modelos contextuais de homem violento e de impunidade por meio da corrupção. Esse episódio pode ser subsumido pela proposição “Lindomar é um homem violento e já subornou a polícia”.

O intertítulo seguinte é “munição” e traz informações a respeito das investigações do crime, a partir de reações verbais atribuídas ao delegado da 4ª Delegacia de Polícia. Essas informações, que pertencem à subcategoria Contexto, têm a finalidade de apresentar o contexto do Evento Principal, isto é, o boletim de ocorrência deve ser apresentado, porque a polícia não tem se empenhado nas investigações:

MUNIÇÃO

(5) O delegado, segundo revelou, até agora apurou apenas que além das dezenove balas que o cantor levava (cinco em cada um dos dois revólveres que portava e mais nove numa bolsa-capanga) tinha outras treze guardadas em sua casa. “Evidentemente”, disse o delegado, “um revólver 38 como o que Lindomar empunhou não é uma arma de caça e serve no mínimo para demonstrar que ele a possuía para uma utilização diferente”.

(6) Ainda de acordo com o delegado, quando o cantor foi transferido do 4º DP para a Casa de Detenção, na segunda-feira, estava abatido psicologicamente. Por isto, o delegado resolveu acelerar as investigações preliminares e cuidar logo da transferência do detido, “pois a Casa de Detenção dispõe de instalações mais apropriadas, inclusive médicos e enfermarias”.

Podemos observar que o parágrafo 5 inicia com informação baseada em declaração atribuída ao delegado, apresentada em discurso indireto e modalizada em discurso segundo e pelo verbo *dicendi* “revelar”. Embora Marcuschi (2007) não tenha se referido especificamente a esse verbo, dada a riqueza da língua, podemos relacioná-lo no grupo dos “verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas”, porque só se revela o que é secreto ou obscuro e a revelação deve ser feita por quem detenha a informação verdadeira, daí indicar a posição oficial. Acrescente-se, também, o emprego dos operadores argumentativos “até”, “agora” e “apenas”, em “o delegado, segundo revelou, até agora apurou apenas...”, que, combinados, indicam que o delegado deveria ter apurado mais do que apurou. Além disso, o texto acrescenta declaração em discurso direto, também atribuída ao delegado, segundo a qual se evidencia que a polícia possui uma linha de investigação, mas não se empenha nela.

O último parágrafo desse intertítulo também se pauta em declarações atribuídas ao delegado, representadas em discurso direto e indireto, e referem-se à atuação da polícia nas investigações do crime. Para o jornal, a polícia demonstra estar interessada na preservação das condições físicas e psicológicas do criminoso, mas não se empenha em aprofundar-se nas investigações, conforme o parágrafo anterior. Assim, ao selecionar tais informações para compor a notícia, o jornal, por meio das declarações do próprio delegado, parece fazer seu julgamento de valores, segundo o seu ponto de vista, para que o leitor partilhe desse mesmo julgamento e assim se reforce o modelo contextual de corrupção policial.

As informações apresentadas nesse intertítulo, conforme dissemos, podem ser encampadas na subcategoria Contexto e podem ser subsumidas pela proposição “a polícia favorece o criminoso”.

O último intertítulo dessa notícia, intitulado por “advogado”, refere-se à acusação contra Lindomar Castilho pelo crime de homicídio e tem por finalidade introduzir novo episódio ao crime, marcado pela apresentação de nova personagem, o advogado José Carlos Dias, importante criminalista

brasileiro. Tratam-se, pois, das consequências do crime sob diversos aspectos: Lindomar Castilho era um homem de prestígio, os uxoricidas ainda costumavam ser beneficiados pela lei e pela sociedade, e a polícia estava sendo leniente. Diante desse quadro, era necessária a contratação de um importante advogado. Portanto, esse episódio enquadra-se na subcategoria Consequências e pode ser subsumido pela proposição “família e organizações feministas convidam importante advogado para a acusação de Lindomar”:

ADVOGADO

(7) A família de Eliane teve uma reunião ontem com o advogado José Carlos Dias, da Comissão Justiça e Paz, para que ele assuma o caso. O advogado, que confirmou o pedido da família, disse que ainda se inteirava da situação, mas estava convencido de que “a culpa do réu está muito clara” e por isto se dizia “motivado” a trabalhar como advogado de acusação.

(8) O convite ao advogado José Carlos Dias havia sido feito também por várias organizações feministas, que estão preparando manifestações para a missa de sétimo dia da morte de Eliane e prometem estar presentes durante o julgamento para “tentar impedir que aconteçam resultados como o de Doca Street e outros maridos assassinos que acabaram absolvidos”.

Nota-se que o texto tem por objetivo ressaltar a importância do advogado criminalista, pois, além da família de Eliane, organizações feministas também o convidaram para a acusação do cantor. O jornal emprega citação em discurso direto atribuída ao advogado, segundo a qual “a culpa do réu está muito clara” e, desta forma, a citação tem por objetivo atribuir à declaração valor incontestado, a fim de questionar a atuação da polícia.

No segundo parágrafo do intertítulo também se emprega citação em discurso direto atribuída a organizações feministas, a qual recupera o contexto do julgamento de Doca Street pela morte de Ângela Diniz, ocorrido menos de dois anos antes. Desta forma, o texto desse intertítulo visa também reforçar para o leitor a necessidade de transformação do comportamento da sociedade no que diz respeito à questão da violência contra a mulher, para o estabelecimento de um novo modelo contextual.

A notícia veiculada no segundo dia subsequente ao crime pode, portanto, ser sintetizada por meio das seguintes proposições:

Sumário: “Lindomar tentou matar Eliane antes, mas a polícia não tem essa informação oficialmente”;

Evento Principal: “Família tem provas de que Lindomar já havia tentado matar Eliane”;

Background: “Lindomar é um homem violento e já subornou a polícia”;

Contexto: “A polícia favorece o criminoso”;

Consequências: “Família e organizações feministas convidam importante advogado para a acusação de Lindomar”.

De acordo com as proposições extraídas da notícia, podemos observar que o jornal procurou ressaltar os antecedentes criminais de Lindomar Castilho, de modo que se construa um perfil negativo do criminoso em detrimento de seu perfil de grande apelo popular. Para isso, o jornal apresenta fatos e provas que comprovam essas características negativas, como também que apontam para a prevaricação da polícia, de modo que o leitor acione modelos contextuais também negativos, como o da violência masculina e da impunidade por meio da corrupção, e assim se valida a intenção do jornal de denunciar os abusos tanto do homem público quanto da instituição pública e, desta forma, o jornal se apresenta como instância de poder.

Se no dia anterior o jornal apresentou-se tímido na questão da denúncia da violência de gênero, buscando preservar sua face diante de seu público leitor e da opinião pública devido ao grande apelo popular do criminoso, nesta notícia o jornal mostrou-se mais partidário e, nesse sentido, coloca-se também como instância de poder, quando revela que possui informações que a polícia não tem e também denuncia a questão da violência contra a mulher, assumindo, enfim, que os modelos contextuais precisam ser transformados na sociedade. Assim, pois, nos dois dias subsequentes ao crime que vitimou Eliane de Grammont, foi possível observar que o jornal contribuiu para a proposição de uma mudança de

comportamento da sociedade, conforme prenunciavam os movimentos de abertura política.

Nos idos da década de 1980, o Brasil vivenciou profundas transformações sociais, motivadas principalmente pela consolidação da abertura política que propiciou o fortalecimento dos grupos sociais na luta por direitos fundamentais a todos os cidadãos. Nesse contexto, os movimentos feministas tiveram também grande importância, porque despertaram na sociedade uma consciência crítica a respeito do papel da mulher, que deixava de ser tratada como propriedade do homem e passava a ser reconhecida como agente transformador dessa sociedade.

De acordo com Pinto (2003), a década de 1980 foi um divisor na história do feminismo do Brasil, porque foi naquela década que surgiram inúmeras organizações de apoio às vítimas de violência, além de propiciar também o surgimento de um “feminismo de prestação de serviço”, voltado às questões de saúde e de direitos legais, que propiciou também a criação das primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

As crises econômicas que também ocorreram naquela década eliminaram milhares de postos de trabalho e isso impulsionou as mulheres a saírem de suas casas em busca de emprego para auxiliar seus maridos e companheiros na manutenção do lar e esse conjunto de fatores permitiu que houvesse uma mudança de valores sociais e, conseqüentemente, dos modelos contextuais relacionados às questões de gênero. Assim, pois, a violência doméstica contra mulheres e a noção de honra masculina passaram a ser tratadas de forma diferente pela sociedade e pela lei.

Evidentemente, não se eliminaram os crimes passionais, tampouco se abandonou a designação “crime passional”, que não está previsto em lei mas ainda hoje se emprega para se referir aos crimes que envolvem duas pessoas em um relacionamento amoroso, o que aparenta conferir a esses crimes uma certa compreensão social, mas a tolerância aos criminosos foi substancialmente reduzida.

Entre o crime praticado por Lindomar Castilho, que acabamos de apresentar, e o crime praticado pelo jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves, que apresentaremos a seguir, passaram-se duas décadas. Evidentemente, outros crimes passionais de grande repercussão ocorreram nesse intervalo de tempo, mas a interpretação da lei e da sociedade em função da mudança dos valores sociais orientaram para um tratamento diferenciado dessas notícias pelos jornais.

4.4. O caso Pimenta Neves e Sandra Gomide¹¹¹

Sandra Florentino Gomide tinha 27 anos quando conheceu Antonio Marcos Pimenta Neves, 31 anos mais velho que ela. Ela era uma jornalista que ainda tentava firmar-se na profissão e ele era um jornalista com mais de 40 anos de experiência, tendo ocupado importantes cargos em jornais como *Folha de S. Paulo*, *Folha da Tarde*, *Gazeta Mercantil*, *O Estado de S. Paulo* e também na Editora Abril.

O namoro entre os dois teve início em 1996, quando ambos trabalhavam na *Gazeta Mercantil*, ela como repórter e ele como diretor, cerca de um ano após terem se conhecido. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*¹¹², enquanto Pimenta Neves trabalhou na *Gazeta Mercantil*, Sandra chegou a ser editora de economia do jornal. Quando ele foi trabalhar n'O *Estado de S. Paulo*, dois anos antes do crime, levou-a consigo, contratando-a como repórter especial, promovendo-a a editora de economia e depois a demitiu.

O relacionamento durou por volta de três anos e foi marcado por rompimentos e reconciliações, presentes e devoluções dos mesmos, promoções e destituições de cargo. Sandra valia-se de seu relacionamento com o chefe para perseguir e demitir desafetos profissionais e a instabilidade do namoro tornou-se motivo de chacota. Pimenta Neves era ciumento, desconfiava da fidelidade da namorada e monitorava os seus passos a distância e, nesse contexto, o relacionamento terminou definitivamente em junho de 2000 e, a partir daí, a vida dos dois modificou-se completamente.

Ainda de acordo com a *Folha de S. Paulo*, Sandra foi demitida do jornal *O Estado de S. Paulo* e passou a ser perseguida profissionalmente pelo ex-namorado. Pimenta Neves usava de seu poder para impedir que Sandra fosse contratada por outras empresas, ora a difamando profissionalmente,

¹¹¹ A história de Sandra Florentino Gomide e Antonio Marcos Pimenta Neves é baseada nos arquivos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, na revista *Época* e no livro *A paixão no banco dos réus*, de Luíza Nagib Eluf.

¹¹² PIMENTA quis bloquear carreira de Sandra. *Folha de S. Paulo*, 27 ago. 2000.

ora insinuando que as empresas poderiam ter problemas com o jornal, além de ter demitido um repórter amigo de Sandra e impedido a publicação de reportagens sobre a TV Globo, por suspeitar de que jornalistas da emissora pudessem estar auxiliando Sandra na procura de emprego.

Pimenta Neves estava transtornado. Somavam-se aos problemas amorosos a doença de uma de suas filhas e também o fato de não admitir ser contrariado. Três semanas antes do crime, pediu demissão do emprego, mas foi convencido a permanecer no jornal. Em 05 de agosto, quinze dias antes do crime, invadiu o apartamento da ex-namorada, escondeu-se no guarda-roupas até que Sandra chegasse e então agrediu e ameaçou-a.

Sandra registrou um Boletim de Ocorrência e aguardava a tramitação do inquérito policial e, a partir daí, usou segurança particular por uma semana. Ainda que a família temesse pela segurança de Sandra, Pimenta Neves continuou mantendo contato com eles, tendo-os visitado até mesmo na manhã do dia do crime, quando perguntou pela moça, que estava dormindo.

Na tarde de 20 de agosto de 2000, um domingo, Pimenta Neves foi até um haras na cidade de Ibiúna, interior de São Paulo, onde sabia que Sandra estaria. Segundo ele, desejava saber sobre alguns dados constantes no Boletim de Ocorrência registrado por ela quando da invasão do apartamento e, face à recusa de Sandra a entrar no carro dele, disparou dois tiros contra ela, o primeiro atingindo suas costas e o segundo, seu ouvido esquerdo, quando já estava caída. Imediatamente após o crime, fugiu do local.

A prisão temporária do jornalista foi decretada no dia seguinte, mas ele não foi localizado, e no dia 22 de agosto foi internado no Hospital Albert Einstein, após ter ingerido uma quantidade excessiva de tranquilizantes, e lá mesmo prestou seu primeiro depoimento à polícia, confessando o crime. Foi transferido para uma clínica psiquiátrica e permaneceu internado para tratamento até que se recuperasse. Em setembro daquele ano, teve alta

médica e permaneceu preso até março de 2001, quando um *habeas corpus* garantiu-lhe o direito de aguardar o julgamento em liberdade.

Em maio de 2006, Pimenta Neves foi levado a júri popular, composto por três homens e quatro mulheres, e foi condenado a 19 anos, 2 meses e 12 dias, por ter sido considerado culpado pelo homicídio duplamente qualificado: motivo torpe, o ciúme, e impossibilidade de defesa da vítima, o tiro pelas costas. Entretanto, ele obteve o direito de recorrer da sentença em liberdade e, em dezembro daquele ano, teve início uma sucessão de recursos, da defesa e da acusação, que foram beneficiando o condenado.

Em 14 de dezembro de 2006, o recurso interposto pela defesa, que pedia a anulação do julgamento, foi negado pelo Tribunal de Justiça, mas a pena foi reduzida para 18 anos em regime fechado, porque a confissão fora considerada um atenuante para a sentença e, a partir daí, Pimenta Neves já era considerado foragido da justiça, por não ter sido localizado pela polícia. Dois dias depois, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a prisão, atendendo a um pedido de recurso feito por sua defesa. Em 23 de dezembro, os advogados da família de Sandra entraram com pedido de prisão no STJ, que somente foi julgado em 20 de novembro de 2007 e que decidiu pela manutenção da liberdade de Pimenta Neves, até que todos os recursos da defesa fossem esgotados.

Em 02 de setembro de 2008, o STJ negou o pedido de anulação do julgamento e decidiu pela redução da pena de 18 para 15 anos. Entretanto, Pimenta Neves continuou com o direito de aguardar o julgamento em liberdade, conforme garante o Supremo Tribunal Federal. Isto porque o Ministério Público emitiu parecer favorável ao pedido inicial de anulação do julgamento, por ter considerado que alguns agravantes não deveriam ter sido utilizados para a determinação da sentença, embora a anulação total tenha sido refutada.

De acordo com a jornalista Laura Diniz (2009), Pimenta Neves beneficia-se do “princípio da presunção da inocência, segundo o qual

ninguém será considerado culpado antes que todos os recursos da defesa sejam julgados”. No entanto, o jornalista é réu confesso e, para a procuradora Luíza Nagib Eluf, citada por Diniz, “as garantias da lei estão sendo usadas como recurso meramente protelatório”.

Sandra Florentino Gomide tinha 32 anos à época do crime, e Antonio Marcos Pimenta Neves tinha 63 anos. O primeiro julgamento ocorreu seis anos após o crime, quando o assassino já contava com 69 anos. Em 2008, Pimenta Neves já havia completado 71 anos; portanto, quando o processo for julgado em definitivo, o réu poderá ser beneficiado pelo artigo 65, inciso I, do Código Penal, que considera atenuante da pena ter o condenado mais de 70 anos na data da sentença. Além disso, o parágrafo 2º do artigo 77 do mesmo Código garante a liberdade condicional ao condenado que apresentar razões de saúde que impeçam o cumprimento da pena em regime fechado. Desta forma, é muito provável que Pimenta Neves jamais vá para a cadeia.

No dia 21 de agosto de 2000, a *Folha de S. Paulo* noticiou, à pagina C4 do caderno Cotidiano, o crime cometido por Pimenta Neves. Na capa do jornal, não houve chamada para a notícia e, no caderno Cotidiano, a notícia publicada é a que segue¹¹³:

Jornalista é suspeito de matar ex-namorada

Pimenta Neves é diretor de Redação de "O Estado de S. Paulo"; crime foi cometido ontem no interior paulista

(1) A jornalista Sandra Florentino Gomide, 33, foi morta no início da tarde de ontem com um tiro na cabeça e outro nas costas no Haras Setti, em Ibiúna, interior do Estado de São Paulo.

(2) O crime é atribuído pela polícia e por testemunhas a Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, diretor de Redação do jornal "O Estado de S. Paulo". As suspeitas são de crime passional.

(3) "Há indícios fortes e testemunhas que o apontam como principal suspeito", afirmou o delegado Lincoln Kunisawo, responsável pelo caso.

¹¹³ Confira à página 254 a fotocópia da notícia, ou a íntegra da página do jornal na mídia digital.

(4) Segundo Delmar Setti, dono do haras, ele, sua família e empregados estavam na sede da propriedade quando ouviram, por volta das 15h de ontem, Sandra pedir socorro e implorar para que Pimenta Neves não atirasse.

(5) Setti, de acordo com seu depoimento, se dirigiu em seguida para a selaria e encontrou a jornalista morta. "Vi ela caída, e Pimenta (Neves) estava manobrando o carro para sair", afirmou.

(6) Nilton Gomide, irmão da vítima, relatou que anteontem Pimenta Neves esteve no sítio da família de sua ex-namorada para conversar com seus pais.

(7) Na manhã de ontem, ele havia retornado à casa dos pais de Sandra para levar-lhes pão, de acordo com o relato de Nilton. Em nenhum desses momentos, ele havia encontrado a jornalista.

(8) A família Mesquita, proprietária de "O Estado de S. Paulo", foi informada no início da noite de ontem sobre o crime. Até o fechamento desta edição, a empresa não havia se pronunciado sobre o episódio.

(9) Segundo a Secretaria da Segurança Pública, o suspeito não havia se entregado às autoridades nem mantido contato telefônico a respeito.

(10) Pimenta Neves e Sandra namoravam havia aproximadamente três anos. Eles se conheceram quando Pimenta Neves foi contratado para dirigir a "Gazeta Mercantil", depois de trabalhar durante 12 anos no Banco Mundial, em Washington (EUA). Sandra era repórter de matérias-primas daquele jornal.

(11) Durante seu relacionamento com Pimenta Neves, ela foi promovida e chegou a ser editora de economia da "Gazeta Mercantil". Deixou o jornal depois que Pimenta Neves se transferiu para "O Estado de S. Paulo", há cerca de dois anos.

(12) Nesse jornal, ele a contratou como repórter especial. Depois ela passou a editora de economia. Há cerca de um mês, ele a demitiu. Pimenta Neves disse a amigos ter provas de que o comportamento profissional da ex-namorada, na função de editora, não era ético. Sandra trabalhava atualmente em um site da Internet.

(13) Há três semanas, Pimenta Neves chegou a pedir demissão. Ruy Mesquita, diretor responsável pelo jornal, o convenceu a voltar atrás, deixar suas atribuições em segundo plano e recorrer à psicoterapia. Ele concordou.

(14) Há dez dias, Sandra registrou um boletim de ocorrência no 36° DP (Paraíso) contra Pimenta Neves por invasão de domicílio e agressão. Sandra afirmava que, ao chegar do trabalho, fora surpreendida pela presença do ex-namorado, que estaria armado, em seu apartamento, na Vila Mariana, zona sudoeste.

(15) O tio da jornalista Wilson Gomide disse que a família estava preocupada com o relacionamento entre ambos. Anteontem, Pimenta Neves foi a seu sítio, em São Roque, interior do Estado. Segundo o caseiro, ele permaneceu por lá e, ontem, foi a Ibiúna.

Pimenta Neves tem currículo notável

(16) Antônio M. Pimenta Neves tem um dos mais notáveis currículos do jornalismo brasileiro contemporâneo, tendo ocupado cargos de direção nas principais empresas do setor em São Paulo.

(17) Começou na profissão como repórter e crítico de cinema da "Última Hora", em 1958. Depois, foi repórter e redator de política de "O Estado de S. Paulo", para o qual também trabalhou na Sucursal de Brasília, logo após a capital do país ter-se transferido para lá.

(18) Veio para a Folha com Cláudio Abramo, integrando a equipe do comando da Redação do jornal. Dali, foi para a chefia da Redação da "Folha da Tarde", função que ocupou em 1968, quando esse jornal se destacou na cobertura do movimento estudantil.

(19) Depois, foi diretor da revista "Visão" e assessor editorial da presidência da Editora Abril.

(20) Em 1974, mudou-se para Washington, como correspondente da Folha, para a qual cobriu o desenlace do caso Watergate e a renúncia do presidente Richard Nixon. Na capital dos EUA, trabalhou como correspondente também para a "Gazeta Mercantil" e para "O Estado de S. Paulo".

Banco Mundial

(21) O Banco Mundial o chamou para ser o conselheiro-sênior para assuntos públicos da vice-presidência da América Latina e do Caribe em 1986, cargo que ocupou até 1995, quando retornou ao Brasil para dirigir a Redação da "Gazeta Mercantil". Em 1997, retornou a "O Estado de S. Paulo", como diretor de Redação.

(22) No seu período no Banco Mundial, Pimenta mantinha contatos constantes com jornalistas e autoridades brasileiras. Vinha ao país com frequência, acompanhando o vice-presidente do Banco Mundial, a quem assessorava, ou com missões técnicas. Era, também, interlocutor frequente dos governantes do país que iam a Washington em busca de empréstimos do banco.

(23) Pimenta Neves também teve destacada formação acadêmica. Bacharel em direito pela Universidade Mackenzie, fez mestrado em Política Pública Internacional na Johns Hopkins University, uma das mais importantes dos EUA. Participou de cursos de pós-graduação e extensão universitária em jornalismo, economia e política no Mocallester College e na Universidade Harvard.

"Los Angeles Times"

(24) Nos anos 60, fez estágio do jornal "Los Angeles Times", um dos cinco mais importantes e de maior circulação paga dos EUA, onde aprendeu muitas das técnicas que depois aplicaria no jornalismo brasileiro.

(25) Pimenta Neves é separado e tem duas filhas gêmeas, de 28 anos, nascidas e radicadas nos EUA, uma das quais enfrenta recentes e sérios problemas de saúde.

No título da notícia “Jornalista é suspeito de matar ex-namorada”, podemos observar que o assassino é designado por sua profissão e a vítima, que também era jornalista, é designada por “ex-namorada”. Desta forma, há um efeito de não identificação imediata do criminoso, e o crime, por sua vez, é visto como um crime que envolve pessoas comuns à sociedade. O *Manual da Redação* (2001) da *Folha de S. Paulo* não apresenta orientação a respeito do uso da profissão como designação para os personagens da notícia. Entretanto, há um consenso de que, se a profissão for relevante para a notícia, o designativo poderá substituir o antropônimo, mas esse critério é subjetivo.

Jornalista é suspeito de matar ex-namorada

Ainda a respeito do título, podemos observar o emprego do verbo “matar” que, segundo o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2001:80), deve ser empregado quando a ação for resultado de uma operação militar ou policial, ou, “em títulos, por conveniência da edição, e quando houver a possibilidade de uma morte ter acontecido em legítima defesa”. Esse mesmo *Manual*, à página 53, recomenda também o uso do verbo matar “quando não houver a premeditação ou a morte for provocada em legítima defesa”. Portanto, é possível inferir que o verbo foi empregado no título por uma conveniência da edição, pois o conjunto das informações do texto noticioso indicará que não houve legítima defesa e sugerirá que houve a premeditação do crime.

A linha-fina do texto, por sua vez, amplia a informação inicial, acrescentando-lhe detalhes, conforme segue:

Pimenta Neves é diretor de Redação de "O Estado de S. Paulo"; crime foi cometido ontem no interior paulista

A linha-fina tem a função de acrescentar informações ao título e, na diagramação do texto, ela é apresentada em caracteres menores que os utilizados no título e, portanto, mesmo que a linha-fina tivesse especificado que Pimenta Neves é o jornalista, o que prevalece é a informação da profissão, e não o nome, pois o destaque encontra-se no título. Ocorre, porém, que na linha-fina Pimenta Neves é referido por “diretor de Redação” e, desta forma, embora possa ser feita uma relação entre as funções, parece haver um distanciamento maior entre as informações.

O lide da notícia privilegia a informação que a jornalista foi morta, mas ao autor do crime não é feita referência alguma. Isto porque as referências ao criminoso foram feitas já no título e na linha-fina e, desta forma, cabe ao leitor relacionar as informações e, conseqüentemente, construir os sentidos do texto. Por outro lado, a fragmentação da notícia prejudica a compreensão do fato em sua totalidade, desviando o foco de sua atenção¹¹⁴:

(1) A jornalista Sandra Florentino Gomide, 33, foi morta no início da tarde de ontem com um tiro na cabeça e outro nas costas no Haras Setti, em Ibiúna, interior do Estado de São Paulo.

De acordo com o esquema de notícia proposto por Van Dijk (1988), temos que o conjunto formado pelo título, linha-fina e lide orienta para a construção da macroproposição “jornalista Pimenta Neves é suspeito de matar sua ex-namorada, a jornalista Sandra Gomide”, que sumariza a notícia; entretanto, a disposição das informações no texto, apresentadas em fragmentos, impede que tal informação seja imediatamente constituída e, assim, o foco se desvia.

O parágrafo que segue refere-se ao Evento Principal, o crime, e acrescenta a informação de suspeita de crime passional e pode ser subsumido pela proposição “o crime pode ter sido passional”. No entanto, nota-se novamente um distanciamento entre o ato e seu autor. Isto porque,

¹¹⁴ A fragmentação da realidade em aspectos particularizados, a eliminação de uns e a manutenção de outros e a descontextualização dos que permanecem são essenciais, assim, à distorção da realidade e à criação artificial de uma outra realidade. (Cf. ABRAMO, Perseu. 2003:28)

embora o texto aponte Pimenta Neves como suspeito, o foco da informação recai sobre o crime e não sobre o criminoso:

(2) O crime é atribuído pela polícia e por testemunhas a Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, diretor de Redação do jornal "O Estado de S. Paulo". As suspeitas são de crime passional.

Segundo Travaglia (2000:85), “uma determinada sequência ou elemento linguístico vai ter um determinado sentido conforme os elementos linguísticos que o acompanham (precedem ou seguem) no texto”, e na sequência da frase deste episódio, nota-se que há a interposição de outros elementos entre o crime e o seu autor, de modo que o distanciamento entre ambos se intensifique.

Também é significativo que, de acordo com o texto, ainda que existam testemunhas e mesmo que a polícia dê a mesma informação, o jornal não afirma que Pimenta Neves seja autor, mas que a ele é atribuído o crime, que pode ter tido motivação passional. Assim, conforme já referimos, a informação é transmitida fragmentada, visto que o jornal informa a motivação do crime, ainda que por suspeição, mas não informa objetivamente quem é o autor, embora pudesse valer-se do recurso da citação em discurso indireto ou modalizada em discurso segundo.

Os parágrafos seguintes pertencem à subcategoria Contexto no esquema da notícia e apresentam as circunstâncias do crime na perspectiva da atualidade. Porém, essas circunstâncias são apresentadas a partir de reações verbais de personagens distintas, conforme seguem:

(3) "Há indícios fortes e testemunhas que o apontam como principal suspeito", afirmou o delegado Lincoln Kunisawo, responsável pelo caso

A citação em discurso direto é atribuída ao delegado que preside o caso e aparenta ter a finalidade de atribuir a responsabilidade pelo dito ao declarante, bem como veracidade ao que foi dito. Tal informação é acompanhada pelo verbo *dicendi* “afirmar” que, conforme Marcuschi (2207:163), indica um posicionamento oficial da fonte, atribuindo certeza à

informação, ainda que se tratem de indícios. Desta forma, nota-se que o jornal destaca que a autoria do crime não foi confirmada, isto é, não se tem certeza sobre a sua autoria.

Na sequência, são apresentadas citações modalizadas em discurso indireto, atribuídas ao dono do haras onde ocorreu o crime. Esse tipo de citação tem a finalidade de atribuir a responsabilidade a quem disse, mas não necessariamente confere verdade, conforme Charaudeau (2006):

(4) Segundo Delmar Setti, dono do haras, ele, sua família e empregados estavam na sede da propriedade quando ouviram, por volta das 15h de ontem, Sandra pedir socorro e implorar para que Pimenta Neves não atirasse.

Nota-se nesses dois parágrafos uma valoração diferente às declarações dos entrevistados, pois o que afirma o delegado é representado em discurso direto e o que diz o dono do haras é representado em discurso indireto, modalizado pela preposição “segundo”, de modo que o que diz aquele merece maior destaque do que o que foi dito por este. Apesar disso, a seleção dessas duas citações revela que, para o jornal, trata-se mesmo de um crime praticado por Pimenta Neves, devendo apenas ser confirmado.

O parágrafo seguinte apresenta citações em discurso indireto e em discurso direto, indicando sua extração de depoimento do dono do haras. Segundo esse parágrafo, a testemunha não presenciou o crime, mas os momentos imediatamente após o crime. Nesse sentido, o emprego do verbo *dicendi* “afirmar” atribui à citação um valor incontestado e sugere que Pimenta Neves não pode ser apontado como o autor do crime, porque, apesar das evidências, não há a prova cabal.

(5) Setti, de acordo com seu depoimento, se dirigiu em seguida para a selaria e encontrou a jornalista morta. "Vi ela caída, e Pimenta (Neves) estava manobrando o carro para sair", afirmou.

Por mais que as evidências indicassem Pimenta Neves como o autor do crime, podemos observar que o jornal toma a precaução de não acusá-lo como assassino, mas permite que o leitor atribua sentidos ao texto por meio

de um modelo contextual segundo o qual, em um crime, quem foge do local é criminoso. No entanto, mais do que considerar o princípio de presunção da inocência, garantido por lei aos criminosos, o jornal considera importante não evidenciar a culpabilidade do acusado, atribuindo ao leitor o dever de chegar às suas próprias conclusões.

Os dois parágrafos que seguem ainda pertencem à subcategoria Contexto, porém pautados nos relatos do irmão da vítima, e indicam que havia entre o criminoso e os familiares da vítima um bom relacionamento pessoal, de modo que se revele uma face positiva de Pimenta Neves:

(6) Nilton Gomide, irmão da vítima, relatou que anteontem Pimenta Neves esteve no sítio da família de sua ex-namorada para conversar com seus pais.

(7) Na manhã de ontem, ele havia retornado à casa dos pais de Sandra para levar-lhes pão, de acordo com o relato de Nilton. Em nenhum desses momentos, ele havia encontrado a jornalista.

Conforme é possível notar até este ponto da narrativa jornalística, as informações foram prestadas de maneira fragmentada, em parágrafos curtos e especialmente pautados em citações de discursos, as quais são selecionadas a fim de revelar que, embora os indícios da autoria do crime sejam grandes, há ainda uma necessidade de preservação do criminoso. Para essa preservação, o jornal recorre também à fragmentação da notícia, de modo que seja atribuída ao leitor a tarefa de construir os sentidos do texto, segundo os seus próprios modelos contextuais.

Assim, entre a informação de uma fonte de prestígio, o delegado, e a de uma fonte comum, o dono do haras, o leitor é induzido a optar pela fonte de prestígio, visto que a fonte comum, embora seja testemunha, apenas ouviu, mas não presenciou o crime. Além disso, o irmão da vítima é tomado também como fonte de prestígio, por ser pessoa diretamente ligada à vítima, porém o seu relato revela uma face positiva do criminoso. A reunião dessas informações fragmentadas orienta o leitor, por meio do modelo contextual de pessoa cordial possivelmente constituído a partir das informações a respeito do criminoso e por meio de um *script* segundo o qual as pessoas de prestígio

têm mais credibilidade, a não atribuir a autoria do crime a Pimenta Neves, ainda que os indícios apontem para ele.

Deste episódio, que atua no esquema da notícia proposto por Van Dijk (1988) como Contexto do Evento Principal, podemos extrair a proposição “antes do crime, Pimenta Neves esteve com a família de Sandra”.

O próximo parágrafo, ainda que apresente personagens novos e seja marcado por uma mudança de perspectiva do fato, tem a função de apresentar uma avaliação do jornal em relação aos proprietários do jornal para o qual Pimenta Neves trabalhava, pertencendo, portando, à categoria Comentários. Desta forma, evidencia-se que, para a *Folha de S. Paulo*, os proprietários do jornal *O Estado de S. Paulo* deveriam ter se manifestado a respeito do crime e a proposição que se extrai é “família Mesquita não se pronunciou sobre o crime”:

(8) A família Mesquita, proprietária de "O Estado de S. Paulo", foi informada no início da noite de ontem sobre o crime. Até o fechamento desta edição, a empresa não havia se pronunciado sobre o episódio.

O parágrafo seguinte, entretanto, apresenta um novo episódio que pertence à subcategoria Consequências no esquema da notícia e pode ser subsumido pela proposição “Pimenta Neves não se apresentou à polícia”. O episódio pauta-se apenas na declaração modalizada em discurso segundo, atribuída à Secretaria de Segurança Pública, sem que se acrescente outra informação adicional.

(9) Segundo a Secretaria da Segurança Pública, o suspeito não havia se entregado às autoridades nem mantido contato telefônico a respeito.

Note-se que este novo episódio aponta Pimenta Neves como o autor do crime, pois informa que ele “não havia se entregado”, quando se entregar é uma ação que pertence aos fugitivos da polícia. Entretanto, em função da brevidade do parágrafo e de sua disposição no texto, visto que divide duas informações absolutamente distintas, tal informação pode passar despercebida pelo leitor, no caso de uma leitura fluida.

Diferentemente de outros casos, nesta notícia não se emprega o recurso do intertítulo, de modo que, para o leitor, a notícia prossegue sem que um foco específico seja destacado e, assim, a leitura flui numa continuidade narrativa. Desta forma, o texto passa a tratar do relacionamento amoroso do casal e da ascensão profissional de Sandra, sem que se façam referências objetivas ao crime praticado por Pimenta Neves:

(10) Pimenta Neves e Sandra namoravam havia aproximadamente três anos. Eles se conheceram quando Pimenta Neves foi contratado para dirigir a "Gazeta Mercantil", depois de trabalhar durante 12 anos no Banco Mundial, em Washington (EUA). Sandra era repórter de matérias-primas daquele jornal.

(11) Durante seu relacionamento com Pimenta Neves, ela foi promovida e chegou a ser editora de economia da "Gazeta Mercantil". Deixou o jornal depois que Pimenta Neves se transferiu para "O Estado de S. Paulo", há cerca de dois anos.

(12) Nesse jornal, ele a contratou como repórter especial. Depois ela passou a editora de economia. Há cerca de um mês, ele a demitiu. Pimenta Neves disse a amigos ter provas de que o comportamento profissional da ex-namorada, na função de editora, não era ético. Sandra trabalhava atualmente em um site da Internet.

Os parágrafos apresentados atuam no esquema da notícia como *Background* e têm a função de apresentar o contexto social do relacionamento do casal numa dimensão histórica. Nota-se, entretanto, que destacam o prestígio profissional do assassino e a rápida ascensão profissional de Sandra nos jornais para os quais trabalhou, sempre atrelada ao prestígio do namorado, até a sua demissão, cerca de um mês antes do crime. É significativo que os eventos sejam narrados numa sequência cronológica, por meio da qual se observa a ascensão e queda profissional de Sandra, partindo de repórter de matérias-primas para editora de economia na *Gazeta Mercantil* e posteriormente no *Estado*, até ela passar a trabalhar "em um site da Internet", que o jornal *Folha de S. Paulo* não explicita qual é o site, tampouco a sua função.

Van Dijk (1988) explica que a organização das informações numa estrutura específica, como narrativas, pode caracterizar-se como estratégia de persuasão no discurso da notícia, pois constrói uma forte estrutura relacional para os fatos e, nesse sentido, a forma como se apresenta o

episódio parece ser uma estratégia para que se destaque uma possível relação movida por interesses particulares de Sandra.

Esse episódio pode ser subsumido pela proposição “carreira de Sandra dependia do prestígio de Pimenta Neves”, pois o *background* da notícia apresenta a vítima como oportunista e de competência profissional duvidosa e tal proposição encontra respaldo na apresentação do discurso relatado atribuído a amigos do assassino, para quem Pimenta Neves disse que Sandra não era ética. Desta forma, porque o *background* refere-se ao relacionamento do casal e não objetivamente ao crime, o leitor pode acionar o modelo contextual de mulher que se relaciona com homens mais velhos para obter vantagens sociais.

Os parágrafos que seguem, porque apresentam as circunstâncias do crime na perspectiva da atualidade, atuam no esquema da notícia como Contexto do Evento Principal e revelam as condições emocionais de Pimenta Neves e o clima de hostilidade em que o casal vivia dias antes do crime:

(13) Há três semanas, Pimenta Neves chegou a pedir demissão. Ruy Mesquita, diretor responsável pelo jornal, o convenceu a voltar atrás, deixar suas atribuições em segundo plano e recorrer à psicoterapia. Ele concordou.

(14) Há dez dias, Sandra registrou um boletim de ocorrência no 36° DP (Paraíso) contra Pimenta Neves por invasão de domicílio e agressão. Sandra afirmava que, ao chegar do trabalho, fora surpreendida pela presença do ex-namorado, que estaria armado, em seu apartamento, na Vila Mariana, zona sudoeste.

Note-se que o parágrafo 13 trata da condição emocional do assassino antes do crime e revela um possível distúrbio, sem que se faça menção a questões relativas ao relacionamento amoroso entre Pimenta Neves e Sandra Gomide, de modo que se justifiquem ao leitor as atitudes do criminoso, isto é, o jornalista não estava emocionalmente sadio e, assim, o leitor pode acionar novo modelo contextual, segundo o qual os crimes podem ser justificados em momentos de distúrbios psíquicos.

O parágrafo 14, por sua vez, trata do registro de um boletim de ocorrência feito por Sandra Gomide dez dias antes do crime, acusando o ex-

namorado de invasão de domicílio e agressão. Para o discurso, é significativo o emprego do verbo “afirmar”, cuja carga semântica atribui força e certeza ao discurso de Sandra quando acusa Pimenta Neves de agressão, em oposição ao verbo “estar” no futuro do pretérito em “estaria armado”, que revela uma incerteza. Assim, para o jornal, ainda que se trate de um documento oficial, pode não representar a verdade.

Conforme podemos observar, esse episódio apresenta Pimenta Neves como um homem emocionalmente desequilibrado, que cogitou abdicar do emprego e, provavelmente, invadiu o apartamento da namorada e a agrediu. Considerando o *background* da notícia, que apresentou Sandra como uma mulher oportunista, o Contexto do Evento Principal pode ser subsumido pela proposição “Pimenta Neves estava transtornado com o fim do relacionamento” e, desta forma, o leitor pode acionar um modelo contextual segundo o qual o fim de um relacionamento pode desencadear reações impensadas naqueles que são abandonados, e tal modelo contextual, de certo modo, pode atuar como uma justificativa social para determinados delitos.

A notícia se encerra por meio de uma declaração em discurso indireto atribuída a um tio de Sandra, que revela a preocupação da família com o relacionamento do casal, sem que se revele o motivo, e de outra modalizada em discurso segundo, atribuída ao caseiro do sítio de Pimenta Neves, que informa que o jornalista foi à cidade onde ocorreu o crime no dia do crime. Entretanto, o texto não relaciona explicitamente o jornalista ao crime, permitindo assim que o leitor faça as suas inferências e relacione os fatos, por meio de seus modelos prévios de situação, isto é, o jornal sugere que Pimenta Neves tenha cometido o crime:

(15) O tio da jornalista Wilson Gomide disse que a família estava preocupada com o relacionamento entre ambos. Anteontem, Pimenta Neves foi a seu sítio, em São Roque, interior do Estado. Segundo o caseiro, ele permaneceu por lá e, ontem, foi a Ibiúna.

Essas informações pertencem à categoria Comentários, pois dizem respeito às conclusões do jornal, e podem ser subsumidas pela proposição “Pimenta Neves esteve no local do crime”. No entanto, trata-se de um comentário que, embora revele a crença do jornal, garante, de certa forma, a isenção da notícia, pois não há informação que afirme a autoria do crime.

A notícia pode ser sintetizada pelas seguintes proposições:

Sumário: “Jornalista Pimenta Neves e suspeito de matar sua ex-namorada, a jornalista Sandra Gomide”;

Evento Principal: “O crime pode ter sido passional”;

Contexto: “Antes do crime, Pimenta Neves esteve com a família de Sandra”;

Comentário: “Família Mesquita não se pronunciou sobre o crime”;

Consequência: “Pimenta Neves não se apresentou à polícia”;

Background: “Carreira de Sandra dependia do prestígio de Pimenta Neves”;

Contexto: “Pimenta Neves estava transtornado com o final do relacionamento”;

Comentário: “Pimenta Neves esteve no local do crime”.

Conforme observamos, a notícia teve por objetivo informar que o jornalista Pimenta Neves matou sua ex-namorada Sandra Gomide por motivos passionais. Entretanto, tal informação é transmitida por meio de informações fragmentadas que provocam um encobrimento da notícia, de modo que não fica claro se Pimenta Neves foi realmente o autor do crime.

Para Abramo (2003:28), a fragmentação implica também a descontextualização:

A *descontextualização* é uma decorrência da seleção de aspectos. Isolados como particularidades de um fato, o dado, a informação, a declaração perdem todo o seu significado original e real para permanecer no limbo, sem significado aparente, ou receber outro significado, diferente e mesmo antagônico ao significado real original.

Evidentemente, o jornal pressupõe que seu leitor reúna condições para atribuir sentidos ao texto para que os implícitos se revelem. Porém, é significativo que o jornal opte por atribuir esse dever ao leitor, porque indica também que, ainda que o valor-notícia considerado tenha sido a relevância do fato, o jornal não assume declaradamente tal valor.

Vimos também que a informação é manipulada, de modo que são apresentados aspectos positivos do perfil do criminoso em detrimento da vítima. Assim, Sandra é apresentada ao leitor como uma profissional de duvidosa competência, cuja ascensão deveu-se ao relacionamento amoroso que mantinha com o ex-namorado, o que a desqualifica perante o leitor. Por outro lado, Pimenta Neves é apresentado como profissional competente e homem cordial, o que expõe sua face positiva, e, assim, o leitor pode acionar o modelo contextual de mulher que se relaciona com homens mais velhos para obter vantagens sociais, e isso é bastante significativo para aquele momento histórico em que ocorreu o crime, porque expõe um julgamento de valor ainda em voga na sociedade, segundo o qual as relações afetivas entre pessoas com grande diferença de idade é motivado por interesses socioeconômicos, assim como ocorreu nos idos da década de 1980, quando do crime de Dorinha Duval.

Por fim, o crime cometido pelo jornalista é apresentado como resultado de um desequilíbrio emocional do criminoso e, assim, o leitor pode acionar um modelo contextual de homem apaixonado que não suporta o abandono de uma mulher que manteve um relacionamento amoroso por interesse profissional e, por isso, a mata, como se isso justificasse o crime. Se no atual contexto social os crimes passionais não são tolerados pela maior parte da sociedade, esse modelo contextual que pode ter sido acionado pelo leitor não justifica o crime em sua totalidade, mas o abranda, apesar de sua brutalidade.

Ainda na edição de 21 de agosto de 2000, à mesma página C4 do caderno Cotidiano, o jornal *Folha de S. Paulo* apresentou uma matéria complementar, logo abaixo da notícia principal, cujo objetivo era apresentar

o perfil profissional do assassino, sob o título “Pimenta Neves tem currículo notável”. Como a matéria versa apenas sobre o seu currículo profissional, apresentando todas as empresas jornalísticas por onde passou, no Brasil e no exterior, não se torna necessário reapresentá-la, mas ressaltamos que, naquele contexto, a notícia era o crime, mas o jornal optou por ressaltar as virtudes profissionais do assassino, de modo que se revele ao leitor um perfil de homem de sucesso e de relevada importância para o jornalismo brasileiro, como se, por seu currículo notável, não fosse capaz de cometer um crime. Ao destacar o currículo do jornalista, o jornal apresenta um Comentário, cuja proposição é a mesma do título do texto, e o leitor afasta-se do contexto original da notícia e assim desvia sua avaliação do homem criminoso e o avalia segundo sua trajetória profissional, em oposição à trajetória profissional de Sandra que, segundo o jornal, só ascendeu em função do ex-namorado.

De acordo com a reportagem publicada pela revista *Época*¹¹⁵ de 28 de agosto de 2000, após o crime, Pimenta Neves fez diversos telefonemas para o jornal *O Estado de S. Paulo* e, entre os assuntos tratados, discutiu também a forma como o crime seria noticiado no dia seguinte. Ainda segundo a revista, entre esses telefonemas, houve um para o diretor de redação da *Folha de S. Paulo* e, na segunda-feira à noite, Pimenta Neves queixou-se ao diretor executivo do jornal *O Estado de S. Paulo* que o noticiário estava favorável a Sandra e disse que a *Folha* estava melhor na cobertura do caso.

Na edição de 22 de agosto de 2000, o jornal *Folha de S. Paulo* trouxe a chamada “Justiça de SP decreta prisão de jornalista”, conforme segue¹¹⁶:

O juiz Mauricio Valala, de Sorocaba (SP), decretou ontem de madrugada a prisão temporária do jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves, 63, diretor de redação do jornal “O Estado de S. Paulo”. Ele é suspeito de matar, com dois tiros, a ex-namorada Sandra Gomide, 32, também jornalista, num haras em Ibiúna, interior de São Paulo. Sandra foi enterrada ontem. Pimenta Neves deve se apresentar amanhã às autoridades.

¹¹⁵ TIROS na imprensa. *Época*, 28 ago. 2000.

¹¹⁶ Confira íntegra da capa do jornal na mídia digital.

Diferentemente da notícia publicada no dia anterior, nessa chamada observa-se que a notícia enfatizará o crime e suas repercussões, como o decreto da prisão do assassino, ainda que, segundo a chamada, Pimenta Neves seja apenas suspeito.

A notícia, publicada à página C5 do caderno Cotidiano, foi apresentada sob o chapéu “imprensa”, conforme segue¹¹⁷:

Decretada prisão temporária de jornalista

Pimenta Neves, suspeito de matar ex-namorada, deve se apresentar amanhã à polícia; Sandra Gomide é enterrada em SP

(1) A Justiça de São Paulo decretou ontem a prisão temporária do diretor de Redação de "O Estado de S. Paulo", Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, suspeito de ter assassinado a tiros a também jornalista Sandra Florentino Gomide, 32. Ela era sua ex-namorada.

(2) A decisão saiu de madrugada, por volta das 3h45, assinada pelo juiz de Sorocaba Maurício Valala, 39, que fazia o plantão judiciário do último fim-de-semana. O homicídio ocorreu anteontem em Ibiúna (70 km de São Paulo).

(3) "Os indícios do crime e o desaparecimento do acusado foram os principais motivos para a ordem de prisão", disse o juiz.

(4) Pimenta Neves deve se apresentar às autoridades amanhã.

(5) O corpo de Sandra foi encontrado com dois tiros -um na cabeça e outro nas costas- anteontem à tarde, em um haras.

(6) Uma testemunha viu o jornalista manobrando o carro e saindo do local logo após ouvir os disparos, informou a polícia.

(7) Os dois namoraram durante pelo menos três anos e romperam a ligação recentemente.

(8) Há duas semanas, a jornalista procurou a polícia para dar queixa do ex-namorado, alegando que havia sido agredida e ameaçada por ele em seu apartamento.

(9) “Não havia motivo para a decretação da prisão, porque ele não está foragido nem atrapalhando a investigação”, afirmou a advogada Paola Zanelato, - assistente do criminalista Antonio Cláudio Mariz Oliveira, que assumiu a defesa de Pimenta Neves -, citando motivos que, pela lei, poderiam justificar a decretação da prisão.

¹¹⁷ Confira à página 255 a fotocópia da notícia, ou a íntegra da página do jornal na mídia digital.

(10) Segundo a polícia, após os disparos, Pimenta Neves saiu do haras em um Renault Clio. O carro foi encontrado pela polícia no final da noite de anteontem, abandonado a aproximadamente 3 km do local do homicídio.

(11) "Um segundo veículo, ainda não identificado, o ajudou a fugir", diz o delegado Carlos Alberto Ferreira Sato, da 1ª Delegacia do DHPP (Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa)

(12) Ontem, policiais apreenderam munição - dez balas de revólver calibre 38 e 32 para pistola calibre 380 - no sítio do jornalista em São Roque (SP). Também encontraram fitas cassetes, com supostas conversas entre ele e Sandra, que serão enviadas para perícia.

(13) A polícia também recolheu fitas da secretária eletrônica do apartamento de Sandra que conteriam ameaças gravadas do jornalista. Um computador, que teria e-mails enviados por Pimenta Neves a ela, também foi apreendido.

(14) Os advogados de defesa podem recorrer da decretação da prisão do jornalista por 30 dias. Até o fechamento desta edição, isso ainda não havia sido feito.

(15) A pena para quem é condenado por homicídio qualificado (em que é usado recurso que dificulta ou torna impossível a defesa da vítima) é de 12 anos a 30 anos de prisão. Para o homicídio simples, é de seis anos a 20 anos.

Ameaça

(16) Sandra deu queixa do namorado à polícia duas semanas antes de ser assassinada, segundo boletim de ocorrência nº 3837/2000, registrado no 36º DP (Paraíso).

(17) A briga entre os dois ocorreu no apartamento dela, na Vila Mariana (zona sul de São Paulo), no último dia 5, sábado. Pimenta Neves teria entrado sozinho, aproveitando a ausência da jornalista, para recolher jóias e roupas que havia dado de presente a ela.

(18) Segundo a polícia, ele se escondeu no armário do quarto e ficou esperando Sandra chegar. Foi no instante em que ela entrou em casa, sozinha, que teria acontecido a agressão e a ameaça.

(19) O pai de Sandra, João Gomide, 60, acredita que a filha só não foi morta no dia 5 porque ele ligou para ela no momento que Pimenta Neves estava no apartamento.

(20) Assustado, Gomide disse que telefonou então para o tio de Sandra, Carlos Renato Florentino, e pediu que ele fosse imediatamente ao local. "Se não fosse isso, ela teria sido morta naquele dia", diz.

(21) A jornalista passou por exame de corpo de delito – para comprovar a violência física – e deveria ser ouvida pela delegada do caso no próximo dia 28. O inquérito tramitava na 2ª DDM (Delegacia de Defesa da Mulher). Pimenta Neves seria ouvido depois.

(22) O caso foi recuperado ontem pela equipe do DHPP, como uma das provas contra o jornalista.

(23) O incidente no apartamento provocou surpresa nos familiares, que descrevem o relacionamento de Sandra e Pimenta "como discreto e sem brigas".

(24) Cerca de 50 pessoas, entre familiares e amigos, compareceram ao enterro da jornalista, ontem à tarde, no cemitério Horto Florestal (zona norte de São Paulo).

(25) O pai de Sandra era o mais revoltado. "Queria ter sido o escudo, queria ter morrido no lugar dela", afirmou. "Eu pedi a ele para deixá-la sossegada, e ele prometeu que tudo tinha acabado."

(26) Na véspera do crime, tanto Sandra quanto Pimenta Neves estiveram no Haras Setti, mas não se encontraram. Ele chegou às 7h, foi andar a cavalo e voltou às 14h. Sandra chegou às 17h.

(27) Antes de ir embora naquele dia, Pimenta Neves havia pedido a Deomar Setti, dono do local, autorização para dormir, quando necessário, no seu trailer de cavalos, que fica na garagem do haras. O delegado titular de Ibiúna, José Chaves de Mello, disse não acreditar que o crime tenha sido premeditado.

Assim como na data anterior, no título desta notícia o criminoso continua designado por sua profissão e, conforme se observa, o foco recai sobre a decretação da prisão, mesmo porque se trata de um desdobramento da notícia já de conhecimento público:

Decretada prisão temporária de jornalista.

A linha fina, por sua vez, apresenta a seguinte redação:

Pimenta Neves, suspeito de matar ex-namorada, deve se apresentar amanhã à polícia; Sandra Gomide é enterrada em SP

Ainda que o título tenha como foco a decretação da prisão, conforme já referimos, a linha-fina destaca que Pimenta Neves é suspeito pelo crime e antecipa que ele deverá se apresentar no dia seguinte. Assim, pois, o conjunto do título e linha-fina denota que a possível apresentação de Pimenta Neves no dia seguinte caracteriza um ato espontâneo e indica o esclarecimento do caso. Quanto à vítima, a referência ao seu sepultamento indica que o texto abordará, também, as cerimônias do féretro e, portanto, apresentará diferentes focos da notícia.

O lide da notícia amplia a informação do título sob o foco da decretação da prisão e contextualiza este novo episódio no evento prévio, que é o assassinato:

(1) A Justiça de São Paulo decretou ontem a prisão temporária do diretor de Redação de "O Estado de S. Paulo", Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, suspeito de ter assassinado a tiros a também jornalista Sandra Florentino Gomide, 32. Ela era sua ex-namorada.

É significativo que nesta notícia o jornal tenha optado pelo emprego da locução “ter assassinado”, diferentemente do dia anterior, quando foi empregado verbo “matar”. Conforme explicamos na análise da notícia anterior, há uma orientação do *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2001) quanto ao uso desses verbos em notícias e, no que se refere ao verbo “assassinar”, à página 53 do *Manual*, consta que esse verbo deve ser usado “sempre que alguém tira deliberadamente a vida de outra pessoa”, embora determine também que só pode ser chamado de assassino aquele que tiver sido julgado e condenado em última instância.

Portanto, ainda que Pimenta Neves seja referido como suspeito, o jornal assume que o jornalista esteve envolvido no crime, diferentemente do dia anterior, quando, apesar das evidências, essa informação não era confirmada.

Quanto à vítima, podemos observar que é qualificada no lide como ex-namorada do criminoso e a informação apresenta-se isolada no texto e, desta forma, ainda que não se explicita textualmente, o leitor pode acionar o modelo contextual de crime passional. Isto é significativo, porque denota que o jornal não pretende explicitar a motivação do crime, entretanto indica que o crime foi passional, antes mesmo que a polícia ou o criminoso deem suas versões do fato.

Assim, pois, o conjunto das informações apresentadas pelo título, linha-fina e lide pode ser sumarizado pela macroproposição “Justiça decreta prisão de jornalista por assassinato de ex-namorada”.

O parágrafo seguinte tem a finalidade de apresentar o Evento Principal dessa notícia, que é decretação da prisão do jornalista e as condições em que essa decisão foi tomada, e revela o horário em que a sentença foi assinada, cuja precisão destaca o trabalho do juiz, isto é, o destaque que se dá por meio da referência ao horário da decisão denota que houve por parte da polícia certo empenho na investigação do caso. O parágrafo também contextualiza o Evento Principal dentro do Evento Prévio e assim se nota que as informações do evento prévio, mesmo que já fossem de conhecimento do leitor daquele jornal, são reinseridas neste novo episódio e, assim, vai-se estabelecendo um novo foco para a notícia:

(2) A decisão saiu de madrugada, por volta das 3h45, assinada pelo juiz de Sorocaba Maurício Valala, 39, que fazia o plantão judiciário do último fim-de-semana. O homicídio ocorreu anteontem em Ibiúna (70 km de São Paulo).

Esse episódio, que pertence à subcategoria Evento Principal no esquema de notícia proposto por Van Dijk, pode ser subsumido pela proposição “a prisão foi decretada durante a madrugada”.

Em seguida, o jornal apresenta citação em discurso direto, atribuída ao juiz, como justificativa para a decretação da prisão. Desta forma, por meio da reação verbal, o jornal apresenta informação que atua no esquema da notícia como Contexto do Evento Principal, de modo que se justifique à sociedade que não se trata de uma arbitrariedade, mas uma consequência do desaparecimento do acusado. Esse episódio pode ser subsumido pela proposição “indícios do crime justificam a ordem de prisão”.

(3) "Os indícios do crime e o desaparecimento do acusado foram os principais motivos para a ordem de prisão", disse o juiz.

O parágrafo seguinte, constituído por um período simples, apresenta informação que pertence à subcategoria Consequências e, dada a sua exiguidade, pode ser subsumido pela proposição “Pimenta Neves deve se apresentar à polícia”:

(4) Pimenta Neves deve se apresentar às autoridades amanhã.

Note-se que a informação preserva a face negativa do criminoso, visto que, ao se apresentar, o criminoso deixa de ser desaparecido e revela, se não a assunção da culpa, a sua contribuição para as investigações.

Nos parágrafos seguintes, o texto reapresenta informações que constituem a subcategoria Eventos Prévios, a fim de situar o leitor na notícia, e que podem ser subsumidas pela proposição “Sandra já havia registrado queixa contra Pimenta Neves”. Note-se que essas informações são mais pontuais e sintetizam as informações da notícia do dia anterior, mas reconstituem os fatos, privilegiando a contextualização do crime, uma vez que na notícia da data anterior observaram-se mais informações a respeito da vida profissional dos envolvidos do que a respeito do crime em si. Nesse sentido, é possível inferir que o jornal, porque repetiu informações já de conhecimento público, propõe um novo tratamento à notícia, visto que o referente é o crime:

(5) O corpo de Sandra foi encontrado com dois tiros -um na cabeça e outro nas costas- anteontem à tarde, em um haras.

(6) Uma testemunha viu o jornalista manobrando o carro e saindo do local logo após ouvir os disparos, informou a polícia.

(7) Os dois namoraram durante pelo menos três anos e romperam a ligação recentemente.

(8) Há duas semanas, a jornalista procurou a polícia para dar queixa do ex-namorado, alegando que havia sido agredida e ameaçada por ele em seu apartamento.

Conforme já referimos, a notícia tem a finalidade de estabelecer um novo foco para o evento prévio, o crime cometido pelo jornalista Pimenta Neves, tratando, pois, da decretação de sua prisão. Por isso, constata-se que o valor-notícia considerado foi a recência, devido à atualidade dos fatos. Entretanto, observa-se que fatos que já eram de conhecimento público foram apresentados como novos, como se a novidade fosse também um valor-notícia considerado.

Isto pode ter ocorrido porque, conforme constatamos na análise do discurso da notícia anterior, parece ter havido um juízo de valores do jornal

que permitiu que o leitor acionasse modelos contextuais os quais constituíam uma imagem positiva do assassino em detrimento de uma imagem negativa da vítima. Diante disso, o jornal propõe um distanciamento a partir da mudança de foco e angulação da notícia, e o leitor, por meio das novas informações, poderá constituir um novo modelo contextual, que poderá ser o de crime passional, sem que outros julgamentos de valor sejam acrescentados.

A notícia prossegue e no parágrafo seguinte apresenta, por meio de uma reação verbal atribuída aos advogados do criminoso, a contestação da defesa para o decreto de prisão. Iniciado com citação em discurso direto, tem a finalidade de apresentar uma avaliação a respeito da decisão legal. Trata-se, pois, de uma informação que pertence à categoria Comentários e pode ser subsumida pela proposição “de acordo com a lei, não há motivos para a prisão” e, para o jornal, é um argumento de autoridade, porque é uma citação atribuída a advogados de renome, e, assim, imprime verdade ao que foi dito:

(9) “Não havia motivo para a decretação da prisão, porque ele não está foragido nem atrapalhando a investigação”, afirmou a advogada Paola Zanelato, - assistente do criminalista Antonio Cláudio Mariz Oliveira, que assumiu a defesa de Pimenta Neves -, citando motivos que, pela lei, poderiam justificar a decretação da prisão.

É importante ressaltar, no entanto, que o jornal destaca a informação que, pela lei, não havia motivos para a decretação da prisão, e isso é significativo quando confrontado com a informação anteriormente destacada, que apresentava com precisão o horário em que saiu a decisão do juiz. Contrastando-as, observa-se que, para o jornal, o juiz não agiu de acordo com a lei, mas apenas se empenhou em apresentar à sociedade um culpado pelo crime e, desta forma, Pimenta Neves não pode ser formalmente acusado.

Em seguida, o jornal apresenta também informações que se caracterizam como Contexto do Evento Principal e que revelam que, para o

jornal, a versão da polícia não tem embasamento legal suficiente, como o da defesa, porque não são apresentadas provas concretas, apenas indícios:

(10) Segundo a polícia, após os disparos, Pimenta Neves saiu do haras em um Renault Clio. O carro foi encontrado pela polícia no final da noite de anteontem, abandonado a aproximadamente 3 km do local do homicídio.

(11) "Um segundo veículo, ainda não identificado, o ajudou a fugir", diz o delegado Carlos Alberto Ferreira Sato, da 1ª Delegacia do DHPP (Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa)

(12) Ontem, policiais apreenderam munição - dez balas de revólver calibre 38 e 32 para pistola calibre 380 - no sítio do jornalista em São Roque (SP). Também encontraram fitas cassetes, com supostas conversas entre ele e Sandra, que serão enviadas para perícia.

(13) A polícia também recolheu fitas da secretária eletrônica do apartamento de Sandra que conteriam ameaças gravadas do jornalista. Um computador, que teria e-mails enviados por Pimenta Neves a ela, também foi apreendido.

Note-se que os parágrafos 10 e 11 referem-se a reações verbais atribuídas a autoridades policiais. No entanto, a modalização em discurso segundo no parágrafo 10 compromete a autenticidade da declaração, conforme Mainegueneau (2001) e, no parágrafo 11, a citação é apresentada em discurso direto, que atribui responsabilidade a quem a disse. Porém, embora se trate de uma autoridade policial, o jornal aponta um veículo “ainda não identificado” que é referido no texto entre vírgulas, de modo que se destaque tal informação. Assim, a falta de identificação do veículo revela um comprometimento da declaração da autoridade policial. Acrescente-se também que, diferentemente da declaração dos advogados, modalizada pelo verbo *dicendi* “afirmar”, a declaração do delegado é introduzida pelo verbo “dizer”, cuja carga semântica é menor que “afirmar”. Assim, por meio da escolha dos verbos, nota-se que a declaração atribuída ao advogado tem maior valor que a atribuída ao delegado.

Além disso, ainda que tenham sido informados nos parágrafos 13 e 14 quais foram os objetos apreendidos pela polícia, nota-se que o texto informa que eles serão enviados para a perícia e, em função disso, qualifica as conversas que estariam registradas em fitas-cassete como “supostas” e

também emprega os verbos “conter” e “ter” conjugados no futuro do pretérito para expressar uma incerteza e, assim, parece questionar a informação e isto valida a proposição inicial, segundo a qual não há motivos para a prisão, visto que as possíveis provas ainda devem ser periciadas.

Note-se, pois, que a partir dessas informações, o leitor pode acionar um modelo contextual segundo o qual a ausência de provas suficientes pode provocar injustiça e, desta forma, Pimenta Neves pode ser julgado por um crime do qual não se tem certeza de que ele cometeu. Entretanto, é importante ressaltar que o jornal não afirma e não nega tais informações, apenas permite que o leitor, por meio de um *script* de injustiça, possa acionar um modelo contextual segundo o qual Pimenta Neves pode não ser o culpado pelo crime. Esse episódio, pois, pode ser subsumido pela proposição “a polícia não tem provas concretas contra Pimenta Neves”.

Nos parágrafos seguintes, o texto apresenta informações que pertencem, no esquema de notícia, à subcategoria Consequências e se referem à possibilidade de recurso da defesa e, assim, indica que, embora tenha sido decretada a prisão, ela pode não ocorrer, isto é, caso o recurso seja aceito, confirma-se a inconsistência dos argumentos da polícia, já contestados pelos advogados e pelo jornal. Por outro lado, dependendo do desfecho do caso, o jornal apresenta, à luz do Código Penal, as penas que podem ser imputadas para crimes de homicídio:

(14) Os advogados de defesa podem recorrer da decretação da prisão do jornalista por 30 dias. Até o fechamento desta edição, isso ainda não havia sido feito.

(15) A pena para quem é condenado por homicídio qualificado (em que é usado recurso que dificulta ou torna impossível a defesa da vítima) é de 12 anos a 30 anos de prisão. Para o homicídio simples, é de seis anos a 20 anos.

Assim, pois, nota-se que o jornal considera que o jornalista poderá ficar, pelo menos, 6 anos preso e, desta forma, para o jornal, implicitamente o jornalista já não é mais suspeito de ter cometido o crime, porém caberá ao leitor chegar às suas conclusões, segundo os seus próprios modelos

contextuais. Esse episódio pode ser subsumido pela proposição “se Pimenta Neves for preso, poderá ficar de 6 a 20 anos na prisão”.

A notícia prossegue sob o intertítulo “ameaça”, isto é, tratam-se de eventos anteriores ao crime. Desta forma, o texto do intertítulo caracteriza-se como o Contexto do evento prévio, o assassinato de Sandra Gomide, e refere-se a uma denúncia de agressão registrada na polícia por Sandra contra Pimenta Neves dias antes do crime, relatado a partir dos dados do boletim de ocorrência e a partir de relatos do pai de Sandra:

Ameaça

(16) Sandra deu queixa do namorado à polícia duas semanas antes de ser assassinada, segundo boletim de ocorrência nº 3837/2000, registrado no 36º DP (Paraíso).

(17) A briga entre os dois ocorreu no apartamento dela, na Vila Mariana (zona sul de São Paulo), no último dia 5, sábado. Pimenta Neves teria entrado sozinho, aproveitando a ausência da jornalista, para recolher jóias e roupas que havia dado de presente a ela.

(18) Segundo a polícia, ele se escondeu no armário do quarto e ficou esperando Sandra chegar. Foi no instante em que ela entrou em casa, sozinha, que teria acontecido a agressão e a ameaça.

Para comprovar a denúncia, pois, o jornal apresenta o número de registro do boletim de ocorrência, porém procura manter uma isenção sobre a informação e, para isso, emprega o futuro do pretérito composto “teria entrado” (no parágrafo 17) e “teria acontecido” (no parágrafo 18), que indicam uma incerteza, e também apresenta citação em discurso segundo (no parágrafo 18) atribuída à polícia, e desta forma o jornal, ainda que tenha considerado tais informações relevantes para a composição do Contexto do evento prévio, não as assume como totalmente verdadeiras, porque atribui responsabilidade pelo dito a quem o disse, isto é, à polícia, que por sua vez registrou os fatos a partir dos relatos de Sandra.

É significativo, porém, que o jornal tenha destacado o objetivo da suposta invasão ao apartamento, isto é, “recolher jóias e roupas que havia dado de presente a ela” (parágrafo 17), como também é significativo o

destaque dado, pelo isolamento entre vírgulas, ao advérbio “sozinha” (parágrafo 18), para indicar que não havia testemunhas no local. Esses destaques constituem importantes recursos retóricos para que o leitor possa novamente acionar o modelo contextual de relação movida a interesses socioeconômicos e partilhe da mesma crença do jornal.

Ainda para a composição do Contexto, porém sob a perspectiva do pai de Sandra, o jornal apresenta citações em discurso direto e indireto a ele atribuídas, conforme segue:

(19) O pai de Sandra, João Gomide, 60, acredita que a filha só não foi morta no dia 5 porque ele ligou para ela no momento que Pimenta Neves estava no apartamento.

(20) Assustado, Gomide disse que telefonou então para o tio de Sandra, Carlos Renato Florentino, e pediu que ele fosse imediatamente ao local. "Se não fosse isso, ela teria sido morta naquele dia", diz.

Uma das regras para a construção da notícia visando à imparcialidade é a consulta a fontes divergentes e, nesse sentido, empregar declarações do pai da vítima provoca, no discurso da notícia, um importante efeito, visto que o leitor, ao mesmo tempo em que percebe a polifonia, atribui maior credibilidade à notícia. Entretanto, nota-se que a citação em discurso indireto atribuída ao pai é modalizada pelo verbo “acreditar”, empregado como verbo *dicendi*, cujo efeito indica que se refere a uma crença do declarante, que não pertence à realidade factual.

Como se observa, o texto destaca que o pai, porque ficou assustado, telefonou para o tio de Sandra, e esse estado emocional naquela circunstância indica que pode ter havido um superdimensionamento do fato.

Pena (2006:64), a respeito das fontes de informação, cita a “testemunhal” e afirma que “é preciso lembrar que seu relato sempre estará mediado pela emoção, pelos preconceitos, pela memória e pela própria linguagem. Testemunha é apenas a perspectiva de um fato, jamais sua exata e fiel representação.” Assim, pois, ao mesmo tempo em que a fala do pai de Sandra contribui para a constituição de uma imagem positiva do jornal,

porque ouviu os diversos lados do mesmo fato, contribui também para que fosse questionada a versão da agressão de Pimenta Neves contra Sandra.

Os parágrafos seguintes finalizam a apresentação do Contexto do evento prévio, o crime, e especialmente o parágrafo 22 justifica a sua utilização no evento principal, a decretação da prisão de Pimenta Neves, a fim de manter a coerência local da notícia. Isto porque, conforme mencionamos anteriormente, para o jornal, a decisão da justiça não apresentava amparo legal suficiente:

(21) A jornalista passou por exame de corpo de delito – para comprovar a violência física – e deveria ser ouvida pela delegada do caso no próximo dia 28. O inquérito tramitava na 2ª DDM (Delegacia de Defesa da Mulher). Pimenta Neves seria ouvido depois.

(22) O caso foi recuperado ontem pela equipe do DHPP, como uma das provas contra o jornalista.

O texto informa que Sandra passou por exame de corpo de delito, mas não informa o resultado. Além disso, informa que Sandra seria ouvida, mas não foi. Portanto, não fica claro ao leitor se a agressão de fato existiu e essa dúvida questiona a validade do boletim de ocorrência contra Pimenta Neves. Assim, esse episódio pode ser subsumido pela proposição “família de Sandra alega que Pimenta Neves já havia tentado matá-la”.

Nos parágrafos seguintes, o jornal apresenta informações que pertencem à subcategoria Consequências, porém do Evento Prévio, o crime, e têm a finalidade de encerrar a notícia sob a perspectiva da vítima, pois se trata da cerimônia de sepultamento de Sandra, conforme foi proposto na linha-fina. Esse episódio, que pode ser subsumido pela proposição “pai de Sandra ficou transtornado com o crime”, no entanto, revela que os familiares descrevem o relacionamento do casal “como discreto e sem brigas” e tal citação atua no texto como uma versão contraditória à do pai de Sandra e, assim, o jornal parece reiterar a opinião inicial, segundo a qual as acusações contra Pimenta Neves são inconsistentes e que a versão do pai é duvidosa:

Além disso, o parágrafo 25, especialmente, revela a dramaticidade do momento, mas revela também o estado psicológico em que se encontrava o pai de Sandra, cujas declarações, naquele momento, eram motivadas pela emoção. Desta forma, o jornal ratifica que as declarações anteriores do pai poderiam ser questionáveis, tendo em vista seu estado emocional:

(23) O incidente no apartamento provocou surpresa nos familiares, que descrevem o relacionamento de Sandra e Pimenta "como discreto e sem brigas".

(24) Cerca de 50 pessoas, entre familiares e amigos, compareceram ao enterro da jornalista, ontem à tarde, no cemitério Horto Florestal (zona norte de São Paulo).

(25) O pai de Sandra era o mais revoltado. "Queria ter sido o escudo, queria ter morrido no lugar dela", afirmou. "Eu pedi a ele para deixá-la sossegada, e ele prometeu que tudo tinha acabado."

Por fim, os dois últimos parágrafos apresentam uma avaliação acerca dos fatos. De acordo com o jornal, Pimenta Neves e Sandra Gomide estiveram no Haras Setti, local do crime, no dia anterior, mas não se encontraram por divergência de horários. Também de acordo com o jornal, naquele dia o criminoso pediu autorização para dormir em seu trailer quando fosse necessário. Na tarde do dia seguinte, como é sabido, o casal encontrou-se no haras e houve o homicídio. Por meio da descrição dos eventos, o leitor é motivado a acionar o modelo contextual de crime premeditado, visto que era desejo de Pimenta Neves permanecer por mais tempo no haras para, conseqüentemente, poder encontrar-se com a vítima.

Entretanto, o último período do parágrafo 27 informa, por meio de citação em discurso indireto, que o delegado titular de Ibiúna não acredita que o crime tenha sido premeditado. Assim, a citação em discurso indireto pode provocar uma ruptura no modelo contextual acionado, porque a fonte é autoridade policial e isso atribui verdade à citação, mesmo que, conforme Marcuschi (2007: 164), o verbo "acreditar" indique uma provisoriedade de argumento, conforme Marcuschi (2006:164).

(26) Na véspera do crime, tanto Sandra quanto Pimenta Neves estiveram no Haras Setti, mas não se encontraram. Ele chegou às 7h, foi andar a cavalo e voltou às 14h. Sandra chegou às 17h.

(27) Antes de ir embora naquele dia, Pimenta Neves havia pedido a Deomar Setti, dono do local, autorização para dormir, quando necessário, no seu trailer de cavalos, que fica na garagem do haras. O delegado titular de Ibiúna, José Chaves de Mello, disse não acreditar que o crime tenha sido premeditado.

Assim, pois, essas informações pertencem, segundo o esquema de notícia, à categoria Comentários e podem ser subsumidas pela proposição “o crime pode não ter sido premeditado” e, diante disso, o jornal não afirma a autoria do crime, tampouco a nega e assim preserva sua face diante de seu público leitor, bem como diante da classe jornalística, visto que a exposição do crime praticado por Pimenta Neves expôs também uma face negativa da profissão. Além disso, o jornal atenua a brutalidade do crime, pois sugere que Pimenta Neves agiu impelido por uma violenta emoção momentânea e, desta forma, ativa o *script* de crimes movidos pela paixão, que encontram justificativa na sociedade.

Seguindo o esquema para o discurso da notícia proposto por Van Dijk, a notícia publicada no dia 22 de agosto de 2000 pode ser sintetizada por meio das seguintes proposições:

Sumário: “Justiça decreta prisão de jornalista por assassinato de ex-namorada”;

Evento Principal: “A prisão foi decretada durante a madrugada”;

Contexto: “Indícios do crime justificam a ordem de prisão”;

Consequências: “Pimenta Neves deve se apresentar à polícia”;

Evento Prévio: “Sandra já havia registrado queixa contra Pimenta Neves”;

Comentários: “De acordo com a lei, não há motivo para a prisão”;

Contexto: “A polícia não tem provas concretas contra Pimenta Neves”;

Consequências: “Se Pimenta Neves for preso, poderá ficar de 6 a 20 anos na prisão”;

Contexto do Evento Prévio: “Sandra alegava que Pimenta Neves já havia tentado matá-la”;

Consequências do Evento Prévio: “Pai de Sandra ficou transtornado com o crime”;

Comentários: “O crime pode não ter sido premeditado”.

Não apenas por se tratar de um crime brutal, mas porque as personagens nele envolvidas atribuíam ao crime um valor-notícia inusitado, a cobertura feita pelo jornal *Folha de S. Paulo* apresentou dois tratamentos diferentes ao mesmo fato, num intervalo de um dia. É nesse contexto que a notícia ora apresentada evidencia-se como se fosse um fato novo, porque se tornava necessário noticiá-lo com isenção e objetividade, como forma de reparar-se diante da sociedade e de seus leitores.

Entretanto, todos sabemos que a isenção é uma meta que se busca, mas impossível de ser alcançada em sua totalidade no discurso da imprensa, porque o simples critério de seleção do que pode ou não se tornar notícia já implica posicionamento. Some-se a isso o fato de que em toda atividade discursiva há a subjetividade e a língua oferece recursos para dizer o mesmo de maneiras diferentes. Assim, embora o jornal tenha exposto suas convicções, atribuiu ao leitor a tarefa de chegar às suas conclusões, porque considera que o seu leitor-modelo seja capaz de revelar os implícitos da notícia e, para isso, oferece outras informações para orientá-lo nesta ação e, por meio dessas outras informações, ele pode acionar seus modelos contextuais e concluir que Pimenta Neves assassinou Sandra Gomide por motivação passional, mas a polícia não tem provas suficientes para incriminá-lo.

A notícia apresentou ainda o intertítulo “nota oficial”¹¹⁸, que reproduz nota divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que na ocasião era questionado sobre a cobertura do caso, por serem os envolvidos ligados ao jornal. Esse texto não será nosso objeto de análise, pois foi produzido por outra empresa jornalística.

¹¹⁸ Confira o texto integral da nota oficial à página 255, ou na mídia digital.

Naquela ocasião, não apenas o jornal *O Estado de S. Paulo*, mas a imprensa de um modo geral estava sendo questionada a respeito da cobertura do crime e, por isso, urgia que o Grupo Estado se manifestasse oficialmente, além das páginas de seu noticiário. O jornal *Folha de S. Paulo*,¹¹⁹ em 27 de agosto de 2000, dentre as diversas abordagens do fato naquela data, apresentou análises de diferentes jornalistas de importantes jornais e revistas semanais de informação que ora concordavam com a cobertura do crime feita pela imprensa, ora discordavam dela. Algumas análises julgavam desnecessária a cobertura ampla do crime, por não serem os envolvidos pessoas conhecidas da maior parte da sociedade, portanto, não se tratava de notícia de interesse público. Outras julgavam que o crime cometido por Pimenta Neves revelava as relações de poder que há no jornalismo e, desta forma, expunha publicamente os profissionais e o ofício do jornalismo.

Alberto Dines (2000)¹²⁰ sentencia:

Não há precedentes, aqui ou no exterior, de como cobrir uma tragédia deste porte e que radiografa de forma tão cruel as entranhas do universo jornalístico. Sobretudo, as relações de trabalho. Sobretudo, o processo de premiar e punir, promover e demitir.

Vimos, pois, que durante os dois dias subsequentes ao crime, o jornal *Folha de S. Paulo* apresentou duas diferentes angulações para um mesmo caso, à medida que o fato se desdobrava. Assim, no primeiro dia, apesar de noticiar o crime, o jornal retratou Sandra Gomide como uma profissional de competência duvidosa e Pimenta Neves como um profissional irretocável, como se a brutalidade pertencesse apenas ao universo dos incultos e comuns. No segundo dia, o jornal repete as informações essenciais, isenta-se de opinião em relação aos protagonistas do fato, mas questiona a ação da Justiça.

¹¹⁹ JORNALISTAS analisam cobertura. *Folha de S. Paulo*, 27 ago. 2000.

¹²⁰ DINES, Alberto. Dois tiros nas redações. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/atualiza/artigos/iq250820001.htm>

Soubemos, por meio de Alberto Dines, que o crime de Pimenta Neves não tinha precedentes na história do jornalismo, não pelo crime em si, mas pelo fato de envolver dois representantes da classe jornalística, que pertenciam a um dos mais importantes jornais do País. Desta forma, a opção por noticiar ou não o crime, bem como a escolha dos fatos e como eles seriam noticiados, poderia incitar manifestações de toda sorte, porque fazer jornalismo é também fazer escolhas e nem sempre todos os lados de um mesmo fato são abarcados numa notícia e, assim, mesmo que se busque a imparcialidade e a transparência, sempre haverá uma tendenciosidade, porque a imparcialidade jornalística é apenas uma meta que se estabelece, mas que não se atinge em sua totalidade.

4.5 Uma síntese do discurso das notícias analisadas

Nesses mais de 20 anos que separaram a cobertura jornalística do assassinato de Ângela Diniz e a cobertura jornalística do assassinato de Sandra Gomide, a sociedade mudou substancialmente a forma de representação da identidade de gênero feminino nos crimes passionais. A alegação de defesa da honra para os crimes passionais já faz parte de um passado que sequer encontra ecos na sociedade, menos ainda na lei, e a violência de gênero tem sido um tema amplamente discutido pela sociedade, especialmente depois da aprovação da Lei Federal nº 11.340, a “Lei Maria da Penha”, em 2006.

É evidente que ainda há resquícios da visão machista na sociedade, que resistem em desaparecer, porque são milenares, mas é significativa a mudança social que se observa em curso. Essas mudanças podem ser constatadas na síntese que apresentaremos a seguir, a respeito do tratamento que a imprensa dispensou a cada crime passionais que analisamos, em cada contexto histórico e social. No entanto, parece que outros valores ideológicos permanecem na sociedade, quando se trata das relações de poder.

Doca Street e Ângela Diniz - 1976
O foco da notícia recaiu sobre Ângela e seu comportamento, que revelava uma mulher em desacordo com os padrões morais e sociais da época. O crime foi tratado como produto de um comportamento feminino inadequado e, desta forma, houve a manutenção da hegemonia, pois havia uma ideologia que determinava os lugares de cada um na sociedade, na perspectiva das relações de gênero.
Dorinha Duval e Paulo Sérgio - 1980
O foco da notícia recaiu sobre Dorinha Duval, porque era pessoa pública e teve fuga facilitada. O crime foi tratado como produto de um relacionamento amoroso socialmente reprovável, haja vista a diferença de idades entre o casal, e, desta forma, há a manutenção da hegemonia, pois a ideologia vigente recriminava este tipo de relação, principalmente quando a mulher tinha mais idade que o homem.
Lindomar Castilho e Eliane de Grammont - 1981
O foco da notícia recaiu sobre a vítima e seu assassino. O crime foi tratado como produto de um comportamento masculino violento, potencializado pelo ato da mulher que supostamente traía. O crime não foi justificado, mas as razões do criminoso contribuíam para a manutenção da hegemonia em uma sociedade na qual ainda se observava uma ideologia que justificava a defesa da honra masculina. Por outro lado, o jornal também apontou para novas perspectivas nas relações de gênero, contribuindo, assim, para a mudança social.
Pimenta Neves e Sandra Gomide - 2000
O foco da notícia recaiu sobre a vítima e seu assassino, porém de maneiras diferentes. O crime foi tratado como produto do desequilíbrio emocional de um homem abandonado por uma mulher 31 anos mais jovem, que manteve o relacionamento por interesses socioeconômicos. Houve a tentativa de reinstaurar uma ideologia que justificava as atitudes das classes dominantes ao apresentar características positivas do criminoso em detrimento das características negativas da vítima, e essa desigualdade entre os perfis revela uma ideologia que ainda encontra resquícios na sociedade. Porém, o corporativismo foi rechaçado pela opinião pública e o jornal passou a tratar do crime como produto da violência de gênero e das desigualdades nas relações de poder, o que revela a manutenção da nova ideologia em curso, segundo a qual, nas relações de gênero, homens e mulheres devem ser tratados em igualdade de direitos.

Considerações Finais

A colunista Mônica Bergamo, do jornal *Folha de S. Paulo*, informou em sua coluna do dia 20 de junho de 2009 que centenas de advogados e estudantes reuniram-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para homenagear o advogado criminalista Waldir Troncoso Pires, morto em abril de 2009, que “advogou para pelo menos cem homens que mataram suas mulheres e para 30 mulheres assassinas dos maridos”. A homenagem póstuma foi feita por meio de um júri simulado que teve como tema “a paixão pode absolver um criminoso?”.¹²¹

De acordo com Bergamo, o advogado Alberto Toron e o promotor Roberto Tardelli defenderam que “quem ama não mata” e que “o que matou em nome do amor antes bateu, estuprou, humilhou”. Para eles, a paixão pode ser uma justificativa, mas jamais um motivo para absolvição do assassino passional.

A defesa da paixão foi feita pelo advogado e ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e pela defensora pública Daniela Cembranelli, para quem “o amor não mata, a paixão, sim”. Para Bastos, ainda que o homicida passional não possa ficar impune, “é preciso pensar na carga de sofrimento que a levou [a pessoa] a matar”. Ainda de acordo com Bastos, “existem casos em que a paixão merece, pode e precisa ser absolvida.” Nessa simulação de julgamento, a paixão foi absolvida por 166 votos e condenada por 41 votos.

¹²¹ BERGAMO, Mônica. A paixão vai ao banco dos réus. E vence. *Folha de S. Paulo*, 20 jun. 2009.

Ainda que se trate de uma simulação que teve por objetivo homenagear um dos mais importantes advogados do país, esse resultado revela um pensamento que ainda encontra respaldo na sociedade brasileira, segundo o qual alguns crimes passionais são justificáveis, como se os criminosos fossem impelidos a tal ato e como se a culpa pela morte recaísse sobre a própria vítima que, por estar morta, é impossibilitada de se defender. Esse tipo de pensamento também esteve muito presente nos casos de crimes passionais que analisamos nesta tese, com algumas variações em função das especificidades que envolveram cada crime.

Quando Doca Street assassinou Ângela Diniz no final de 1976, pesou sobre ela o fato de ser uma mulher cujo comportamento afrontava a moral conservadora da sociedade à época do crime. Ângela era desquitada, envolvia-se com homens casados, consumia drogas. Por esse comportamento, seu assassinato foi compreendido pela sociedade e pelo júri, que praticamente absolveu o assassino no primeiro julgamento e foi preciso a mobilização dos movimentos feministas para que o réu fosse a novo julgamento. A imprensa inicialmente tratou o crime como resultado de um comportamento inadequado para uma mulher e, assim, naquele contexto, a violência de gênero não foi questionada e Ângela, além de vítima, foi culpada por sua morte. O jornal *Folha de S. Paulo* contribuiu, pois, para a manutenção da ideologia da época, segundo a qual, nas relações de poder, a mulher devia desempenhar um papel social que estivesse voltado para as questões da família, do casamento e de acordo com os padrões morais vigentes na sociedade.

No início da década de 1980, Dorinha Duval assassinou seu companheiro Paulo Sérgio Garcia Alcântara. O crime repercutiu, porque a criminosa era uma atriz conhecida do público e, por isso, a imprensa questionou uma possível facilitação de fuga da atriz, bem como a ineficiência da polícia em investigar o caso. O jornal *Folha de S. Paulo*, antes que fossem apontados os motivos do crime pela polícia, antecipou-se e apresentou a tese de crime passional, justificando para isso a diferença de idade entre o casal, visto que Dorinha era 16 anos mais velha que o companheiro, sentia ciúmes

dele e seria abandonada por ele. Assim, o jornal contribuiu para a manutenção da ideologia que ainda hoje está presente em nossa sociedade, que recrimina as relações amorosas entre mulheres mais maduras e homens mais jovens. Nesse sentido, o crime foi consequência de um relacionamento amoroso pouco convencional para os padrões sociais e a mulher, por sua vaidade, o praticou.

Lindomar Castilho assassinou Eliane de Grammont menos de dois anos após o primeiro julgamento que praticamente absolvera Doca Street e, naquele contexto, as discussões acerca da questão da violência contra a mulher eram muito frequentes e ganhavam vulto na sociedade. Por isso, o crime de Lindomar Castilho mobilizou a opinião pública e provocou reações adversas na sociedade. Evidentemente, pesava o fato de Lindomar ser um cantor de grande apelo popular, o que por si só já atribuía relevância à notícia, mas a questão da violência de gênero, especialmente contra a mulher, adquiriu destaque na sociedade e a imprensa desempenhou importante papel na denúncia do problema. O jornal *Folha de S. Paulo*, ainda que tenha ouvido as duas versões do fato, contribuiu para a propagação de uma nova ideologia, segundo a qual a violência contra a mulher e o perdão aos homicidas passionais deveriam receber novo tratamento da sociedade e da Justiça. Assim, o discurso da imprensa atuou também como agente de mudança social, motivado principalmente pelo clamor de parte da sociedade que lutava contra a desigualdade de gêneros nas relações de poder.

Quase vinte anos depois do crime de Lindomar Castilho, o jornalista Pimenta Neves assassinou a também jornalista Sandra Gomide. Nessas duas décadas entre um crime e outro, a sociedade brasileira modificou substancialmente sua forma de interpretar os crimes passionais, e a violência de gênero, ainda que muito presente, já não encontra justificativa na sociedade. Apesar disso, o jornal *Folha de S. Paulo*, na tentativa de garantir ao leitor o acesso à informação, noticiou o crime como se o assassino, por seu currículo impecável, fosse vítima da paixão que nutria por uma mulher 31 anos mais jovem e, segundo aquela notícia, de

competência profissional duvidosa. Evidentemente, o tom da matéria jornalística não obteve aceitabilidade e, por isso, a notícia recebeu novo tratamento, mas a escolha do tom na matéria inicial revela que, mesmo que o comportamento da sociedade seja outro, há ainda resquícios de uma ideologia que determina os lugares de cada membro da sociedade nas relações de poder entre dominantes e dominados, e o jornal, ainda que estivesse em consonância com a nova ideologia social, resgatou valores que já não eram socialmente aceitos, como numa tentativa de manipulação dos leitores.

De acordo com Van Dijk (2008:237), “a manipulação é uma das práticas sociais discursivas de grupos dominantes que servem à reprodução do seu poder” e, portanto, é uma forma de abuso de poder, visto que a informação dada atende a interesses específicos de um grupo social. Entretanto, a manipulação pode ocorrer ou não, dependendo do receptor da mensagem.

Isto posto, é lícito afirmar que o jornal *Folha de S. Paulo*, nas coberturas jornalísticas dos crimes passionais analisados, feitas nos dois dias subsequentes aos fatos, atuou de acordo com os valores que eram socialmente aceitos em cada época, ora promovendo a hegemonia, como durante a cobertura dos crimes praticados por Doca Street e Dorinha Duval, ora promovendo a mudança, como durante a cobertura do crime praticado por Lindomar Castilho. Especialmente na cobertura do crime praticado por Pimenta Neves, o jornal, impelido por razões corporativistas, parece ter atuado de forma ambígua, pois, embora desde aquela época já estivesse em curso uma nova ideologia que propõe tratamentos iguais nas relações de gênero, ainda há um tratamento diferente nas relações de poder, principalmente quando se trata do controle das informações.

No entanto, mesmo que a imprensa atue na sociedade como instância de poder, é importante ressaltar o papel que a sociedade contemporânea desempenha, quando também questiona o papel da imprensa e refuta seu discurso e, por conseguinte, a dominação.

Apesar disso, o discurso da notícia ainda exerce na sociedade uma significativa função manipuladora, porque é produzido por organizações que detêm uma forma específica de comunicação pública que reproduz para a sociedade aquilo que é de seu interesse, caracterizando-se como “uma prática social ilegítima, porque viola regras ou normas sociais gerais”¹²² e, para que seus objetivos sejam alcançados, o discurso da notícia organiza-se por meio de estratégias que direcionam o leitor para determinada compreensão do discurso.

Pela teoria proposta por Teun A. Van Dijk na obra *News as discourse*, que orientou a análise do *corpus* selecionado, pudemos constatar que, de fato, o discurso da notícia se dá por meio de um amplo processo que envolve desde a produção da notícia, a partir da seleção e ordenação dos eventos noticiosos, até a sua recepção, que orientará o leitor no acionamento de seus modelos contextuais, motivados por *scripts* socialmente partilhados. Nesse bojo, está o texto noticioso, que apresenta uma estrutura que o caracteriza como pertencente aos gêneros jornalísticos, mas que também apresenta uma estrutura que se organiza em torno de proposições que orientam o discurso e, por meio dessas proposições, é possível construir os sentidos do texto e, desta forma, identificar as ideologias presentes nesse discurso.

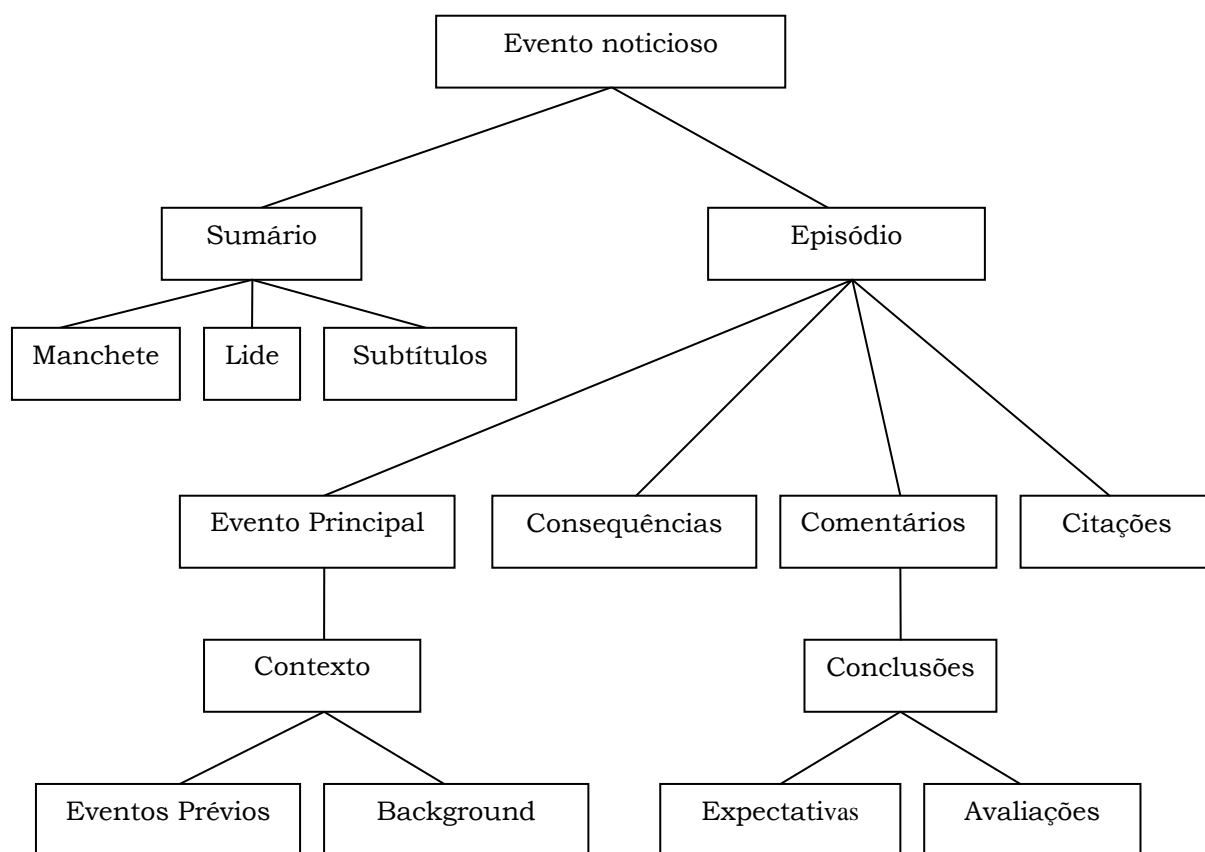
No entanto, cumpre-nos ressaltar que as categorias apresentadas por Van Dijk (1988) como constitutivas do esquema da notícia merecem ser revisitadas, especialmente em função da dinâmica das redações e do estilo individual que caracteriza cada publicação, ou cada editoria de uma publicação, ou ainda o estilo individual de cada redator, quando lhe é permitido fugir das amarras da padronização, como se observa, por exemplo, na corrente chamada de Novo Jornalismo, ou jornalismo literário.

Ainda no que se refere ao esquema proposto por Van Dijk, foi possível observar que a categoria Reações Verbais, diferentemente do que afirma o autor, não pode ser entendida como um caso especial de consequências do evento noticioso. Mais do que isso, as citações, em discurso direto ou

¹²² VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. 2008, p. 238.

indireto, podem compor quaisquer das categorias presentes no discurso da notícia e sua finalidade é, principalmente, atuar como prova de autenticidade do relato jornalístico ou atribuir responsabilidade à fonte de informação, como afirma Charaudeau (2006), embora também permita que o redator, por meio delas, formule suas opiniões a respeito do fato. Portanto, não é possível estabelecer uma regularidade para as reações verbais no discurso da notícia.

Considerando, pois, nossas análises, também foi possível extrair um esquema hipotético para a estrutura da notícia, conforme segue:



De acordo com esse esquema, o discurso da notícia se estrutura a partir de um evento noticioso que pode ser sumarizado pelas informações presentes no conjunto formado pela manchete, lide e subtítulos, este último, quando houver. O evento noticioso também deve motivar as categorias apresentadas, isto é, há um Episódio que pode ser composto por um ou mais Eventos Principais, deve apresentar Citações e, eventualmente, Comentários

e Consequências. Os Eventos Principais poderão apresentar um Contexto e também eventualmente um *Background* ou Eventos Prévios. Evidentemente, essas categorias serão apresentadas conforme a quantidade de informações disponíveis ou necessárias para satisfazer as intenções dos veículos de informação, consoante aos valores-notícia eleitos para cada notícia.

Somem-se a isso, também, os recursos retóricos e estilísticos empregados no texto, que contribuem para o acionamento de modelos contextuais para que, por fim, o discurso seja aceito pelo leitor e, assim, se concretize a manipulação, que provoca a hegemonia ou a mudança social.

Dissemos, no decorrer desta tese, que o discurso da imprensa não é neutro, tampouco transparente, porém a *Análise do Discurso*, como disciplina que se associa a outras disciplinas das Ciências Sociais, contribui substancialmente para que se revelem os implícitos que há na prática discursiva e que atuam como forma de veiculação de ideologias presentes em determinados contextos históricos e sociais. Esta tese, pois, pôde cooperar de maneira bastante profícua para o debate acerca das questões que envolvem a identidade de gênero feminino em nossa sociedade, pois, mais do que discutir a violência doméstica e as desigualdades entre os gêneros masculino e feminino por meio da linguagem, discutiu também a forma como a imprensa representou a mulher vítima ou autora de crimes passionais e as conclusões às quais chegamos indicam que, embora a sociedade venha apresentando progressos significativos no que tange às questões do universo feminino, ainda há muito a ser modificado, e a imprensa pode e deve colaborar para que alguns valores sejam modificados em nossa sociedade.

Em outubro de 2009, fomos informados a respeito de um caso flagrante de violência de gênero sofrida por uma estudante universitária paulista que, no julgamento de homens e mulheres, trajava-se inadequadamente no ambiente acadêmico. Não fosse a imprensa divulgar o caso e questionar as arbitrariedades sofridas pela aluna, a agressão teria

passado despercebida e a sociedade não teria colocado em pauta o direito feminino de liberdade de expressão.

O fato é que a sociedade tem avançado consideravelmente no que se refere às questões de gênero feminino. No entanto, de tempos em tempos, surgem novos eventos que parecem questionar tudo o que já se conquistou, como se fosse preciso realocar a mulher na vil posição de subalterna na sociedade.

As escolhas que a imprensa faz revelam o que ela pensa do gosto gastronômico dos seus leitores. Jornais são refeições, bufês de notícias selecionadas segundo um gosto preciso. (...) ao servir refeições de notícias ao povo, os jornais realizam uma magia perversa com seus leitores: depois de comer eles serão iguais àquilo que leram.

Rubem Alves

Referências bibliográficas

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. “Repères dans le champ du discours rapporté”. In. *L’information grammaticale*, n° 55 et 56, 1992 et 1993 *apud* MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.

BALZAC, Honoré de. *A mulher de trinta anos*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1984.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005.

BENETTI, Márcia. *Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos*. In. LAGO, Claudia & BENETTI, Márcia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

BERALDO JUNIOR, Benedito Raymundo. *Legítima defesa da honra como causa excludente de antijuricidade*. Jus navegandi. Teresina, ano 8, n° 367, 09 jul. 2004.

BERGAMO, Mônica. *A paixão vai ao banco dos réus. E vence*. *Folha de S. Paulo*, 20 jun. 2009.

BÍBLIA SAGRADA. 81 ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1992.

BOCATO, Raquel. *Representação aumenta à sombra do machismo*. *Folha de S. Paulo*, 08 mar. 2005.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Amperj. http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. Ministério da Justiça. Perfil das vítimas e agressores das ocorrências registradas pela Polícias Civis (janeiro de 2004 a dezembro de 2005). www.mj.gov.br

CAPRIGLIONE, Laura. Doca Street usa livro para lucrar à custa de minha mãe. *Folha de S. Paulo*, 06 set. 2006.

CASTELO BRANCO, Adriana *et al.* Assassinato de Sandra mobiliza feministas. *O Globo*, 27 ago. 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Belarmino César G. *Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos*. Campinas, SP: Editora Autores Associados – Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2002.

COULTHARD, Malcolm. *Sexo e linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.

DAOUN, Alexandre Jean. Adultério virtual. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 6, n° 53, jan de 2002. disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto>. Acesso em 11 de maio de 2009.

DINES, Alberto. Dois tiros nas redações. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/atualiza/artigos/iq250820001.htm>

DINIZ, Laura. Quase uma década de impunidade. *Veja*. Ed. 2131. Ano 42. n° 36, 23 set. 2009.

ELUF, Luíza Nagib. *A paixão no banco dos réus*. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

_____. Crime passional. *Folha de S. Paulo*, 05 out. 2006.

ELUF, Luíza Nagib. A Lei Maria da Penha. *O Estado de S. Paulo*, 21 abr. 2007a.

_____. Crime premeditado. www.conjur.com.br. 17 jul. 2007b.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, Álvaro Alves. De heróis e assassinos. *Folha de S. Paulo*, 11 dez. 1983.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2007.

_____. *Manual escolar de redação*. São Paulo: Ática, 1994.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GENRO, Tarso. Erradicar a violência contra a mulher. *Folha de S. Paulo*, 09 mar. 2008.

GLOBO MARCAS. *Linha Direta Justiça*: 4 histórias reais. 0037-9, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual*. New York: Anchor Books, 1967.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudo especial sobre a mulher – PNAD. Extraído de http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1098. Acessado em 01 ago. 2009.

KOCH, Ingedore G.Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Argumentação e linguagem*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo*: Norte e Sul: Manual de Comunicação. São Paulo: Edusp, 2001.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Linguagem jornalística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *A reportagem*: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAGO, Claudia & BENETTI, Márcia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOBO, Irene. População carcerária feminina mais do que dobrou nos últimos cinco anos. *Agência Brasil*, 27 jan. 2008.

LUCENA, Eleonora de. O futuro dos jornais. *Folha de S. Paulo*, Mais!, 08 jun. 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARINA, Anna. A moça da missa das 10. *Folha de S. Paulo*, 07 jan. 1977.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEINEL, Valério. Juiz interroga Dorinha no 1º Tribunal do Júri. *Folha de S. Paulo*, 15 dez. 1980.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003.

MILANI, Aloísio. Lei de Crimes Hediondos mudou após casos de comoção nacional, mostram estudos. *Agência Brasil*, 14 fev. 2007.

MORAIS, Regis de. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *A face oculta do jornal: desvendamento*. Anais de seminários do GEL V. I, 1994.

MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. História da Folha de S. Paulo. São Paulo: Impres, 1981 apud TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MUSUMECI, Leonarda. Estatísticas de segurança: para que servem e como usá-las. In. RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela (Orgs.) *Mídia e violência: tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos de português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- ODALIA, Nilo. *O que é violência*. São Paulo: Nova Cultural : Brasiliense, 1985.
- O ESTADO DE S. PAULO. *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.
- OLIVEIRA, Roberto de, & SAMPAIO, Paulo. Mulheres fatais. In. *Revista da Folha*. Quando as mulheres matam. Ano 11, nº 546, 17 nov. 2002.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In. VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely (Orgs.) *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- RONDON, José Eduardo, e VARGAS, Rodrigo. Juiz usa Lei Maria da Penha para proteger homem. *Folha de S. Paulo*, 31 out. 2008.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004a.
- _____. Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. In. VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely (Orgs.) *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004b.
- SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In. MATOS, Maria Izilda S. de, e SOLER, Maria Angélica. *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

SÃO PAULO. Acervo de dados em segurança pública: estatísticas criminais: população carcerária. <http://www.seade.gov.br/projetos/acervosp/popcarceraria.php>

SEVCENKO, Nicolau. O rosto do mundo. In. *Primeira página*: Folha de S. Paulo. 5. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

SHAKESPEARE, William. *Otelo, o mouro de Veneza*. Trad. Jean Melville. Col. Obra-prima de cada autor. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: seis mil dias depois*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, Carmen da. Afinal quem é o réu? *Claudia*. Ano XVI, nº 187, abr. 1977.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. Leitura: produção interacional de conhecimentos. In. BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo: Educ, 1998.

SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafio e perspectivas. In. MATOS, Maria Izilda S. de, e SOLER, Maria Angélica. *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In. DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto : Editora Unesp, 2000.

SPENDER, Dale. Extracts from man made language. In. CAMERON, Deborah. *The feminist critique of language: a reader*. 2. ed. London: Routledge, 1998.

STREET, Doca. *Mea culpa*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

SUED, Ibrahim. Ângela Diniz segundo Ibrahim Sued. *Folha de S. Paulo*, 06 jan. 1977.

TANNEN, Deborah. *Você simplesmente não me entende*. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2005b.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2000.

VALENTE, Rubens e MORAES, Welliton. *Jornalista ataca ex-namorada para se defender*. *O Globo*, 25 ago. 2000.

VAN DIJK, Teun A. *News as discourse*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

_____. *The interdisciplinary study of news as discourse*. 1991. Extraído de <http://www.discourses.org/download/articles>

_____. *Principles of critical discourse analysis*. 1993. Extraído de <http://www.discourses.org/download/articles>

_____. *Semântica do discurso e ideologia*. IN. PEDRO, Emilia R. (Org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

_____. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VILAS BOAS, Sérgio. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editora Presença, 1987. *Apud* TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2005b.

Referências a jornais, revistas e sites

Folha da Tarde

ADVOGADOS duelam, mulheres brigam, Lindomar chora. *Folha da Tarde*, 24 ago. 1984.

Folha de S. Paulo

RIO: padre e Justino têm a mesma opinião. *Folha de S. Paulo*, 06 jan. 1977.

REAL é mais fantástico. *Folha de S. Paulo*, 07 jan. 1977.

DEFESA pede relaxamento da prisão de Lindomar. *Folha de S. Paulo*, 02 abr. 1981.

JORNALISTAS analisam cobertura. *Folha de S. Paulo*, 27 ago. 2000.

PIMENTA quis bloquear carreira de Sandra. *Folha de S. Paulo*, 27 ago. 2000.

Folha de S. Paulo. O que elas querem. 08 mar. 2005.

SOCIEDADE demora a incorporar conquistas. *Folha de S. Paulo*, 08 mar. 2005.

LEITOR da Folha está no topo da pirâmide social brasileira. *Folha de S. Paulo*, 11 nov. 2007.

Jornal da Tarde

DOCA: corretor, salva-vidas e banqueiro. Banqueiro? *Jornal da Tarde*, 04 jan. 1977.

NA MADRUGADA, a condenação de Lindomar. *Jornal da Tarde*, 25 ago. 1984.

Jornal do Brasil

DORINHA Duval se apresenta à polícia e confessa o crime. *Jornal do Brasil*, 15 out. 1980.

O Globo

DORINHA dá entrevista mas não explica o crime. *O Globo*, 21 out. 1980.

ASSASSINATO de Sandra mobiliza feministas. *O Globo*, 27 ago. 2000.

Revista Época

BRUM, Eliane. “Não matei por amor”. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Época/0,,EDR75229-6014,00.html>

TIROS na imprensa. *Época*. 28 ago. 2000. n. 119, p. 36-42

Revista Veja

MARTINS, Sérgio. “Sou um novo homem”. *Veja*. 01 mar. 2000. Ed. 1638, p. 142-3. <http://veja.abril.com.br/acervodigital>

PAULA, Caco de. Poder de vida e morte. *Veja*. 30 ago. 2000. Ed. 1664. p. 112-5. <http://veja.abril.com.br/acervodigital>

XEXEO, Artur e NUNES, Augusto. Doca vai, mata e vence. *Veja*. 24 out. 1979. Ed. 581, p.112-9. <http://veja.abril.com.br/acervodigital>

ÚLTIMA viagem de amor. *Veja*. 12 jan. 1977. Ed. 436. p. 34-7. <http://veja.abril.com.br/acervodigital>

Sites da Internet

http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo_folha.shtml

http://www.ibge.gov.br/7a12/voce_sabia/curiosidades/default.php

<http://www.seade.gov.br/projetos/acervosp/popcarceraria.php>

<http://www.mj.gov.br>

<http://almanaque.folha.uol.com.br/>

<http://info.abril.com.br/aberto/infonews/122007/04122007-8.shl>

<http://publicidade.folha.com.br/>

<http://houaiss.uol.com.br/>

ANEXOS

Assassinada a tiros Ângela Diniz, a "Pantera de Minas"

Ângela Diniz, conhecida nos círculos da sociedade como a "Pantera de Minas", foi assassinada a tiros ontem à noite na casa do industrial paulista Raul Fernando Street na praia dos Búzios, perto de Cabo Frio, no litoral fluminense.

O crime teria sido praticado às 21h30, mas só chegou ao conhecimento da delegacia policial de Cabo Frio no final da noite. Consta, ali, que o principal suspeito é Raul Fernando Street, cujo paradeiro se ignora. Consta ainda que Ângela vivia com ele há cerca de quatro meses.

Assim que recebeu comunicado da subdelegacia de

Búzios, o delegado Newton Wattz, de Cabo Frio, mandou para lá uma equipe de policiais, que até esta madrugada não havia retornado à delegacia (Búzios fica a cerca de uma hora de carro de Cabo Frio) nem feito comunicação alguma.

Ângela Maria Fernandes Diniz (seu nome completo) já havia figurado no noticiário policial em junho de 1973, envolvida no rumoroso caso do assassinato do ex-vice José Avelino dos Santos, o Zé Pretinho. Este foi morto a tiros pelo jovem empresário Artur Vale Mendes, o Tuca Mendes, quando rondava a casa de Ângela, à noite.

Angela da "pantera mineira"

O delegado Newton Watzl, de Cabo Frio, pediu à Polícia — seção de São Paulo — a prisão de Raul Fernandes Alves Street, o Doeu, instador de Angela Diniz, a "Pantera de Minas". No pedido, o delegado, informa sobre a "pertinência do assassino" e dá outras informações sobre ele: 42 anos, casado, ex-saltador de Miami (EUA), residência na rua Joaquim Floriano, 157 — Jardim Paulista.

Até amanhã de ontem, ele não tinha a menor ideia do paradeiro de Doeu além da do que ele abandonou o local do crime num carro Materick de cor café-com-leite, placa 0161, de São Paulo.

Todas as barreiras de três estados estão sendo visitadas pela polícia e o efetivo da delegacia de Cabo Frio mobilizado na cidade e praias. Há mais uma vez que existe a possibilidade de Doeu estar ainda na região para se entregar mais tarde acompanhado de advogados ou mesmo voltar incognito a Cabo Frio, que recebe nesta época de ano cerca de 200 mil visitantes.

O assassinato ocorreu às 20:10 horas de quinta-feira no banheiro da casa depois de uma violenta discussão entre o casal, presenciada pelas empregadas Ivania Gonçalves e Mariete Quintanilha Póto.

Os quatro empregados da mansão da praia de Doeu (farmácia dos Búzios) onde houve o crime, quando ontem à tarde, na delegacia de Cabo Frio, informaram que os crimes que Raul nutria por Angela foram os motivos do crime.

O delegado Watzl acha, no entanto, que o homicídio teve outros motivos, possivelmente ligados ao tráfico ou uso de tóxicos. Duas testemunhas que o delegado considera "muito importantes", e por isso mantém seus nomes em sigilo, vão ser ouvidas por ele hoje ou segunda-feira. Elas teriam assistido à última briga entre Raul e Angela.

O legista Geraldo Tavares, da polícia de Cabo Frio, atestou que Angela recebeu quatro tiros de pistola "beretta", calibre 7.65. Os disparos a atingiram na face, lado esquerdo, e apenas um foi feito a certa distância, possivelmente com o revólver ainda em pé. Os outros três tiros foram desfechos à queima-roupa e um deles transpassou o crânio, causando a morte quase instantânea de Angela.

O corpo foi liberado pelo legista por volta das 10 horas e às 11h30min foi trasladado para Belo Horizonte para lá ser velado. Newton Watzl, irmão de Angela, foi quem providenciou o funeral — ele esteve em Cabo Frio com seu casal de amigos de Angela.

Entre brônquios muito desde que passaram a viver juntos, segundo o depoimento de vizinhos em Búzios, Raul e Angela já tinham acordado o casamento. Como eram desquitados, havia uma possibilidade, praticamente certa, de os dois casarem na embaixada da Austrália. Esta intenção era contida nos amigos e confirmada pelo irmão de Angela na manhã de ontem na delegacia de Cabo Frio.

Nos primeiros depoimentos colhidos pelo delegado de Cabo Frio junto aos empregados da casa soube-se que o casal chegara a Búzios há três dias para as festas de fim de ano em companhia de milionários paulistas. Angela e Doeu viviam juntos há pouco mais de três meses. Ela, que Doeu, com 42 anos de idade, havia se casado de sua primeira mulher. Rlo

O corpo de Angela Diniz chegou a Belo Horizonte às 14 horas e trinta minutos, transportado em um jatinho da Líder fretado pela família. E às 16 horas e 15 minutos, depois de ser feita a recomendação do corpo na capela do cemitério e das preces à beira da sepultura, o corpo foi enterrado num jazigo do cemitério Barone da Colônia. Pouco mais de duzentas pessoas assistiram a cerimônia e além das familiares compareceram apenas os amigos mais chegados da família.

No aeroporto da Pampulha, onde o táxi aéreo aterrissou, trouxe o corpo de Angela, o seu irmão, Newton e o cunhado, Alair Couto Filho, casado com a irmã de Angela. Fôlmu o corpo foi transportado diretamente para o cemitério, no carro funerário da Santa Casa. Ao dar entrada no cemitério, uma coroa de flores foi colocada sobre o carro funerário.

Depois da discussão entre Fôlmu e uma amiga da família antecederam as preces de recomendação do corpo, feita pelo Padre Dielma, capelão do cemitério. A irmã de Angela não permitiu a abertura do caixão: "Ela está eternamente eternizada. Não quero que ninguém guarde essa imagem dela". Diante da insistência da amiga, ficou resolvido que seriam colocadas flores dentro do caixão, mas as portas fechadas, apenas com a presença dos funcionários do cemitério.

O sepultamento foi feito sob forte comoção da família. Sua mãe desmaiou no momento em que

o corpo chegou ao local e antes de se iniciarem as preces finais. Revoltados com a presença de grande número de fotógrafos e repórteres, chegaram a cercar o caixão para impedir as fotografias. Antes, os amigos da família já tinham pedido para que se evitasse fotos dos familiares. Seus filhos, Newton, Cristina e Lutz — estavam acompanhados do pai Milton Villas Boas, que se casou com Angela quando ela tinha apenas 15 anos.

O cinegrafista de uma emissora de televisão local foi agredido com uma pedrada pelo filho mais velho de Angela, de 14 anos de idade, no momento em que o corpo baixava à sepultura e familiares afastavam o karotô do caixão, transportado pela morte da mãe e sob forte crise de choro.

O advogado Maurício Brandt Azeilo, filho do falecido homem público, Pedro Azeilo, seu defensor no caso da morte do zelador de sua casa, envolvendo também o empresário Artur Valle Mendes — o Tuca — esteve presente desde o momento em que o corpo chegou ao aeroporto. O advogado é sucessor de seu pai na direção do Partido Democrático (Republicano-PDR) — é casado com uma tia de Angela e, em rápida declaração à imprensa, contou que passou o Natal junto a ela e Raul Street, em Belo Horizonte, na casa de Alair Couto Filho e Raimunda Diniz.

A própria Angela disse naquela festa que foi o melhor Natal de sua vida. O seu companheiro, Raul Fernandes Street, foi muito bem recebido, e entendeu-se perfeitamente com toda a família. A mãe de Angela, Maria do Espírito Santo Fernandes Diniz, quando recebeu a notícia, não queria acreditar. Não conseguia entender como Raul Street teve coragem de cometer o crime.

Zilda Couto e Alair Couto, os nomes mais conhecidos da Alta Sociedade mineira, também estiveram presentes. Seu filho é casado com a irmã de Angela, e junto a eles a "Pantera de Minas" como mais tarde seria conhecida viveu seus momentos de maior destaque em Belo Horizonte. Os colunistas sociais do Capital mineira, responsáveis pela sua promoção nos jornais de Belo Horizonte, não compareceram ao sepultamento. Belo Horizonte

Angela Maria Fernandes Diniz, nascida, como diz, em berço de ouro, teve todo na vida para ser uma mulher feliz igual a muitas. Filha do cirurgião dentista Newton Vilão Diniz — há alguns meses falecido — e Maria do Espírito Santo Fernandes Diniz, Angela, desde cedo, era a jovem mais assediada pelos rapazes do então pacato bairro de Lourdes, em Belo Horizonte, que dividiam suas investidas nos "foofins" das praias Raul Soares (às quintas-feiras) e da Liberdade (aos domingos). E no "cine grátis", às terças-feiras, perto de sua residência, numa confluência denominada pelo rapazinho alegre da região de "Praça Rodão".

Aos 15 anos, após muitos namoricos, conheceu, de fato, seu príncipe encantado. Era o rico e bem lançado engenheiro Milton Villas Boas. Forte empreiteiro, filho de um ministro do Supremo Tribunal Federal, que com ela se casou, uma diferença de 15 anos (Milton tinha 33 anos), incompatibilidades que foram surgindo no dia a dia conjugal, fizeram com que eles se separassem. A concretização do desquite veio quando menos se esperava. Justamente quando Angela e o marido eram figuras obrigatórias nos "notas" do chamado "café-society", elidos pelos principais colunistas sociais de Belo Horizonte como Wilson Frade, Mário Fontana, José Maurício e Astem de Alencar, e de outros estados, como Tavares de Miranda, Ibrahim, Sued e Jacinto de Thomaz.

Logo após desquitada, Angela Diniz, mais tarde denominada a "pantera de Minas", se viu cercada em tamanho grau notável, mas diminuiu com a morte do ex-rondate de sua casa, José Avejino. Angela, em gesto nobre, procurou assumir a responsabilidade do crime, isentando de qualquer participação seu companheiro naquela noite, o conhecido empreiteiro Tuca Mendes, que era casado. Mas, as contradições em seu depoimento, levaram a polícia a apontá-lo como o verdadeiro autor do crime, pelo qual ele vai responder, sozinho, em maio próximo.

A "via-crucis" de Angela não parou aí. Desgostosa com o processo criminal a que se viu envolvida, transferiu residência para Ilho. Querida a paz que, em Minas, não foi possível de conquistar. Num Natal, visitando Belo Horizonte com a finalidade de rever seus familiares, não resistiu à tentação e fugiu com um filho, que estava sob a custódia do pai. A polícia abriu inquérito, a pedido de Milton Villas Boas, e Angela foi condenada pela justiça.

Dorinha Duval mata companheiro com três tiros

RIO (Sucursal) — A atriz Dorinha Duval, cujo nome verdadeiro é Dora Teixeira, de 51 anos, matou com três tiros o homem com quem vivia há cinco anos, o publicitário e produtor de filmes Paulo Sérgio Garcia de Alcântara, de 35 anos. O crime ocorreu na madrugada de ontem, na casa da atriz, na rua Senador Simonsen, 113, no Jardim Botânico.

Dorinha, que acompanhou a ambulância que levou Paulo Alcântara até o Hospital Miguel Couto, desapareceu pouco depois, mas policiais da 15.ª Delegacia disseram que ela se apresentará hoje, com um advogado. Ainda no hospital, a atriz, muito nervosa, disse que "houve um acidente", mas a polícia descarta essa hipótese.

Paulo Sérgio Alcântara morreu com três tiros, um no tórax e dois no abdômen. A perícia realizada na arma, um revólver Taurus calibre 32, apreendido pela polícia em cima da cama do quarto do casal, revela que o gatilho foi acionado uma quarta vez, mas falhou.

DEPOIS DA FESTA

O casal tinha estado à noite no apartamento de um amigo, no Leblon, José Francisco Scaglioni, também publicitário, retirando-se por volta da meia-noite e meia, em companhia de uma filha de Dorinha, Carla de 15 anos, que participava de uma festa de aniversário.

Segundo Scaglioni, meia-hora depois Dorinha telefonou-lhe "muito aflita, dizendo que atirara por acidente em Paulo, que precisava de socorro". O publicitário foi para o local, onde encontrou o colega lícido, caído ao lado da cama. Ele ainda o ajudou a levantar-se e a descer as escadas da casa, até a ambulância do hospital, pedida por Dorinha.

Dorinha acompanhou no carro de Scaglioni, a ambulância até o hospital, mas se retirou sem ser notada e ainda passou em casa antes de fugir. O caseiro da residência, Romildo da Silva, disse que nada ouviu durante a noite.

A atriz tinha viagem marcada na manhã de ontem para Belo Horizonte, onde faria um show. Paulo faria uma filmagem hoje, no Shopping Center Rio Sul. Ambos eram desquitados. Dorinha

foi casada com o diretor de TV Daniel Filho, com quem formou uma dupla de show que fez muito sucesso há 15 anos, na antiga TV Excelsior. Atualmente, a atriz fazia o papel de Cuca, no programa "Sillo do Pícapau Amarelo".

DEPOIMENTO

"Que brincadeira é essa, eu não quero morrer", disse Paulo Sérgio Garcia de Alcântara, logo depois de ser baleado. A frase foi pronunciada na presença do amigo José Francisco Scaglioni, chamado pela atriz para socorrer o ferido.

Ao prestar depoimento na madrugada de ontem, na 15.ª DP, Scaglioni ainda acreditava que Paulo Sérgio havia sido morto por apenas um disparo acidental.

Policiais da 15.ª DP não sabem explicar como o detetive Josué da Silva, da 14.ª DP, responsável pelo plantão hospitalar na madrugada de ontem, deixou Dorinha Duval escapar. As primeiras informações são de que ela disse que iria rapidamente em casa apanhar alguma roupa para o companheiro, que estava só de cueca. Pegou um táxi e desapareceu.

Trazer roupa de casa, de imediato, era uma providência absolutamente dispensável, pois o hospital tem roupas próprias para os casos de emergência.

Carla, a filha da atriz, foi deixada pelo casal na casa de seu pai, o diretor Daniel Filho, e, portanto, não estava no local na hora do crime. Paulo Sérgio Garcia de Alcântara será enterrado às 16 horas de hoje, no Cemitério São João Batista.

CIÚMES

Aparentando tranquilidade, d. Jaci Garcia de Alcântara disse ontem à "Folha", por telefone, que ainda não tinha uma interpretação para a morte do filho. Sobre o relacionamento do casal, explicou que nada podia informar porque "eles viviam a vida deles e eu a minha".

No Instituto Médico Legal, uma amiga de Paulo Sérgio revelou, sem querer se identificar, que há alguns meses Dorinha Duval passou a demonstrar ciúmes doentio do companheiro, com agressões físicas de ambas as partes. A atriz era 16 anos mais velha que o publicitário.

Atriz Dorinha Duval não se apresentou à polícia

RIO (Sucursal) — O delegado Borges Fortes, da 15.ª Delegacia Policial, pouco descobriu, ontem, sobre o assassinato do publicitário Paulo Sérgio Garcia de Alcântara por sua companheira, a atriz Dorinha Duval. Ela não foi localizada ontem e não se apresentou à polícia, como seu advogado prometera.

O hospital Miguel Couto, onde Paulo Sérgio chegou a ser socorrido, não encaminhou o boletim médico; o Instituto de Criminalística não enviou o laudo técnico sobre o caso; e nem o Instituto Médico Legal mandou a necropsia. Sem estes três documentos, a polícia não tem por onde começar a apurar o crime, que pode evoluir de assassinato para simples acidente, ou vice-versa.

As duas versões reuniam, ontem, pistas suficientes para se tornarem concretas e só hoje, depois de analisados os três documentos, é que o delegado Borges Fortes poderá dar um parecer mais conclusivo sobre o caso.

Durante todo o dia, ontem, os policiais da 15.ª DP, na Cárce, ouviram vizinhos e amigos do casal. Quem mora perto da casa número 113 da rua Senador Simonsen, no Jardim Botânico, não ouviu nada. Foi lá que o crime aconteceu. Do depoimento de José Francisco Scaglione, um publicitário que auxiliou Dorinha Duval no transporte de Paulo Sérgio para o hospital, a polícia também não tirou nenhuma conclusão.

CRIME PASSIONAL

Segundo amigos e pessoas ligadas ao casal, Dorinha e Paulo Sérgio brigavam muito, discutiam em voz alta e, "de vez em quando, ele sala de casa e ficava até uma semana sem aparecer". Nesses desaparecimentos, Paulo Sérgio "estaria mantendo contato com outras mulheres, já que era bonito, e isso ia aumentando as dificuldades entre o casal, pois Dorinha é tida como ciumenta". Por não suportar mais

ser tratada pelo marido, ela teria "cometido o crime".

VERSÕES VAGAS

Para justificar a hipótese de acidente, a polícia tem uma explicação. Há dois meses, conforme ficou apurado ontem, Dorinha e Paulo Sérgio discutiram e além dos gritos, os vizinhos teriam escutado barulho de dois tiros. Esses dois tiros, somados a um terceiro — que teria causado a morte de Paulo Sérgio — podem corresponder às três cápsulas deflagradas encontradas no tambor do Taurus 32, apreendido no local do crime.

Nesse caso, o terceiro disparo pode ser considerado acidental e não os três tiros de uma vez, conforme versão inicial. Isso só será esclarecido com os três documentos.

Entre os depoimentos colhidos ontem, estão o de José Francisco Scaglione (amigo do casal); de Romildo da Silva e Josefa de Jesus (empregados do casal) e de Edvaldo da Silva (ex-empregado).

CASA INTERDITADA

Os três documentos que podem esclarecer se foi acidente ou crime só chegarão hoje às mãos do delegado Borges Fortes. Se nem assim for possível uma conclusão, só o depoimento de Dorinha irá esclarecer o caso.

Ontem, ninguém conseguiu encontrá-la no Rio. Por volta das 16h30, seu advogado, Efraim Maluf, telefonou para a delegacia dizendo que ela "está em profunda depressão e crise nervosa, internada em uma clínica de repouso da cidade", o que foi confirmado por amigos do casal. Sua casa permanecerá interditada pela polícia e é possível que nos próximos dias o crime seja reconstituído.

O ENTERRO

Paulo Sérgio Alcântara foi sepultado ontem, quando faltavam dez minutos para as 15

horas. Seu enterro estava marcado para as 17 horas e a antecipação foi uma tentativa de despiatar curiosos e a imprensa.

Nenhum jornalista conseguiu entrar na capela do cemitério São João Batista, onde o corpo foi velado. Quem tentasse era barrado por quatro guardas de segurança. Quando Bernardo, de 7 anos, filho do casal, chegou à capela, os cinegrafistas e fotógrafos foram ameaçados de agressão por Carlos Manga, proprietário da firma Art Rio, onde a vítima trabalhava. Cerca de 150 pessoas acompanharam o sepultamento.

Lindomar Castilho mata a ex-mulher

O cantor Lindomar Castilho, de 41 anos, matou na madrugada de ontem, com um tiro, sua ex-cônjuge Eliane Aparecida de Grammont, de 36 anos, e fez sem gravidade o irmão Carlos Roberto da Silva.

O crime aconteceu no café "Belle Époque" na alameda Santos, 1.001, Jardim América, onde Eliane — irmã do jornalista Hebeza de Grammont, da TV Globo — cantava, acompanhada no violão por Carlos Roberto da Silva, que adora o nome artístico de Carlos Rinaldi.

O crime foi apressado — apressado pelos frequentadores, que quase o identificaram. Quando a polícia chegou, Lindomar Castilho estava com mãos e pés amarrados, cado na calçada. Levado ao Hospital das Clínicas e, depois ao 4.º Distrito (Cristovão), o cantor foi autuado em flagrante e recolhido à Casa de Detenção. O corpo de Eliane foi sepultado à tarde, no Cemitério do Anacleto.

CRIME

Pouco antes da uma hora de ontem, Lindomar, armado com dois revólveres, chegou ao café, aproximando-se de Eliane, que cantava acanhado perto de Carlos Roberto, e disparou cinco tiros. Eliane foi atingida na perna, próximo ao coração; Carlos, que é primo de Lindomar, foi atingido no abdômen duas vezes atingiram a perna e a mão do cantor. Nenhum foi encontrado.

O dono do café, William Schmidt, agarrou o cantor para desarmá-lo, e foi atingido por várias pessoas. Lindomar Castilho fugiu, mas foi apressado na calçada, amarrado e espancado.

Levado ao Pronto-Socorro Brigadeiro, Eliane morreu antes de ser atendida. Ela deixava uma filha, de quase dois anos, do casamento com Lindomar Castilho, cujo verdadeiro nome é Lindomar Cabral. Carlos Roberto também foi levado ao PS Brigadeiro, sendo encaminhado para o Hospital das Clínicas, mas lá recebeu alta.

CASAMENTO

Eliane de Grammont era filha da compositora Eliane de Grammont, então fibrosa, em sua maioria, jornalista e radialista.

Eliane conheceu Lindomar na gravadora RCA à qual o cantor está ligado e onde ela chegou a gravar um disco. Casaram-se e tiveram uma filha, mas a vida conjugal não foi feliz. Lindomar, segundo a família de Eliane, tem gênio violento, bebe demais e costumava espancar a esposa. Certa ocasião — gravando no estúdio — Lindomar chegou a ferir e espancar Eliane.

Após a separação, há seis meses, Eliane retomou seu trabalho de cantora. Ela vinha dizer, no despacho do casal, formalizado.

ACUSACÃO

Ontem, no 4.º DP, Lindomar Castilho negou que tivesse a intenção de matar a ex-esposa, embora admitisse que andava armado desde que recebeu porte de arma, há dez dias. Disse que foi ao "Belle Époque" conversar com Eliane sobre o contrato e a guarda da filha, mas sua versão foi recebida com reservas pela polícia, que acha que ele planejou o crime, pôs a mão e a hora não eram adequadas para discutir seu assunto de trabalho.

O cantor afirmou a ex-mulher de trabalho com Carlos Roberto e disse que curia vícios há bastante tempo. "Eles não separam que tinham um caso amoroso e até celebraram o casamento."

Mãe de Eliane nega a acusação de traição

"Mas por posse, mas ninguém é dono de ninguém. Mas por isso, por causa disso não destrói. Mas por destruição. Ele é um bruto."

Defendida por sua mãe, outra perseguida, dona Eliane de Grammont — mãe de Eliane, assassinada pelo ex-marido, Lindomar Castilho — fica repetindo as palavras. Está desesperada e só fala de Eliane. De Lindomar Castilho, considera o cantor mais popular da América Latina em 1978 pela revista norte-americana "Record World", dona Eliane, compreensivelmente, ganha profunda mágoa.

"Não houve fé amorosa, nem traição, nem deslealdade", repete. "Foi casamento" diz dona Eliane. "A Eliane casou-se das heranças do Lindomar e foi-se embora, viveu como qualquer ser humano tem direito de ser."

Quando Eliane conheceu Lindomar e resolveu casar-se, dona Eliane e o resto da família foram contra. Eliane foi contra a exigência de casar-se com separação de bens. Lindomar tinha muito dinheiro e Eliane não queria que ele passasse por este o motivo que a tirava. Lindomar também fez estúpida ou "problemas" segundo dona Eliane. Não queria que Eliane casasse mais.

VIGILANTE

O casal viveu apenas um ano. Segundo dona Eliane e irmãos de Eliane, Lindomar sempre bebeu muito e estava alcoolizado muito violento com a esposa. Quando lá estavam separados, Eliane descobriu que tinha uma ex-entidade clandestina, não-entidade criada, e mesmo doente que matou seu pai e dois de seus irmãos. Lindomar, segundo dona Eliane, procurou métodos para confirmar o diagnóstico e foi avisado de que Eliane



Um dos momentos de Lindomar com 36 anos.



Lindomar dos seus filhos e esposa Eliane.

não poderia sofrer rancões fortes. Isto não, no entanto, de acordo com dona Eliane, não impediu que Lindomar telefonasse a Eliane nas madrugadas "rolando palavras e ameaças".

EXIGÊNCIAS

Dona Eliane diz que seis meses após a separação Eliane aceita termos de reconciliação, mas Lindomar de vez em quando exigências por escrito, que ela deveria assinar e se comprometer a cumprir. Entre as exigências, ela deveria pedir perdão à compositora que trabalha para o cantor há anos e que foi um dos motivos de desentendimento do casal.

O namoro de Eliane com Carlos Roberto da Silva, o Carlinhos, começou há aproximadamente seis meses e quase imediatamente se tornou uma relação. Eliane declara cantar novamente e Carlinhos, que é controlado pelo café "Belle Époque", acha que ela deveria entrar-se em público para se desmbaratar depois do longo período de afastamento.

Grupo feminista se reúne para protestar

O grupo feminista "SOS-Mulher" de volta promover hoje à noite, à rua Arroz Averde, em Pinheiros, uma reunião para discutir a violência de que a mulher é vítima e encontrar um protesto durante a noite de sábado de Eliane de Grammont.

Para Raquel Moron, integrante do grupo, o assassinato de Eliane "tem tudo para se transformar num novo caso Doca Street, pois o assassinato lá está alegando legítima defesa de honra e que estava sendo ameaçada". Segundo Raquel, estas argumentações são "muito fáceis", pois o crime de crimes como esse é a ideia de que "a mulher é propriedade do homem e tem que estar à sua disposição, estando casada ou separada".

SOLIDARIEDADE

Os grupos PS-Mulher e Frente do Mulheres Feministas divulgou uma carta à imprensa solidarizando-se "com amigos e parentes da compositora Eliane de Grammont", além de lamentar o seu "desaparecimento". Segundo a carta, Eliane "cumpriu todas as obrigações, foi vítima do bárbaro costume machista que persiste em considerar a mulher como propriedade do homem, que pode depor de sua vida e sua família, certo da impunidade".

Para as entidades, a mulher em nosso País, se deseja exercitar como ser humano pleno de liberdade, seja amorosa ou profissional, esbarra sempre, infelizmente, naquele que se considera seu amor e poder. Sabemos, contudo, a falta das entidades, que estes dois pontos não se resolvem graças à impunidade que concede o costume. Todos sabemos os inúmeros casos semelhantes, nos quais o costume de acusar mulher, por pretextos fúteis, sustenta a ação política conservadora. Para as entidades feministas, não só não podemos a repressão e, portanto, a alienação política, far-se do crime contra a vida de mulheres into exercício de frustração covarde sobre os seus familiares."

Lindomar tentou matar Eliane em 80

O delegado titular do 4.º Distrito Policial, Geraldo Branco de Camargo, deverá ouvir amanhã familiares da cantora Eliane de Grammont, assassinada na madrugada de segunda-feira com um tiro no peito, no café "Belle Epoque", pelo cantor Lindomar Castilho, seu ex-marido.

O delegado disse que uma irmã da vítima, a jornalista Helena de Grammont, deverá apresentar-lhe cópia do boletim de ocorrência lavrado em março do ano passado, quando Lindomar tentou estrangular Eliane. O boletim, teoricamente, seria o primeiro impedimento legal para que o cantor venha a se beneficiar da "Lei Fleury" e aguarde o julgamento em liberdade. Até ontem o delegado dizia não dispor de nenhuma incriminação contra o cantor capaz de qualificá-lo como portador de maus antecedentes policiais.

O BOLETIM

Para os familiares de Eliane, entretanto, isto só está acontecendo porque "das vezes anteriores em que se envolveu em casos policiais, o cantor conseguiu, através de subornos, impedir que as queixas registradas tivessem trânsito normal junto à Justiça". No caso de tentativa de estrangulamento registrada no boletim de ocorrência n.º 2.471/80, de dia 3 de março do ano passado no 3.º DP, a própria Eliane, depois de submeter-se a cuidados médicos no Pronto Socorro da Barra Funda e obter os laudos comprovando a violência, acabou concordando em sustar a ação judiciária.

Anteriormente, segundo familiares de Eliane, o cantor havia disparado contra uma pessoa, arrancando-lhe um pedaço da orelha. O caso foi registrado na polícia e divulgado pelos jornais, mas Lindomar conseguiu que o registro "desaparecesse", subornando alguns policiais e pagando uma indenização ao ferido para que não insistisse no assunto.

MUNICIAÇÃO

O delegado, segundo revelou, até agora apurou apenas que além das dezenove balas que o cantor levava (cinco em cada um dos dois revólveres que portava e mais nove numa bolsa-capanga) tinha outras treze guardadas em sua casa. "Evidentemente", disse o delegado, "um

revólver 38 como o que Lindomar empunhou não é uma arma de caça e serve no mínimo para demonstrar que ele a possuía para uma utilização diferente".

Ainda de acordo com o delegado, quando o cantor foi transferido do 4.º DP para a Casa de Detenção, na segunda-feira, estava abatido psicologicamente. Por isto, o delegado resolveu acelerar as investigações preliminares e cuidar logo da transferência do delicto, "pois a Casa de Detenção dispõe de instalações mais apropriadas, inclusive médicos e enfermarias".

ADVOGADO

A família de Eliane teve uma reunião ontem com o advogado José Carlos Dias, da Comissão Justiça e Paz, para que ele assumisse o caso. O advogado, que confirmou o pedido da família, disse que ainda se inteirava da situação mas estava convencido de que "a culpa do réu está muito clara" e por isto se dizia "motivado" a trabalhar como advogado de acusação.

O convite ao advogado José Carlos Dias havia sido feito também por várias organizações feministas, que estão preparando manifestações para a missa de sétimo dia da morte de Eliane e prometem estar presentes durante o julgamento para "tentar impedir que aconteçam resultados como o de Doca Street e outros maridos assassinos, que acabaram absolvidos".

Senadora vai receber lista

RIO (Sucursal) — Entidades e grupos feministas entregaram à senadora Eunice Michiles, ainda esta semana, uma denúncia contendo uma lista com os 30 nomes de mulheres assassinadas por seus maridos em 1980 e 81. A última da relação será Eliane de Grammont, assassinada por seu ex-marido o cantor Lindomar Castilho segunda-feira, em São Paulo.

A denúncia terá o apoio de grupos feministas de 13 Estados brasileiros e, além dela, as mulheres pretendem, dentro de mais um mês, levar à senadora amazense novos documentos. Eunice Michiles foi escolhida pelas feministas por ser a mulher brasileira em mais alto e influente cargo no sistema político do País.

IMPRENSA Pimenta Neves é diretor de Redação de "O Estado de S. Paulo"; crime foi cometido ontem no interior paulista

Jornalista é suspeito de matar ex-namorada

REPORTEIAGEM LOCAL

A jornalista Sandra Florentino Gomide, 33, foi morta no início da tarde de ontem com um tiro na cabeça e outro nas costas no Haras Seti, em Ibiúna, interior do Estado de São Paulo.

O crime é atribuído pela polícia e por testemunhas a Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, diretor de Redação do jornal "O Estado de S. Paulo". As suspeitas são de crime passionai.

"Há indícios fortes e testemunhas que apontam como principal suspeito", afirmou o delegado Lincoln Kunisawo, responsável pelo caso.

Segundo Delmar Seti, dono do haras, ele, sua família e empregados estavam na sede da propriedade quando ouviram, por volta das 15h de ontem, Sandra pedir socorro e implorar para que Pimenta Neves não a tirasse.

Seti, de acordo com seu depoimento, se dirigiu em seguida para a setaria e encontrou a jornalista morta. "Vi ela caída, e Pimenta (Neves) estava manobrando o carro para sair", afirmou.

Nilton Gomide, irmão da vítima, relatou que antontem Pimenta Neves esteve no sítio da família de sua ex-namorada para conversar com seus pais.

Na manhã de ontem, retornou à casa dos pais de Sandra para levar-lhes pão, de acordo com o relato de Nilton. Em nenhum desses momentos, ele havia encontrado a jornalista.

A família Mesquita, proprietária de "O Estado de S. Paulo", foi informada no início da noite de ontem sobre o crime. Até o fechamento desta edição, a empresa não havia se pronunciado sobre o episódio.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, o suspeito não havia sido enviado às autoridades nem mantido comando telefônico

a respeito.

Pimenta Neves e Sandra namoravam havia aproximadamente três anos. Eles se conheceram quando Pimenta Neves foi contratado para dirigir a "Gazeta Mercantil", depois de trabalhar durante 12 anos no Banco Mundial, em Washington (EUA). Sandra era repórter de matérias-prietas daquele jornal.

Durante seu relacionamento com Pimenta Neves, ela foi promovida e chegou a ser editora de economia da "Gazeta Mercantil". Deixou o jornal depois que Pimenta Neves se transferiu para "O Estado de S. Paulo", há cerca de dois anos.

Nesse jornal, ele a contratou como repórter especial. Depois ela passou a editora de economia. Há cerca de um mês, ele a demitiu. Pimenta Neves disse a amigos ter provas de que o comportamento profissional da ex-namorada, na função de editora, não era ético.

Sandra trabalhava atualmente em um site da Internet.

Há três semanas, Pimenta Neves chegou a pedir demissão. Ruy Mesquita, diretor responsável pelo jornal, o convenceu e voltar atrás, deixar suas atribuições em segundo plano e recorrer à psicoterapia. Ele concordou.

Há dez dias, Sandra registrou um boletim de ocorrência no 36º DP (Paraíso) contra Pimenta Neves por invasão de domicílio e agressão. Sandra afirmava que, ao chegar do trabalho, fora surpreendida pela presença do ex-namorado, que estaria armado, em seu apartamento, na Vila Mariana, zona sudoeste.

O tio da jornalista Wilson Gomide disse que a família estava preocupada com o relacionamento entre ambos. Antontem, Pimenta Neves foi a seu sítio, em São Roque, interior do Estado. Segundo o caseiro, ele permaneceu por lá e, ontem, foi a Ibiúna.

Pimenta Neves tem currículo notável

ENTREVISTA

Antônio M. Pimenta Neves tem um dos mais notáveis currículos do jornalismo brasileiro contemporâneo, tendo ocupado cargos de direção nas principais empresas do setor em São Paulo.

Começou na profissão como repórter e crítico de cinema da "Última Hora", em 1958. Depois, foi repórter e redator de política de "O Estado de S. Paulo", para o qual também trabalhou na Secretaria de Brasília, logo após a capital do país ter-se transferido para lá.

Vem para a Folha com Cláudio Avarone, integrando a equipe do comando da Redação do jornal. Pili, foi para a chefia da Redação da "Folha da Tarde", função que ocupou em 1968, quando esse jor-

nal se destacou na cobertura do movimento estudantil.

Depois, foi diretor da revista "Visão" e assessor editorial da presidência da Editora Abril.

Em 1974, mudou-se para Washington, como correspondente da Folha, para a qual cobriu o desfecho do caso Watergate e a renúncia do presidente Richard Nixon. Na capital dos EUA, trabalhou como correspondente também para a "Gazeta Mercantil" e para "O Estado de S. Paulo".

Banco Mundial

O Banco Mundial o chamou para ser o conselheiro-sênior para assuntos públicos da vice-presidência da América Latina e do Caribe em 1986, cargo que ocupou até 1995, quando retornou ao Bra-

sil para dirigir a Redação da "Gazeta Mercantil". Em 1997, retornou a "O Estado de S. Paulo", como diretor de Redação.

No seu período no Banco Mundial, Pimenta manteve contatos constantes com jornalistas e autoridades brasileiras. Vinha ao país com frequência, acompanhando o vice-presidente do Banco Mundial, a quem assessorava, ou com missões técnicas. Era, também, interlocutor frequente dos governantes do país que iam a Washington em busca de empréstimos do banco.

Pimenta Neves também teve destacada formação acadêmica. Bacharel em direito pela Universidade Mackenzie, fez mestrado em Política Pública Internacional na Johns Hopkins University, uma

das mais importantes dos EUA. Participou de cursos de pós-graduação e extensão universitária em jornalismo, economia e política no Mocalister College e na Universidade Harvard.

"Los Angeles Times"

Nos anos 60, fez estágio do jornal "Los Angeles Times", um dos cinco mais importantes e de maior circulação paga dos EUA, onde aprendeu muitas das técnicas que depois aplicaria no jornalismo brasileiro.

Pimenta Neves é separado e tem duas filhas gêmeas, de 28 anos, nascidas e radicadas nos EUA, uma das quais enfrenta recentes e sérios problemas de saúde.

TRANSITO

Cambuci é rota alternativa ao motorista que se dirige ao ABC

DIREÇÃO

O tráfego intenso na avenida do Estado fez com que a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) sinalizasse um caminho alternativo pelo Cambuci aos motoristas que vão ao Ipiranga e ao ABC. A rota deve ser seguida a partir da rua São Pau-

lo, no Glicério. A partir daí, o motorista deve prosseguir pelas ruas Teófilo Leite, Lavapés, Lacerda Franco e Coronel Diogo.

Quem seguir ao litoral deve entrar à direita na av. Dr. Ricardo Jafet, que termina na rodovia dos Imigrantes. Quem for ao bairro do Ipiranga deve vir à esquerda na Dr. Ricardo Jafet.

CAMINHO PELO CAMBUCI



NÃO CIRCULAR NEM CARROS COM PLACAS FINAS



Amanhã não circularão carros com placas finas 3 e 4

Entre as 7h e as 10h e as 17h e as 20h

IMPRENSA Pimenta Neves, suspeito de matar ex-namorada, deve se apresentar amanhã à polícia; Sandra Gomide é enterrada em SP

Decretada prisão temporária de jornalista

DARF/REPORTAGEM LOCAL

A Justiça de São Paulo decretou ontem a prisão temporária do diretor de Redação de "O Estado de S. Paulo", Antônio Marcos Pimenta Neves, 63, suspeito de ter assassinado a tiros a também jornalista Sandra Florentino Gomide, 32. Ela era sua ex-namorada.

A decisão saiu de madrugada, por volta das 3h45, assinada pelo juiz de Sorocaba Maurício Valada, 39, que fazia o plantão judiciário do último fim-de-semana. O homicídio ocorreu nascontem em Ribaína (70 km de São Paulo).

"Os indícios do crime e o desaparecimento do acusado foram os principais motivos para a ordem de prisão", disse o juiz.

Pimenta Neves deve se apresentar às autoridades amanhã.

O corpo de Sandra foi encontrado com dois tiros — um na cabeça e outro nas costas — anteontem à tarde, em um haras.

Uma testemunha viu o jornalista mexendo no carro e saindo do local logo após ouvir os disparos, informou a polícia.

Os dois namoraram durante pelo menos três anos e romperam a ligação recentemente.

Há duas semanas, a jornalista procurou a polícia para dar queixa do ex-namorado, alegando que havia sido agredida e ameaçada por ele em seu apartamento.

"Não havia motivo para a decretação da prisão, porque ele não está foragido nem atrapalhando a investigação", afirmou a advogada Paola Zanclato —assistente do criminalista Antônio Claudio Mariz Oliveira, que assumiu a defesa de Pimenta Neves—, citando motivos que, pela lei, poderiam justificar a decretação da prisão.

Segundo a polícia, após os disparos, Pimenta Neves saiu do haras em um Renault Clio. O carro foi encontrado pela polícia no final da noite de anteontem, abandonado a aproximadamente 3 km



João Gomide chora, no cemitério Horto Florestal, sobre o caixão de sua filha, a jornalista Sandra Gomide, que aparece no destaque

do local do homicídio.

"Um segundo veículo, ainda não identificado, o ajudou a fugir", diz o delegado Carlos Alberto Ferreira Sato, da 1ª Delegacia do DHPP (Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa).

Ontem, policiais apreenderam munição —dez balas de revólver calibre 38 e 32 para pistola calibre 380— no sítio do jornalista em São Roque (SP). Também encontraram fitas cassete, com supostas conversas entre ele e Sandra, que serão enviadas para perícia.

A polícia também recolheu fitas da secretária eletrônica do apartamento de Sandra que continham ameaças gravadas do jornalista. Um computador, que teria e-mails enviados por Pimenta Ne-

ves a ela, também foi apreendido.

Os advogados de defesa podem recorrer da decretação da prisão do jornalista por 30 dias. Até o fechamento desta edição, isso ainda não havia sido feito.

A pena para quem é condenado por homicídio qualificado (em que é usado recurso que dificulta ou torna impossível a defesa da vítima) é de 12 anos a 30 anos de prisão. Para o homicídio simples, é de seis anos a 20 anos.

Ameaça

Sandra deu queixa do namorado à polícia duas semanas antes de ser assassinada, segundo boletim de ocorrência nº 3837/2000, registrado no 36º DP (Paraisópolis).

A briga entre os dois ocorreu no

apartamento dela, na Vila Mariana (zona sul de São Paulo), no último dia 5, sábado. Pimenta Neves teria entrado sozinho, aproveitando a ausência da jornalista, para recolher jóias e roupas que havia dado de presente a ela.

Segundo a polícia, ele se escondeu no armário do quarto e ficou esperando Sandra chegar. Foi no instante em que ela entrou em casa, sozinha, que teria acontecido a agressão e a ameaça.

O pai de Sandra, João Gomide, 60, acredita que a filha só não foi morta no dia 5 porque ele ligou para ela no momento que Pimenta Neves estava no apartamento.

Assustado, Gomide disse que telefonou então para o tio de Sandra, Carlos Renato Florentino, e

pediu que ele fosse imediatamente ao local. "Se não fosse isso, ela teria sido morta naquele dia", diz.

A jornalista passou por exame de corpo de delito —para comprovar a violência física— e deveria ser ouvida pela delegada do caso no próximo dia 28. O inquérito tramitava na 2ª DDM (Delegacia de Defesa da Mulher). Pimenta Neves seria ouvido depois.

O caso foi recuperado ontem pela equipe do DHPP, como uma das provas contra o jornalista.

O incidente no apartamento provocou surpresa nos familiares, que descrevem o relacionamento de Sandra e Pimenta "como discreto e sem brigas".

Cerca de 50 pessoas, entre familiares e amigos, compareceram ao

enterro da jornalista, ontem à tarde, no cemitério Horto Florestal (zona norte de São Paulo).

O pai de Sandra era o mais revoltado. "Queria ter sido o escudo, queria ter morrido no lugar dela", afirmou. "Eu pedi a ele para deixá-la sozinha, e ele prometeu que tudo tinha acabado."

Na véspera do crime, tanto Sandra quanto Pimenta Neves estiveram no Haras Serti, mas não se encontraram. Ele chegou às 7h, foi andar a cavalo e voltou às 15h. Sandra chegou às 17h.

Antes de ir embora naquele dia, Pimenta Neves havia pedido a Denomar Serti, dono do local, autorização para dormir, quando necessário, no seu trailer de cavalos, que fica no haras. O delegado titular de Ribaína, José Chaves de Mello, disse não acreditar que o crime tenha sido premeditado.

Nota oficial

A direção da empresa que edita o jornal "O Estado de S. Paulo" divulgou nota ontem sobre o caso que envolve seu funcionário. Leia a seguir a íntegra do documento:

"Comemorada pela família que sobreviveu dois de seus amigos e funcionários, a editora Sandra Gomide e o diretor de Redação do jornal "O Estado de S. Paulo", Antônio Pimenta Neves, no último domingo, a Redação de "O Estado" e a Gerência do Grupo Estado lamentam profundamente a morte de Sandra Gomide.

Em manhã desta segunda-feira, o diretor Rui Mesquita recebeu uma telefonema de Pimenta Neves, que se mostrou muito triste e não estava bem emocionalmente, informando que se encontrava em São Paulo, em local que não revelou, que convidaria Antônio Claudio Mariz de Oliveira seu advogado e que este estava entrando em contato com a polícia para proporcionar sua apresentação legal.

Em 20 de julho último, Pimenta Neves apresentou pedido de demissão ao diretor responsável de "Estado", Rui Mesquita, ao o mesmo e seguiu as providências que foram tomadas para o tratamento médico, sugerido que ele usasse, cuidadosamente, para sua recuperação.

O Grupo Estado agradece o desenvolvimento do trabalho policial para a declaração das responsabilidades envolvidas, e se coloca à disposição das autoridades para fornecer as informações que lhe forem requeridas.

São Paulo, 21 de agosto de 2000
Rui Mesquita